Tecnologia bancária
Novas ferramentas e avanço da carteira de empréstimos sustentáveis estão no centro da agenda Caderno especial

Abertura de capital
Cresce a fila de empresas brasileiras que querem lançar ações nos EUA; último IPO no Brasil foi há quase três anos C4

Carreira
Setor de tecnologia sofre com carência de mão de obra. A TOTVS tem hoje 83 vagas em aberto, diz Vivian Broge B2

Quinta-feira, 4 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6036 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Haddad reafirma compromisso fiscal de Lula e anuncia corte de R$ 25,9 bi no Orçamento

Contas públicas Comentários do ministro e do presidente ao longo do dia ajudaram a interromper a escalada do dólar, que recuou 1,7%, para R$ 5,568

Fabio Murakawa, Renan Truffi, Guilherme Pimenta, Andrea Jubé e Jéssica Sant'Ana
De São Paulo e Brasília

Após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou ontem que o governo enviará ao Congresso a proposta de Orçamento para 2025 com uma previsão de corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, a ser obtido com um pente-fino em benefícios sociais. Haddad também afirmou que Lula determinou que o novo arcabouço fiscal seja cumprido "a todo custo" em 2024, 2025 e 2026. Segundo ele, a equipe econômica deve anunciar um congelamento de recursos até o fim do mês para alcançar a meta deste ano.

As declarações foram dadas após Lula receber ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Além de Haddad, fazem parte do grupo as ministras Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão) e o ministro Rui Costa (Casa Civil). O encontro ocorreu após a crescente incerteza no mercado financeiro em relação às contas públicas, o que levou a uma escalada do dólar nos últimos dias, movimento amenizado ontem com declarações de compromisso com o ajuste fiscal. Nas últimas semanas, Lula deu entrevistas indicando que corte de despesas não seria prioridade em seu governo, além de ter feito seguidas críticas ao Banco Central.

"A determinação é que o arcabouço seja preservado a todo o custo", disse Haddad. Segundo ele, isso significa que, no relatório bimestral de receitas e despesas, a ser apresentado no dia 22, poderá haver o anúncio de um contingenciamento e um bloqueio de gastos, "suficientes para que o arcabouço seja cumprido". A expectativa na equipe econômica é que as medidas somem até R$ 10 bilhões. A reunião ocorreu no fim de um dia em que Lula reforçou o compromisso com o ajuste fiscal. O dólar fechou em queda de 1,7%, cotado a R$ 5,568. O presidente afirmou que "responsabilidade fiscal não é uma palavra", mas um compromisso que será mantido "à risca". Haddad disse que "a diretoria do BC tem autonomia para atuar quando entender [ser] conveniente". As falas acentuaram a queda do dólar, que já recuava com dados favoráveis nos Estados Unidos. **Páginas A10 e C2**

Plano Safra inclui apoio a arroz e feijão

Rafael Walendorff, Fabio Murakawa, Renan Truffi e Isadora Camargo
De Brasília e São Paulo

Ao anunciar o Plano Safra 2024/25, com R$ 400,59 bilhões para a agricultura empresarial — 9,7% mais que no ciclo anterior, encerrado no domingo passado —, o governo confirmou a opção por ampliar o volume de recursos em detrimento da redução de juros, o que desagradou às entidades do agronegócio. A queda nas taxas ficou restrita à agricultura familiar, que terá R$ 85,7 bilhões. Também foi anunciada a criação de uma nova linha de incentivo à produção de arroz, feijão e outros alimentos considerados "imprescindíveis", como mandioca, leite, frutas e verduras, com juros de 3% ao ano. **Páginas B11 e B12**

Piora macroeconômica afeta planejamento das empresas

Rita Azevedo, Felipe Laurence, Liane Thedim, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo e do Rio

Mudanças no cenário macroeconômico, com expectativa de juros em níveis altos por mais tempo e valorização do dólar, já afetam o planejamento financeiro das empresas. Nesse novo contexto, a recuperação da saúde financeira das companhias pode demorar mais para acontecer. Se em março o mercado esperava que a Selic encerrasse o ano em 9% e a taxa de câmbio, em R$ 4,95, a expectativa agora é de taxa básica de juros maior, mantida nos atuais 10,5%, e o dólar a R$ 5,20, conforme o Boletim Focus.

Caso as projeções recentes se confirmem, as empresas devem terminar o ano com dívida de R$ 6,16 trilhões — 5% maior que em março. Os cálculos são do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras da Fipe (Cefeb-Fipe), coordenado por Carlos Rocca. Os números foram obtidos a partir de simulação dos saldos da dívida financeira das empresas brasileiras, de capital aberto ou fechado. A simulação mostra que, ao fim de 2024, as despesas financeiras das empresas — juros e encargos pagos em empréstimos, financiamentos e outras operações financeiras — seriam de R$ 170 bilhões, considerando o cenário de março. Se for levado em conta o projetado no fim de junho, somariam R$ 295 bilhões, alta de 72,8%.

O cenário atual traz o risco de se tornar ainda mais desafiador. A escalada do câmbio — que bateu em R$ 5,70 na terça-feira — provocou nova deterioração das expectativas de inflação. E o mercado futuro de juros passou a projetar a possibilidade de alta de 1 ponto percentual na taxa Selic até o fim deste ano. **Páginas C1 e C2**

Renda fixa

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

A área de gestão de fortunas do UBS ajustou a exposição a riscos em suas carteiras, ante a perspectiva de juros mais altos por mais tempo. "A NTN-B pagando 6,4% de juro real é muito atrativo", diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos para o Brasil do UBS Global Wealth Management. Página C6

Biden se esforça para tranquilizar democratas

Agências internacionais

Em meio ao aumento da pressão para que desista da corrida pela reeleição, o presidente dos EUA, Joe Biden, se esforçava ontem para mostrar vigor político e manter sua campanha mobilizada. Ao lado da vice-presidente, Kamala Harris, ele fez uma ligação por videoconferência para membros do Comitê Nacional do Partido Democrata para reafirmar sua candidatura às eleições de 5 de novembro.

Os apelos para que Biden abandone a disputa, que começaram após o desastroso desempenho do presidente no debate da semana passada contra Donald Trump, ganharam força após a divulgação de novas pesquisas que mostram o crescimento do republicano em Estados decisivos para a eleição. Trump abriu seis pontos de vantagem sobre Biden — 48% a 42% — na pesquisa eleitoral nacional divulgada pelo "The Wall Street Journal". **Página A13**

A importância da tecnologia na luta pela igualdade de gênero

Paula Bellizia A15

Conservadores devem perder no Reino Unido

Max Colchester e David Luhnow
Dow Jones, de Londres

O Partido Conservador, do primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, deve enfrentar seu pior momento em mais de um século. Pesquisas para as eleições desta quinta-feira mostram que o Partido Trabalhista, de oposição, e seu líder, Keir Starmer, caminham para a vitória por uma margem de cerca de 20 pontos percentuais, encerrando 14 anos de governo dos conservadores.

Se as projeções estiverem corretas, os conservadores deverão obter somente cerca de 20% dos votos — o percentual mais baixo na história britânica moderna e menos da metade dos 43,5% que conquistaram nas eleições gerais de 2019. Sunak, um ex-executivo do Goldman Sachs, passou os últimos dias de campanha conclamando os eleitores a elegerem conservadores suficientes para que os trabalhistas tenham uma oposição real e não um "cheque em branco". **Página A13**

Vulnerabilidades

DIVULGAÇÃO/CASA DE AMÉRICA

Problemas de infraestrutura, burocracia e insegurança ainda reduzem a atratividade da América Latina para investimentos, diz William Maloney, economista-chefe do Banco Mundial para a região. Página A16

Americanas tentou parar fraudes em 2020

Adriana Mattos
De São Paulo

A Americanas tentou interromper o esquema de fraudes na empresa em 2020, durante a pandemia de covid-19. As informações constam nos pedidos de medidas cautelares deferidos pela Justiça do Rio, no caso que investiga a antiga diretoria da companhia. Segundo depoimento de um dos delatores, Marcelo Nunes, ex-diretor financeiro da B2W, com o aumento das vendas on-line no período, foram feitos ajustes para interromper as fraudes. Apesar da melhora, a empresa não conseguiu crescer como os rivais, o que levou à retomada do esquema. **Página B1**

Destaques

IA coloca Meta na mira do Cade
O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) começou a investigar o uso não autorizado de dados dos usuários das plataformas da Meta — Facebook, Instagram e WhatsApp — para treinamento de inteligência artificial (IA). Foi aberto um "procedimento preparatório de inquérito administrativo", com pedido de esclarecimentos à empresa. **B9**

Nova bolsa do Rio
O Rio de Janeiro foi confirmado ontem como sede da nova bolsa de valores do Brasil, que pretende aumentar a competição e baratear os negócios no mercado financeiro do país. A nova bolsa, cujo nome provisório é ATS (American Trading Service), um projeto de uma década da Americas Trading Group (ATG), deve começar a funcionar a partir do fim de 2025. **C6**

Indicadores

Ibovespa	3/jul/24	0,70 %	R$ 21,7 bi
Selic (meta)	3/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	3/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	3/jul/24		5,5857/5,5863
Dólar comercial (mercado)	3/jul/24		5,5677/5,5683
Dólar turismo (mercado)	3/jul/24		5,5949/5,7749
Euro comercial (BC)	3/jul/24		6,0309/6,0326
Euro comercial (mercado)	3/jul/24		6,0044/6,0050
Euro turismo (mercado)	3/jul/24		6,0648/6,2448

Brasil precisa de armas de dissuasão no comércio

Assis Moreira

O Brasil vai precisar empoderar seu arsenal na área comercial, para atuar num espaço em que o sistema de regras está sendo atropelado crescentemente por medidas unilaterais por parte de grandes parceiros.

Na Europa, uma das discussões na área comercial, de especial interesse para o Brasil, é que ocorrerá com a lei antidesmatamento que a União Europeia (UE) quer implementar a partir de 2025 e que tende a deflagrar disputas.

Essa lei visa interditar acesso ao mercado comunitário de sete commodities — soja, carne bovina, café, madeira, óleo de palma, borracha e cacau, e alguns de seus produtos derivados como couro, chocolate, pneus ou móveis — produzidas em zonas desmatadas após o fim de 2020. No cenário atual, terá impacto sobre um terço das exportações brasileiras para a UE.

Ocorre que a Comissão Europeia enfrenta todo o tipo de percalço técnico para implementar a lei antidesmatamento. A avaliação é de que a medida unilateral foi concebida com grande ambição ambiental, mas baixíssima aplicação na vida real no processo produtivo e menos ainda quando se examina o funcionamento da agricultura tropical.

Sem conseguir fazer a metodologia para implementar a lei, a Comissão Europeia já informou ao governo brasileiro que vai mesmo adiar por tempo indeterminado a classificação de países conforme o risco de desmatamento. Nenhum país vai inicialmente ter risco baixo ou alto — todos terão risco padrão. Produtores europeus, que contavam com uma vantagem, reclamaram, porque seriam baixo risco e esperavam que competidores como o Brasil fossem alto risco.

Mas as queixas persistem, dentro e fora da Europa. No renovado Parlamento Europeu, que deu mais espaço para a extrema direita, o racha sobre as condições de aplicação dessa lei se ampliou. O conservador Partido Popular, o principal grupo político, julga ser razoável um adiamento de dois anos na sua implementação. Seu líder na parte ambiental, deputado Peter Liese, diz que a lei foi transformada num "monstro burocrático por uma maioria de verdes, social-democratas, esquerdistas e liberais franceses", e que também os pequenos produtores europeus serão particularmente prejudicados.

Em Brasília, a constatação é de que, com ou sem flexibilização, essa lei antidesmatamento de toda maneira será aplicada por Bruxelas. E na segunda-feira o Itamaraty reuniu 75 representantes de setores afetados, secretários estaduais de Agricultura, de povos indígenas e outros ministérios para continuar organizando o posicionamento do país, como a coluna já publicou.

O diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty, embaixador Fernando Pimentel, sinalizou que o Brasil seguirá duas estratégias paralelas. Primeiro, a "pragmática", de continuar buscando saber na Europa detalhes de como os europeus pretendem implementar sua legislação, e ao mesmo tempo empoderar o produtor brasileiro a vencer as barreiras através da plataforma Brasil Agro Mais Sustentável. Dá acesso a uma série de dados, incluindo de satélites, para o produtor desenhar sua resposta aos europeus e certificar que sua produção está livre de zona desmatada, ou seja, obter uma espécie de nada consta oficial.

A outra parte da estratégia é continuar a mobilização internacional. O Brasil e outros 16 países produtores de commodities da América Latina, África e Ásia continuam reclamando da lei europeia. Também países desenvolvidos como EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia pressionam a UE, reclamando de enormes problemas que a lei colocará para seus exportadores.

Mas a evidência é que o Brasil precisará ir além disso. Com a fragilização da Organização Mundial do Comércio (OMC), e ameaça de uma eleição de Donald Trump nos EUA, cada um usa a lógica da força cada vez mais no comércio global.

Além disso, a situação ficou mais delicada depois da primeira decisão da OMC envolvendo desmatamento, ocorrida há três meses. Numa disputa aberta pela Malásia contra a U, um painel decidiu que o objetivo da UE de limitar emissões de gases de efeito estufa relacionadas à mudança indireta no uso da terra (ILUC, na sigla em inglês) é legítimo — ou seja, Bruxelas pode impor restrição à entrada do biocombustível à base de óleo de palma por considerar que ele não ajuda na redução de emissões.

Sobra assim para o Brasil, urgentemente, definir instrumentos ambientais para usar sobre importações de parceiros com restrições unilaterais. O Brasil precisará ter sua própria legislação para frear importações, não baseada em desmatamento, mas, por exemplo, em emissões de gases de efeito estufa, em matriz energética, em bem-estar animal.

Seria uma arma de dissuasão, para guardar e saber manejar nesse novo jogo para reagir a aplicação abusiva por parte de parceiros, alvejando as exportações deles para voltar ao jogo pelas regras normais.

Essa opção começa a fazer seu caminho no Congresso. O senador Zequinha Marinho (PL-PA) apresentou projeto para tornar obrigatório cumprimento de padrões ambientais compatíveis com os do Brasil, incluindo o Código Florestal, para a importação de produtos.

Para o senador, seu projeto para obter tratamento recíproco deixará o Brasil "com carta na manga" sem correr o risco de em certo momento comercializar menos por causa de abusos de barreiras ambientais.

Retaliação custa caro. O projeto do senador pode ser mais bem focado, filtrar o que não é razoável. Mas está em linha com o jogo cada vez mais pesado nas trocas globais.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Malan ainda relembra a primeira pergunta da entrevista após 30 anos. Por **Carlos Alberto Sardenberg**, de São Paulo

A conjugação dos astros

Primeiro de julho de 1994, uma sexta-feira animada em Brasília. A equipe econômica apresenta a nova moeda, o real, numa lotada coletiva de imprensa.

Vem a primeira pergunta: depois de tantos planos fracassados, por que vocês acham que este vai dar certo?

Pedro Malan, então presidente do Banco Central, não se esqueceu. Na entrevista que me concedeu, para o terceiro episódio do podcast Plano Real – Histórias Não Contadas, referiu-se ao ceticismo em torno do plano, ainda com certo espanto.

"A primeira pergunta! A primeira!"

Talvez, na ocasião, Malan não soubesse responder assim de pronto. Mesmo porque o projeto ainda estava em andamento.

Hoje, Malan tem a resposta bem pensada: a equipe tinha a teoria, as pessoas certas para colocá-la em prática, um ambiente externo favorável, a população farta de brigar todo dia com a alta dos preços. E o fator essencial: a liderança política de Fernando Henrique Cardoso, hábil e paciente negociador nos meandros do governo e do Congresso Nacional.

"Não se pode desperdiçar uma crise." A frase, atribuída a FHC, exprime bem o processo de construção, mais do que uma moeda, de um novo regime econômico.

Ao cabo dos oito anos do governo FHC, durante os quais Malan foi ministro da Fazenda, o Brasil estava fincado no tripé macroeconômico: responsabilidade fiscal, com superávit primário; metas de inflação; e câmbio flutuante. Acrescente-se aí a onda de privatizações — telecomunicações, siderurgia, mineração, exploração de petróleo, Embraer — e o país estava pronto para sustentar a sua ainda nova moeda.

Era tão firme a posição que não foi abalada pela chegada de Lula ao governo. Mas a eleição do PT foi uma crise não desperdiçada.

Na véspera da eleição, estando certa a vitória de Lula, a cotação do dólar praticamente dobrou, para R$ 4, os títulos da dívida externa brasileira eram negociados com desconto de 40% do valor de face, os juros internos subiam.

Lula eleito, FHC, com Malan, reuniu os principais assessores do futuro presidente. Como conta neste podcast, Malan disse que aquele cenário não decorria do que o governo estava fazendo. Decorria do que o PT dissera anos a fio: que não se devia pagar a dívida externa nem a interna, que o Real fora um golpe eleitoral, que as privatizações eram um roubo.

Vai daí, continua Malan, era preciso que o futuro governo anunciasse claramente seu compromisso com o regime, mesmo que, para óbvios fins políticos, continuasse alardeando a suposta "herança maldita".

Por via das dúvidas, e para dar tempo ao futuro governo, FHC orientou duas providências para a equipe econômica. Primeira, deixar um caixa substancial no Tesouro, para que o governo Lula pudesse sobreviver vários meses sem ir ao mercado interno para tomar empréstimo novo ou rolar a dívida.

A segunda medida foi um acordo com o FMI, que colocou US$ 30 bilhões — o maior pacote do Fundo até então — à disposição do governo brasileiro. A gestão FHC usou uns US$ 5 bilhões para deixar as contas externas azeitadas. O resto ficou de folga para o novo governo.

Candidato, Lula assinara a Carta ao Povo Brasileiro, compromisso com a manutenção do regime que herdava. Eleito, montou uma equipe econômica afinada com o tripé — e funcionou. O Real sobrevivia a mais uma crise, talvez a mais complicada.

Hoje, quando Lula briga com o BC e não gosta de fazer ajuste fiscal, a cultura do tripé mostra o quanto está enraizada. Desmontá-lo tem alto custo econômico e político.

O terceiro episódio do Plano Real – Histórias Não Contadas – vai ao ar nesta quinta-feira, no site da CBN e nos tocadores de podcast. Malan acredita que o Real aconteceu bafejado por uma propícia "conjugação dos astros na política". Refere-se não apenas à liderança de FHC, mas ao nível de boa parte dos políticos, dedicados ao país.

O Brasil vai assim, diz Malan: dois passos para a frente, um para trás.

Mas o Real foi uma longa marcha para a frente. É uma pena que tentem voltar atrás.

O podcast tem edição e produção de Laura Capelhuchnik. No quarto episódio, semana que vem, o depoimento é de Persio Arida.

Carlos Alberto Sardenberg é colunista de "O Globo" e âncora da Rádio CBN. Este é o segundo de uma série de seis textos sobre os podcasts apresentados pelo autor na CBN sobre os bastidores do Real

Ver também página C3

Haddad prevê projeto para Estados este mês

Renan Truffi e Guilherme Pimenta
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que há "pendências" na proposta para a repactuação das dívidas dos Estados com a União que está sendo conduzida pelo Senado em conjunto com a equipe econômica. Ainda assim, Haddad afirmou que a intenção é aprovar o projeto de lei complementar no Senado ainda antes do recesso de julho.

Haddad disse estar confiante que as negociações vão superar as pendências na proposta. Segundo o ministro, "nossa ideia é criar um mecanismo de redução da taxa de juros, de 4%, mediante algumas condições".

No restante do discurso, Haddad repetiu que quatro Estados respondem por 80% da dívida com a União e que Lula está preocupado com a situação dos entes desde o início do mandato.

"Este ano, o Tesouro começou a negociar com vários governadores uma repactuação do regime de recuperação fiscal", afirmou Haddad. "Então retomamos uma terceira rodada de negociação, lembrando que são nove anos sem uma repactuação", complementou o ministro.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou por sua vez que o Rio Grande do Sul terá tratamento específico na questão da dívida devido aos eventos climáticos recentes que levaram o Estado a uma calamidade pública.

Grupo contra o bullying

ANGELO MIGUEL/MEC

O Ministério da Educação criou um grupo de trabalho técnico para elaborar estudos com vistas a subsidiar a implementação de política educacional voltada ao enfrentamento do bullying, do preconceito e da discriminação na educação. Segundo portaria do ministro Camilo Santana, publicada no "Diário Oficial da União", o grupo de trabalho terá duração de 120 dias, podendo ser prorrogado por igual período. Dentre as atribuições do grupo de trabalho, estão encomendar estudos voltados à temática da discriminação, do bullying e do preconceito, no âmbito educacional; promover conferências e seminários para debater a temática; elaborar relatório de pesquisa com as principais conclusões; e elaborar recomendações ao MEC relativas a desenhos de programas voltados ao tema, bem como proposta de governança, avaliação e monitoramento.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Políticas públicas Pesquisadores pregam reforço do multilateralismo para enfrentar desafios e desigualdades globais

‘Think tanks’ defendem mais cooperação internacional no G20

Paula Martini
Do Rio

Institutos de pesquisa e “think tanks” brasileiros e internacionais reunidos no T20, um dos 13 grupos de engajamento oficiais do G20, defendem um reforço do multilateralismo para endereçar os desafios globais as desigualdades entre os países que integram o grupo de grandes economias do mundo, além da União Europeia e Africana.

O T20 entregou nesta quarta-feira (3) o communiqué, documento que reúne as recomendações, aos representantes da trilha de sherpas (negociadores) e de finanças da presidência brasileira do G20. A entrega foi formalizada em um evento na sede do BNDES, no Rio.

As conclusões são baseadas em debates realizados nos últimos meses e em cerca 300 resumos de recomendações políticas analisados por integrantes das seis forças tarefas do T20 que refletem as prioridades estabelecidas pelo Brasil ao assumir a presidência rotativa do G20: combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental); e reforma da governança global.

Entre as recomendações estão apoio político e compromisso com a Aliança global Contra a Fome, que será lançada pelo mandato brasileiro; financiamento acessível para o clima e para financiar a transição energética justa; a reforma do Fundo Monetário Internacional, e da Organização Mundial do Comércio; e comprometimento do G20 com a agenda de igualdade de gênero, racial e étnica.

Diferentemente de outros grupos de engajamento, o T20 não aborda uma temática específica, mas contribui com várias delas. O texto deste ano parte do princípio de que o mundo vive um contexto de “policrise” — caracterizado por riscos geopolíticos, socioambientais e socioeconômicos — à medida que se recupera de maneira desigual dos efeitos da pandemia.

O T20 Brasil é coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag). Também participam “think tanks” do Brasil e do exterior e instituições como Fundação Getulio Vargas (FGV), Instituto Clima e Sociedade e plataforma Cipó.

A presidente do Ipea, Luciana Servo, destacou que a inclusão do debate sobre igualdade étnico-racial foi uma inovação do T20 brasileiro. Segundo ela, organizações de quase todos os continentes participam das discussões deste ano.

> “A transição energética será um dos grandes drivers de crescimento”
> *José Pio Borges*

“Nós tivemos 121 think tanks nas forças-tarefas e mais de 170 organizações considerando os conselhos nacional e internacional do T20. Essa representação estende-se por quase todos os continentes, com forte representação de todos os países, principalmente se considerarmos a África e a América Latina”, disse.

O presidente do conselho curador do Cebri, José Pio Borges, ressaltou que as conclusões do T20 não estão atreladas às prioridades da liderança brasileira, apesar de haver convergência entre as duas agendas.

Borges destacou que a questão climática é um tema prioritário que deve ser encarado como oportunidade pelos governos, e não como um ônus, assim como a transformação digital. “A transição energética e transformação digital serão os grandes ‘drivers’ de crescimento e nós temos que participar ativamente desses processos”, defendeu.

ROSSANA FRAGA/DIVULGAÇÃO BNDES

Luciana Servo: organizações de quase todos os continentes participam do debate

Esta é a primeira vez desde a criação do T20, em 2012, que o grupo entrega as conclusões antes do encontro de chefes de Estado. O objetivo é aumentar as chances de que as recomendações influenciem as negociações e a declaração conjunta dos líderes que será emitida durante a cúpula oficial do grupo, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio.

A diretora presidente do Cebri, Julia Dias Leite, explicou que após a entrega do communiqué, a instituição vai se dedicar a disseminar o conteúdo do relatório no Brasil e no exterior. O objetivo é garantir a continuidade dos debate em outros fóruns internacionais, especialmente na COP30, ano que vem, no Pará.

“Vai haver um trabalho forte de disseminação entre julho e setembro para que a gente possa realmente ter alguma de nossas propostas absorvidas”, afirma.

Presença dos minerais vai do campo aos carros elétricos

Eles marcaram a evolução da humanidade, sustentam o mundo físico e o econômico, e são o futuro

© GETTY IMAGES

Usados na fabricação de produtos de consumo, poucas pessoas notam que os minerais fazem parte do dia a dia

Os minerais fazem parte do nosso dia a dia, e muitos de nós nem percebem. Seja em um parafuso, nas hastes dos óculos, no vidro dos copos, nos componentes do smartphone, no maquinário que faz o plantio e a colheita de alimentos, na forma de fertilizantes.

A lista é enorme e confirma que eles vão muito além das alianças de ouro trocadas no dia do casamento. Usados na fabricação de produtos de consumo, os minerais têm um alcance cada vez maior à medida que pesquisadores descobrem novas combinações e características.

Foi por meio de estudos que ânodos de óxidos mistos titânio e de nióbio, da empresa Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), de Araxá (MG), passaram a integrar baterias de lítio Toshiba Infrastructure Systems & Solutions Corporation para o uso em veículos elétricos. Dos de passeio às máquinas pesadas, reduzindo o tempo de carregamento e aumentando a vida útil.

“Quando se pensa na presença da mineração, muitos têm dificuldade em visualizar a sua importância. O fato é que essa é uma atividade com um papel fundamental para a evolução da economia de baixo carbono, na saúde, na tecnologia e na inovação. Não existem avanços tecnológicos sem os minerais”, resume Raul Jungmann, diretor presidente do Ibram, que representa as principais empresas e instituições ligadas ao setor mineral.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Julio Cesar Nery Ferreira, diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Ibram, não vê a possibilidade de um consumo menor de produtos feitos com algum tipo de minério.

O especialista explica que a demanda vai acompanhar o crescimento populacional. “Sem minerais, não há desenvolvimento da sociedade, não tem qualidade de vida”, diz Ferreira, trazendo exemplos como o uso dos minerais em produtos básicos (panelas, carros), de alta tecnologia (na medicina e nos celulares) como também na transição energética (baterias e placas solares).

A grande presença dos minerais deve servir de alerta sobre a necessidade de expansão da produção. “Da transição energética à segurança alimentar, tudo passa por esse crescimento. Não existe a possibilidade de o Brasil ser o gigante global na produção de alimentos sem agrominerais como potássio, fosfato e enxofre”, salienta Jungmann.

Ele aponta ainda para o papel onipresente desses materiais na transição energética. Graças ao lítio foi possível dar escala aos carros elétricos. Outros minerais são fundamentais para o desenvolvimento de fontes de energia renovável, como placas fotovoltaicas e aerogeradores.

Confira 12 produtos que só existem porque contam com algum tipo de mineral em seu processo de produção*

- **AGULHA DE SERINGA:** Aço com baixo teor de carbono
- **CHUVAS ARTIFICIAIS:** Iodeto de prata
- **IMPLANTE DENTÁRIO:** Titânio
- **LÁPIS E CANETA ESFEROGRÁFICA:** Grafite e aço, latão ou carboneto de tungstênio
- **MAQUIAGEM:** Mica, ferro, zinco e titânio, entre outros
- **MEDICAMENTOS:** Bismuto, cálcio e enxofre, entre outros
- **PNEU:** Aço
- **REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA:** Cobre
- **RODOVIAS, FERROVIAS, PORTOS E AEROPORTOS:** Brita, ferro, areia e calcita, entre outros
- **ROUPAS:** Amianto, glauberita, perlita
- **SAL DE COZINHA:** Halita
- **TINTA:** Rutilo, ilmenita e anatásio, entre outros

* Fonte: Instituto Trata Brasil: www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2	0,4
Indústria de transformação	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6	1,4
Indústrias extrativas	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3	-4,9
Bens de capital	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4	5,4
Bens intermediários	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**abr/24 Valor**	**abr/24 % do PIB**	**mai/23 Valor**	**mai/23 % do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Retração foi de 0,9% em maio, 0,4 ponto abaixo das projeções; economistas se dividem sobre reação do setor em junho

Enchente afeta indústria, mas queda fica aquém do previsto

RECONSTRÓI RIO GRANDE DO SUL

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Puxada pelas inundações no Rio Grande do Sul, a produção industrial brasileira caiu em maio. Mesmo assim, a queda ficou abaixo do previsto pelos analistas. Economistas ouvidos pelo **Valor** se dividem sobre como o setor deve reagir no curto prazo. Parte dos analistas prevê recuperação do setor em junho, enquanto alguns creem que os sinais positivos do início do ano começam a dar lugar a condições econômicas mais incertas.

A produção da indústria brasileira caiu 0,9% em maio ante abril, segundo a Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (PIM-PF), do IBGE. O desempenho de maio ficou acima da mediana das estimativas de 24 instituições financeiras e consultorias reunidas pelo Valor Data, de recuo de 1,3%.

Na comparação com maio de 2023, a produção industrial caiu 1%, também acima da expectativa mediana do mercado, de queda de 1,6% do indicador.

Nos 12 meses até maio, a produção industrial acumula alta de 1,3%. No resultado acumulado em 2024, o ganho é de 2,5%. Com esses resultados, o setor industrial está 17,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011 e 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020.

A indústria de transformação recuou 2,2% em maio, ante abril. Foi a primeira queda desde janeiro e a mais intensa desde março de 2021, quando contraiu-se 3,1%.

Em maio, as quatro grandes categorias e 16 das 25 atividades do setor tiveram queda.

A produção de bens duráveis caiu 5,7% em maio, frente a abril, e a de bens de capital retraiu-se 2,7%. A de bens intermediários, que representa 55% da indústria, teve perda de 0,8%, enquanto a de bens semi e não duráveis recuou 0,1%.

Veículos automotores, reboques e carrocerias e produtos alimentícios foram as principais influências negativas para a indústria em maio. A produção de veículos caiu 11,7% em maio ante abril, e produtos alimentícios, 4%.

Tiveram queda ainda produtos químicos (-2,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,3%), produtos do fumo (-28,2%), metalurgia (-2,8%), máquinas e equipamentos (-3,5%), impressão e reprodução de gravações (-15%) e produtos diversos (-8,5%).

Por outro lado, das nove atividades que tiveram alta na produção, as maiores influências vieram de indústrias extrativas (2,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,9%).

O resultado da indústria em maio teve perfil disseminado de quedas e também impactos diretos e indiretos das chuvas no Rio Grande do Sul, segundo André Macedo, responsável pela PIM-PF.

"[A chuva no Rio Grande do Sul] é um fator importante a ser considerado para o resultado de maio, com sua capilaridade e reflexo em diferentes setores", disse.

De acordo com Rodolfo Margato, economista da XP, as enchentes do Rio Grande Sul retiraram o equivalente a 1,5 ponto percentual do crescimento da indústria em maio, na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

"Não fossem as enchentes em maio, a indústria brasileira teria crescido algo em torno de 0,5% na base anual, em vez dos números reportados de queda na base anual", diz Margato, em relatório.

Para o economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, a queda da produção industrial de maio, tanto na comparação com abril quanto na comparação com maio de 2023, pode ser atribuída em boa parte a efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul.

"Se olhamos os segmentos mais atingidos, vemos quedas mais expressivas em veículos automotores, reboque e carroceria, produção alimentícia, produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e produtos do fumo", diz. "Com exceção de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, todos têm produção significativa no Estado. A chuva teve efeitos sobre esses setores."

Nishida diz que fábricas em São Paulo, por exemplo, tiveram problemas na produção em maio porque não tinham insumos vindos do Rio Grande do Sul. Uma fábrica em São Paulo, por exemplo, deu férias coletivas como forma de mitigar os efeitos das paralisações ocorridas em unidades produtoras de peças no Rio Grande do Sul.

Ele afirma que as consequências das chuvas no Sul devem ser vistas ainda nos dados de junho, mas que o esforço de reconstrução deve compensar os efeitos negativos.

A reconstrução do Rio Grande do Sul também foi apontada pelo economista João Savignon, da gestora Kinitro Capital, como um dos motores para a volta do crescimento da indústria. A retomada é esperada por Savignon para junho, também por causa da demanda doméstica resiliente, do crédito mais acessível e de estímulos do governo.

Caio Dianin, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), lembra que o Rio Grande do Sul responde por cerca de 7% da indústria nacional e que os números positivos devem vir de setores como construção civil decorrente das obras no Sul.

Para Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), os dados de maio colocam em xeque a conjuntura mais favorável para a indústria que havia no início do ano.

"Os sinais promissores na entrada do ano apontavam para um desempenho mais robusto vão dando lugar a um cenário mais nebuloso, não apenas pelo bloqueio de atividades produtivas devido às chuvas no Sul do país, mas também pela interrupção da fase de redução da taxa básica de juros", afirma. "Soma-se a isso maior aversão a risco dos mercados financeiros, que tem provocado movimentos bruscos de desvalorização da taxa de câmbio, renovando incertezas em relação à trajetória da inflação e elevando custos de produção de muitos setores."

CLAUDIO BELLI/VALOR

Rodolfo Margato: "Não fossem as enchentes em maio, a indústria teria crescido algo em torno de 0,5% na base anual"

Trajetória da produção

Indústria recua pelo 2º mês seguido

Variação ante mês anterior (em %)

Desempenho de maio, ante abril (em %)

Indústria geral	-0,9
Bens de capital	-2,7
Bens intermediários	-0,8
Bens de consumo duráveis	-5,7
Bens de consumo semi e não duráveis	-0,1
Indústrias de transformação	-2,2
Indústrias extrativas	2,6

Fonte: IBGE

> Queda da produção industrial pode ser atribuída em boa parte a efeitos das enchentes no Sul
> *Rodrigo Nishida*

Curtas

Patrimônio da União

O patrimônio líquido (PL) da União, ou seja, a diferença entre o total de ativos e passivos da administração pública, ficou negativo em R$ 5,586 trilhões no ano passado, o que representa um aumento nominal de R$ 234 bilhões (4,4%) na comparação com 2022, segundo o Relatório Contábil do Tesouro Nacional de 2023, divulgado ontem. Os ativos da União subiram de R$ 6,71 trilhões para R$ 7,37 trilhões. No entanto, esse crescimento não superou o aumento do passivo da União, que passou de R$ 12,06 trilhões para R$ 12,96 trilhões no período analisado. Já os recebíveis do Tesouro Nacional perante a instituições financeiras apresentaram forte redução desde 2015. De acordo com o Tesouro Nacional, esse fato se dá em decorrência de amortizações antecipadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2021 e 2022, foram amortizados R$ 76 bilhões e R$ 83 bilhões, respectivamente. No ano passado, o total de amortizações chegou a R$ 19,0 bilhões.

Desmatamento

Os alertas de desmatamento no primeiro semestre deste ano chegaram ao menor patamar desde 2017 para a Amazônia. E no Cerrado, bioma no qual a destruição é crescente durante o governo Lula (PT), este índice caiu pela primeira vez desde 2020. Os dados são sistema Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Nos primeiros seis meses deste ano, o Inpe aponta que foram destruídos 1.639 km² na Amazônia, queda de 38% com relação a 2023. Já no Cerrado, desde 2020 a destruição vinha crescendo no primeiro semestre, chegando a um recorde de 4.396 k² ² em 2023. Pela primeira vez em quatro anos esse índice caiu, para 3.724 km², redução de 15%. Somada, a área perdida nos dois biomas neste ano equivale a mais de três vezes a da cidade de São Paulo. No acumulado dos últimos 11 meses, ou seja, entre agosto de 2023 e junho de 2024, a medição dos alertas aponta redução de 51,1% na Amazônia. Para o Cerrado, no entanto, o cenário é diferente. No mesmo período, houve aumento de 14,6%, mas agora com indícios de que a curva de desmatamento começa a se inverter.

Ambiente Previsão era que incêndios no bioma só atingiriam patamar atual entre agosto e setembro

‘Catástrofe’ no Pantanal veio mais cedo, diz ICMBio

Murillo Camarotto
De Brasília

A escala inédita dos incêndios que atingem o Pantanal neste ano era prevista pelo governo há algum tempo, mas a expectativa era de que atingiriam os patamares mais elevados apenas entre agosto e setembro, disse o presidente do ICMBio, Mauro Pires. Ele classificou como “catastrófico” o cenário para os próximos meses caso não haja interrupção relevante no volume de queimadas em propriedades na região.

“O cenário traçado é de pouca água e muito incêndio”, disse o dirigente, ao lembrar que a antecipação do fogo em grande extensão neste ano tem como principais motivos as mudanças climáticas e a ação humana. Pires também reforçou que atear fogo nas propriedades rurais faz parte da cultura econômica da região e que medidas devem ser tomadas para que isso mude.

Destacou, por exemplo, a necessidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. A política estipula regras mais claras para o uso das queimadas nas propriedades, visando evitar o alastramento das chamas, como é visto todos os anos em várias regiões do país, incluindo o Pantanal.

O cenário pessimista para os próximos meses, segundo o presidente do ICMBio, vai demandar uma intensificação das ações de combate ao fogo, com aumento do número de brigadistas recrutados, de mais equipamentos, como aviões e helicópteros, e de maior participação das Forças Armadas.

GESIVAL NOGUEIRA/VALOR

“Cenário traçado [para Pantanal] é de pouca água e muito incêndio” *Mauro Pires*

O ICMBio recebeu ontem autorização do Ministério da Gestão e Inovação para a realização de concurso com 180 vagas para os cargos de analista administrativo e ambiental. A portaria foi publicada na manhã desta quarta-feira (3) no “Diário Oficial da União” (“DOU”).

A responsabilidade pela realização do concurso será do ICMBio e caberá ao órgão estabelecer as normas do certame, mediante a publicação de editais, observar as leis e os regulamentos que tratem sobre políticas de reserva de vagas em concursos públicos e zelar pela conformidade legal dos procedimentos relacionados ao planejamento e à execução do processo seletivo.

O ICMBio tem até seis meses para publicação do edital, caso o período estipulado seja ultrapassado haverá o cancelamento da autorização para a realização do concurso. *(Colaborou Gabriela Pereira)*

---

edp Renewables

CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE III S.A.

CNPJ/ME n° 31.199.512/0001-52

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de maio de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	605	487
Concessionárias	8	3.434	-
Impostos a compensar	9	1.649	1.665
Cauções e depósitos vinculados	11	-	2
Despesas antecipadas	13	93	-
Outros créditos	13	-	891
Adiantamento a fornecedores	12	3	1.886
		5.784	**4.931**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	-	13.293
Cauções e depósitos vinculados	11	12.445	-
Imobilizado	14	302.233	296.840
		314.678	**310.133**
Total do ativo		**320.462**	**315.064**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	19.852	23.041
Impostos a pagar	9	2.074	1.582
Empréstimos e financiamentos	16	6.802	1.805
Outras contas a pagar	17	338	430
		29.066	**26.858**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	216.509	202.140
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	7.240	35.008
Provisões	18	1.106	-
Outras contas a pagar	17	3.422	4.097
		228.278	**241.245**
Total do passivo		**257.344**	**268.103**
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		70.137	51.579
Prejuízo acumulado		(7.019)	(4.618)
Total do patrimônio líquido		**63.118**	**46.961**
Total do passivo e patrimônio líquido		**320.462**	**315.064**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(925)	(4.435)
Depreciações e amortizações	9.944	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos	19.367	12.800
Juros provisão desmantelamento	103	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	467	-
	28.956	**8.365**
Variações em:		
Concessionárias	(3.434)	-
Adiantamento a fornecedores	1.883	(1.886)
Impostos a compensar	17	(1.305)
Despesas pagas antecipadamente	(93)	-
Outros créditos	891	(891)
Fornecedores	(3.190)	2.326
Impostos a pagar	25	1.004
Outras contas a pagar	(1.232)	-
Partes relacionadas	13.293	(117)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**37.114**	**7.496**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.008)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**36.105**	**7.496**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(12.443)	-
Adições ao imobilizado	(14.335)	(167.892)
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimentos	**(26.778)**	**(167.892)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	18.558	33.106
Captação de empréstimos e financiamentos	-	84.623
Adiantamento para futuro aumento de capital	(27.768)	6.028
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de financiamento	**(9.210)**	**123.757**
(Redução) /aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**118**	**(36.639)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	605	487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	487	37.126

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	40.114	-
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	21		
Encargos com uso de rede elétrica		(4.548)	(3.940)
		(4.548)	**(3.940)**
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(9.944)	-
Serviços de terceiros e materiais		(6.175)	-
Outros custos de operação		(838)	-
		(16.957)	**-**
		(21.504)	**-**
Lucro bruto		**18.610**	**(3.940)**
Despesas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(243)	(393)
		(243)	**(393)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**18.367**	**(4.333)**
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		672	-
Despesas financeiras		(19.964)	(102)
		(19.292)	**(102)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(925)**	**(4.435)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	23	(1.476)	-
		(1.476)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(2.401)**	**(4.435)**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	**(2.401)**	**(4.435)**
Resultado abrangente do exercício	**(2.401)**	**(4.435)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.473**	**(183)**	**18.290**
Aumento de capital social	33.106	-	33.106
Resultado do exercício	-	(4.435)	(4.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**51.579**	**(4.618)**	**46.961**
Aumento de capital social	18.558	-	18.558
Resultado do exercício	-	(2.401)	(2.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**70.136**	**(7.019)**	**63.117**

Diretoria

Luiz Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Monte Verde III S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

Pricewaterhousecoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

---

edp Renewables

CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE IV S.A.

CNPJ/ME n° 31.199.598/0001-13

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de maio de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	1.030	3.627
Concessionárias	8	5.345	-
Impostos a compensar	9	6.420	6.484
Cauções e depósitos vinculados	11	-	2
Adiantamento a fornecedores	13	2	1.482
Estoque de material de manutenção	12	7.175	6.019
Despesas antecipadas	14	100	-
Outros créditos	14	-	727
		20.072	**18.339**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	62.195	26.841
Cauções e depósitos vinculados	11	9.671	-
Imobilizado	15	247.110	298.257
		318.976	**325.098**
Total do ativo		**339.046**	**343.437**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	6.813	25.113
Impostos a pagar	9	7.309	2.029
Empréstimos e financiamentos	17	5.363	1.423
Outras contas a pagar	18	254	451
		19.740	**29.016**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	170.735	159.405
Outras contas a pagar	18	2.940	3.420
Provisões	19	869	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	90.327	114.852
		264.871	**277.677**
Total do passivo		**284.611**	**306.693**
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		55.106	40.526
Prejuízo acumulado		(671)	(3.782)
Total do patrimônio líquido		**54.435**	**36.744**
Total do passivo e patrimônio líquido		**339.046**	**343.437**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.453	(3.623)
Depreciações e amortizações	8.130	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos	15.270	10.425
Juros provisão desmantelamento	81	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	396	-
	28.331	**6.802**
Variações em:		
Concessionárias	(5.345)	-
Adiantamento a fornecedores	1.480	(1.287)
Impostos a compensar	64	(4.594)
Despesas pagas antecipadamente	(100)	-
Material de consumo	(1.156)	(6.019)
Outros créditos	727	(727)
Fornecedores	(18.300)	3.518
Impostos a pagar	4.912	1.723
Partes relacionadas	(35.352)	(1.641)
Outras contas a pagar	(1.074)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(25.813)**	**(2.225)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(973)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(26.787)**	**(2.225)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(9.669)	2
Adições ao imobilizado	43.805	(160.923)
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimentos	**34.135**	**(160.921)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	14.580	25.998
Captação de empréstimos e financiamentos	-	63.019
Adiantamento para futuro aumento de capital	(24.525)	77.152
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de financiamento	**(9.945)**	**166.169**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.597)**	**3.023**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.030	3.627
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.627	604

emonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	21	37.554	-
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	22		
Encargos com uso de rede elétrica		(3.619)	(3.071)
		(3.619)	**(3.071)**
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(8.130)	-
Serviços de terceiros e materiais		(5.064)	-
Outros custos de operação		(749)	-
		(13.943)	**-**
Lucro bruto		**19.993**	**(3.071)**
Despesas operacionais	22		
Despesas gerais e administrativas		(227)	(454)
Outras despesas		(26)	**-**
		(253)	**(454)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**19.740**	**(3.525)**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		482	-
Despesas financeiras		(15.769)	(98)
		(15.287)	**(98)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**4.453**	**(3.623)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	24	(1.342)	-
		(1.342)	**-**
Resultado líquido do exercício		**3.111**	**(3.623)**

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	3.111	(3.623)
Resultado abrangente do exercício	**3.111**	**(3.623)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.528**	**(159)**	**14.369**
Aumento de capital social	25.998	-	25.998
Resultado do exercício	-	(3.623)	(3.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**40.526**	**(3.782)**	**(36.744)**
Aumento de capital social	14.580	-	14.580
Resultado do exercício	-	3.111	3.111
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**55.106**	**(671)**	**54.435**

Diretoria

Luiz Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Monte Verde IV S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde IV S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Catástrofe climática Estudo sinaliza efeitos duradouros da tragédia, o que tende a provocar deslocamento de mão de obra para outros Estados

Migração de capital humano vira risco para recuperação do RS

DIVULGAÇÃO

Marco Antonio Montoya: "O ideal seria as famílias migrarem para outras regiões dentro do Rio Grande do Sul"

Rafael Vazquez
De São Paulo

A tragédia no Rio Grande do Sul, causada pelas inundações no fim de abril e começo de maio, terá efeitos duradouros na atividade econômica do Estado, o que deve incentivar um movimento migratório de trabalhadores da região para outros Estados. É a conclusão de um estudo de professores de economia da Universidade de Passo Fundo em parceria com o Instituto DRI (Data Research & Insights), que analisou o impacto do desastre em 19 setores e na demanda da região.

No estudo, os pesquisadores da universidade gaúcha apontam que houve queda na demanda geral de 1,84% no Estado, o que representa uma redução de R$ 18,1 bilhões no consumo, ou seja, um valor que deixa de ser injetado na economia local.

Além disso, em termos de produção, foram verificadas perdas de ao menos R$ 35,6 bilhões, o que deve causar um declínio de 150 mil postos de trabalho no Estado, sendo 67 mil no comércio.

"Quando observamos padrões de comportamento em tragédias como essa, como aconteceu com o Katrina, nos Estados Unidos, e o terremoto na região central da Itália [em 2016], a primeira reação é o ato solidário com todo mundo se ajudando. Mas o segundo momento é marcado pela migração de famílias por uma série de circunstância", afirma o professor Marco Antonio Montoya, um dos autores do estudo. "E há ainda um terceiro momento no qual as próprias empresas vão para outras regiões", acrescenta.

Conforme explica o professor, será importante pensar em políticas públicas mais além da disposição de crédito barato para evitar esse movimento. "A consequência desse processo é o empobrecimento da região se nada for feito", alerta Montoya.

Para o professor da Universidade de Passo Fundo, considerando o tamanho da destruição e a necessidade reconstruir as cidades de uma maneira mais resiliente contra eventos climáticos extremos, é inevitável que muita gente passe a viver em novos lugares. Contudo, indica que os governos precisam fazer um esforço estratégico para que as pessoas não mudem de Estado. "O ideal seria as famílias migrarem para outras regiões dentro do Rio Grande do Sul para que não se perca o capital humano necessário para a reconstrução do sistema econômico do Estado. Esse é um dos perigos desses eventos climáticos de grande porte", observa.

Para calcular o impacto da tragédia na atividade econômica, os pesquisadores extraíram informações de entidades de vários setores como a Abicalçados (associação da indústria de calçados), Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao dividir os principais setores, notou uma queda de 5,09% na demanda final da agropecuária em abril e maio. Na indústria, o declínio foi de 1,81% e em serviços a perda de demanda chegou a 1,36% no período do auge das inundações. Em valores, isso significa que houve uma perda de R$ 18,1 bilhões em demanda no Rio Grande do Sul em abril e maio.

Como consequência, no mercado de trabalho, o setor agregado que mais sofreu o efeito no Estado foi o de serviços (74,5% do impacto), seguido por indústria (19,1%) e agro (6,2%). O maior temor, segundo reforçam os pesquisadores do estudo, é que as dificuldades no processo de reconstrução desanimem os empresários locais, principalmente os de pequeno e médio porte, que podem acabar migrando em um futuro não muito distante.

"Reconstruir um Estado sem capital humano, ainda mais em uma região qualificada, com empresários e empreendedores saindo para outros Estados, pode acabar se tornando uma recuperação econômica que durará décadas. Precisamos olhar com estratégia para isso e fazer algo a respeito", destaca Montoya. "Por uma questão de solidariedade, Estado vizinhos como Santa Catarina e Paraná já estão recebendo pessoas afetadas e que precisam trabalhar, mas isso pode gerar, indiretamente, uma externalidade negativa para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul."

> "A clareza sobre a eficácia das medidas será ponto fundamental"
> *Pedro Muller*

Segundo Pedro Muller, professor da Universidade de Passo Fundo e sócio do Instituto Data Research & Insights, a migração de trabalhadores e, principalmente, de empresários gaúchos poderá ser acelerada ou desacelerada de acordo com a perspectiva da comunidade em relação aos auxílios financeiros governamentais.

"A clareza sobre a eficácia das medidas será um ponto fundamental. Quanto menos perceberem os resultados, maior a possibilidade de saída para outros Estados ou regiões fora do Rio Grande do Sul, diz.

Na visão dos professores, o crédito mais barato oferecido por meio do governo federal e bancos multilaterais é bem-vindo, mas pode não ser suficiente para evitar migração de empresa, pois muitos empresários já estavam comprometidos com o pagamento de investimentos anteriores. "Pega a Selic alta a 10,50%, e muitos empresários já vinham alavancados. No aspecto financeiro, mesmo com o auxílio do governo, pode haver uma percepção que acelere o processo [migratório]", diz Muller.

Para os pesquisadores, uma forma de conter o movimento indesejado que preveem seria uma maior oferta de ajuda a fundo perdido. "Mais do que nunca, para reconstruir o Estado, precisaremos do capital humano para que o Rio Grande do Sul tem e que foi atingido. Se isso não for feito, o Estado vai empobrecer", conclui Montoya.

INÊS 249

INÊS 249

O dia em que Lula cedeu ao poder real do mercado

Maria Cristina Fernandes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou ao Palácio do Planalto às 8h30 desta quarta-feira e só saiu mais de 12 horas depois, quando terminou a reunião da junta orçamentária com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esteve ao lado de Lula nos eventos do Palácio ao longo do dia, mas foi a conversa que tiveram antes da primeira agenda presidencial, às 10h, que parece ter sido decisiva.

Haddad vinha recebendo cenários os mais catastróficos. Se o governo agisse agora, ainda daria tempo de retomada até 2026. Se continuasse nessa toada, devolveria o chapéu para a extrema direita. O ministro chegou com um arsenal de dados para mostrar o impacto do falatório sobre o dólar, inflação e juro. Desta vez, funcionou. Convergia com os muitos recados de grandes banqueiros e empresários que, por meio de ministros, fizeram chegar, nos últimos dias, suas preocupações ao presidente.

Ao meio-dia e meia, no breve discurso de lançamento do plano safra da agricultura familiar, Haddad era a imagem do entusiasmo. Até um "querida Janja" soltou. Lula foi breve e ponderado. Governo não joga dinheiro fora e tem responsabilidade fiscal. Ponto. Não foi só o gogó, porém, que derrubou o dólar. O palavrão ao longo do dia foi contigenciamento. Na reunião que entrou pela noite, acertaram-se os ponteiros do compromisso fiscal redivivo, com o corte dos R$ 25 bilhões em despesas e o contigenciamento do Orçamento.

Tão importante quanto conhecer as razões pelas quais o presidente reagiu é entender o que o levou à aloprada das últimas semanas. Não era nessa toada que vinha, tanto que seu ministro da Fazenda ganhou credibilidade para tourear as pressões e as dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal. A mesma que estava por um fio até a reação desta quarta.

No início de junho, Lula recebeu pesquisas indicando que ele estaria despencando nas redes e que, para reverter esse declínio, seria preciso foco num tema, juros e bancos, e num personagem, Roberto Campos Neto. Chegam ao palácio as pesquisas as mais diversas, sem que o governo as tenha encomendado. Como esta trouxe o que queria ouvir, Lula comprou. O pavio, encurtado pelo flerte do presidente do Banco Central com a política, queimou dias a fio.

Quando Lula chegou à casa de Haddad na noite da última sexta-feira o aguardavam cinco economistas: Luiz Gonzaga Belluzzo, Luciano Coutinho, Guido Mantega, Gabriel Galípolo e Eduardo Moreira. A reunião vinha sendo planejada há muito tempo para tentar dar um norte à política industrial do governo. Lula resistia. Acabou por aceitar, mas, pela conjuntura, o encontro acabou tomando outro rumo.

Em uníssono, tentaram convencê-lo a se preservar. A bola, disseram, deveria ficar com o anfitrião. O presidente estava indignado e indisposto a se dobrar a um mercado que agora investe contra o real mas assistiu inerte à queima de R$ 300 bilhões na tentativa de reeleição de seu antecessor. Os economistas saíram de lá com a expectativa de terem sido capazes de conter Lula. Ao conversar por telefone com um amigo no sábado, Haddad confortou-o: "A poeira vai baixar". Estavam todos enganados. O presidente dobrou a meta nas entrevistas que deu às rádios baianas na segunda e terça.

O recuo desta quarta sinaliza que Lula, ainda que tardiamente, resolveu dar ouvidos aos comensais da sexta. De um deles, ouviu: "É uma questão de poder real. A Presidência tem poder formal, é o mercado que tem poder real". E não foi o BC independente quem o inventou. Belluzzo, um dos presentes ao jantar, costuma citar Keynes ("As regras autodestrutivas da finança são capazes de apagar o sol e as estrelas porque não pagam dividendos") e o discurso de Franklin Roosevelt, em 1936, na Convenção Democrata.

Neste discurso, Roosevelt descreveu o que considerava o desvirtuamento, pela finança, do país imaginado por seus fundadores: "Novos impérios foram construídos a partir do controle das forças materiais. Mediante o uso das novas corporações, dos bancos e da riqueza financeira, da nova maquinaria da indústria e do capital (...)Era natural e talvez humano que os príncipes privilegiados dessa nova dinastia econômica, sedentos por poder, tentem alcançar o controle do próprio governo. Eles criaram um novo despotismo e o embrulharam nos vestidos de sanções legais. Em seu serviço, novos mercenários procuraram arregimentar o povo, seu trabalho e sua propriedade".

Naquele mesmo ano emergiu uma aliança de socialistas e comunistas para resistir ao avanço do fascismo na França. A Frente Popular introduziu férias de duas semanas e jornada de 40 horas. Em artigo nesta quarta-feira no "The Guardian", Thomas Pikkety defendeu o programa da Nova Frente Popular remetendo-se àquela que a originou. Propôs recuperação do poder de compra dos trabalhadores (fermento da extrema direita), taxação da riqueza e reforma da governança corporativa e disse que os partidários de Emmanuel Macron não podiam considerá-las farinha do mesmo saco do programa da Reunião Nacional de Jordan Bardella.

Aceitar o poder do mercado, neste momento, é uma maneira de evitar que a extrema direita volte a galope ao poder no Brasil, a exemplo da ameaça que paira sobre os Estados Unidos, França e alhures. A notícia de que o presidente americano, Joe Biden, já aceita discutir sua substituição, e a perspectiva de uma aliança de Macron com a esquerda para o segundo turno deste domingo sinalizam uma possível reação. Ao aceitar que o mercado tem um poder contra o qual não tem instrumentos para concorrer, Lula, paradoxalmente, mantém o Brasil no jogo da resistência ao avanço da extrema direita.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor". Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Governo Alertado, presidente reafirma seu compromisso com a responsabilidade fiscal

Haddad anuncia corte de R$ 25,9 bi no Orçamento de 2025

Fabio Murakawa, Renan Truffi, Guilherme Pimenta, Andrea Jubé e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo enviará o Orçamento de 2025 com uma previsão de corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, resultado de um pente-fino em benefícios sociais. Haddad também afirmou que Lula determinou que o novo arcabouço fiscal seja cumprido "a todo custo" em 2024, 2025 e 2026. Nesse sentido, o ministro confirmou que a equipe econômica deve anunciar um congelamento de recursos até o fim do mês, necessário para o alcance das metas previstas na regra.

As declarações foram dadas após Lula receber ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Além de Haddad, fazem parte do grupo as ministras Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e o ministro Rui Costa (Casa Civil).

O encontro ocorreu após a crescente incerteza no mercado em relação à agenda fiscal, o que levou a uma escalada do dólar, movimento que foi amenizado ontem com sinalizações de medidas para controle das contas públicas.

"A determinação [...] é que o arcabouço seja preservado em todo o custo. O que significa dizer que, no relatório [bimestral de receitas de despesas] que vai se apresentar dia 22 de julho [...] pode significar algum contingenciamento e algum bloqueio que serão suficientes para que o arcabouço seja cumprido", afirmou.

O ministro se referiu ao relatório de avaliação de receitas e despesas. Como o **Valor** noticiou, a expectativa na equipe econômica é que o congelamento (soma de bloqueios e contingenciamentos) seja de, no máximo, R$ 10 bilhões.

Já para 2025, Haddad afirmou que o corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias foi negociado com os ministérios envolvidos. Não detalhou as áreas afetadas, mas, questionado, confirmou que se tratava do pente-fino em benefícios sociais. Antes, ele reiterou o compromisso de Lula com a questão fiscal. "O compromisso fiscal é um compromisso de vida toda do presidente", explicou.

A reunião ocorreu no fim de um dia em que Lula reforçou o compromisso com a responsabilidade fiscal e evitou falar do dólar. A mudança de comportamento ocorreu após conversas com um colegiado de conselheiros econômicos que conseguiram convencê-lo de que suas críticas à política monetária contribuíam para desestabilizar o mercado em um cenário externo já desfavorável. Como resultado, o dólar, que já vinha caindo, fechou com uma baixa de 1,71% frente ao real, cotado a R$ 5,5683.

"O compromisso fiscal é um compromisso de vida toda do presidente"
Fernando Haddad

No início da tarde, ao discursar no lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar, Lula afirmou que "responsabilidade fiscal não é uma palavra", mas "um compromisso deste governo desde 2003" e que será mantido "à risca".

No fim da tarde, após lançar o Plano Safra para a agricultura empresarial, Lula aproximou-se dos jornalistas para reafirmar novamente seu compromisso. "Estejam certos que a comida vai ficar barata. Estejam certos que este país jamais será irresponsável do ponto de vista fiscal. Não tenho um dia de experiência, tenho dez anos de Presidência."

Em duas oportunidades, no entanto, o presidente evitou comentar a alta do dólar, quando questionado pela imprensa.

Lula baixou o tom em relação à economia após ser convencido pela rodada de conversas dos últimos dias com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com um grupo de economistas de sua confiança e conselheiros políticos de que seus ataques ao Banco Central e ao mercado agravavam a turbulência.

Ele ouviu que um conjunto de fatores influenciam a alta do câmbio, desde os juros americanos até o alto custo de vida dos brasileiros, como a inflação dos alimentos e a conta de luz.

Na percepção do presidente, até então, a disparada do dólar devia-se a ataques especulativos ao real. Entre os economistas ouvidos por Lula nos últimos dias sobre a realidade econômica, o **Valor** apurou que estão o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Já a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, saiu em defesa da "legitimidade" do presidente de falar sobre política fiscal. "Desde quando falar a verdade tem que causar especulação?", questionou.

Ver também página C2

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Haddad e Lula: sinalização do ministro e do presidente de que adotarão medidas para conter os gastos ajudou no movimento de queda da moeda americana

Ministro obtém do presidente o compromisso necessário

Análise

Lu Aiko Otta
De Brasília

Depois de três semanas difíceis, em que foi dado como politicamente isolado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, obteve do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o compromisso mais importante para combater a crise de confiança que tem afetado os mercados. Após reunir-se com os ministros da área econômica na noite desta quarta-feira (3), o presidente deu sinal verde à adoção de medidas que garantirão o cumprimento do arcabouço fiscal em 2024, 2025 e 2026. Leia-se: cortar despesas.

Havia dúvidas entre agentes do mercado financeiro se a regra fiscal seria mantida, diante da frustração parcial das medidas que tinham por objetivo elevar a arrecadação e das resistências da equipe de governo em cortar o orçamento. Ao reafirmar que todo o necessário será feito para cumprir o arcabouço, Lula deu um recado para dentro da equipe: o ajuste fiscal será feito, e atingirá gastos.

O primeiro sinal nessa direção virá no próximo dia 22. No relatório bimestral de projeções de receitas e despesas, deverão ser formalizados um bloqueio e um contingenciamento de recursos do orçamento de 2024. O bloqueio é feito quando as despesas tendem a ultrapassar o limite estabelecido pelo arcabouço. O contingenciamento, quando receitas e despesas rumam para o descumprimento da meta fiscal, fixada em zero neste ano.

O **Valor** já informou que a contenção de recursos tende a ser menor do que espera o mercado. Segundo técnicos, contingenciamento e bloqueio deverão somar algo como R$ 10 bilhões, quando cálculos de mercado apontam para cifras maiores e variadas, algumas chegando à faixa dos R$ 40 bilhões.

O segundo sinal virá no dia 31 de agosto. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 cortará R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, informou Haddad. É a intensificação do trabalho de "pente fino" nos gastos do governo, por meio da revisão de cadastros de beneficiários de programas sociais.

Alguns desses cortes, que não foram detalhados, poderão ser antecipados para 2024, acrescentou o ministro.

O relato feito por Haddad após a reunião com Lula e a Junta de Execução Orçamentária (JEO) aponta para essas duas medidas. Não avançou para outras iniciativas em discussão na área técnica, que buscam ajustes estruturais no Orçamento, como a revisão dos pisos de gastos com saúde e educação ou a reformulação de programas que trariam algum reforço para o resultado primário.

São, porém, medidas necessárias para alcançar as metas fiscais nos próximos anos. Assim, as discussões devem prosseguir.

Haddad vinha avaliando que a alta do dólar vista nos últimos dias era alimentada por problemas de comunicação em dois temas: as contas públicas e o Banco Central.

Se a reafirmação do compromisso com o arcabouço será suficiente para encerrar as turbulências, não se sabe. Mas é fato que as declarações de Lula a favor da responsabilidade fiscal e a cessação de seus comentários a respeito do câmbio proporcionaram um dia mais tranquilo.

Congresso Decisão foi tomada pelo grupo de trabalho que trata da regulamentação da reforma; parecer deve ser divulgado nesta quinta

Composição da cesta básica será definida pelo plenário

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 2/7/2024
Lira: presidente da Câmara disse que é contra zerar o imposto sobre a carne

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O grupo de trabalho da Câmara sobre a regulamentação da reforma tributária deixará para o plenário a decisão sobre a composição da cesta básica nacional, que terá alíquota zerada do novo IVA, e sobre os produtos que serão taxados com o Imposto Seletivo, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. A decisão foi tomada em um dia de reuniões do colegiado e o parecer será divulgado nesta quinta-feira (4), às 10h, com os pontos consensuais.

Os parlamentares estão entre duas posições: zerar a alíquota sobre as carnes, o que aumentará a alíquota padrão sobre os outros produtos em 0,57% (para 27,1%); ou mantê-las com redutor de 60% do IVA (alíquota de 10,6%), o que deixaria a alíquota padrão em 26,5%. Mas optaram por compartilhar esse decisão com o conjunto da Câmara. "A decisão foi por não decidir", ironizou um dos integrantes do GT.

A bancada ruralista é a favor de zerar a alíquota das carnes, mesmo que isso signifique um imposto maior sobre os demais produtos, como eletrodomésticos e roupas.

Essa também foi uma defesa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pelo menos para as carnes consumidas pela população mais pobre. Nessa quarta-feira, o petista reforçou a proposta e sinalizou que o governo deve avaliar alíquotas diferentes para carne processada e in natura.

> "Terá mais efeito aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico"
> *Arthur Lira*

"Só temos 70 deputados em 513, e a gente conseguiu aprovar a reforma. Temos que discutir [agora] o que vai entrar na cesta básica. A gente não tem como separar essa coisa, carne de primeira e de segunda. A gente vai ter que provavelmente separar carne in natura e carne processada. Eu vou ficar feliz se comprar carne sem imposto", disse Lula, durante cerimônia no Palácio do Planalto para o lançamento do novo Plano Safra.

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se alinhou à equipe econômica do governo Lula e disse que é contra zerar o imposto sobre a carne devido às consequências sobre os demais produtos. "Acho que é um preço pesado para todos os brasileiros. A maior importância é aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico com relação a serviços essenciais. Terão um efeito muito maior do que incluir a carne na cesta básica", afirmou.

Os sete deputados do GT se reuniram por quase oito horas com Lira nessa quarta-feira, mas não chegaram a um acordo sobre isso. Eles vão divulgar um parecer na quinta-feira, às 10h, com os pontos de consenso entre todos eles, como correções na tributação para o setor de construção civil e no *split payment*, mas deixarão as decisões mais polêmicas para o plenário.

Uma alternativa para diminuir o impacto de incluir mais produtos na cesta básica é aumentar a quantidade de itens taxados pelo Imposto Seletivo, criado para desestimular o consumo de produtos e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas, veículos automotores e mineração.

Os deputados do GT decidiram incluir nessa taxação os carros elétricos, apostas esportivas e jogos de azar. E tendem a sugerir também a tributação maior sobre armas de fogo, mas isso abriu divergências com a bancada da segurança pública e o PL. "Para mim, pessoalmente, as armas de fogo deveriam ter o imposto reduzido", disse o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Cortês (RJ).

O texto que será protocolado nesta quinta pelo GT terá os pontos de consenso entre os integrantes do grupo, grande parte já negociada com o governo. Segundo os parlamentares, haverá mudanças substanciais, grande parte delas para ajustar termos que não estavam tão claros na redação proposta pelo Executivo e diminuir o poder de regulamentação da Receita Federal.

O calendário atual prevê que o debate em torno do parecer ocorrerá até terça-feira, com novas reuniões entre os partidos. O texto iria a voto no plenário na quarta-feira e quinta-feira, mas poderia se estender até o dia 17, quando começa o recesso.

INÊS 249

Eleição nos EUA Após debate desastroso contra Trump, presidente cai em pesquisas e tem de negar que esteja avaliando desistência

Biden resiste a pressão para sair de disputa e tenta exibir força

Agências internacionais

Com a pressão para que desista da corrida pela reeleição aumentando, o presidente dos EUA, Joe Biden, de 81 anos, se esforçava ontem para mostrar vigor político e manter sua campanha mobilizada. Junto com a vice-presidente Kamala Harris, ele fez uma ligação por videoconferência para membros do Comitê Nacional do Partido Democrata para reafirmar sua candidatura às eleições de 5 de novembro, contra Donald Trump.

Ontem à noite, quase todos os 23 governadores democratas do país se reuniram — de forma presencial ou virtual, em alguns casos — com Biden. Ao final do encontro, eles reiteraram o apoio a Biden. "Estamos nesta disputa para vencer", disse a governadora de Nova York, Kathy Hochul.

Na reunião, estavam alguns cotados como potenciais candidatos presidenciais em caso de desistência de Biden, incluindo Gavin Newsom, da Califórnia; Gretchen Whitmer, de Michigan; e Andy Beshear, de Kentucky.

O apoio dos governadores se deu ao fim de um dia de apelos para que Biden abandone a disputa — que começaram após o desastroso desempenho do presidente no debate da semana passada com Trump — ganharam força. Sobretudo após a divulgação de novas pesquisas que mostram o crescimento do republicano em Estados decisivos para a eleição.

Cresceram também as especulações sobre quem seria o substituto de Biden e os rumores de que o próprio presidente já estudaria abrir mão da disputa.

Trump abriu 6 pontos percentuais de vantagem sobre Biden na pesquisa eleitoral nacional divulgada ontem por "The Wall Street Journal". O resultado, de 48% para Trump e 42% para Biden, traz a maior diferença da série histórica das pesquisas do "WSJ" entre os dois candidatos. Outra pesquisa nacional, do "NYT"/Siena College, também divulgada ontem, mostra Trump com 49% e Biden com 43%.

> "Sei que os últimos dias foram difíceis... Mas estou concorrendo e sou o candidato do Partido Democrata"
> *Joe Biden*

Publicamente, porém, o presidente tem repetido o discurso de que se mantém firme na campanha, numa tentativa de não perder o apoio de líderes e militantes do partido e doadores de fundos — mesmo com pesquisas indicando que dois terços dos democratas acreditam que Biden deveria deixar a candidatura em favor de um nome mais forte capaz de derrotar Trump. E um dos nomes favoritos para isso é o da vice-presidente, Kamala Harris.

"Sei que os últimos dias foram difíceis", disse ontem Biden na mensagem aos membros do partido. "Tenho certeza de que vocês estão recebendo muitas perguntas. Tenho certeza de que muitos de vocês também têm perguntas. Então, deixe-me dizer isso da forma mais clara e simples possível: estou concorrendo. Sou o indicado do Partido Democrata. Ninguém está me empurrando para fora."

O dilema sobre a permanência ou não de Biden na eleição de novembro também ganhou um contorno inusitado ontem, quando a correspondente do jornal "The New York Times" na Casa Branca, Katie Rogers, publicou no site do jornal que o presidente já não tinha certeza sobre se deveria desistir. "De acordo com dois aliados que falaram com o presidente, ele reforçou que está comprometido com a luta pela reeleição, mas entende que sua viabilidade como candidato está ameaçada", escreveu Rogers. Rapidamente, porém, a Casa Branca desmentiu a informação do "NYT". "Isso é absolutamente falso", disse a secretária de imprensa Karine Jean-Pierre.

Analistas políticos dos EUA consideram que Biden tem pela frente algumas aparições públicas que devem ser decisivas. A primeira ocorre hoje, quando o presidente deve discursar no Dia da Independência. Amanhã ele dá entrevista ao jornalista George Stephanopoulos, da ABC News. E, no fim de semana, fará comícios de campanha em Pensilvânia e Wisconsin.

"Ele sabe que se tiver desempenho parecido com o do debate nestes eventos, estaremos em um lugar diferente nos próximos dias", disse uma fonte ao "NYT".

Raio-X - Reino Unido

Área
243,6 mil km²

População
67.596.300

Posição no IDH
15º (0,94)

Renda per capita
US$ 51 mil

Taxa de desemprego
4,4%

Escócia · Irlanda do Norte · Mar do Norte · REINO UNIDO · IRLANDA · Inglaterra · País de Gales · Londres · PAÍSES BAIXOS · BÉLGICA · Oceano Atlântico · FRANÇA

Fontes: FMI e ONS. Elaboração: Data. *Estimativa

Trabalhistas devem obter uma supermaioria no Parlamento britânico

Max Colchester e David Luhnow
Dow Jones, de Londres

É quase certo que hoje o premiê do Reino Unido, Rishi Sunak, será saído da Downing Street e o seu Partido Conservador enfrentará o seu pior momento em mais de 100 anos. Pesquisas mostram que o Partido Trabalhista, de oposição, e seu líder Keir Starmer caminham para vencer por uma margem de cerca de 20 pontos percentuais, encerrando 14 anos de governo dos conservadores.

Se as pesquisas estiverem certas, os conservadores caminham para obter apenas cerca de 21,3% dos votos — menor percentual na história britânica moderna e metade dos 43,5% dos votos que conseguiram nas eleições gerais de 2019, quando o partido obteve uma grande maioria parlamentar com 365 cadeiras, contra apenas 203 para os trabalhistas.

Segundo pesquisa da Survation divulgada na terça-feira, os conservadores (Tories) caminham para ficar com apenas 64 assentos no Parlamento, o que significa que poderão ser superados pelos liberais democratas como o principal partido de oposição do Reino Unido.

Para os Tories, a derrota iminente encerra mais de uma década no poder, período em que o país teve cinco premiês e viveu momentos dramáticos como a votação de 2016 para deixar a União Europeia. Desde então, a economia britânica enfrenta dificuldades, ainda mais prejudicada pela pandemia e a guerra na Ucrânia. E o partido tem sido frequentemente dilacerado por conflitos e fustigado por escândalos. Agora, os legisladores do partido se preparam para, na melhor das hipóteses, cinco anos na oposição e, na pior das hipóteses, divisões internas que poderão despedaçá-lo.

Sunak, um ex-banqueiro do Goldman Sachs, passou os últimos dias de campanha conclamando os eleitores a elegerem conservadores suficientes para que os trabalhistas tenham uma oposição real e não um "cheque em branco".

Mesmo quando os conservadores se aproximavam do fim de sua legislatura, eles conduziram uma campanha amplamente vista como cheia de erros. Em maio, Sunak surpreendeu quase todos ao convocar uma eleição antecipada para este início de segundo semestre, apesar de estar muito atrás nas pesquisas. Apesar de prometer uma série de cortes de impostos e uma política linha dura com a imigração, as pesquisas não apontam uma melhora em sua situação.

Sunak está "viajando pelo país e sendo espancado", disse Andrew Cooper, membro conservador da Câmara dos Lordes e especialista em pesquisas. "Se fosse uma luta de boxe, já a teriam encerrado."

Uma pesquisa feita pela Ipsos na semana passada constatou que Sunak, de 44 anos, tem a maior taxa de desaprovação entre todos os premiês que tentaram se reeleger em 50 anos, com 75% dos eleitores achando que ele não está fazendo um bom trabalho. A previsão é que Rishi Sunak não apenas perca o cargo com uma derrota humilhante do seu partido, como pode se tornar o primeiro premiê britânico a perder seu assento parlamentar em uma eleição, segundo uma pesquisas de intenção de voto.

Um dos motivos pelos quais os conservadores caminham para uma derrota é que os eleitores simplesmente estão prontos para uma mudança. Nenhum partido político britânico conquistou um quinto mandato consecutivo. A política britânica tende a funcionar em ciclos, com os dois principais partidos geralmente conseguindo um período de 10 a 15 anos antes da população votar na oposição. Os conservadores governaram de 1980 a 1997, os trabalhistas de 1997 a 2010, e os conservadores novamente desde então.

Mas os Tories também estão sendo destruídos por seu próprio fraco histórico econômico, em parte devido à má sorte e em parte por causa deles próprios.

Nos últimos cinco anos, os salários reais caíram devido ao triplo golpe do Brexit, da pandemia e da guerra na Ucrânia, que levaram a uma disparada dos preços da energia e da inflação. Desde a última eleição, a renda real das famílias caiu — a primeira vez desde que os registros começaram em 1955, que os britânicos estão mais pobres, quando ajustada a renda à inflação, após uma legislatura, diz o centro de estudos Resolution Foundation, de Londres.

Para proteger a economia do choque duplo da pandemia e da guerra, os gastos do governo e os impostos aumentaram, e a arrecadação fiscal do Reino Unido está no patamar mais alto desde a década de 40. A imigração atingiu níveis recordes. Há hoje 7,5 milhões de pessoas à espera de tratamento no Serviço Nacional de Saúde. A inflação recuou de 11% para 2% em maio, mas os juros ainda não caíram de forma significativa.

O aumento dos impostos e os níveis recordes de imigração provocaram um retorno ao cenário político britânico de Nigel Farage, um populista que pressionou pelo Brexit e que agora está de volta com um novo partido chamado Reform UK. As pesquisas mostram que o Reform poderá ficar com 15,6% dos votos, drenando o apoio aos conservadores. Farage disse que quer superar os conservadores depois da eleição.

Pesquisa para o Parlamento
Intenção de voto, em %

Fonte: Tracking/Telegraph, em 3/jul

Joe Biden e a tragédia do negacionismo da esquerda

Análise

Janan Ganesh
Financial Times

Não há uma solução boa agora. Estamos no reino do "menos pior". Se os democratas dos EUA optarem por qualquer candidato a presidente que não seja Joe Biden, imagine qual seria a mensagem implícita para os eleitores: "Tentamos ao máximo empurrar um candidato insustentável, mas os holofotes de um debate televisivo ao vivo nos impediram. Ah, bem, aqui está o substituto". Uma capitulação de última hora a realidades óbvias há vários anos pareceria tanto desajeitada quanto arriscada.

Ainda assim, caso Biden concorra, seria pior. É mais provável que suas falhas de fala e comportamento, agora já evidentes, se multipliquem, em vez de desaparecer. Cerca de 72% dos eleitores registrados não o veem com a capacidade cognitiva para ser presidente.

Os democratas tiveram mais de três anos para se preparar para essa eventualidade. No dia seguinte à eleição de Biden, já deveriam ter iniciado o processo de busca por um sucessor para 2024. Mas aqui estamos. O partido merece uma derrota eleitoral como punição por sua negligência, ou pelo menos mereceria se a alternativa neste novembro não fosse Donald Trump. O problema é que os eleitores indecisos podem não se importar com essa segunda parte.

Se a trapalhada na sucessão de Biden fosse um erro isolado, poderíamos apenas lamentá-lo, sem ter nenhuma grande lição a tirar. O erro, porém, faz parte de um padrão de comportamento da esquerda anglo-americana. Se os democratas tivessem escolhido um candidato melhor do que Hillary Clinton em 2016, aquela eleição acirrada teria se inclinado a seu favor. Trump agora estaria gravando a 23ª temporada de "O Aprendiz".

Quanto ao Partido Trabalhista no Reino Unido, há três suposições contrafactuais que teriam reduzido as chances do Brexit: depor Gordon Brown antes da eleição de 2010, o que poderia ter evitado um governo conservador; escolher o irmão Miliband certo, o que poderia ter negado aos conservadores a maioria absoluta em 2015 que permitiu o plesbiscito; e ter trocado Jeremy Corbyn por um defensor da permanência que não fosse ambíguo (e fosse competente).

Isso não é ficar dando palpite em escala histórica depois do fato já ocorrido. Em cada um desses casos, estava claro na época o que precisava ser feito. Em cada um, a esquerda encontrou um modo de evitar fazê-lo. A partir de certo momento, isso começa a não parecer mais apenas uma sucessão de tropeços, mas uma falha básica de personalidade. É difícil dar um nome a essa falha, mas sua essência é uma aversão ao conflito com pessoas de ideias semelhantes.

O teste de seriedade na política é ter apetite para confrontar o próprio lado. Nesse aspecto, os liberais deixam muito a desejar, e com frequência. Deixar dizer o óbvio sobre Biden é apenas um exemplo.

Outro são as constantes evasivas sobre o "woke" [o movimento pelo "despertar" da consciência racial e social]. Tentou-se todo tipo de estratégia: dizer que o woke é apenas uma questão de boas maneiras; que os direitistas ficam inventando coisas; que a cultura do cancelamento muitas vezes não dá em nada, então qual o problema?; que "Tirar Fundos da Polícia" significa "Vamos Pensar Seriamente sobre uma Reforma Construtiva da Polícia". É inteiramente legítimo apoiar a extrema esquerda cultural nos próprios termos ela. Contestá-la como uma ameaça iliberal, também é. No entanto, olhar para o outro lado, ou reenquadrar o movimento como algo que claramente não é, é covardia, e essa continua sendo a tática de muitos liberais. O resultado geral é de pessoas precisando pisar em ovos quando estão perto dos próprios filhos.

Ciente de que não era um gênio, George Orwell disse que se tinha algo a seu favor era o "poder de encarar fatos desagradáveis". Os talentos da esquerda não conseguiram ver, ou optaram por não ver, a malevolência do projeto soviético. Bem, esse negacionismo, esse horror de admitir ter "inimigos à esquerda", continua vivo, e a história recente do Reino Unido e dos EUA virou-se contra ele.

Mesmo agora, após o fiasco do debate, democratas distorcem suas apreensões sobre Biden com palavras ambíguas. Perguntas profundas precisam ser feitas sobre ele, leio. Candidatos alternativos estão em seu direito de sondar doadores, aparentemente. A voz passiva está sendo usada de forma extenuante. Como sempre, a prioridade é seguir uma espécie de impecável etiqueta de salão. Por um lado, Trump é uma ameaça existencial à democracia, e todos os meios legítimos precisam ser usados para detê-lo. Mas, não sejamos selvagens entre nós.

Logo após o debate, Biden teve uma atuação sólida em um comício de campanha. Alguns democratas tentaram exaltar o feito como se fosse um fragmento perdido do Discurso de Gettysburg [o mais famoso de Abraham Lincoln]. É nisso que o negacionismo liberal resulta: no espetáculo ignominioso de Biden, um homem cheio de orgulho, que esteve a serviço de seu país e do mundo ao derrotar Trump, e que acaba sendo elogiado por conseguir terminar frases. De certa forma, isso é um espetáculo mais angustiante do que o desastroso debate jamais foi.

Curtas

Orçamento argentino

O presidente da Argentina, Javier Milei, enviou ao Congresso uma antecipação do projeto de orçamento para 2025, no qual prevê, entre outras variáveis, que o Produto Interno Bruto (PIB) cairá 3,5% neste ano, mas voltará a crescer em 2025, com um aumento de 3,4%. A inflação para 2025 foi estimada em 139,7%. E espera que a taxa de câmbio nominal, seja de US$ 1 por 1.016 pesos, ou seja, um aumento ano a ano de 58,3%.

UE quer taxar Shein

A União Europeia (UE) planeja impor taxas adicionais a produtos vendidos em e-commerce da China para conter a entrada de artigos "abaixo do padrão", disse o "Financial Times". O plano da UE é acabar com o limite de importação de €150 — atualmente é isento de taxação ao entrar no bloco UE. O plano visa produtos vendidos em sites como Shein e AliExpress.

RN não terá maioria absoluta, aponta pesquisa

THOMAS PADILLA/AP

O Reunião Nacional, partido de extrema direita de Marine Le Pen, não deve conseguir a maioria absoluta no Parlamento francês, segundo pesquisa da Harris Interactive, que prevê um legislativo dividido após o segundo turno das eleições neste domingo. A pesquisa estima que o RN e seus aliados podem obter de 190 a 220 assentos, bem abaixo dos 289 necessários para a extrema direita reivindicar o cargo de premiê com uma maioria no poder. A Nova Frente Popular (NFP), aliança de esquerda, deverá ter a segunda maior bancada, com 159 a 183 deputados. Já a aliança centista Juntos de Emmanuel Macron vai encolher para menos de 135. Na foto, milhares voltam a tomar a praça da República, em Paris, em protestos contra a extrema direita.

Valor ECONÔMICO

Falta de metas na Educação deixa Brasil no atraso

Após avanços e recuos que consumiram quatro anos, o governo Lula encaminhou na semana passada o Plano Nacional de Educação (PNE), que traça objetivos para os próximos dez anos. O plano foi anunciado em cerimônia de acesso limitado ao ministro da Educação, Camilo Santana, e a alguns parlamentares. Seu texto não foi divulgado. Apenas uma nota foi publicada no site do Ministério da Educação. O projeto será agora submetido ao Congresso.

A opção por um evento restrito e sem a revelação do conteúdo integral do projeto de lei é, provavelmente, consequência da confusão ocorrida, em janeiro, quando saiu um primeiro rascunho do PNE, durante a Conferência Nacional de Educação (Conae). Referências a ações de diversidade nas escolas e críticas aos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro desencadearam reações polarizadas.

De acordo com as linhas gerais divulgadas, o novo PNE pretende reduzir as desigualdades na educação, ampliar o acesso à educação infantil, ao ensino em tempo integral e ao técnico, e melhorar a qualidade da educação no Brasil — pontos que de alguma forma eram também perseguidos no plano anterior. De novidade, prevê adotar políticas de conectividade e cidadania digital, e dar atenção especial ao acesso à educação de indígenas, quilombolas, crianças com deficiências e jovens e adultos, com a definição de metas e financiamentos específicos.

O novo PNE pretende elevar os gastos com educação a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em dez anos, meta, que, como todas as outras constantes do plano anterior, não foi atingida. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o investimento em educação chegou a 5,5% do PIB em 2022. Agora, as condições parecem ainda mais restritivas, em meio a discussões sobre corte de gastos e cumprimento do piso constitucional.

Na educação infantil, a meta é atender 60% das crianças de até 3 anos com creches e universalizar as vagas para as crianças de 4 e 5 anos. No plano anterior, o percentual de crianças até 3 anos nas creches para 2024 era de 50% e o das vagas para as duas idades, de 42,3% e 93%, respectivamente.

Em relação ao ensino em tempo integral, o objetivo é que 55% das escolas de ensino público ofereçam o horário ampliado, percentual acima dos 30,5% atuais, e para 40% dos alunos, o dobro dos 20,6% de agora. O PNE anterior previa que 50% das escolas públicas tivessem horário integral.

Quanto à educação profissional técnica, a intenção é elevar o percentual dos estudantes do ensino médio em cursos profissionalizantes de 14,5% para 50%. Das novas vagas, 45% devem ser abertas em escolas públicas. Outro objetivo é passar de 995 mil alunos para 3 milhões em cursos de qualificação profissional de 160 horas.

No total, o novo PNE tem 18 objetivos, que se desdobram em compromissos escalonados ao longo do tempo, totalizando 58 metas. O PNE em vigor não teve nenhuma de suas 20 metas cumpridas integralmente. Segundo o MEC, em média, 76% das 20 metas do PNE foram cumpridas. Teriam dificultado o avanço do plano a falta de recursos, as prioridades dos diferentes governos e a pandemia. Levantamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação apontou como parcialmente atingidas apenas as metas de formação de mestres, a quantidade de professores de ensino superior com mestrado e a expansão da rede pública na oferta de educação profissional.

Na nota divulgada no site do Ministério da Educação, o ministro Camilo Santana disse esperar a aprovação do PNE ainda este ano, para que tenha validade já a partir de 2025. O ministro está sendo muito otimista. Agora a tramitação promete ser mais barulhenta e marcada pela polarização. O Senado já aprovou a prorrogação do atual PNE até dezembro de 2025, que será analisada na Câmara. O Ministério da Educação não era favorável à ideia, mas desistiu de comprar essa briga e se comprometeu a apoiar a decisão dos deputados que analisarão a ampliação do prazo.

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, deputado Rafael Brito (MDB-AL), defendeu a prorrogação do atual plano até 2025 para garantir mais tempo para debater a nova proposta, e sugeriu a criação de uma comissão especial para discuti-lo. A proposta será levada ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Mas o presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), ferrenho opositor do governo atual, considera o PNE uma das principais pautas do setor educacional este ano e deseja debater o projeto no colegiado. Ferreira pode escolher um relator alinhado a ele.

É natural a discussão a respeito de um tema tão relevante, mas nada justifica atraso tão grande em um campo em que os desafios são gigantes e o atraso, gritante. Os estudantes brasileiros continuam com desempenho sofrível nos testes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) que compara o resultado em leitura, matemática e ciência entre os países da OCDE. Pela primeira vez, o Pisa mediu o pensamento criativo de estudantes de 64 países, e o Brasil ficou em 44º lugar, com 23 pontos, dez abaixo da média. É mais uma decepção e motivo para criar um consenso de que sem educação de nível o Brasil não vai a lugar algum.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Problema do país passou a ser a atração de jovens para o ensino superior e a pós-graduação. Por **Marco A. Zago**

O futuro da ciência e da tecnologia no país

Muito tem-se falado sobre a "perda de cérebros" e medidas para trazer de volta cientistas que deixaram o país para trabalhar no exterior. Mas há uma tendência mais ameaçadora para o futuro de ciência e tecnologia no país: a redução dos jovens que ingressam e dos que se graduam no ensino superior, e a retração da pós-graduação, a principal estratégia brasileira para formação de pesquisadores.

A recente iniciativa da Fapesp, de reajustar o valor de bolsas e introduzir pagamento de benefício previdenciário a pesquisadores doutores, e a resolução do Conselho Nacional de Educação, que aguarda homologação do Ministro da Educação, devolvendo autonomia aos cursos de pós-graduação das universidades mais consolidadas, são medidas que ajudarão a conter essa tendência e terão impacto positivo na formação da nova geração de pesquisadores e empreendedores.

Entre 2017 e 2022, o número de graduados do ensino presencial universitário caiu 15% no país, afetando todas as profissões, exceto as áreas da saúde e de agricultura. Educação, engenharia e computação amargaram quedas de 37%, 24% e 14%, respectivamente. Contração similar ocorreu no Estado de São Paulo. Entre 2014 e 2020, as matrículas em cursos de engenharia presenciais na rede privada caíram 45%. Pergunta-se, como o país vai se "reindustrializar" ou enfrentar o desafio da transição digital e da inteligência artificial sem formar engenheiros e especialistas em computação? Além do mais, a taxa média de evasão das universidades federais é de 39%, e das privadas é de 59%. Ou seja, cerca de metade dos ingressantes não termina o ensino superior. Portanto, o problema do Brasil deixou de ser disponibilidade de vagas nas universidades e passou a ser o de atrair os jovens para o ensino superior.

A tragédia estende-se também à pós-graduação. Em 2022 o país registrou 8.741 matrículas a menos no mestrado em relação a 2019, e 5.047 a menos no doutorado; na USP, os números foram 846 e 972 menores em 2023, no mestrado e no doutorado, em relação a 2018.

As causas são múltiplas, com o agravante de que o problema não se limita ao Brasil, e assim nossos jovens graduados, doutores e técnicos passam a ser disputados por outros países, que oferecem vantagens profissionais competitivas, além de condições sociais vantajosas, como educação pública de qualidade para seus filhos, segurança para a família e qualidade de vida superior.

Por que nossos jovens estão fugindo da universidade? Primeiramente, porque o diploma, mesmo de universidades renomadas, deixou de ser garantia de sucesso profissional. O título de médico ainda é exceção cartorial, contribuindo para uma proliferação incontida de escolas médicas, num país que já tem mais médicos per capita do que os Estados Unidos.

Além do mais, o distanciamento entre as exigências da vida profissional e o treinamento das universidades nunca foi tão grande. O ensino apegado aos formatos disciplinares do século passado não atrai ou retém os jovens. Haveria que se adaptar ao mundo digital e à cultura da juventude atual. No lugar de ênfase no conteúdo curricular exaustivo, que busca cobrir todo o conhecimento acumulado daquela matéria, deveriam ser priorizados os métodos, as abordagens e as habilidades, em especial a capacidade de resolver problemas da vida real, trabalhar em grupo e cooperativamente, liderar e ser liderado, exercitar a criatividade e empregar instrumentos tecnológicos modernos.

VINÍCIUS MARINHO/DIVULGAÇÃO

Mas, como vamos repatriar nossos "cérebros"? Ou incentivar sua formação e evitar que emigrem? Oferecendo condições competitivas de trabalho: bons laboratórios equipados, apoio para pesquisa e remuneração adequada. Nossos jovens brilhantes não vão aceitar uma vida de penúria, voluntariamente, para contribuir para o desenvolvimento do país. Vão embora!

Adicionalmente, a rigidez e burocratização dos cursos de pós-graduação se acentuaram muito nos últimos anos, sob uma visão centralista do MEC. Há 50 anos, eu obtive o doutorado na USP com 29 anos. Hoje, a idade média do doutoramento no país é de 37 anos! Para comparação, há 28 cientistas que ganharam o Prêmio Nobel com até 37 anos de idade, o mais jovem deles, Lawrence Bragg, descobridor da cristalografia, com 25 anos. A Medalha Fields, equivalente ao Prêmio Nobel da Matemática, é concedida a cada quatro anos a matemáticos com menos de 40 anos que tenham contribuído de maneira excepcional para o progresso da ciência. Artur Ávila, brasileiro, recebeu a honraria com 35 anos de idade.

Neste aspecto, há três estratégias que podem provocar uma mudança de rota. Em primeiro lugar, trazer novamente o doutorado para sua essência, reduzindo a preocupação com créditos, disciplinas livrescas e exagero de regulamentações. Depois, promover aumento significativo e realista dos valores das bolsas. Finalmente, facilitar que parte da formação da pós-graduação possa ocorrer em ambiente industrial ou produtivo.

Uma estratégia adicional é a de atrair cientistas, brasileiros ou estrangeiros, que estão em centros de excelência no exterior, como no programa de Jovem Pesquisador da Fapesp. O programa apoia doutores com pelo menos dois anos de experiência que tiveram treinamento no exterior; recebem bolsa de valor equivalente ao início da carreira de professor nas universidades por até 6 anos e recursos para equipamentos e pesquisa. Desde sua implantação, a Fapesp financiou mais de 1.700 projetos, cujos beneficiários tornaram-se lideranças acadêmicas e profissionais.

Mas àqueles que obtiveram o doutorado no país e não encontraram ainda um emprego na academia ou nas empresas, a Fapesp oferece o Programa Geração, com as mesmas vantagens do Jovem Pesquisador, desde que apresentem propostas competitivas e de mérito. Em 2022 aprovamos 35 desses projetos, no valor de R$ 42 milhões e R$ 14 milhões adicionais em bolsas para seus alunos.

Tudo isso exige obviamente laboratórios modernos (em 2023 concedemos R$ 450 milhões para grandes equipamentos de pesquisa), e cooperação entre o setor empresarial e acadêmico, como por exemplo o programa de produção de H2 a partir do etanol ou de pesquisa para aviação do futuro, em cooperação com a Embraer.

As medidas anunciadas recentemente são auspiciosas e sinérgicas com o empenho de renovação do sistema de ciência e tecnologia do Estado, mas ainda precisam ser ampliadas e complementadas.

Marco A. Zago é presidente da Fapesp
Foi reitor da USP e presidente do CNPq.

A voz de Ricupero

Maria Clara R. M. do Prado

"Memórias", de autoria do embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente e Amazônia e também da Fazenda no governo Itamar Franco, conta a história brasileira dos últimos 63 anos, conforme testemunhada por ele, desde que chegou a Brasília como jovem diplomata e foi designado para fazer parte do governo de Jânio Quadros. A narrativa dos episódios transcorridos ao longo da vida é intermediada por observações atualizadas do autor, o que torna o texto não só dinâmico, mas elucidativo da conturbada trajetória política do país.

O livro, recém-lançado, ajuda não apenas a rememorar fatos relevantes. Tem também o mérito de não os deixar soltos no ar, uma vez que são de alguma forma encadeados direta ou indiretamente, uns redundando nos demais. Não se sabe se essa relação de causa e efeito foi uma escolha consciente de Ricupero ou se tomou forma à medida que a escrita se desenvolvia. Seja como for, faz com que a leitura de "Memórias" prenda a atenção do início ao fim, a despeito de suas 684 páginas.

Desde o desaparecimento de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o país experimentou a ascensão à Presidência da República de cinco vice-presidentes (um pelo suicídio do titular, um por renúncia, um por morte antes da posse e dois por impeachment). Nestes 70 anos da República, apenas cinco presidentes eleitos como tal conseguiram completar seus mandatos: Juscelino Kubitschek; José Sarney, empossado presidente com a morte de Tancredo Neves; Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos), Luiz Inácio Lula da Silva (em seu terceiro mandato) e Jair Bolsonaro. Não se considera o período militar na lista por razões óbvias.

Rubens Ricupero foi testemunha próxima de importantes acontecimentos políticos do país em pelo menos três ocasiões, em diferentes governos. Na era Jânio Quadros, fez parte de uma subchefia criada no gabinete da Presidência da República. Nessa posição, ele pode acompanhar de perto o governo errático de um político confuso e despreparado. Na condição de assessor para relações com o Congresso, Ricupero presenciou a pressa com que os opositores correram para "decretar vaga a Presidência da República" após a renúncia, de modo a garantir a posse de Jango Goulart, o vice-presidente de esquerda.

Durante o breve período do parlamentarismo, serviu como elemento de ligação entre o então chanceler San Tiago Dantas e o gabinete do primeiro-ministro, cargo exercido por Tancredo Neves.

Com uma visão alargada do mundo, o livro destaca o cenário internacional prevalente na época. A guerra fria entre os Estados Unidos e a então União Soviética conheceu o seu momento mais perigoso em 1961 com a invasão norte-americana na Baía dos Porcos, na costa sul de Cuba. O risco de guerra nuclear foi usado pela primeira vez como arma política, a partir da instalação de mísseis em Cuba por parte dos soviéticos, em 1962. Naquela época, os americanos se imiscuíam diretamente nos assuntos políticos da América Latina, provocando reações e contrarreações que redundaram em apoio a vários golpes militares na região. O medo do comunismo tudo justificava.

No início do governo militar, Ricupero foi questionado sobre quais seriam as suas posições políticas. Servia então no corpo da embaixada brasileira em Viena, seu primeiro posto no exterior.

De volta ao Brasil, participou da campanha de Tancredo Neves nas eleições indiretas, tendo sido designado para a subchefia especial da Casa Civil e mantido na função por Sarney. De abril de 1986 a setembro de 1987, atuou como assessor especial do presidente da República. No Palácio do Planalto, Ricupero acompanhou indiretamente o Plano Cruzado (fevereiro de 1986) e a moratória da dívida externa.

"Especula-se às vezes o que teria sido a história do Brasil se Tancredo não tivesse morrido. Jamais saberemos, mas tenho para mim que possivelmente não teria sido tão melhor no fundamental. As personalidades contam o essencial da história, no entanto, não se pode fugir da tirania dos problemas. Em matéria de problemas, os militares haviam deixado um mar deles, dentre os quais se destacavam o desafio de reconstruir a estrutura jurídica da democracia e dos direitos humanos num campo de ruínas e duas heranças econômicas particularmente malditas: a crise da dívida externa e o perigo iminente da hiperinflação. Custou quase uma década encaminhar solução definitiva para as duas questões econômicas, o que só ocorreu com o Plano Real e o acordo com os bancos credores", diz ele na página 391 de "Memórias".

Riqueza de informações torna "Memórias" imprescindível para entender os fatos que moldaram o país

Depois de ter servido no exterior como representante do Brasil junto aos organismos da ONU em Genebra e como embaixador em Washington, Ricupero participou de um terceiro momento político no país, sem dúvida o mais importante de todos e aquele que o marcou para o resto da vida. A convite de Itamar Franco, tornou-se ministro da Fazenda como sucessor de FHC, após a incompatibilização deste para disputar a Presidência da República. Encontrou uma equipe já montada. A implementação do Plano Real estava em curso.

No curto período na Fazenda – de abril ao fim de agosto de 1994 – Ricupero adaptou-se ao papel que lhe havia sido reservado, o de comunicar à população os benefícios da estabilidade, fundamental para assegurar credibilidade à nova moeda. Ele cumpriu a missão de forma tão espetacular que passou a ser visto como a cara do Real naquele breve, porém intenso período.

Saiu do governo no episódio da parabólica – quando antenas parabólicas no interior do país captaram a conversa indiscreta que teve com um editor da TV Globo, enquanto aguardavam o sinal da emissora para a última entrevista que ele daria no dia 1º de setembro de 1994 para marcar o segundo aniversário de mês do Real.

Ricupero pediu desculpas ao país em seguida, com a carta do "mea culpa". No livro, volta a admitir o erro cometido na época. O arrependimento de Ricupero é um ato de coragem raramente visto em um homem público. Revela o espírito cívico que orientou a sua carreira e serve de exemplo a todos. Pela precisão e riqueza de informações, a leitura de "Memórias" é imprescindível para se entender os fatos que moldaram o país.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

Setores público e privado devem garantir acesso à capacitação tecnológica. Por **Paula Bellizia**

A tecnologia e a igualdade de gênero

Ester era mais uma dona de casa queniana. Mãe de cinco filhos e casada, ela não possuía nenhuma autonomia financeira. O marido era quem trabalhava e gastava praticamente todo dinheiro da família, a maior parte com cerveja de banana. A Ester restava o desafio de fazer o possível e o impossível para gerenciar uma casa e alimentar sete pessoas com praticamente nenhum recurso. Essa história começou a mudar quando ela foi apresentada a uma tecnologia criada na África que permite pagamentos pelo celular por meio de SMS, sem necessidade de smartphones nem conexão à internet.

O chamado mobile money, lançado em 2007, incluiu milhões de pessoas ao sistema financeiro do Quênia — atualmente, mais de 90% dos adultos do país possuem uma conta desse tipo, segundo a GSMA, uma das principais fontes especializadas sobre a indústria mobile no mundo. Com acesso formal a serviços bancários de baixo custo, Ester conseguiu um empréstimo em uma cooperativa de crédito local para abrir o seu próprio negócio. Além do dinheiro, também recebeu mentoria e orientação profissional. Deu tão certo que acabou contratando dois filhos e o marido. Agora, os homens da casa trabalham na fábrica de cerveja de banana dela, da Ester.

A história de Ester — contada no livro "BoxBreakers!", de Fredda McDonald — ilustra muito bem como a tecnologia pode e deve ser usada para reduzir a desigualdade de gênero. O mobile money mudou a vida de Ester e de outras milhares de mulheres quenianas, que passaram a ter a oportunidade de gerenciar o dinheiro delas e de suas famílias com segurança. Uma década depois de sua implementação, pesquisadores compararam áreas do país com alto e baixo acessos a esse tipo de tecnologia: onde havia mais contas de mobile money, a parcela de mulheres em situação de pobreza ficou 9 pontos percentuais abaixo da média; o consumo nessas regiões foi 18,5% maior do que nos locais com acesso limitado.

Não é à toa que a inclusão financeira promovida pela tecnologia é apontada pela ONU como um indicador-chave de oito dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030, incluindo os relacionados ao empoderamento das mulheres. Como o caso do Quênia nos mostra, inovações tecnológicas têm um papel fundamental em tudo isso. Foi assim com o mobile money, está sendo assim com o Pix no Brasil.

Há dois consensos no Conselho de Ação Mulheres, Diversidades e Inclusão em Negócios do B20: a importância da tecnologia na luta pela igualdade de gênero e a necessidade e inclusão de mulheres e outras maiorias minorizadas no desenvolvimento de inovações, como a IA

O serviço de pagamentos instantâneos do Brasil é um case de sucesso de inclusão financeira promovida pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Segundo o Banco Central, só nos dois primeiros anos de operação, o Pix incluiu mais de 70 milhões de brasileiros e brasileiras ao sistema financeiro nacional. São 70 milhões de consumidores. Dados internos do Ebanx mostram que 95% das pessoas que fizeram a primeira compra em uma loja virtual no ano passado pagaram com Pix, um claro sinal de como o serviço vem atraindo novos clientes para o comércio eletrônico e permitindo que mais pessoas participem ativamente da economia. Outro exemplo de como a tecnologia financeira tem colaborado para o empoderamento de populações sub-representadas vem da Índia, terra do UPI, o Pix de lá. Um estudo da Universidade de Yale descobriu que os pagamentos digitais deram não só mais autonomia a mulheres pobres como também aumentaram a participação delas no mercado de trabalho.

A construção de um ambiente social e econômico favorável às mulheres para que elas possam se desenvolver e prosperar é um pilar central das discussões que estão acontecendo desde o início do ano no Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios do B20, um fórum empresarial formado para propor políticas públicas para os países do G20, que eu colidero. Nossos debates envolvem centenas de representantes dos mais diversos lugares do mundo, e um dos principais desafios é formar consenso em torno das recomendações do grupo. Mas há dois princípios que nunca provocaram divergências: a importância da tecnologia na luta pela igualdade de gênero e a necessidade urgente de inclusão de mulheres e outras maiorias minorizadas no desenvolvimento de inovações tecnológicas, como a inteligência artificial.

A artista turca Beyza Doguç trabalha em projetos que unem IA e música. Há alguns meses, ela pediu a uma ferramenta de criação generativa que escrevesse uma história sobre profissionais de saúde. Em todos os resultados entregues pela máquina, o médico era representado por um homem e a enfermeira por uma mulher. Intrigada, Beyza fez solicitações diferentes, mas nada mudou: a IA continuou produzindo textos estereotipados e associando certas qualidades e habilidades profissionais com o gênero dos personagens. "A IA reflete os preconceitos presentes em nossa sociedade e que se manifestam nos dados de treinamento da IA", disse Beyza à ONU Mulheres.

Os números falam por si: 44% dos 133 sistemas de IA analisados por pesquisadoras da Universidade de Berkeley, na Califórnia, apresentaram viés de gênero; 25% também tinham viés racial. Estamos vendo a tecnologia reproduzir aquilo que "aprende" com quem está por trás de sua programação — os homens representam 70% dos profissionais envolvidos com IA, segundo dados do Fórum Econômico Mundial. Essa proporção também é vista na chamada "força de trabalho STEM" (sigla em inglês para ciências, tecnologia, engenharia e matemática). É preciso mudar esse cenário o quanto antes. É para ontem!

A velocidade com que as inovações estão evoluindo nos traz um novo desafio: correr contra o tempo para que as meninas de hoje façam parte da revolução tecnológica que já está acontecendo. O Conselho de Ação do B20 tem se debruçado nesse tema para apresentar aos líderes do G20 em novembro, na Cúpula no Rio de Janeiro, recomendações factíveis para o poder público colocar em prática o mais rápido possível, incluindo ações que garantam acesso equitativo à educação de qualidade e capacitação tecnológica. Por sermos um fórum empresarial, nós também estamos debatendo o papel do setor privado no combate à desigualdade de gênero – nós temos responsabilidade e precisamos assumi-las. Como eu escrevi há dois meses nesse mesmo **Valor**, apostar em diversidade e inclusão é questão de negócios: impulsiona inovação, melhora desempenho financeiro e promove a resiliência organizacional.

Para inspirar mais empresas a fazerem parte dessa caminhada, o B20 está listando exemplos de companhias do mundo todo que já adotam políticas voltadas para a comunidade à sua volta. O Ebanx, por exemplo, tem um programa chamado Códigos do Amanhã, que oferece educação tecnológica gratuita a jovens em situação de vulnerabilidade social. Na última turma, 63% dos inscritos eram mulheres, 58% negros ou pardos, e 51% pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Os alunos saíram do curso com novas habilidades e preparados para entrar no mercado de tecnologia. Uma das histórias que mais me marcou é de uma mãe que realizou o sonho de mudar de carreira para TI e foi recrutada pela área em uma empresa que queria muito estar. Sorte de quem contratou! Ter pessoas das mais variadas origens e com diferentes perspectivas e habilidades é crucial para o crescimento de qualquer companhia, seja uma fintech, como a gente, seja uma fábrica de cerveja de banana.

Paula Bellizia é sócia e presidente de Pagamentos Globais do Ebanx. É líder do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios do B20.

Frase do dia

"Este país jamais será irresponsável do ponto de vista fiscal. Eu não tenho um dia de experiência, eu tenho dez anos de Presidência".

Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem

Cartas de Leitores

Declarações de Lula

Lula parece ter esquecido que é presidente de 210 milhões de brasileiros, não apenas dos pobres e necessitados. Já que ele se considera um bom negociador, por que não pega um avião e vai conversar com o pessoal da Faria Lima, ao invés de confrontá-los o tempo todo?

Diria a mesma coisa em relação ao Banco Central. Lá é ainda mais fácil; basta fazer uma caminhada de algumas superquadras e bater um papo com o Roberto Campos Neto.

Seriam gestos nobres, dignos de um estadista, e não de um cão raivoso que pensa estar eternamente em cima de um palanque.

Arthur Mendes
arthur.mendes@me.com

Hospitais no Rio

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou que em breve será apresentado um programa de reestruturação dos seis hospitais federais do Rio de Janeiro.

Nada justifica o governo federal manter aquelas unidades e o melhor seria repassá-las à iniciativa privada.

Lembrando também que, ao depor à CPI da Covid, o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel denunciou desvios de recursos naquelas unidades e que os hospitais federais do Rio "têm dono".

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

Dólar em alta

O dólar aqui entre nós não para de subir em relação ao real e o chamado "deus mercado" vê chance da alta dos juros, face a essa realidade que estamos vivenciando na nossa economia.

Mas, ao mesmo tempo, há um movimento de desvalorização da moeda americana em parte do mundo. China, Rússia e Índia são três potências que estão usando suas próprias moedas em suas atividades comerciais, o que, segundo especialistas, vai possibilitar que a moeda americana deixe de ser, como tem sido até agora, a mais usada nas transações internacionais.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Imposto sobre a carne

Um presidente que prometeu picanha ao povo, antes da eleição, agora defende isenção de imposto para a carne do pobre — músculo, coxão mole, acém e pé de frango. Interessante a categorização das carnes que o pobre tem que comer, segundo o presidente, e mais interessante ainda é o povo bater palma para um presidente que determina o tipo de carne que ele pode comer.

Se o imposto atingisse todo tipo de carne tudo bem, mas ao povo resta roer o osso enquanto o presidente come a carne que prometeu e não chegou no prato do pobre.

Essa narrativa de Lula dividindo pobres e ricos como se fosse ele um pai bonzinho já não cola mais.

Izabel Avallone
izabelavallonegmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Entrevista Criminalidade, burocracia e educação são desafios, alerta economista do Banco Mundial

‘Nova janela de oportunidade pode estar sendo perdida pela América Latina’

DIVULGAÇÃO BANCO MUNDIAL

William Maloney: "Temos grande agenda de coisas nas quais precisamos nos concentrar; esta é a hora de fazermos isso"

Marsílea Gombata
De São Paulo

A América Latina se vê hoje diante de duas oportunidades: a transição energética e a exportação de bens mais "verdes" que os de países como a China, que utiliza carvão e petróleo para gerar eletricidade, afirma William Maloney, economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial.

Mas, para aproveitar a janela de oportunidade do movimento de nearshoring (priorizar parcerias com países próximos), Brasil e vizinhos ainda têm muito a ser feito, afirma.

"Quando olhamos para infraestrutura, vemos que não investimos tanto o quanto seria necessário. Muitas vezes há muito congestionamento burocrático e obter licenças é mais difícil", afirma ao **Valor**, ao lembrar que o baixo nível de capital humano na região. "E, então, quando se soma a isso insegurança, crime e violência, então a América Latina começa a parecer menos atraente no geral."

Maloney, que atuou em outras áreas do banco como comércio e competitividade, é doutor pela Universidade da Califórnia em Berkeley e foi professor na Universidade de Illinois e na Universidad de los Andes, na Colômbia.

Ele esteve no Brasil para a Conferência Anual BALAS (associação acadêmica que se concentra em negócios e economia na América Latina e Caribe), que ocorreu entre 18 e 21 de junho e foi organizada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), como parte da comemoração de seus 70 anos. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *A América Latina tem demonstrado resiliência diante dos desafios globais recentes, mas a atividade está perdendo fôlego. O FMI espera que o crescimento do PIB desacelere de 2,3% em 2023 para 2% neste ano. O que explica isso?*

William Maloney: Vale a pena enfatizar o primeiro ponto, de que a região provou ser mais resiliente, e isso tem de ser comemorado, no sentido de que é um testemunho de uma gestão mais profissional da política macroeconômica.

Isso tem melhorado nos últimos 30 anos. Antigamente, pensava-se que se os Estados Unidos pegassem um resfriado, a América Latina pegaria uma pneumonia. Agora todos pegamos pneumonia, mas a América Latina não contraiu mais pneumonia que os outros.

O segundo ponto importante é que, neste momento, a inflação, com exceção da Argentina e da Venezuela, está abaixo da taxa da OCDE, uma prova de que as autoridades monetárias atuam rapidamente e com determinação para conter pressões inflacionárias antecipadamente. O Brasil liderou esse movimento, um ano antes do Federal Reserve e meses à frente do Chile. E é por isso que agora podemos começar a reduzir as taxas de juros.

Mas não estamos crescendo muito. Nossa projeção é de crescimento de 1,8% neste ano. No próximo, talvez um pouco melhor, de 2,7%. Mas a verdade é que, se estamos falando de 2% ou 2,5%, isso não é suficiente para causar mobilidade social, atacar a pobreza e levar os países para onde queremos que vão. E isso não é resíduo da covid. Na década de 2010, crescíamos lentamente, cerca de 2,2%, quando o mundo crescia 3,1%.

Valor: *Temos inflação resiliente em muitas partes do mundo, com altas taxas de juros. Viveremos com taxas mais altas por mais tempo? Isso, necessariamente, significa baixa atividade econômica?*

Maloney: Acredito que não ficarão em patamar tão baixo como estiveram nos últimos dez anos, aquelas foram circunstâncias excepcionais. Portanto, teremos de nos acostumar com taxas de juros, mas espero que caiam nos próximos dois anos. Mas temos de estar atentos [nas tendências] no longo prazo. Na década de 2010, mesmo quando tínhamos juros baixos, crescíamos 2,2%. E precisamos entender por que isso acontece.

Valor: *Muitos economistas dizem que o Brasil não se beneficiará do movimento de reshoring, nearshoring. Como conseguir isso?*

Maloney: Existem duas grandes oportunidades para a região neste momento. A primeira é a transição para a energia verde. Mais da metade da eletricidade gerada pela América Latina é renovável. E creio que isso aumentará à medida que obtivermos mais conhecimento sobre fontes como hidrogênio e energia solar. E isso oferece uma pequena vantagem comparativa, uma vez que podemos explorar produtos mais verdes, caso isso seja importante para, por exemplo, a Europa. Manufaturados produzidos na China, que utiliza carvão ou petróleo, ou na América Latina, utilizando energia verde? Isso, em teoria, é um pouco mais atraente para o nearshoring.

Porque o nearshoring está aí. Como pano de fundo, houve [o impulso dado pelo] aumento nos salários chineses ao longo do tempo. Depois houve a imposição de tarifas sobre produtos chineses pelo presidente Donald Trump, o que foi mantido por Joe Biden. Isso, em teoria, deveria fazer com que as empresas procurassem outros lugares como o México ou o Brasil como alternativas. E um terceiro ponto, que aprendemos na covid, é que nossas cadeias são muito mais frágeis do que pensávamos, então seria importante duplicar cadeias de abastecimento. E, olhando para as mudanças geoestratégicas no mundo, há um desejo de trazer algumas indústrias para países considerados mais amigáveis para a Europa e os EUA.

Tudo isso oferece uma janela de oportunidades para a América Latina, incluindo o Brasil. Em teoria, há uma oportunidade.

Valor: *E na prática….*

Maloney: Na prática, não estamos vendo muitas ações até agora e, para ser muito honesto, não sei se as estatísticas oficiais indicam que o investimento direto estrangeiro (IDE) está subestimado ou se, de fato, isso não está acontecendo. Quando converso com pessoas no México, elas dizem que há muita coisa acontecendo. Mas, quando olhamos para os números de IDE para a região, vemos que ainda estamos abaixo de onde estávamos em 2010, em termos reais.

O Brasil teve um grande salto há um ou dois anos. [Mas] isso se refere mais a recursos naturais. Não estamos vendo grandes investimentos, com algumas exceções como a Intel entrando com US$ 1,6 bilhão na Costa Rica, com dispositivos médicos cada vez mais produzidos lá.

E há outras coisas em jogo. Estudo feito com empresas americanas há alguns anos mostra que não são se trata apenas de custos salariais, mas do custo geral. Quando olhamos para infraestrutura, vemos que não investimos tanto o quanto seria necessário. Muitas vezes há muito congestionamento burocrático e obter licenças é mais difícil. Quando olhamos para a educação da força de trabalho, o Vietnã está 100 pontos à frente da América Latina no desempenho em matemática.

> "Em todos os países há muitos benefícios fiscais a empresas que não são exatamente eficientes"

E, então, quando se soma a isso insegurança, crime e violência, então a América Latina começa a parecer menos atraente no geral. E, já que a distância não importa muito porque os custos de frete são baixo, então parece que para realmente se tirar vantagem disso temos muito a fazer. Em termos de infraestrutura, logística, facilitação do comércio, qualidade da força de trabalho, não apenas no que diz respeito aos ensinos primário e secundário, mas também à formação técnica. Temos uma grande agenda de coisas nas quais precisamos nos concentrar. E esta é exatamente a hora de fazermos isso.

Valor: *O Brasil tem problema de produtividade e nas últimas décadas tem investido mais no agropecuária que na indústria manufatureira. Isso impacta capital humano, produtividade e crescimento?*

Maloney: É muito difícil saber quais setores serão líderes no [processo] de crescimento. A agricultura é um setor no qual o Brasil tem vantagem comparativa e está próximo da fronteira tecnológica em muitos aspectos. A pergunta que está fazendo é: "Estamos deixando de lado oportunidades no setor industrial?". Preocupações do tipo "como podemos ser industrializados?" ou "devemos olhar para os serviços ou outras fontes de dinamismo?" são de toda a região. É difícil saber qual será a sua vantagem comparativa. Mas o que tem de se garantir é um sistema de inovação, [dentro] de um sistema empreendedor, que seja bom para permitir que as pessoas tenham novas ideias ou apoiem as empresas existentes a inovar. Grande parte da indústria latino-americana enfrenta concorrência extrema da Ásia. Mas [por outro lado] parte de nossas economias é muito protegida. E, portanto, não há muita competição. E, se não existe isso, não há incentivo para inovar e aumentar a produtividade.

Valor: *Alguns economistas dizem que não aproveitamos a oportunidade do boom das commodities, de 2003-2013/14. O que deveríamos ter feito e como compensar?*

Maloney: Não apenas do boom anterior das commodities, eu diria, mas nos últimos 100 anos a América Latina não alavancou. E a questão é como se usa essa base para diversificar e dar dinamismo. No caso dos EUA, que é frequentemente citado, houve a construção de muitas universidades em torno da mineração, que passam a ter expertise em química e metalurgia, o que lançou as bases para a futura industrialização. Neste momento, os chilenos estão preocupados com a possibilidade de o lítio ser um cobre 2. Como fazer para isso ser diferente? Estão tentando ser um pouco mais agressivos e estimular indústrias relacionadas. Dar valor agregado de forma eficiente não é simples. Não é só questão de colocar conteúdo local ou pedir para grandes empresas globais transferirem tecnologia. É preciso recursos técnicos para gerenciar essas tecnologias corretamente para agregar valor. O Chile está trabalhando nisso, mas a outra coisa que estão fazendo é pegando boa parte desses recursos e colocando-o em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) direcionados para novas áreas que têm potencial [e não apenas a de lítio].

Valor: *Como o senhor vê a proposta de tributar os super-ricos?*

Maloney: Não há dúvida de que parte da grande desigualdade que há na região se deve ao fato de fazermos muito pouco em termos de transferir a riqueza das camadas muito ricas para as pobres da população. Parte dos melhores coeficientes de Gini da Europa provém justamente de sistemas tributários e de transferência. Mas depende muito do tipo de imposto que estamos falando. A América Latina tende a tributar bastante as empresas. Mesmo o Chile, supostamente liberal, tem taxa de tributação de empresas que é dois pontos percentuais acima da média da OCDE. Se você está tentando atrair capital estrangeiro, tentando estimular seu negócio, [isso] pode não coincidir com a forma com a qual se quer taxar os ricos.

Por outro lado, não damos muita atenção para impostos sobre propriedade. Há muito pouco imposto sobre propriedade e tentativas de tributar a riqueza financeira e contas offshore. Os EUA fazem isso, a Europa faz isso. É padrão e, provavelmente, tem um impacto menos negativo. Temos que ter cuidado com os impostos que escolhemos. O Brasil tem uma alíquota alta. E há uma agenda importante para a região e para o Brasil, que é melhorar a eficiência do funcionamento do governo e tornar o Estado mais eficaz.

Em toda a América Latina, temos visto pessoas insatisfeitas com o Estado. A educação pública, a saúde e as aposentadorias estão aquém do que se esperava e, ainda assim, gastamos muito dinheiro. Como podemos melhorar o funcionamento do governo? Precisamos trabalhar no lado das despesas, reduzindo o que é desperdício. Em todos os países há muitos benefícios fiscais a empresas que não são exatamente eficientes.

Valor: *Há alguma preocupação quanto à política na região hoje?*

Maloney: Com certeza, mas essa é uma preocupação global. O que temos visto em todo o mundo é um enfraquecimento de partidos de centro e o aumento da polarização. E isso está acontecendo em todos os lugares. Os EUA são o melhor exemplo neste momento, mas vemos isso na Colômbia, no Chile, no Brasil, no Peru. O que está causando isso? Esperava-se que iríamos mais longe, mas, em vez disso, cresceremos 2%, 2,5% no ano. E as pessoas estão dizendo que isso não é bom [o suficiente]. Por outro lado, a ascensão das redes sociais também permitiram posições mais extremas para obter mais apoio do eleitorado. Como voltamos a um equilíbrio maior? Não sei. Isso é uma questão.

Mas queria trazer outra questão. Estou realmente preocupado com o aumento do crime organizado na região. Mesmo países que costumávamos considerar relativamente imunes ao tema, como Chile e Uruguai, estão preocupados com a questão. O crime organizado é um grande problema, não é só um cartel de Medellín exportando cocaína para os EUA, são grandes grupos criminosos multinacionais. Isso afeta a política e as economias. Acho que é preciso muito mais colaboração entre os países latino-americanos. Eles precisam compartilhar informações e trabalhar para obter uma plataforma mútua, que inclua os EUA e provavelmente a Europa, para pensar sobre isso como problema regional.

Finanças
Setor bancário começou a mudar a partir do fim da inflação com o Plano Real
C3

Infraestrutura Santos Brasil antecipa expansão de terminal em SP, conta Sepúlveda, presidente B4

Petroquímica Cenário difícil para o setor leva à queda de 16% no ano nas ações da Braskem B3

Energia Definição sobre participação da União na Eletrobras fica para agosto B8

Tecnologia Cade investiga uso de dados de brasileiros para treinamento de IA pela Meta B9

Varejo Resultado pior que os principais concorrentes em 2020 fez rede retomar esquema num ritmo ainda maior do que no passado

Americanas tentou parar fraude, mas pressão sobre diretoria cresceu

Adriana Mattos
De São Paulo

A ex-diretoria da Americanas teria tentado interromper o esquema de fraudes na empresa em 2020, durante a pandemia de covid-19, quando a demanda por produtos no on-line disparou. Mas um dos executivos, Márcio Cruz, que na época comandava a operação de comércio eletrônico, ficou insatisfeito com o desempenho menor que o dos concorrentes.

Houve, então, uma retomada do sistema de falsificações, e num ritmo ainda maior do que se viu no passado, informou ontem o **Valor Pro**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

As informações constam nos pedidos de medida cautelar deferidos pela Justiça do Rio de Janeiro, no caso que investiga a ex-diretoria da companhia.

De acordo com o depoimento de um dos delatores do caso, Marcelo Nunes, ex-diretor financeiro da B2W, com os consumidores tendo que se abastecer no on-line, após o início da pandemia, o resultado do digital "passou a ser muito bom". Isso criou uma oportunidade de melhorar o lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, da sigla em inglês) após março ou abril de 2020.

Foi um período em que a empresa aproveitou para elevar margens, para o resultado falso ficar mais próximo do real. No terceiro trimestre de 2020, segundo os balanços arquivados na bolsa, a margem ebitda foi de 9,5%, e um ano antes era 9,1%. No acumulado de 2020, foi de 8,3%, versus 7,8% em 2019.

Ainda segundo Nunes, ele tentou fazer os ajustes para interromper as fraudes, e a quantidade de lançamentos fictícios chegou "a cair muito" na época. Só que esses dados mais próximos da realidade passaram a mostrar uma B2W crescendo menos que os rivais. Esses números ajudavam a balizar as metas de bônus dos executivos.

Então, em setembro, o ex-diretor Márcio Cruz passou a cobrar crescimento maior, e foi retomado o modelo de fraudes naquele ano. Foi nessa época que as falsificações "escalaram" mais, disse ele no depoimento ao MPF, segundo o pedido de medida cautelar da PF.

Nunes não chegou a comentar o tema, mas a redução nas fraudes ocorreu na mesma época em que o conselho de administração, indicado pelo trio de sócios Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, anunciou uma oferta de ações que se tornou uma das maiores da história da rede.

Em julho de 2020, a empresa comunicou a oferta de ações da B2W e Lojas Americanas, e que atingiu R$ 7,8 bilhões. O dinheiro iria para investimentos no digital e melhorar a estrutura de capital. Mas eram anúncios feitos em cima de balanços com dados que não existiam, pelo que se sabe até o momento. Hoje, investidores acreditam que esses recursos teriam sido consumidos, na verdade, pela situação crítica do negócio.

No terceiro trimestre de 2020, pouco antes de voltar a acelerar as falsificações, a B2W cresceu em vendas totais, o chamado "GMV", da sigla em inglês, cerca de 56%, mas o Magazine Luiza, concorrente da empresa, avançou mais de 81%. O Mercado Livre se expandiu 74% no país na época.

Naquele período, analistas não entendiam, e questionavam a diretoria, sobre o motivo da aceleração menor frente aos rivais. A companhia dizia que vinha em "bom ritmo", e não dava mais explicações.

Apurações preliminares indicam que os dados do GMV eram acompanhados por Sicupira, do trio de sócios de referência. A PF encontrou mensagens de Whatsapp trocadas entre Cruz e Nunes, em dezembro de 2020, mencionando que Miguel Gutierrez, ex-CEO da Americanas, queria, especificamente, uma prévia dos dados de GMV, porque os repassaria para "Beto", o apelido de Sicupira.

Logo depois disso, no primeiro trimestre de 2021, com a fraude a todo o vapor novamente, a B2W passou a publicar vendas muito maiores, crescendo 90% no período, para R$ 8,7 bilhões.

"O resultado demonstra a força da nossa plataforma híbrida, com crescimento expressivo no "1P", de 69%, [o 1P trata da venda de itens próprios] e forte aceleração do Marketplace (105%)", dizia a empresa em seu material de resultados do início de 2021.

Esse indicador de vendas de itens próprios e de lojistas da plataforma, que forma o GMV, é uma medida não contábil, e a manipulação do número não afetaria as demonstrações do resultado (DRE). Porém, criava informações distorcidas sobre o volume total vendido pela empresa.

Nunes disse em seu depoimento que "a cultura empresarial existente nas Americanas era a de não haver mudanças bruscas no orçamento, de não se falar em coisas ruins ao mercado, de não terem resultados ruins, era uma cultura empresarial muito forte que impunha a todos os funcionários essas obrigações".

Pelas investigações, ainda em andamento, a Americanas montava versões diferentes de seu balanço, que incluíam os números alterados por meio de fabricação de verbas de propaganda (VPC) e de operações financeiras de risco sacado. Uma série de expressões e termos passou a ser criada para ajudar a estruturar esse esquema de produção de números falsos (leia na imagem acima).

O sistema funcionava assim: a empresa falsificava contratos de verba de propaganda pagas pela indústria, e esse montante reduzia o custo da mercadoria e, logo, elevava o lucro bruto. Ao mesmo tempo, ao não registrar os juros das operações de financiamento com banco (risco sacado) como dívida — mas como despesa operacional — ela melhorava sua alavancagem.

Apesar dessa pressão na despesa com o risco sacado, a fabricação de verbas ajudava a melhorar o desempenho operacional.

> As informações constam nos pedidos de medida cautelar deferidos pela Justiça do Rio

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Durante a pandemia de covid-19, a demanda por produtos no on-line disparou e impulsionou todas as varejistas

O vocabulário da fraude

Termos, expressões e siglas que a ex-diretoria da rede, supostamente, utilizava para se comunicar e organizar as falsificações

AC - Sigla de "Arrecadação Complementar", era como ex-diretores chamavam os contratos falsos de verba de propaganda, que eram criados para inflar o resultado

AF - Sigla das operações de "Antecipação de Fornecedores", o nome é usado para identificar contratos de risco sacado. Trata-se de uma operação de financiamento entre rede, indústrias e bancos, mas a varejista não computava a transação como dívida

"Brutal fact" - Também chamada de "V0" ou "Prévia 0", era como ex-diretores identificavam arquivos com dados reais da empresa

Kit fechamento - Composto por 16 itens, esse arquivo incluiria, por exemplo, os números contábeis que seriam originais ou reais da rede. Era enviado aos ex-diretores pela área comercial todos os meses

Verdes e Vermelhos - Arquivo que teria sido criado trimestralmente e apresentava comparativos dos números prévios de resultado da rede versus as expectativas do mercado. Era incluído no "kit fechamento"

Versão 0 (V0) - Arquivo que servia de base para o grupo avaliar o real desempenho da empresa e embasar a tomada de decisões. A suposta fraude teria início a partir desta versão "V0"

Versão 1,2 3 (V1, V2, V3) - As versões supostamente "paralelas" ou fraudadas dos números. À medida que eram geradas falsificações, criavam-se novas versões dos números

Visão Conselho - Nome dado aos documentos e tabelas com os dados falsos, que circulavam entre os ex-diretores, e que seriam apresentados ao conselho de administração

Visão Empresa - Nome dado aos documentos e tabelas com dados originais ou reais, e que circulavam entre a ex-diretoria

VPC - Sigla para a "Verba de Propaganda Cooperada", é uma ferramenta usada para negociar valores extras com a indústria para, por exemplo, pagar metas atingidas. Na Americanas, isso foi "turbinado" para gerar lucro

Orçamento - Metas previstas, a serem atingidas pela empresa, mas, supostamente, se sabia na administração que não seriam alcançadas

(*) Informações obtidas pelo Valor junto aos depoimentos de delatores prestados às autoridades que investigam o caso

Kopenhagen perde exclusividade da marca 'Língua de Gato'

Disputa

Helena Benfica
De São Paulo

Em meio a uma disputa judicial movida pela Cacau Show, a rival Kopenhagen perdeu a exclusividade do uso da expressão "Língua de Gato" sobre dois produtos da marca registrados no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI).

A decisão foi proferida na segunda-feira (1º) pela juíza Laura Bastos Carvalho, da 12ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro e ainda cabe recurso.

Na ação, a Allshow Empreendimentos e Participações, uma das controladoras da Cacau Show, argumenta que a expressão foi criada em 1892 e tornou-se mundialmente popular por identificar o formato do chocolate. Segundo a companhia, "diversas marcas comercializam o chocolate no formato de língua de gato no Brasil".

Além disso, a Allshow diz que a Kopenhagen estaria tomando "medidas judiciais temerárias" contra concorrentes que lançassem produtos similares.

Em sua defesa, a Nibs Participações, controladora da Kopenhagen, argumenta que explora o termo desde 1940 e que ele ganhou distintividade com a empresa. Para a companhia, o uso indevido da marca por outras empresas indica "a intenção parasitária de seus concorrentes em tentar associar seus produtos aos produtos da Kopenhagen".

Em sua decisão, a magistrada afirma que "Língua de Gato" é uma expressão de uso comum no segmento de chocolates, "sendo utilizada para designar um determinado formato do produto, que se assemelha à língua de um gato". Ela acrescenta que, ao se apropriar da expressão, a Kopenhagen estaria "compelindo as suas concorrentes a não comercializarem os chocolates no formato".

Dessa forma, a juíza determinou o fim do uso exclusivo do termo pela companhia e garantiu que ele poderá ser usado por outras empresas para apresentar produtos que pertençam à categoria. Por ser em primeira instância, ainda cabe recurso de ambas as partes.

O embate entre as empresas teria começado em 2018, quando a Cacau Show anunciou que lançaria o "Panetone Miau", que segundo a descrição da companhia é um "Panettone Clássico com chocolate ao leite em formato de língua de gato".

Em nota, a Kopenhagen informa que não fornece mais detalhes enquanto o processo estiver em andamento. "Ressaltamos apenas se tratar de uma decisão de primeira instância e que ainda há um longo percurso jurídico a ser seguido até a conclusão, estando a empresa convicta de que essa decisão será revertida.

A companhia acrescenta que "segue sendo a única detentora da marca Língua de Gato e a única com direito legal de comercializar produtos sob esse registro".

Procurada, a Cacau Show não retornou ao pedido de entrevista até o fechamento desta edição.

ANA BRANCO/ZS

Em ação judicial movida pela Cacau Show, a Kopenhagen argumenta que explora o termo desde 1940

INÊS 249

Mercado Algumas vagas podem demorar meses até serem preenchidas , o que faz aumentar o recrutamento interno e a preparação de talentos

Achar profissionais de tecnologia é desafio para companhias

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

A contratação de pessoas para vagas na área de tecnologia continua sendo um desafio em empresas dos mais diversos setores. Um novo levantamento ao qual o **Valor** teve acesso com exclusividade, feito pelo site de empregos Indeed, mostra que entre os 15 cargos mais difíceis de preencher no Brasil hoje, mais da metade é de tecnologia, sendo engenheiro de software o mais difícil de recrutar no setor.

Os dados foram obtidos de acordo com as ofertas de emprego publicadas no site do Indeed no Brasil e representam uma lista de vagas abertas por 60 dias ou mais, de janeiro até abril de 2024. Segundo a amostra, 43% das posições de engenheiro de software permanecem abertas por dois meses ou mais na plataforma. No setor de tecnologia, também entram na lista dos cargos mais demorados a serem preenchidos desenvolvedor (34%), DevOps (34%), desenvolvedor back end (33%), engenheiro de software sênior (31%), desenvolvedor full stack (29%), estagiário em ciência da computação (29%) e arquiteto de software (27%).

Lucas Rizzardo, diretor de vendas do Indeed no Brasil, comenta que uma das razões desses números é a lacuna entre as habilidades ensinadas nas instituições de ensino e as demandas do setor de tecnologia. “Muitos profissionais da área geralmente não têm as habilidades práticas e atualizadas que os empregadores precisam”, diz. “As instituições de ensino também não cobrem os programas educacionais na velocidade necessária para formar profissionais preparados para as demandas do mercado, ou seja, novas ferramentas, linguagens de programação e metodologias surgem com frequência, o que cria uma necessidade contínua de habilidades atualizadas que acabam faltando no mercado de trabalho.”

Justamente por isso, muitas empresas optam por desenvolver seus profissionais internamente. Vivian Broge, vice-presidente de relações humanas e marketing da TOTVS, que tem atualmente 83 vagas de tecnologia abertas, comenta que a companhia possui um “olhar bastante atento para esse desafio e complexidade da falta de mão de obra em tecnologia”. “Para isso, nós primeiramente olhamos para dentro de casa e, depois, para o mercado. Explico: a companhia possui uma série de iniciativas voltadas para o desenvolvimento profissional de nossos colaboradores, promovendo a qualificação e o aprimoramento desse talento, a fim de atraí-lo e retê-lo em nosso time”, detalha.

Essa capacitação também ultrapassa as fronteiras da empresa, que é uma das maiores no país no setor de tecnologia. Por meio do Instituto da Oportunidade Social (IOS), do qual a TOTVS é a fundadora e principal mantenedora, oferece formação em tecnologia para jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência. “Entendemos a responsabilidade de habilitar e capacitar esses talentos para que sejam inseridos no mercado de trabalho”, explica. Segundo Broge, muitos desses jovens são absorvidos pela própria empresa, e o instituto também é a ponte para clientes e parceiros da TOTVS. Em 26 anos de atuação, o instituto formou quase 50 mil jovens. De 10 mil pessoas que trabalham na TOTVS hoje, 4 mil são do time de tecnologia.

Broge adiciona ao desafio de recrutar e reter pessoas na área, além do “gap de formação de talentos”, o fato de que os profissionais passaram a ser requisitados pelo mercado externo, “um cenário que foi bastante incentivado pela pandemia e a adoção do home office”.

Hoje diretor de engenharia na Deel, uma empresa americana de software para folha de pagamento global e recursos humanos, Maurício Santos ingressou na companhia em novembro de 2020 trabalhando remotamente e ganhando em dólar. Um exemplo real da preocupação externada por Broge. “Inicialmente, [o que me atraiu na oportunidade na Deel foi o] trabalho remunerado em moeda forte”, afirma Santos. “Mas se você me perguntar o que me fez ficar aqui por quase quatro anos, eu diria que foi devido à confiança da liderança, tomada de decisão rápida e uma cultura que valoriza aprender com os erros e impulsionar resultados impactantes.”

Com um modelo de trabalho 100% remoto, a Deel tem hoje 100 vagas abertas entre as equipes de tecnologia, produto e dados. Com 3.500 funcionários ao redor do mundo, mais de 1.000 são do time de tecnologia e, desses, mais de 100 são brasileiros. Alan Price, head global de recrutamento na Deel, diz que a empresa está “tendo uma ótima experiência com o talento local [brasileiro] devido ao seu ótimo nível acadêmico”.

A Deel leva, em média, 29 dias para fechar uma contratação em tecnologia, um pouco mais que os 25 dias de outras áreas da empresa. Mas, de modo geral, Price comenta que a companhia tem sucesso na contratação, apesar dos planos ambiciosos de crescimento. “Aumentamos nossa equipe de tecnologia em cerca de 1.500% nos últimos dois anos e meio. Isso não significa que nossas buscas sempre foram fáceis, mas construímos processos de contratação robustos que nos permitem selecionar talentos de tecnologia de forma eficaz.” Ele pontua que, na América Latina, a fluência no inglês dos candidatos é um desafio. “Como a Deel tem trabalhadores em mais de 100 países, o idioma padrão da nossa empresa é o inglês.” Assim, em funções que exigem excelentes habilidades de comunicação, as competências interpessoais podem ser um obstáculo, mesmo que as habilidades técnicas sejam suficientes, ele comenta.

No Nubank, que tem atualmente 350 vagas abertas globalmente em tecnologia, o “Nu Way of Working”, ou “Jeito Nu de Trabalhar”, vem sendo um diferencial para atrair talentos, diz Suzana Kubric, CHRO da empresa. Nesse modelo de trabalho híbrido criado na organização os funcionários trabalham até três meses remoto e uma semana no escritório. “Atualmente é um diferencial muito valorizado pelos talentos, em especial de tecnologia”, diz a executiva, detalhando que as pessoas podem ir até o escritório quando quiserem, seja para resolver questões mais complexas ou vivenciar a cultura da empresa no formato presencial. E todos os empregados têm acesso a benefícios como descontos em passagens aéreas, ônibus e hotéis quando precisarem ir ao escritório, ela diz.

Kubric comenta que também funcionam como atrativo de talentos o ambiente de alta performance e autonomia. “No Nubank, as pessoas têm a oportunidade de lidar com desafios complexos, em um espaço colaborativo, em que o impacto do seu trabalho é sentido diariamente na vida dos nossos mais de 100 milhões de clientes”, detalha.

> “Além do modelo remoto, a flexibilidade também é um valor agregado essencial”
> *Julian Colombo*

E para lidar com a lacuna de capacitação, o banco busca contratar e desenvolver jovens talentos a partir de programas de estágio, ao mesmo tempo em que busca pessoas internacionalmente. Em 2024, por meio do programa de estágio, 60 jovens profissionais ingressaram nas áreas de engenharia de software, ciência de dados e análise de negócios. Por um ano e meio, as pessoas aprovadas no processo seletivo têm um plano de desenvolvimento de carreira e benefícios, incluindo o programa de inglês gratuito para funcionários. “Temos trabalhado para atrair o talento, engajar, desenvolver e mostrar que essas pessoas conseguem crescer aqui e ter trajetórias impactantes”. Hoje, o Nubank tem 8 mil funcionários, sendo mais de 4 mil na área de tecnologia.

Também do setor financeiro, com mais de 6 milhões de clientes no país e 1.300 funcionários, sendo 200 em tecnologia, o will bank vê no home office um fator importante na estratégia de atração e retenção de talentos. “Os profissionais, sobretudo de tecnologia, valorizam muito essa modalidade de trabalho”, diz Rafael dos Anjos, coordenador de RH do will bank. Para ele, há um tripé que ajuda na atração dos profissionais: cultura, flexibilidade e alto impacto. “Temos feito um trabalho importante como marca empregadora”, diz. “Hoje, o will é reconhecido fortemente pelos pilares de diversidade e experiência do colaborador. Nosso foco agora tem sido consolidar nossa marca com um viés muito forte de desenvolvimento de produto, fazendo com que nos tornemos referência também nesse pilar.” O banco tem, atualmente, 28 vagas abertas em tecnologia e Anjos diz levar em torno de 55 dias para efetuar contratações nesse segmento.

A N5, empresa de software para o setor financeiro com 323 funcionários, sendo 80% do time de tecnologia, diz que costuma levar, em média, entre um mês e meio e dois meses para contratar. Julian Colombo, cofundador e CEO da N5, atribui a isso um “processo seletivo exigente”, com sete etapas que incluem provas de lógica, inteligência e habilidades interpessoais, além de avaliação de conhecimentos específicos necessários. O modelo totalmente remoto, ele diz, impacta positivamente tanto na atração quanto na retenção de talentos na área de tecnologia. “Além do modelo remoto, a flexibilidade também é um valor agregado essencial”, afirma. “Somos flexíveis uns com os outros para garantir o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos nossos colaboradores.”

Ainda que seja 100% remota, a N5 possui escritórios em alguns países, incluindo o Brasil (São Paulo), para aqueles funcionários que desejam se reunir ou realizar reuniões presenciais. “Somos uma empresa com uma riqueza cultural muito grande e não limitamos nossas contratações apenas aos 18 países onde operamos”, explica o CEO. “Essa abordagem amplia nossas possibilidades de atrair talentos em qualquer lugar do mundo. Se encontrarmos um profissional talentoso no interior, podemos integrá-lo à nossa equipe amanhã.” A N5 está com 100 vagas abertas em tecnologia.

A Sinqia, também uma empresa de software para o setor financeiro, diz conseguir contratar pessoas para vagas de tecnologia em cerca de 20 dias. Com 50 posições abertas hoje, afirma investir em programas de formação e desenvolvimento interno para capacitar seus funcionários e fomentar o crescimento deles dentro da organização. “Além disso, oferecemos um ambiente de trabalho inclusivo e oportunidades em projetos inovadores que atraem profissionais que desejam desafios constantes e uma carreira progressiva”, conclui Letícia Cinel, gerente de recursos humanos na Sinqia. A empresa tem 2.200 empregados, sendo 1.800 em tecnologia.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Vivian Broge, vice-presidente de relações humanas e marketing da TOTVS, que tem mais de 80 vagas de tecnologia abertas

Batalha por talentos

Vagas mais difíceis de preencher em 2024

Cargo	% de vagas abertas por 60 dias ou mais
Safrista	46
Engenheiro de software	**43**
Coordenador fiscal	40
Engenheiro	36
Desenvolvedor	**34**
Development operations engineer (DevOps)	**34**
Desenvolvedor back end	**33**
Engenheiro de software sênior	**31**
Desenvolvedor full stack	**29**
Estagiário em ciência da computação	**29**
Agente funerário	28
Encanador industrial	28
Arquiteto de software	**27**
Ajustador mecânico	27
Engenheiro de aplicação	26

Fonte: Indeed Brasil. De janeiro até abril de 2024.

Tire sempre férias com propósito, não esqueça

Rumo certo

Vicky Bloch

Acabo de retornar de um período de férias muito especial e diferente de todos que eu já havia vivido. Viajei ao encontro das minhas raízes, para conhecer as regiões de onde meus pais vieram. O mergulho foi tão intenso que o resultado dessa viagem foi muito maior do que eu imaginava. Consegui me desconectar totalmente de tudo que vivo no dia a dia e tive uma nova compreensão do pertencimento. Voltei me sentindo um degrau mais madura, mais empoderada e mais segura do que eu me encontrava antes.

Foi como se eu tivesse me permitido um passeio íntimo comigo mesma, redescobrindo e apreciando minha própria essência através da conexão com as memórias e histórias dos meus pais, já falecidos.

E esse período me fez também refletir sobre a importância de nos permitirmos desligar, interromper o ritmo frenético que nos consome diariamente, esvaziar a cabeça, promover encontros e desencontros.

Adorei o título de um artigo recém-publicado pela Harvard Business Review, escrito pelas professoras Laura Giurge (da London School of Economics) e Kaitlin Wooley (da Cornell University): “Não trabalhe durante as suas férias. É sério”.

Sei que nem todas as pessoas conseguem desligar 100% quando saem de férias. Por motivos diversos, precisam participar de uma ou outra reunião, acessar os e-mails ou responder mensagens. Mas é fundamental não negligenciar esse tempo necessário de descanso — ele é fundamental para permitir que a mente e o corpo se recuperem do estresse acumulado. Estudos comprovam que, além de reduzir os riscos à saúde física e mental, as férias são essenciais para que as pessoas se sintam mais felizes, realizadas, criativas e produtivas no próprio trabalho.

No artigo, Giurge e Wooley alertam para as mudanças nas relações dos indivíduos com o trabalho, em especial com a maior adoção do home office. Elas destacam que os limites difusos sobre o horário de trabalhar e o de descansar podem reduzir a motivação dos funcionários. Isso porque há uma significativa dicotomia entre a liberdade e flexibilidade proporcionadas pelo trabalho remoto e o impacto emocional negativo de se trabalhar durante momentos que deveriam ser dedicados ao lazer.

Embora o modelo remoto ofereça mais autonomia, ele também pode levar a conflitos entre as obrigações profissionais e o tempo de descanso, resultando em menor motivação intrínseca e bem-estar dos funcionários. Motivação intrínseca é o impulso interno que leva uma pessoa a realizar uma atividade por puro prazer, interesse ou satisfação pessoal, sem depender de recompensas externas. Ela é o que, de fato, inspira as pessoas a trabalharem.

O descanso não precisa ser necessariamente longo. Um estudo realizado pela pesquisadora Jessica de Bloom, da universidade de Tampere, na Finlândia, destaca que várias quebras de períodos mais curtos podem ser até mais eficientes para o nosso bem-estar do que 30 dias corridos.

Me recordo que, quando eu liderava uma grande empresa no Brasil, eu era tão apaixonada pelo meu trabalho que não me importava em ter que trabalhar durante as férias — ou até mesmo de sequer tirá-las. Mas depois compreendi o quanto é importante essa pausa, independentemente do seu cargo ou nível de responsabilidade.

Quando bem planejada, ela é perfeitamente possível — e necessária. Se as férias de verdade para você são consideradas um luxo, talvez seja preciso repensar a sua relação com o próprio trabalho.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos

Vaivém

Stela Campos

Udemy

Bruno Barreto é o primeiro vice-presidente da Udemy para a América Latina. Antes, ele passou 11 anos no Google Cloud nos EUA.. Também atuou no Goldman Sachs e Symantec.

Bradesco

Fábio Frasson assumiu a superintendência de inteligência e assistência operacional na Bradesco Seguros.

Deloitte

Luiz Oseliero é o novo líder de Audit & Assurance da Deloitte.

Getronics

Paola Inés Sapino é a nova ‘managing director’ para a região da AL da Getronics.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Petroquímica Cenário é de crise no setor, incerteza sobre a venda da fatia da Novonor e Alagoas

Braskem vale menos que o total das dívidas da Novonor com bancos credores

DIVULGAÇÃO

Maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, Braskem perdeu quase R$ 20 bilhões em valor de mercado desde retomada do processo de venda

Stella Fontes
De São Paulo

Ainda sem um desfecho para seu processo de venda e impactada por um ciclo de baixa que derrubou os resultados da indústria, a Braskem tem assistido à deterioração dos seus ativos. Hoje, o valor de mercado da petroquímica é de R$ 14,7 bilhões, menos da metade dos R$ 34 bilhões que valia quando a Novonor (antiga Odebrecht) retomou o processo formal para se desfazer de sua participação em 2021, e abaixo dos cerca de R$ 15 bilhões em dívidas da controladora com bancos que têm em garantia as ações da companhia. Neste ano, os papéis acumulam perda de 16,6% naB3.

Esse cenário reflete a combinação do pior ciclo de baixa da petroquímica global com os gastos bilionários após o afundamento do solo em bairros de Maceió, onde a companhia explorava salgema, e as incertezas quanto ao futuro da empresa, que também tem a Petrobras como acionista relevante . Olhando para a frente, as dúvidas prevalecem.

Do lado da venda, a recente desistência da Empresa Nacional de Petróleo de Abu Dhabi (Adnoc) e a mudança na presidência da Petrobras não trouxeram alívio. O **Valor** apurou que, após a chegada da nova gestão à estatal, a sinalização para a Novonor foi a de que seguia apoiando o processo em curso. Mas a troca no comando reacendeu os receios de uma potencial estatização da Braskem.

Segundo fontes próximas às conversas, a Petrochemical Industries Company (PIC), estatal do Kuwait que tem interesse na petroquímica brasileira, segue conduzindo uma auditoria prévia ("due diligence"). A expectativa é que essa fase seja concluída em agosto. Caso a PIC decida seguir adiante com uma oferta pela fatia da Novonor — 38,3% do capital total e 50,1% do capital votante — e a Novonor aceite a proposta, a Petrobras poderá decidir se acompanha a sócia na venda ou se exerce o direito de preferência sobre sua fatia.

Procurada, a Petrobras informou há cerca de duas semanas que seguia com uma "due diligence" na Braskem, para eventual exercício do "tag along" ou do direito de preferência. "Até o momento, não houve qualquer decisão da diretoria executiva ou do Conselho de Administração da Petrobras com relação ao tema", disse. A Novonor não comentou o assunto.

A desvalorização da Braskem também levantou questionamentos sobre a própria venda das ações detidas pela Novonor. Pelos preços atuais de mercado, a antiga Odebrecht levantaria pouco mais de um terço do valor devido aos bancos e não liquidaria esse compromisso.

> "Cenário de desequilíbrio entre oferta e demanda é persistente"
> *Frederico Fernandes*

Dentro de casa, para reduzir os danos de uma combinação incomum de fatores de pressão, que resultaram na perda da nota de crédito grau de investimento — o que costuma encarecer o acesso a novos recursos —, a Braskem adotou medidas rigorosas. Redução de custos e aumento de produtividade, venda de ativos não estratégicos, corte de investimentos e enxugamento de quadro estão no cardápio de ações.

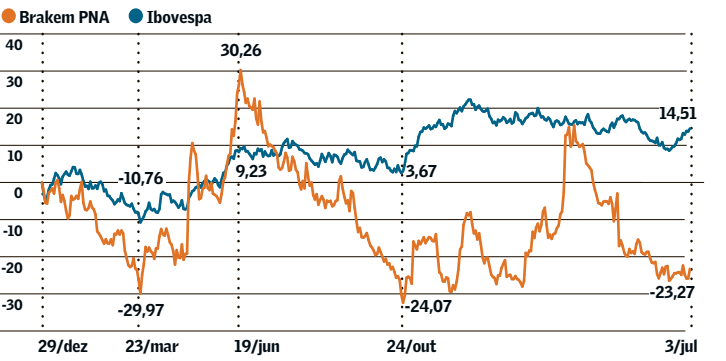
No mais recente movimento, a petroquímica assinou um acordo de investimentos com a Solví para constituição de uma joint venture em gestão de resíduos industriais. Na prática, a transação representa a venda da Cetrel, responsável pelo tratamento de resíduos, monitoramento ambiental e fornecimento de água no Polo de Camaçari (BA). Pelo acordo, a Braskem aportará a Cetrel na joint venture e receberá R$ 284 milhões, enquanto a Solví entrará com as empresas GRI e Emergencial e terá 50,1% da nova companhia — os outros 49,9% ficarão com a petroquímica.

Procurada, a Braskem informou que segue buscando a redução de custos fixos e variáveis e aumento de produtividade, bem como a monetização de ativos adjacentes. Em 2023, conforme a companhia, a adoção dessas iniciativas teve impacto positivo de US$ 390 milhões no resultado operacional (Ebitda) e de US$ 525 milhões na geração de caixa. No início do ano, foram identificadas iniciativas adicionais que, até o fim de março adicionaram US$ 58 milhões ao Ebitda.

"Importante destacar que o objetivo contínuo, hoje e para os próximos anos, é com a resiliência e a disciplina na alocação de capital, buscando novas iniciativas de preservação financeira enquanto avançamos na implementação da nossa estratégia de crescimento", informou.

A expectativa para o próximo ciclo petroquímico é de melhora nos próximos anos à medida que o excesso de oferta de petroquímicos básicos e resinas, em particular polipropileno (PP) e polietileno (PE), seja absorvido pela demanda, de acordo com a previsão das consultorias internacionais, como ICIS, Platts e Argus. No entanto, não está claro em que ritmo isso acontecerá, o que deve manter sob pressão, por algum tempo ainda, as margens (spreads) do setor e a alavancagem financeira da companhia, que em março superava 8 vezes — o que significa que a dívida líquida correspondia a mais de 8 vezes o resultado operacional.

Para a Argus Media Brasil, mesmo com a melhora pontual nos spreads da Braskem durante o primeiro trimestre, "persiste um cenário de desequilíbrio entre oferta e demanda de produtos petroquímicos, dadas as adições de capacidade na Ásia e a menor demanda global". "Por conta disso, há expectativa de que os spreads petroquímicos permanecerão abaixo das condições de meio de ciclo, fazendo com que a alavancagem da companhia fique elevada por mais tempo do que o previsto", aponta Frederico Fernandes, especialista em petroquímica da consultoria.

Braskem x Ibovespa
Variações* acumuladas, em %

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Base: 29/dez/22

Revisão do zoneamento permite mais prédios na Faria Lima

Urbanismo

Robson Rodrigues
De São Paulo

A aprovação na Câmara Municipal de São Paulo da nova revisão da Lei de Zoneamento da capital, que alterou as regras urbanas para construção de obras e que favorece a expansão imobiliária em importantes áreas da cidade deve impactar o coração financeiro da cidade. A Operação Urbana Consorciada Faria Lima, que hoje tem regras específicas de construção, por exemplo, será alterada.

Atualmente, para erguer prédios na região, as construtoras têm de comprar Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), que são leiloados pelo município — a operação está vigente desde 2004. Com a mudança, ficam incluídas áreas da Vila Olímpia, que não desfrutam de incentivos para construção de megaedifícios. As áreas impactadas estão entre as ruas Clodomiro Amazonas e Ramos Batista, próximas à Faria Lima; e nas ruas Fiandeiras e Santa Justina, que estão próximas à avenida Juscelino Kubitschek.

Para urbanistas, além de a tramitação ter ocorrido sem o que consideram um suficiente debate com a sociedade, a revisão incentiva a verticalização e expansão imobiliária em áreas-chave e fragiliza regiões de proteção ambiental, deixando a cidade mais vulnerável a eventos climáticos extremos.

"Você tem uma liberalização de construção em áreas geotecnicamente sensíveis e vários especialistas no campo da geologia estão dizendo que por mais que exista segurança, do ponto de vista de engenharia, essas soluções não são totalmente confiáveis, sobretudo num momento de agravamento das mudanças climáticas", diz Philip Yang, do Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole .

A votação abriu caminho para os chamados "estoques de potencial construtivo" em uma área da capital bastante adensada, já que uma parte da região que não integrava a área de incentivos à construção de prédios agora também passará a ser incluída. A lei prevê ainda a integração do Complexo Paraisópolis ao Programa de Investimentos da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, para que a região receba recursos arrecadados pela intervenção urbana e tenha investimentos na área social.

> "Temos uma liberalização de construção em áreas sensíveis"
> *Philip Yang*

A nova lei tramitou na véspera do recesso parlamentar e a menos de três meses das eleições municipais. As alterações ainda precisarão ser incorporadas em um novo mapa, já que os vereadores identificaram, no início de junho, erros sancionado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB/SP) em janeiro.

Também foi retirado dispositivos de algumas Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER), mudando algumas regiões, como a área próxima ao Jockey. O ponto que mais chamou atenção trata das chamadas Zonas Eixo de Estruturação Urbana (ZEUs) localizadas em áreas de terra mole e solo compressível da planície aluvial e nas cabeceiras de drenagem, que agora poderão ter construções se o responsável pelo empreendimento apresentar soluções de engenharia.

Os especialistas consideram necessário acompanhar as mudanças nas operações urbanas e numa aparente alteração de Habitação de Interesse Social (HIS) e qual será o planejamento da prefeitura para remover a população vulnerável de áreas de alto risco.

Safira De La Sala e José Police Neto, do núcleo de Habitação, Regulação Urbana e Real Estate do Insper, reforçam que era necessário aplicar a nova Carta Geotécnica (instrumento que examina as condições do solo em relação a afundamento, inundação, deslizamento e outros problemas), já que isso é um passo fundamental para a resiliência da cidade.

Para Sala, é preciso continuar a discussão para desenvolver uma estratégia para paulistanos que vivem em áreas de risco alto. Já Neto diz ser necessário aguardar a sanção e a aplicação das regras e limitações da carta para avaliar com dados e evidências se São Paulo está fazendo a mínima "lição de casa", em termos de planejamento urbano e gestão ambiental.

"Foram 30 emendas aprovadas, todas isoladas de uma concepção mais geral, sem contar o abandono da Carta Geotécnica, o que pode causar insegurança jurídica, porque deve haver contestação", diz Nabil Bonduki, professor da USP e ex-secretário nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Curtas

Pedido de RJ aceito

O juiz Leonardo Manso Vicentin, da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, aceitou ontem o pedido de recuperação judicial da Casa do Pão de Queijo. No requerimento protocolado no dia 28, a rede cita dívida de R$ 57,5 milhões. O pedido inclui a fábrica e as 28 filiais próprias situadas em aeroportos, sem as franquias. Em 2008, a rede de cafeteria somava mil pontos de vendas pelo Brasil. A recuperação judicial é mencionada pela companhia como a "solução para a situação financeira atual, de modo a permitir à direção da empresa honrar todos os seus compromissos". A fábrica, as lojas próprias e as franquias vão manter o funcionamento. Vicentin acolheu pedido de manutenção de fornecimento dos serviços de energia elétrica, com risco de suspensão devido a faturas em atraso.

Inadimplentes na CVM

A Comissão de Valores Mobiliários divulgou uma lista com oito empresas abertas consideradas inadimplentes por não enviarem documentos periódicos há, no mínimo, três meses, onde aparecem Americanas, Unigel, Springs Global, Coteminas, Santanense, 2W Ecobank, Anemus Wind Holding e Auzza Securitizadora. Essas empresas não entregaram formulários de demonstrações financeiras padronizadas, informações trimestrais e formulários de referência, no vencimento do dia 2 de abril. Segundo a autarquia, o objetivo da lista é alertar aos investidores e ao público em geral que considerem essa informação nas suas relações ou nas suas decisões de investimento nas companhias citadas. A lista não leva em consideração empresas que estejam, segundo o cadastro, em situação de falência ou liquidação, nem as com registros suspensos.

Unimed tem alta de 21%

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou um reajuste de 21,1% para os planos individuais da Unimed Ferj (antiga Unimed-Rio). O percentual é acima do índice de até 6,91% determinado para os demais planos individuais. "Trata-se de uma medida extraordinária na tentativa de reduzir os efeitos de desequilíbrio da carteira da Unimed-Rio assumida pela Unimed Ferj", disse a ANS.

INÊS 249

Infraestrutura Até 2026, cinco anos antes do previsto, capacidade deve chegar a 3 milhões de TEUs

Santos Brasil antecipa expansão de terminal

Taís Hirata
De São Paulo

A Santos Brasil planeja acelerar a expansão de seu terminal no Porto de Santos e, com isso, concluir a ampliação em 2026, cinco anos mais cedo que o prazo de 2031 previsto em seu processo de renovação antecipada. A capacidade deverá chegar a 3 milhões de TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao fim das obras — hoje o limite é de 2,4 milhões de TEUs.

"Há um aumento da carga de transbordo em Santos, que deve concentrar a carga [vinda de rotas de longo curso, para que siga para as rotas menores via cabotagem]. À medida que aumenta o tamanho dos navios, deve crescer essa concentração em Santos e ter mais demanda. Com a ampliação de calado do canal de acesso do porto, isso deve se acentuar. Estamos nos antecipando para estar com a capacidade de 3 milhões de TEUs quando o aprofundamento ficar pronto", diz o presidente, Antonio Carlos Sepúlveda.

Os investimentos totais previstos na renovação antecipada da concessão, firmada em 2016, somam R$ 2,6 bilhões, em valores atualizados. Desse montante, metade já foi investido. Até 2026, o volume chegará a R$ 2 bilhões.

Ficarão faltando alocar cerca de R$ 600 milhões de investimentos, mas que deverão ser destinados a outros projetos que não implicam em aumento de capacidade do terminal, como iniciativas de descarbonização. Um exemplo são as "shore power", ou seja, a instalação de tomadas elétricas para que os navios não precisem consumir diesel enquanto estão atracados no porto santista.

Neste ano, a previsão de investimentos é de R$ 420 milhões. Boa parte da antecipação dos investimentos se refere à aquisição de equipamentos, em especial dois portêineres (que faz o transporte do contêiner entre o navio e o cais) e oito guindastes RTGs (usados no pátio para transportar os contêineres). Também estão previstas obras no pátio, para ampliar a área de armazenagem.

Com os investimentos, até o fim deste ano a capacidade do terminal em Santos já deverá subir para 2,6 milhões de TEUs.

Com a conclusão dessa ampliação, não estão mais previstos novos investimentos de aumento de capacidade na concessão da Santos Brasil. Uma outra possibilidade de expansão, mas ainda incerta, seria a incorporação de uma área adicional vizinha ao terminal da empresa, hoje ocupada por moradias irregulares. A Autoridade Portuária de Santos já manifestou a intenção de transferir as famílias a outro local, para fazer o adensamento da área ao terminal da Santos Brasil.

2,4 mi
de TEUs é a capacidade atual

Segundo Sepúlveda, ainda não há conversas oficiais a respeito, mas o plano interessa à companhia. Neste caso, a empresa poderia transferir o atual terminal de veículos para a nova área e, assim, abrir espaço para mais um berço e mais armazenagem de contêineres — o que possibilitaria a adição de mais 1 milhão de TEUs de capacidade.

No entanto, como se trata de uma ideia preliminar, ainda não há estimativa de investimentos adicionais, nem clareza sobre como seria feito o reequilíbrio do contrato neste caso. "Por regulamentação poderia [ter uma nova extensão do contrato como forma de reequilíbrio], mas tem outras formas de fazer a recomposição", afirma Bruno Stupello, diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil.

TCU aprova troca de concessão da Oi por aportes de R$ 5,8 bi

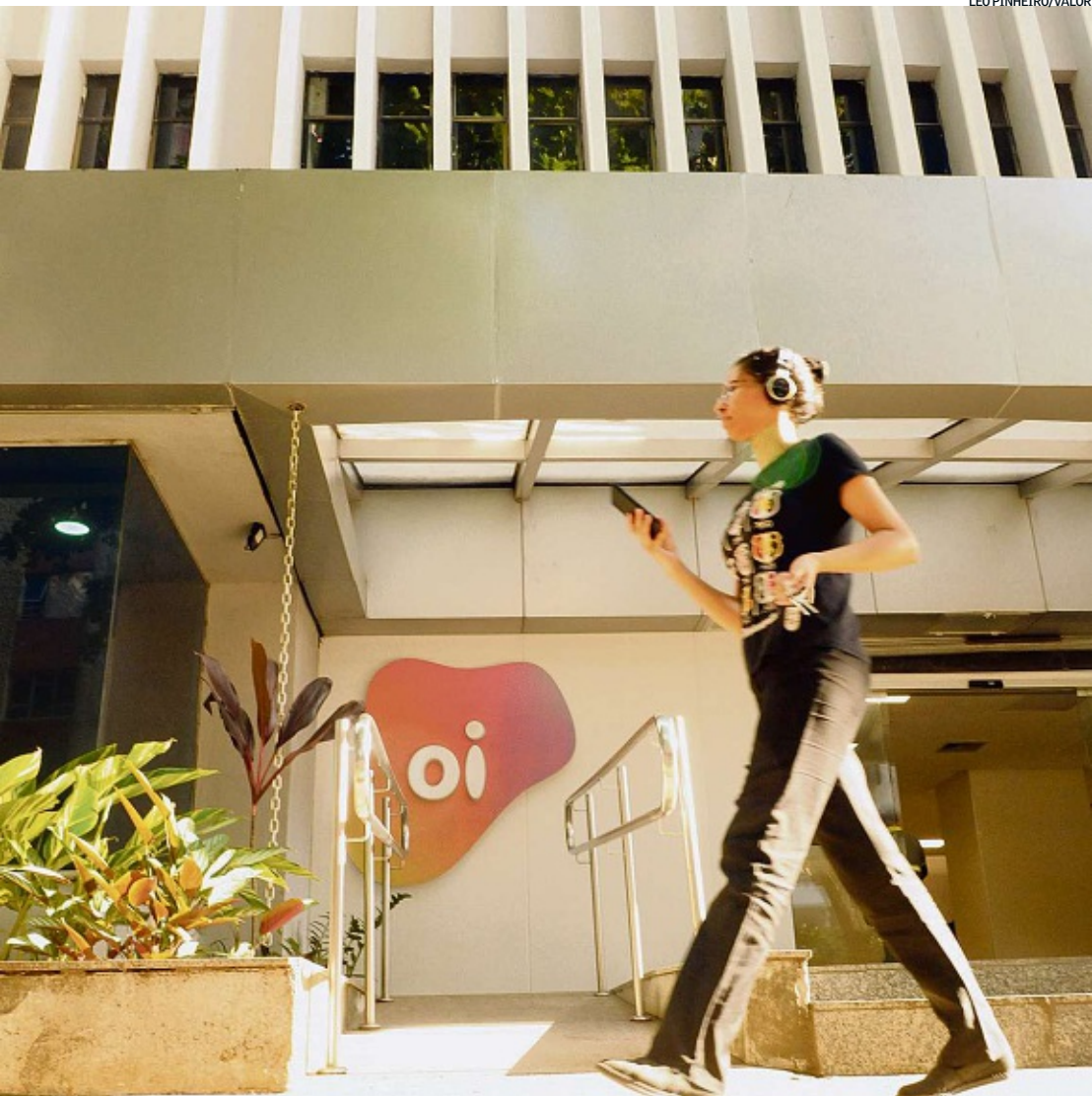
Telecomunicação

Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) chancelou ontem um acordo entre o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a operadora Oi para a conversão do regime de concessão da empresa para um modelo de autorização. Sob esse novo formato, a operadora terá que repassar ao governo pelo menos R$ 5,8 bilhões, montante correspondente aos chamados bens reversíveis, ativos recebidos ainda na época da privatização e que ainda não foram pagos.

Essa quantia, que será devolvida na forma de investimentos, poderá chegar a R$ 10 bilhões a depender dos resultados de um processo de arbitragem, informaram ao **Valor** representantes da companhia. O acordo também garantirá o recebimento, pela Advocacia-Geral da União (AGU), de R$ 7,4 bilhões em multas aplicadas na operadora. Este pagamento ficaria em risco sem o acordo, considerando que a AGU está entre as últimas na fila de recebimento no processo de recuperação judicial da Oi.

A decisão dos ministros contraria os pareceres da unidade técnica do próprio TCU e do Ministério Público de Contas. Ambos apontaram que o valor que deveria ser ressarcido pela empresa seria muito maior do que o acordado, configurando um dano aos cofres públicos. Do outro lado, governo, agência reguladora e empresa entendem que o acordo, nas bases em que foi celebrado, é a única saída para evitar a quebra da empresa e seus possíveis desdobramentos negativos sobre serviços de telecomunicações em várias regiões do país.

"Os números defendidos pela área técnica são muito desconectados da realidade", disse um dos defensores do acordo. Segundo ele, foram demonstrados durante o processo exemplos em que os técnicos do TCU avaliavam um equipamento usado em R$ 4,5 mil, enquanto que o mesmo produto novo custava R$ 800. "Isso foi demonstrado durante as tratativas, mas a única resposta dos auditores era o de que eles seguiam uma metodologia interna", completou a fonte.

LEO PINHEIRO/VALOR

Os investimentos previstos poderão chegar a R$ 10 bilhões a depender dos resultados de um processo de arbitragem

Este foi justamente o termo usado pela procuradora-geral do TCU, Cristina Machado, em seu parecer, contrário ao acordo. Segundo ela, o valor final foi definido "de forma pragmática, sem amparo de metodologia de cálculo devidamente fundamentada". Machado disse que "a drástica redução verificada" no valor do ressarcimento não encontra respaldo na Lei Geral das Telecomunicações e que não contempla a possibilidade de "modulação, desconto, parcelamento ou aplicação de condicionantes".

Relator do processo no TCU, o ministro Jorge Oliveira disse em seu voto que "caso o acordo seja rejeitado, a viabilidade da recuperação judicial ficaria irremediavelmente comprometida, tornando provável a falência da companhia". "Apesar de a saúde financeira de empresas comerciais não ser objeto de interesse deste Tribunal, no caso concreto a perspectiva de falência da Oi não pode ser ignorada, pois afeta a continuidade de serviços públicos relevantes", completou.

A quebra da empresa também obrigaria o governo a assumir a operação, lembrou o relator. Neste cenário, apurou o **Valor**, a Anatel temia a possibilidade de um "caladão", nome dado a uma eventual pane que desconectaria sistemas de vários órgãos públicos, desde tribunais até delegacias. Diante dessas condições, o relator classificou o acordo como "possível e razoável".

A maior parte dos investimentos será feita pela V.tal, controlada pelo BTG

Apesar de terem aprovado o acordo por unanimidade, os ministros do TCU ressaltaram o caráter complexo do caso. Eles argumentaram, contudo, que o pragmatismo seria a única saída viável para evitar um efeito da falência da Oi sobre os serviços de telecomunicações no país.

A maior parte dos investimentos previstos no acordo será feita pela V.tal, empresa controlada pelo BTG que surgiu a partir da separação dos ativos da Oi. Representante das duas empresas no processo, Henrique Ávila, sócio do Sergio Bermudes Advogados, disse que "o TCU mostrou muita sensibilidade ao julgar sob a ótica do interesse público e da prestação do serviço de telefonia por todo o Brasil, que seria prejudicada sem o acordo".

O CEO da operadora, Mateus Bandeira, disse em nota que "os termos do acordo aprovado permitem buscar o equilíbrio econômico-financeiro da operação, garantem investimentos e resguardam os interesses sociais ligados à telecomunicação".

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores na faixa de domínio da estrada municipal, no município de Itapejara do Oeste, para implantação de rede de energia elétrica – Projeto n° 1527112

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores na faixa de domínio da estrada municipal, no município de Coronel Domingos Soares, para implantação de rede de energia elétrica – Projeto n° 1548363.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores na faixa de domínio da estrada municipal, no município de Itapejara do Oeste, para implantação de rede de energia elétrica – Projetos n° 1588366, 1588387, 1588388 e 1588393.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao InstitutoÁgua e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para implantação de rede de distribuição de energia elétrica 34,5 kV a ser instalada no município de Itapejara do Oeste. Projetos n° 1588366, 1588387, 1588388 e 1588393.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 008/2024-CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70.856/2023 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Manutenção para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e das instalações prediais, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata necessários para a execução de serviços contínuos, eventuais, emergenciais e por demanda em Estabelecimentos Assistenciais em Saúde (EAS) gerenciados pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares localizados no interior do estado do Maranhão.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR POR LOTE.
DATA DA DISPUTA: Anteriormente agendada para às 09h00min do dia 03/07/2024, horário de Brasília/DF, FICA ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
ID nº 1039660
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**) e Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com, e/ou vanessaleite.cslemserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 28 de junho de 2024.
Vanessa Leite Maranhão
Agente de Licitação da CL/EMSERH

NORTE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07 - NIRE 53.30001164-8
Companhia de Capital Aberto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
86ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Norte Energia S.A. ("Companhia") convocados, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a se realizar no dia 23 de julho de 2024, às 10h30min, de forma híbrida, comportando participação presencial, na sede da Companhia, localizada no Setor de Edifícios Públicos Sul SEPS Quadra 702/902, Conjunto B, Bloco B, 3º Andar, Edifício General Alencastro, Asa Sul, CEP: 70390-025, e digital, via plataforma Webex, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***a)*** Eleição de Membro Suplente para o Conselho Fiscal, indicado pela acionista **ALIANÇA NORTE**. O indicado, uma vez eleito, deverá cumprir o prazo remanescente do mandato, qual seja, até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2025. ***b)*** Aprovação da contratação da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletrobras Eletronorte), Contrato DAFRI-S-106/2024, no valor total de R$ 646.619,40 (seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezenove reais e quarenta centavos), visando ao fornecimento de link de transporte de dados e comunicação entre os Data Centers de Brasília/DF e Belo Monte (Altamira/PA), com conexão ponto a ponto para transporte de dados em rede de fibra ótica com velocidade de 1 GBPs, nos termos do inciso (xiv) do Artigo 22 do Estatuto Social, tendo em vista envolver partes relacionadas à Companhia, nos termos do inciso (xxii) do Artigo 12 do Estatuto Social. O prazo de vigência do Contrato será de 62 (sessenta e dois) meses, neste incluído o prazo de execução de 60 (sessenta) meses. A Convocação desta AGE foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na sua 278ª Reunião do dia 27.06.2024, em atendimento ao parágrafo 3º do Artigo 8º do Estatuto Social. Conforme detalhado no Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia, para sua participação, seja pessoal ou por procurador, o Acionista deverá apresentar comprovante de titularidade de ações de emissão da Norte Energia expedido na data do credenciamento para participação, pela instituição responsável, bem como documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último estatuto ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista. Caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessária a notarização e a consularização dos mesmos. A Companhia exige o reconhecimento de firma e tradução juramentada dos documentos de representação dos Acionistas. Os Acionistas podem também ser representados por procurador que seja acionista, administrador ou advogado, constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo, além da documentação pertinente, a procuração com firma reconhecida ou com assinatura digital. Quando o Acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração será examinada antes do início da Assembleia, bem como a titularidade das ações. Participação por meio de plataforma digital: Os Acionistas que tiverem interesse em participar da assembleia de forma digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes aplicáveis, até o dia 19 de julho de 2024 (dois dias úteis antes da realização da assembleia), nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: governanca@norteenergiasa.com.br. Os Acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e/ou não apresentarem os documentos de participação necessários não estarão aptos à participação na assembleia pela via digital. O Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia detalha as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os Acionistas possam participar e exercer seu direito de voto, incluindo informações para acesso e utilização da plataforma digital, e está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri. Todos os documentos e informações necessários para a compreensão da matéria a ser discutida, incluindo a participação e exercício do voto na AGE híbrida, conforme previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foram disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia. **Brasília, 02 de julho de 2024. Rodrigo Limp Nascimento - Presidente do Conselho de Administração.**

INÊS 249

JEANE TSUTSUI
CEO DO GRUPO FLEURY E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

INÊS 249

Energia Recesso do Judiciário deu mais prazo para AGU e ex-estatal continuarem negociando o acordo

Acerto sobre direitos da União na Eletrobras é adiado

Flávia Maia
De Brasília

O recesso do Judiciário neste mês de julho vai permitir que a Eletrobras e a União ganhem mais tempo para continuar as negociações abertas desde dezembro do ano passado sobre a participação estatal na companhia. O prazo da prorrogação concedida em abril pelo relator, ministro Nunes Marques, terminaria nesta primeira semana de julho, mas por conta do período de férias da Corte, a contagem foi interrompida e o prazo se estenderá até o começo de agosto, de acordo com informações do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Advocacia-Geral da União (AGU) tem contado a data de 1º de agosto como o fim da prorrogação e trabalha para obter um acordo ainda neste mês de julho.

União e Eletrobras tentam um acordo via Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) desde dezembro. As tratativas estão sigilosas e nem mesmo os "amici curiae" do processo — terceiros que ingressam no processo para fornecer subsídios ao magistrado — participam das negociações. Partidos políticos como o PDT e Partido Novo já foram aceitos como amicus pelo relator.

Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, a negociação está "fluindo" e um dos pontos sensíveis é o número de assentos no Conselho de Administração da companhia que ficariam para a União, que pleiteia pelo menos quatro cadeiras. O conselho é integrado por nove membros, sendo sete independentes. Por enquanto, não há confirmação de um eventual pedido de prorrogação do prazo para a conciliação a ser destinado ao ministro Nunes Marques, nem por parte da empresa, nem da AGU.

No dia 3 de abril, a empresa divulgou um fato relevante comunicando a continuidade das negociações e avisou que "deliberações eventualmente decorrentes dos trabalhos na CCAF serão submetidas à aprovação das instâncias de governança da companhia, conforme previsto em seu Estatuto e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive de sua assembleia geral. A companhia manterá o mercado informado sobre o assunto", diz o texto.

Em maio de 2023, a AGU ingressou com a ação no STF pedindo para que a Corte desse maior poder de voto à União na Eletrobras, uma vez que ela é a acionista majoritária. A União se insurgiu contra dispositivos da Lei de Desestatização da Eletrobras (Lei 14.182/2021) que limitavam o poder de voto dos acionistas majoritários, fortalecendo, assim, os acionistas minoritários da empresa.

O objetivo da ação é o de assegurar o direito da União de votar, como acionista da Eletrobras, de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa. Mesmo após a privatização, a União possui cerca de 42% das ações ordinárias da companhia — considerado o controle direto e outras formas de participação. Porém, pela Lei de Desestatização da Eletrobras, a União teve seu poder de voto reduzido a menos de dez por cento do capital votante.

Na ação, a AGU pede que a Corte afaste a regra que proíbe que acionistas ou grupo de acionistas exerçam votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se divide o capital votante da empresa de energia. Para a AGU, essa regra só seria aplicável às ações adquiridas após a desestatização, o que excluiria a União. Dessa forma, para quem comprou ações depois da privatização, a regra da Lei da Desestatização continuaria sendo válida.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou a favor do pleito da AGU, mas sugeriu que antes se tentasse uma conciliação entre as partes. "Sugere-se a abertura de tratativas conciliatórias entre os interessados, a fim de alcançar uma solução de consenso, ante a necessária ponderação de valores de normas constitucionais em aparente conflito e que envolvem ora o interesse público, ora a iniciativa privada, afetando negativamente o mercado interno".

A ação foi distribuída ao ministro Nunes Marques porque ele é o relator de outras ações no STF que discutem a privatização da companhia de energia.

Procurada, a Eletrobras informou que não faz comentários sobre o assunto porque é considerado confidencial.

As duas partes tentam acordo via CCAF desde dezembro do ano passado

Tecnologia Iniciativa vem após Idec indicar suposto abuso no uso de informações pessoais para treinar IA

Cade vai investigar uso de dados pela Meta

Rafael Bitencourt e Beatriz Olivon
De Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu investigação sobre o uso de dados de consumidores pela Meta, dona do Facebook e do Instagram, para treinamento de inteligência artificial (IA). Trata-se de "procedimento preparatório de inquérito administrativo", a primeira fase para apurar uma prática e depois decidir se existem elementos para dar sequência à investigação ou se ela será arquivada.

A investigação foi aberta um dia após a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ter emitido medida preventiva contra a Meta, que mudou recentemente sua política de privacidade.

O Cade agiu após receber uma representação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que aponta suposta prática de abuso de posição dominante.

O Idec alega que, ao contrário do que aconteceu na Europa, no Brasil a Meta não informou que passaria a utilizar dados pessoais públicos coletados no Facebook e Instagram para treinamento de sua nova tecnologia de IA.

Na representação, o Instituto alega que a gratuidade do serviço não afasta a existência da relação de consumo, já que embora o consumidor não arque com custos diretos na plataforma, seu uso traz ganhos financeiros indiretos para a empresa.

O Idec pediu que o Cade investigue o Facebook e o Instagram por infrações referentes a dominação de mercado relevante de bens ou serviços; aumento arbitrário de lucros; por exercer de forma abusiva posição dominante e ainda por limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado e criar dificuldades ao desenvolvimento de empresa concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços.

A área técnica do Cade pediu esclarecimentos à Meta, do empresário americano Mark Zuckerberg. A recusa, omissão ou retardamento injustificado dos dados ou documentos pode render multa diária de R$ 5 mil, que pode ser aumentada em até 20 vezes.

"O Idec está muito atento às alterações unilaterais das políticas de privacidade por parte de 'big techs' que acabam prejudicando negativamente consumidores", afirmou Camila Contri, coordenadora do programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec.

A advogada defende uma "regulação mais ampla" das plataformas digitais, embora considere que as autoridades já têm competência legal para adotar ações para coibir abusos.

"Chocou o fato de que a alteração também tenha ocorrido na política de privacidade brasileira, com a diferença de que os cidadãos europeus foram notificados sobre isso, e nem todos os brasileiros foram", disse Contri.

Para a especialista em direitos digitais do Idec, a "gota d'água" no caso Meta foi perceber que, para não ser enquadrado na nova política, o ajuste na configuração do serviço exige ao usuário passar por sete páginas "pouco intuitivas".

Para o Idec, as decisões do Cade e da ANPD, somadas à notificação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), estimulam o debate sobre o poder de regulação das 'big techs'.

"Uma autoridade sozinha pode tentar enfrentar parte do problema, mas uma solução estrutural tem que levar em consideração o direito do consumidor, a proteção de dados, o poder econômico e a abordagem de que isso afeta direitos fundamentais", afirmou Contri. "Muitas vezes, as autoridades ficam nos seus tecnicismos, cada uma no seu silo, e não tem essa visão holística, de perceber que existe um direito constitucional envolvido, que esses abusos realmente impactam a vida das pessoas", completou ela.

DIVULGAÇÃO

"Idec está atento a políticas de privacidade por parte das 'big techs'"
Camila Contri

INÊS 249

Estratégia Os papéis da companhia tiveram valorização em torno de 30% este ano, com ajuda do entusiasmo de investidores pelo potencial da inteligência artificial

Fundador da Amazon, Jeff Bezos vai vender US$ 5 bi em ações da empresa

Camilla Hodgson
Financial Times, de Londres

Jeff Bezos pretende vender quase US$ 5 bilhões em ações da Amazon. O anúncio foi feito dias depois que o valor de mercado da gigante de tecnologia superou a marca de US$ 2 trilhões, o que elevará o total que ele vendeu este ano para mais de US$ 13,4 bilhões.

A esperada venda de 25 milhões de ações da Amazon em julho, avaliadas em US$ 4,9 bilhões e revelada em documentos encaminhados às autoridades reguladoras, ocorre após Bezos ter vendido ações avaliadas em US$ 8,5 bilhões em fevereiro.

O bilionário deixou o cargo de presidente-executivo da companhia em 2021, mas continua sendo o presidente-executivo do conselho de administração, assim como o maior acionista da Amazon, com uma participação de cerca de 9% segundo a S&P Capital IQ.

No mês passado, a Amazon juntou-se ao grupo de empresas de tecnologia dos Estados Unidos cujos valores de mercado superaram os US$ 2 trilhões, seguindo as concorrentes Microsoft e Alphabet, a controladora do Google.

As ações da Amazon acumulam uma valorização de cerca de 30% este ano, alimentada pelo entusiasmo dos investidores com o potencial da inteligência artificial (IA) de catalisar o crescimento da divisão de computação em nuvem da companhia. No entanto, seu valor de mercado está abaixo do registrado pela fabricante de chips Nvidia, e também pela Apple e Microsoft, que já ultrapassaram a marca de US$ 3 trilhões.

Bezos fundou a Amazon em 1994 e o que começou como uma empresa de venda de livros acabou se transformando em um vasto império que abrange comércio eletrônico, computação em nuvem, streaming de vídeo, cuidados com a saúde e mais.

Ele voltou suas atenções para outros empreendimentos desde que deixou de comandar a Amazon. Esses incluem o grupo espacial Blue Origin e o jornal "The Washington Post", que ele comprou em 2013 por US$ 250 milhões.

Em junho, Bezos foi forçado a reiterar seu apoio ao veterano britânico da imprensa Sir Will Lewis, que foi nomeado presidente-executivo do deficitário "Post" no ano passado e cujos esforços para reorganizar a publicação desencadearam uma revolta na redação.

ROBERT PERRY/EPA/BLOOMBERG

Bezos se desfez também de quantias menores para financiar beneficência

Recentemente, Bezos mudou-se para a Flórida, o que segundo analistas deverá lhe proporcionar economias substanciais em impostos, numa iniciativa que também parece ser parte de um movimento para se afastar ainda mais do Vale do Silício e de Seattle, a sede da Amazon no Estado de Washington.

Além de se desfazer de enormes quantias de ações da Amazon este ano, Bezos vendeu quantias menores para financiar empreendimentos beneficentes. Isso incluiu sua venda, em maio, de US$ 117 milhões em ações para financiar a Day 1 Academies, uma organização de ensino sem fins lucrativos inspirada na Montessori que ele fundou, segundo documentos encaminhados às autoridades reguladoras.

A Amazon revelou em fevereiro que Bezos pretendia vender até 50 milhões de ações da companhia por meio a corretora Morgan Stanley, até o fim de janeiro de 2025. Essa venda foi completada naquele mesmo, com a alienação de ações da Amazon avaliadas em US$ 8,5 bilhões.

A Amazon está no meio de uma reformulação na liderança. O chefe de suas operações na nuvem foi substituído recentemente pelo veterano da companhia Matt Garman, que antes atuava como vice-presidente sênior de vendas, marketing e serviços globais da Amazon Web Services.

O antecessor de Garman, Adam Selipsky, vendeu mais de US$ 3 milhões em ações da Amazon desde abril, segundo documentos regulatórios. A Amazon não quis comentar. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Amazon
Cotação[1] dia a dia - em US$/ação

Variações

-1,21%	30,04%	51,74%
No dia	No ano	Em 12 meses

Valor de mercado: US$ 2,1 trilhões

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data.
[1] Listada na Nasdaq

Paramount e Skydance voltam à mesa

Aquisição
Dow Jones, de Los Angeles

A National Amusements, controladora da empresa de entretenimento Paramount, retomou negociações com a Skydance e chegou a um acordo para vender a empresa.

Segundo o jornal "The Wall Street Journal", a Skydance, de David Ellison, vai pagar US$ 1,75 bilhão pela National Amusements, que detém 77% das ações com poder de voto da Paramount. O plano, então, é unir Skydance e Paramount em uma única empresa.

Caso vá adiante, a operação finalmente irá terminar um dos períodos mais turbulentos na história do centenário estúdio de cinema Paramount, responsável por títulos como "Titanic" e "O Poderoso Chefão". A Paramount também é dona de canais como CBS, MTV e Nickelodeon.

As negociações da Skydance com a National Amusements, controlada pela empresária Shari Redstone, já duravam meses e haviam sido abruptamente encerradas no mês passado, surpreendendo o mercado.

O novo acordo foi enviado para aprovação pelo comitê especial do conselho de administração da Paramount, formado para avaliar o futuro da companhia, segundo fontes ouvidas pelo jornal.

Nos novos termos, não será necessário que a maioria dos acionistas minoritários da Paramount aprove a fusão com a Skydance.

Além disso, haverá uma janela de 45 dias para que outros interessados façam ofertas pela National Amusements.

Curtas

IA puxa SoftBank I

As ações do SoftBank atingiram um máximo histórico nesta quarta-feira (3), à medida que o fervor do mercado por empresas ligadas à inteligência artificial (IA) empurrava as ações dos investidores globais em tecnologia acima de patamares alcançados no frenesi de startups em 2021 e 2000, diz a agência Dow Jones Newswires. Isso marca um retorno triunfante para o diretor-presidente do SoftBank, Masayoshi Son, frequentemente arrasado por escolhas erradas.

IA puxa SoftBank II

As ações do SoftBank fecharam em alta de 1,5% na Bolsa de Tóquio, cotadas a 10.705 ienes (US$ 66,30), ante o fechamento recorde anterior de 10.635 ienes, em março de 2021, e acima do pico de fechamento da era "pontocom" de 10.111 ienes. As ações subiram 56% em relação ao ano passado.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Montreal Pró Áudio Instrumentos Musicais Ltda. -** CNPJ: 32.317.460/0001-34 - Endereço: Rua Saigon, 32, Bairro Vila Formosa - Requerente: Michael Importação e Exportação Ltda. e Log Importação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Ntm Comércio e Serviços Ltda. -** CNPJ: 23.046.229/0001-62 - Endereço: Rua Augusto Tole, 875/901, Cjto. 21 A, Bairro Santana - Requerente: Helton Johanson Machado - Vara/Comarca: 1a Vara de Itaquaquecetuba/SP

Requerido: **Veda Service Indústria e Comércio de Vedação Ltda. Epp -** CNPJ: 06.140.667/0001-76 - Endereço: Av. Cataguases, 117, Cidade Industrial Satélite de São Paulo - Requerente: Partner Assessoria Empresarial Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Nogueira & Santos Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 32.102.159/0001-03 - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Acto América Construção e Tecnologia em Obras Ltda. -** CNPJ: 62.070.586/0001-18 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar01 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 12.740.466/0001-02 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar02 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 13.423.598/0002-54 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar03 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 13.919.397/0001-61 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar04 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 14.793.386/0001-40 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar05 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 15.640.318/0001-04 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar06 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 16.698.906/0001-61 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar07 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 17.180.237/0001-02 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar08 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 17.489.475/0001-96 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar09 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 17.821.894/0001-83 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar10 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 17.969.796/0001-98 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar11 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 18.181.104/0001-05 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar12 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 18.262.130/0001-68 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar13 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 19.982.488/0001-28 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar14 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 24.503.375/0001-32 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar15 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 24.503.399/0001-91 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar16 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 28.188.580/0001-01 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar17 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 28.200.049/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar18 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 28.464.779/0001-15 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar19 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 29.183.815/0001-35 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar21 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 29.078.134/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar22 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 29.050.800/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar23 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 30.082.152/0001-41 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar24 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 30.170.890/0001-40 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar25 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 30.090.818/0001-03 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar26 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 32.735.149/0001-05 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar27 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 32.734.817/0001-80 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar28 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 32.728.477/0001-84 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar29 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 33.710.798/0001-14 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar30 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 35.084.386/0001-41 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar31 Incorporação e Construção Spe Ltda. -** CNPJ: 34.058.527/0001-99 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar33 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 35.335.540/0001-00 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar36 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 38.495.697/0001-91 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar37 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 38.496.008/0001-63 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar38 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 41.756.671/0001-64 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar39 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 41.753.937/0001-15 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar40 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 41.752.280/0001-71 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar41 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 42.846.897/0001-19 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Ar43 Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 43.531.892/0001-60 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Arq Vendas Ltda. -** CNPJ: 23.169.117/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Arqcasa Incorporação e Construção Ltda. -** CNPJ: 28.256.490/0001-00 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Arquiplan Apartamentos Residenciais Ltda. -** CNPJ: 08.749.166/0001-17 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Arquiplan Desenvolvimento Imobiliário S/A -** CNPJ: 06.166.939/0001-07 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Credstilo Assessoria e Consultoria em Negócios Ltda. -** CNPJ: 34.350.619/0001-48 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Estilo Crédito Assessoria e Consultoria em Negócios Ltda. -** CNPJ: 44.303.000/0001-36 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Fernandes & Carvalho Transportes Ltda. -** CNPJ: 20.123.091/0001-60 - Endereço: Rua Ps 17, Nº 22, Quadra 27, Lote 03, Residencial Portal do Sol, 2ª Etapa - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO

Empresa: **Grandcred Participações Ltda. -** CNPJ: 34.267.177/0001-70 - Endereço: Rua Dr. Alfredo de Castro, 200, Cjto. 912, Bairro Barra Funda - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Lyptus Madeiras Ltda. -** CNPJ: 33.642.842/0001-04 - Endereço: Rua Amador Bueno Pereira, 518, Centro, Pilar do Sul/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Ns Empreendimentos Imobiliários Eireli, Nome Fantasia Cajueiro Imóveis -** CNPJ: 16.444.364/0001-09 - Endereço: Rua Coronel Pedreira, 1483, Sala 01, Bairro São Judas Tadeu, Porto Nacional/to - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Sma Madeiras Ltda. -** CNPJ: 37.096.525/0001-82 - Endereço: Rodovia Nestor Fogaça, Km 163,3, S/nº, Bairro Capela São Roque, São Miguel Arcanjo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Só Madeiras Ltda. -** CNPJ: 00.682.369/0001-21 - Endereço: Loc Quadra Interna 03, Lotes 29 e 30, Bairro Taguatinga, Brasília/df - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Soropack Indústria e Comércio de Paletes Ltda. Epp -** CNPJ: 05.418.144/0001-86 - Endereço: Alameda Jockey Club de Sorocaba, 350, Bairro Cajuru do Sul, Sorocaba/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alliance Indústria e Comércio de Plásticos e Embalagens Ltda. -** CNPJ: 22.931.823/0001-73 - Endereço: Rua Atílio Biscuola, 1337, Bairro Jardim Capivari, Louveira/sp - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Belgravia Serviços e Participações S/A -** CNPJ: 71.884.431/0001-06 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte Ab, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Cbpo Engenharia Ltda. -** CNPJ: 61.156.410/0001-10 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte I, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Cno S/A -** CNPJ: 15.102.288/0001-82 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Cjtos. 41, 42, 43 e 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Global Comercial Ltda. -** CNPJ: 05.639.852/0001-47 - Endereço: Rua Reilly Duarte, 747 J, Setor a Ind, Civit Ii, Serra/es - Administrador Judicial: Ricardo Biancardi Fernandes Advocacia, Pelo Dr. Ricardo Biancardi Augusto Fernandes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falências de Vitória/ES

Empresa: **J. P. R. de O. Vilela Atividade Rural, Nome Fantasia Jpv Agropecuária -** CNPJ: 54.760.059/0001-07 - Endereço: Estrada Placa 09, 95 651 5141, Fazenda Maria Joana, S/nº, Zona Rural, Francisco Alves/pr - Administrador Judicial: Valor Consultores Associados Ltda., Representada Pelo Dr. Cleverson Marcel Colombo - Vara/Comarca: Vara Cível de Iporã/PR

Empresa: **Max Suprimentos Ltda. -** CNPJ: 34.617.980/0001-98 - Endereço: Rua Reilly Duarte, 747, Box 5, Civit Ii, Serra/es - Administrador Judicial: Ricardo Biancardi Fernandes Advocacia, Pelo Dr. Ricardo Biancardi Augusto Fernandes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falências de Vitória/ES

Empresa: **Odebrecht Engenharia e Construção S/A -** CNPJ: 19.821.234/0001-28 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte V, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Odebrecht Holdco Finance Limited -** CNPJ: 40.023.209/0001-95 - Endereço: Po Box 309, Ugland House, S/nº, Ky 1 / 1104, Georgetow, George Tow, Ilhas Cayman - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Odebrecht Overseas Limited -** CNPJ: 09.380.845/0001-24 - Endereço: 4 George Street, Mareva House, S/nº, Bahamas - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Oec Finance Limited -** Endereço: Ilhas Caymann - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Oec S/A -** CNPJ: 33.950.222/0001-24 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte P, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Oeci S/A -** CNPJ: 10.220.039/0001-78 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte E, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Oenger S/A -** CNPJ: 29.229.029/0001-21 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte Y, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Qualipol Comércio de Plásticos e Máquinas Eireli -** CNPJ: 23.826.083/0001-78 - Endereço: Rua Atílio Biscuola, 1006, Bairro Capivari, Louveira/sp - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Quimipol Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 47.274.836/0001-48 - Endereço: Rua Atílio Biscuola, 1006, Galpão A, Bairro Capivari, Louveira/sp - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Sense Polímeros Comércio, Importação e Exportação Ltda., Nome Fantasia Aliança Plásticos -** CNPJ: 07.588.100/0001-20 - Endereço: Rua João Franco de Camargo, 160, Bairro Jardim Virgínia, Itatiba/sp - Administrador Judicial: R4c Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Supply Max Comercial Ltda. -** CNPJ: 17.669.038/0001-54 - Endereço: Rua Curitiba, 350,loja 02, Bairro Alterosas, Serra/es - Administrador Judicial: Ricardo Biancardi Fernandes Advocacia, Pelo Dr. Ricardo Biancardi Augusto Fernandes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falências de Vitória/ES

Empresa: **Tenenge Engenharia Ltda. -** CNPJ: 15.122.275/0001-75 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, 4º Andar, Parte R, Cjto. 44, Edifício B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Tenenge Overseas Corporation -** Endereço: Ilhas Caymann - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Construtora Sganzerla Eireli -** CNPJ: 04.651.199/0001-79 - Endereço: Rua Izabete Griza, 212, Distrito Industrial, Irani/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Plano Safra 2024/25 Agricultor de grande porte vê dificuldade no acesso a linhas, mas agricultura familiar celebra novas condições

Para produtores, taxa de juros do crédito rural segue elevada

Paulo Santos e Nayara Figueiredo
De São Paulo

Em um momento de aperto de margens e endividamento em elevação, representantes dos produtores rurais avaliaram que as taxas de juros do Plano Safra 2024/25 não atendem suas necessidades.

Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as condições podem dificultar o acesso ao crédito. "A margem do produtor caiu 30% na última safra. Ele não tem capital próprio e terá dificuldade no mercado privado para buscar esse crédito", disse Bruno Lucchi, diretor técnico da CNA.

Sem uma redução significativa nos juros, o custo final das operações de crédito ficará mais alto, puxado pelas taxas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que estão mais elevadas, comentou Felippe Serigati, pesquisador da FGV Agro. "No momento da construção do Plano Safra do ano passado, nós tínhamos uma taxa Selic a 13,75%, e no deste ano estamos em uma Selic de 10,5%", pontuou. "Talvez houvesse espaço para uma redução da taxa".

As linhas com taxas de juros de dois dígitos não devem estimular investimentos, acredita Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico e Econômico da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Leila Harfuch, sócia gerente da consultoria Agroicone, diz que, por outro lado, o aumento no volume de recursos a juros livres, especialmente para custeio, "abre um espaço importante para aumentar também o volume de recursos para investimento".

A indústria de máquinas acredita que, apesar da postura retraída do produtor, os recursos do Moderfrota podem ajudar o setor a voltar às compras. Com isso, os recursos devem se esgotar em três meses, avalia Pedro Oliveira, presidente da Câmara de Máquinas Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq).

"O juro do Moderfrota, de 10,5% para médios e 11,5% para grandes produtores, não é bom, mas também não é ruim. No mercado, não se acha um juro mais baixo, vai achar de 16% a 17% nos bancos", disse. "Com o preço das commodities em queda e a rentabilidade do produtor comprometida, os juros ganham peso nas decisões de compra de produtos de alto valor".

O presidente da Abramilho, Paulo Bertolini, criticou o montante para irrigação e armazenagem. "O Brasil tem 120 milhões de toneladas de déficit de armazenagem, e todo ano [o déficit] cresce 5 milhões [de toneladas] por falta de financiamento", disse.

O aumento da verba para a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de R$ 210,9 milhões, também ficou abaixo das expectativas.

CESAR RAMOS/DIVULGAÇÃO

"Redução de juros para a agricultura familiar mostra compromisso"
Vânia Marques

"Esperávamos incremento de R$ 1 bilhão, chegando a R$ 3 bilhões. Vamos levar a proposta para o ministro [Fernando Haddad] para debater no orçamento no final do ano", disse Bruno Lucchi, da CNA.

Já as avaliações sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar foram mais positivas. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) esperava que o limite máximo para os juros da agricultura familiar ficasse em 4% ao ano — o plano prevê taxas de até 6%. "Fizemos a sugestão ao governo no início do ano, e ela não foi atendida. Por outro lado, só pelo fato de se ter redução de juros para a agricultura familiar [em relação ao plano anterior], já consideramos que há um compromisso do governo com o setor", disse Vânia Marques Pinto, secretária de Política Agrícola da Contag, ao **Valor**.

A coordenadora geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contrag), Josana Lima, comemorou o aumento de benefícios a práticas agroecológicas.

A criação de uma linha para compra de máquinas e implementos de pequeno porte com juros de 2,5% ao ano foi uma surpresa positiva. "Essa taxa é bastante atrativa. A linha com certeza é bem-vinda", disse Oliveira, da Abimaq.

Apesar do anúncio de redução de taxas para dez linhas do Pronaf, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) disse que uma linha com taxa de 4% ao ano pode ter custo efetivo de 18,62% ao ano se considerados outros encargos de financiamento. ***(Colaboraram Cleyton Vilarino e Fernanda Pressinott, de São Paulo)***

Mais sobre o anúncio do Plano Safra 2024/25 na página B12

Fávaro diz que leilão para compra de arroz não é mais necessário

Rafael Walendorff
De Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem, em entrevista à GloboNews que não haverá mais leilão para a compra de arroz importado. Segundo ele, o governo verificou arrefecimento nos preços do cereal aos consumidores e decidiu, por ora, adotar medidas de estímulo à produção e garantia de abastecimento.

Fávaro não descartou completamente a possibilidade de leilão. Disse que o governo tem orçamento liberado e um novo edital para realizar o pregão caso haja especulação. "É mais plausível neste momento a gente monitorar o mercado. Não havendo especulação, não se faz necessário novos leilões, portanto, mas que haja estímulo para a produção de arroz", disse Fávaro.

"Nós temos um edital novo pronto. Temos reunião com a federação dos arrozeiros e a indústria ainda hoje [quarta], vamos buscar alguns compromissos com eles de estabilidade de preços, de logística. Por ora, estamos preparados, tem orçamento, mas é mais prudente, como os preços já cederam, que tomemos outras atitudes de estímulo à produção, e não se faz necessário novos leilões de importação", completou.

A reportagem apurou que a Conab vai monitorar o mercado para identificar possíveis problemas de abastecimento e de preço. Do lado do setor produtivo, haverá um compromisso para garantir o aumento da disponibilidade de arroz para baixar os preços nas gôndolas dos supermercados.

Apesar da fala de Fávaro, mais tarde, ontem, no anúncio do Plano Safra da Agricultura Familiar, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, afirmou que o governo ainda está estudando as possibilidades para tratar o tema. Segundo ele, a decisão final se haverá ou não novos leilões será do presidente Lula.

"Nós estamos estudando todas as possibilidades (sobre arroz). Hoje [quarta] estavam aqui os arrozeiros do Rio Grande do Sul, à tarde teremos reunião com eles. Eles vão apresentar sugestões. Em última instância quem vai decidir sobre todas as medidas será o presidente Lula", disse.

Depois do anúncio do Plano Safra da Agricultura Empresarial, Fávaro, voltou a afirmar, em coletiva, que com a queda do preço do arroz nas gôndolas dos supermercados, ele não vê necessidade de realizar novo leilão.

Ele não foi taxativo se a decisão está tomada no governo. "O fato real é que o arroz já deu grandes demonstrações de queda de preço, já tem arroz abaixo de R$ 20. Isso atende à necessidade de controle inflacionário. Eu vejo que, neste momento, não se faz necessário leilão de arroz, mas sim estímulo para se produzir mais", disse.

5,23%
foi a queda do arroz no mês de junho

Em fazenda de soja, máquina só engole biodiesel puro

Biocombustíveis

Cibelle Bouças
De Diamantino e Lucas do Rio Verde (MT)

A Amaggi, um dos maiores grupos de processamento e exportação de grãos e fibra do país, acaba de concluir a transformação da Fazenda Sete Lagoas, em Diamantino (MT), em uma propriedade em que máquinas e equipamentos rodam exclusivamente com biodiesel sem mistura (B100). A partir dos resultados desse projeto-piloto, o grupo quer levar o B100 a outras unidades.

"Precisamos primeiro avaliar a operação por alguns meses antes de pedir autorização à ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis]. Mas a ideia é expandir o mais rápido possível para as outras unidades", afirmou Juliana Lopes, diretora de ESG, comunicação e compliance da Amaggi.

Com 3,6 mil hectares de área, a Sete Lagoas é a menor das fazendas da Amaggi e também a que fica mais perto da unidade de produção de biodiesel da companhia, em Lucas do Rio Verde (MT), fatores que levaram a empresa a escolher a propriedade para o projeto-piloto. A fazenda produz soja, milho e gergelim, além de ter 800 hectares de vegetação nativa e 400 hectares de áreas de preservação de recursos hídricos.

Aparentemente, não há diferenças entre uma fazenda em que se abastece as máquinas com B100 e uma convencional, a não ser pela ausência quase total de fumaça na operação dos equipamentos. As 28 máquinas — tratores, carregadeiras, motoniveladoras e pás carregadeiras — movidas a B100 são da marca John Deere, parceira da Amaggi no projeto. Na aparência, os equipamentos são iguais aos que se vê na agricultura e na construção e que utilizam combustível fóssil, afirma Bruna Mazzante, gerente de marketing da John Deere. A diferença está na engenharia.

"A John Deere foi procurada em 2022 para avaliar o desenvolvimento de máquinas movidas a B100. O primeiro equipamento foi uma motoniveladora. Agora, estendemos a todo o portfólio da linha verde e da linha amarela", diz. Segundo ela, o preço das máquinas que usam B100 é igual ao das que rodam com diesel.

O consumo de combustível também é similar. Lopes acrescentou que, segundo testes que ocorreram na Fazenda Itacoatiara e que seguiram o GHG Protocol, as emissões de carbono com o uso do B100 foram até 99% menores do que as de equipamentos que utilizam diesel fóssil.

Na Sete Lagoas, além de usar biodiesel sem mistura, a Amaggi também substituiu a aplicação aérea de fertilizantes pelo uso de bioinsumos. Segundo Lopes, o grupo já usa insumos biológicos em todas as suas 13 fazendas.

A empresa movimenta 20 milhões de toneladas de grãos por ano, sendo 1,5 milhão de toneladas de produção própria, tem capacidade de armazenar 2,7 milhões de toneladas e embarca 5,5 milhões de toneladas. Para transportar essa produção, a companhia utiliza uma frota de mil caminhões e 212 barcaças.

Por ano, a Amaggi consome 120 milhões de litros de combustível. Assim, para cumprir a meta de reduzir as emissões de carbono até 2035 e zerar emissões líquidas até 2050, a substituição do diesel por um combustível sustentável tornou-se essencial.

"Por ser um combustível renovável, o B100 traz um resultado muito interessante nessa questão da sustentabilidade", afirmou Ricardo Tomczyk, diretor de relações institucionais da Amaggi. Segundo ele, hoje, o preço do B100 é 9% menor do que o do B14, mas a regulação de preços vai ocorrer com a evolução da demanda.

A Amaggi inaugurou sua primeira usina de biodiesel em Lucas do Rio Verde (MT), em 2023. A unidade recebeu investimento de R$ 100 milhões e tem capacidade para produzir 337 milhões de litros por ano. Atualmente, segundo Elliot Mello, gerente de operações corporativas da companhia, o complexo industrial produz 230 mil toneladas de óleo e 800 mil toneladas de farelo de soja por ano. Todo o óleo da unidade vai para a produção de biodiesel.

O grupo quer usar a planta para atender sua própria demanda e também para abastecer o mercado. No momento, a Amaggi tenta obter a certificação do Renovabio para a usina de Lucas do Rio Verde. A certificação só sai depois de seis meses de operação da fábrica e da conclusão de processos de auditoria da ANP.

Em relação ao consumo próprio, o primeiro grande passo foi a compra de 101 caminhões da Scania movidos a B100. A entrega dos veículos ocorreu entre maio e junho; eles devem começar a rodar uso no fim deste mês.

André Gentil, gerente de vendas de soluções a frotistas da Scania Operações Comerciais Brasil, disse que os modelos que a Amaggi comprou têm autonomia para percorrer de 1,6 mil a 2 mil quilômetros com o B100. "Um caminhão a gás tem autonomia de 650 quilômetros, e o elétrico, de 200 quilômetros", comparou.

A Amaggi também testou o uso do B100 em uma embarcação. No teste, o deslocamento foi de 1.130 quilômetros, em uma viagem de ida e volta entre Porto Velho a Itacoatiara (AM), o consumo, de 120 mil litros de biodiesel, e a carga, de 50 mil toneladas. "Nós já apresentamos os dados à ANP e pedimos autorização para uso nas outras embarcações", disse Tomczyk. No primeiro momento, serão 12 empurradores.

Em outra frente, a Amaggi testou ainda o uso de veículos elétricos, mas teve dificuldades com a baixa autonomia em relação ao diesel a ao B100. "Para ter carro elétrico na fazenda é preciso ter postos de recarga dentro das propriedades. O consumo de combustível em caminhonetes é menos de 1% do custo total com combustíveis. Frota elétrica daria mais trabalho e não atacaria 1% da nossa missão", afirmou Lopes.

Os testes da Amaggi com o B100 começaram em março de 2022, na Fazenda Itamarati, a maior da companhia, em Campo Novo do Parecis (MT). "No Brasil, os grãos percorrem um caminho muito longo, e a descarbonização dessa cadeia é um desafio. Só com todos os projetos juntos vai ser possível cumprir o desafio de descarbonização", disse Lopes.

A Amaggi aderiu à campanha da Science Based Targets Initiative (SBTi) em 2021, alinhando-se ao movimento global Race to Zero, da ONU, que busca zerar as emissões de carbono até 2050 para garantir que o planeta tenha um aumento de temperatura de no máximo 1,5°C até o fim do século. Em janeiro deste ano, o grupo entregou ao SBTi um plano para reduzir a pegada de carbono em toda a sua operação e aguarda aprovação.

Como a maior parte dos grãos que a companhia origina sai dos seus 5,6 mil produtores parceiros, ela também criou o programa Amaggi Regenera, de certificação de agricultura regenerativa e de baixo carbono. A iniciativa está em fase de aprovação internacional. O programa inclui a adoção de medidas como plantio direto, uso de bioinsumos, agricultura de precisão e rotação de culturas como parte dos esforços para reduzir as emissões de carbono.

Em suas medidas de compensação das emissões de carbono, Lopes disse que a Amaggi trabalha principalmente com projetos de restauração de áreas, de energia renovável e de agricultura regenerativa. Mas o foco é principalmente reduzir as emissões.

Na parte de geração de energia, a companhia possui seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), localizadas em Mato Grosso. Ao todo, elas têm uma potência instalada de 93,7 megawatts (MW).

A jornalista viajou a convite de Amaggi, Scania, John Deere e Rota Oeste

CIBELLE BOUÇAS/VALOR

Máquinas rodam com B100 na Fazenda Sete Lagoas, da Amaggi: biocombustível deixou a propriedade livre de fumaça

"A ideia é levar o uso do B100 às outras unidades do grupo"
Juliana Lopes

Perfil da Amaggi
Destaques da gigante nacional do agro

Lucro líquido em 2023
R$ 1,70 bilhão
Queda de 5,2% em relação a 2022

Receita em 2023
R$ 44,87 bilhões
Queda de 5,3%

Investimento médio anual
R$ 1,2 bilhão

Sede

Estrutura

13 fazendas com produção própria

1,5 milhão de toneladas de produção própria de grãos

20 milhões de toneladas de grãos incluindo produção de 5,6 mil parceiros

372 mil hectares de produção agrícola (safra 2022/2023) em fazendas com operação própria

44 unidades de armazenagem, com uma capacidade total de até 3,1 milhões de toneladas

2 unidades de processamento de grãos

3 unidades misturadoras de fertilizantes

10,4 mil empregados

Fonte: Empresa

INÊS 249

Agronegócios

Políticas Crédito rural terá R$ 400,6 bi; governo admite que preferiu aumentar os recursos disponíveis para os produtores em detrimento da redução das taxas

Plano Safra 2024/25 sofreu 'efeito colateral' dos juros altos, diz Fávaro

Rafael Walendorff, Fábio Murakawa, Renan Truffi e Isadora Camargo
De Brasília e São Paulo

Numa solenidade para anunciar números do Plano Safra da Agricultura Empresarial 2024/25 que já eram conhecidos desde a semana passada, o governo admitiu ontem que preferiu aumentar o volume de recursos disponíveis para financiamentos em detrimento da redução de juros, uma reivindicação do setor produtivo. Um movimento diferente do que se viu no Plano da Agricultura Familiar, que teve alta de recursos e queda nas taxas para alguns produtos, como arroz e feijão.

O governo anunciou montante recorde de R$ 400,59 bilhões para a agricultura empresarial, 10% acima dos R$ 364,2 bilhões ofertados no Plano Safra 2023/24. Os juros ficaram estáveis. A única linha que teve redução foi o Moderfrota Empresarial, que caiu de 12,5% ao ano para 11,5% ao ano. Nas linhas de investimentos, as taxas continuam entre 7% e 11,5% e nas de custeio permanecem em 8% para médios e 12% para grandes produtores.

O governo também anunciou que o financiamento de Cédulas de Produto Rural (CPR) com recursos direcionados das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) somarão outros R$ 108 bilhões para a agricultura empresarial.

"Se não podíamos fazer as duas coisas, aumentar o volume de dinheiro e reduzir as taxas de juros, preferimos aumentar o volume de dinheiro e cobrir ainda mais agropecuária brasileira com recursos do Plano Safra", disse o ministro da Agricultura Carlos Fávaro a jornalistas após o lançamento do plano, que teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Fávaro ressaltou que a elaboração do plano foi impactada pelos movimentos da economia, como uma "fuga de investidores" da poupança rural e dos depósitos à vista, importantes fontes de crédito rural, por conta da manutenção da taxa Selic em 10,5%.

"Um dos efeitos colaterais dos juros altos, da taxa básica neste nível, é que a poupança rural e o depósito à vista começam a minguar. Quem larga recurso na poupança que remunera 7% ou 8% ao ano se a taxa básica é 10,5% e qualquer investimento paga mais de 12%?", questionou Fávaro. "Isso significou R$ 60 bilhões a menos disponível que não teria custos para o Tesouro (...) Essa fuga de R$ 60 bilhões impactou", completou.

Enquanto os juros do plano, em geral, foram mantidos, o ministro anunciou que o prêmio — desconto nas taxas do custeio — para produtores que têm práticas sustentáveis será ampliado para todos os produtores nesta temporada.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Presidente Lula cumprimenta Haddad ao lado dos ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Carlos Fávaro, da Agricultura, no lançamento do Plano Safra 2024/25

Além do rebate de 0,5 ponto percentual para quem tem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado, produtores que têm atividades sustentáveis certificadas por instituições avalizadas pelo Ministério da Agricultura também terão acesso ao mesmo índice de desconto. "Alguns dizem que isso é muito pouco. Só 1,76% dos produtores conseguiram ter CAR analisado. Sim, só por isso ele já merece uma medalha pela maratona da regularização ambiental", disse. "Mas a ampliação dos benefícios será para todos os produtores rurais", afirmou.

Durante o lançamento do Plano Safra, Haddad fez um aceno elogioso à bancada do agronegócio, com quem negocia itens da reforma tributária. "Eu tenho tido o prazer de conversar com a Frente Parlamentar da Agricultura para a negociação da reforma tributária. É uma bancada forte, mas que tem compromisso com um projeto de país. A relação tem sido muito respeitosa, tenho recebido a FPA inúmeras vezes e penso que isso é uma demonstração de maturidade da nossa classe empresarial", disse.

O presidente Lula também deu um recado ao setor e disse que sua gestão fez um plano "melhor" do que o lançado por "aqueles que parecem gostar de vocês e não gostam". "Nós fazemos o Plano Safra melhor do que aqueles que parecem que gostam de vocês e não gostam. Eu nunca vou perguntar para ninguém em quem ele votou", disse na cerimônia.

Fávaro confirmou no evento que o Plano Safra Empresarial terá aumento no orçamento para equalização de juros do crédito rural. Médios e grandes produtores terão R$ 5,9 bilhões dos R$ 16,3 bilhões disponibilizados pelo Tesouro Nacional para esta temporada.

> "Preferimos aumentar o volume de dinheiro e cobrir ainda mais agropecuária com recursos do Plano"
> *Carlos Fávaro*

Segundo o ministro, o montante de recursos cresceu cerca de 40% e o custo ponderado das lavouras das principais culturas agrícolas caiu 23%. "Este Plano Safra terá eficiência 63% maior que último Plano Safra do governo passado", afirmou. "É o governo estimulando cada vez mais a agropecuária".

Ele também anunciou a destinação de R$ 210,9 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em recursos extras para apoiar a contratação de produtores rurais do Rio Grande do Sul, que sofreu com enchentes. Com isso, afirmou, o recurso aplicado no PSR no Estado em 2024 subirá para R$ 368,3 milhões, contando com o que já foi liberado ou está programado do orçamento geral da política, de R$ 947,5 milhões neste ano.

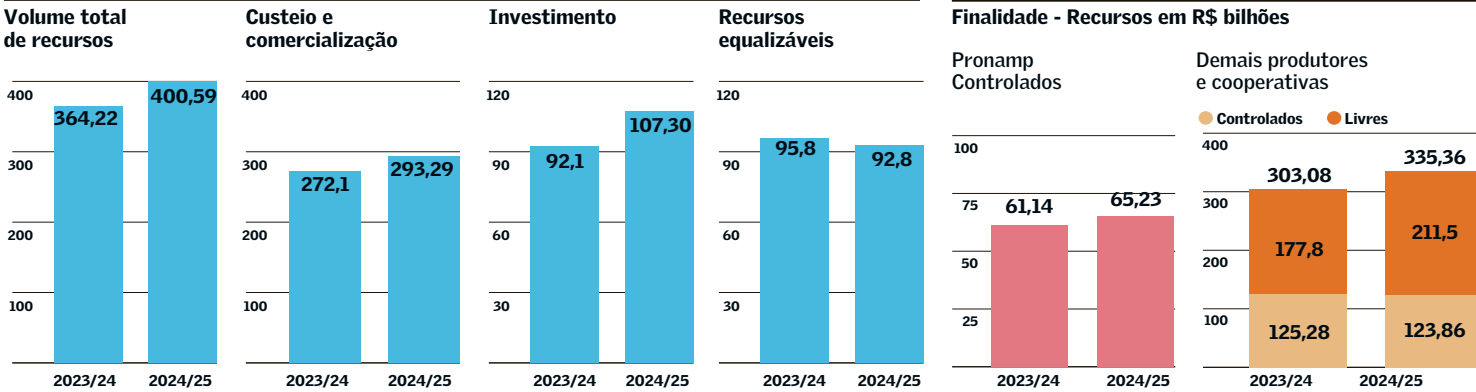
Os recursos extras vão permitir ampliar de 12 mil para 26 mil o número de produtores gaúchos atendidos pelo seguro, segundo o ministro. A área coberta deve passar de 669 mil para 1,2 milhão de hectares. Já o valor segurado deve dobrar, para R$ 11 bilhões.

Ele disse ainda que o presidente Lula determinou que haja incremento da verba para o seguro rural na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2025. Mas não mencionou o valor que será destinado ao PSR no ano que vem. "É um superplano safra, mas também precisamos de seguro", ressaltou.

A suplementação foi inferior à solicitada pelo setor, mas a avaliação de Fávaro é que o montante extra para os gaúchos vai tirar a pressão sobre os recursos disponíveis até dezembro para o restante do país, o que fará com que rendam mais.

O ministro reforçou que o Plano Safra 2024/25 deve estimular o aumento da produção de arroz no país e a diversificação dos locais de cultivo por meio do lançamento de contratos de opção.

Mais sobre Plano Safra à página B11

Agricultura empresarial
Destaques do Plano Safra (R$ bilhões)

Fonte: Mapa

Agricultura familiar conquista mais recurso e apoio para cultivo de arroz

Rafael Walendorff, Renan Trufi, Isadora Camargo e Gabriella Weiss
De Brasília e São Paulo

O volume de recursos para apoiar a agricultura familiar na safra 2024/25 será de R$ 85,7 bilhões, o que representa um crescimento de 10% em relação ao montante reservado para o setor na temporada passada. O governo ampliou a oferta de recursos para o crédito e para ações de fomento e criou uma nova linha de incentivo à produção de arroz e outros alimentos "imprescindíveis".

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) informou que o governo dará mais incentivos aos produtores familiares que querem produzir alimentos "imprescindíveis", como arroz e feijão. Para esses e outros alimentos, como leite, mandioca, frutas e verduras, as taxas de juros de custeio passaram de 4% para 3%. No caso da produção desses alimentos de forma orgânica, agroecológica também e no caso de produtos da sociobiodiversidade, a taxa será de 2%.

O ministro Paulo Teixeira anunciou a criação do programa "Arroz da Gente". A iniciativa integra crédito a juros mais baixos e o lançamento de contratos de opção para compra de até 200 mil toneladas de arroz da agricultura familiar.

A produção leiteira também será incluída na lista dos alimentos "imprescindíveis", bem como o custeio da pecuária e a exploração extrativista sustentável.

Já os agricultores familiares que produzem commodities, como soja e milho, pagarão 6% ao ano na linha de custeio, igual à safra 2023/24. Todas as linhas de custeio têm limites de crédito de R$ 250 mil por beneficiário.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) receberá R$ 76 bilhões, 6,2% acima da safra passada. No total, dez linhas do Pronaf tiveram redução de taxas, que variam de 0,5% a 6%.

O MDA também criou uma linha de aquisição de máquinas e implementos agrícolas de pequeno porte, como microtrator, motocultivador e roçadeira. A taxa de juros para essa nova linha será de 2,5% ao ano, que é metade da taxa praticada no Pronaf. A linha será destinada às famílias com renda anual de até R$ 100 mil e financiará máquinas de até R$ 50 mil.

"Nessa linha queremos pedir para fazer máquina menor e mais familiar para o agricultor familiar, que entra na propriedade dele. É para microtrator, motocultivador, ensiladeira, implemento para agrofloresta, estufa", disse Teixeira.

Com isso, o programa Mais Alimentos do Pronaf deve destinar R$ 12 bilhões entre recursos equalizados e dos fundos constitucionais para compra de máquinas à agricultura familiar.

O governo manteve os juros mantidos das linhas do Pronaf destinadas a empreendimentos e cooperativas da agricultura familiar em 6% ao ano, mas elevou o limite de financiamento.

No caso da linha Pronaf Industrialização, subiu o limite para empreendimento familiar rural (para R$ 250 mil), cooperativas singulares (para R$ 33 milhões) e cooperativas centrais (para R$ 55 milhões). Na linha Pronaf Agroindústria, foi elevado o limite para empreendimentos familiares (para R$ 450 mil) e cooperativas para R$ 50 milhões). Na linha Pronaf Cotas-Partes, o limite das pessoas físicas irá para R$ 75 mil, e das cooperativas para R$ 55 milhões.

Mais recursos
Destaques do Plano Safra da Agricultura Familiar

Fonte: MDA

Programas do Plano em 2024/25

Programa	Valor
Pronaf	R$ 76 bilhões
Garantia-Safra	R$ 1 bilhão
PGPM-Bio	R$ 45 milhões
Assistência Técnica e Extensão Rural	R$ 307 milhões
EcoForte	R$ 100 milhões
Compras Públicas	R$ 2,4 bilhões
Proagro Mais	R$ 5,9 bilhões

Além do Pronaf, o MDA também anunciou que o governo vai destinar mais R$ 9 bilhões à agricultura familiar. Serão R$ 1 bi em garantia safra, R$ 2,4 bi para compras públicas — como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — e R$ 5,9 bilhões para Proagro Mais, ações de assistência técnica e extensão rural, Programa Ecoforte e o Programa de Garantia de Preços Mínimos dos produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

O MDA também anunciou a alteração dos limites de aquisição de agricultores familiares e suas organizações no PAA Compra Direta em situações de calamidade.

O governo também vai incluir a agricultura familiar e suas cooperativas em três fundos garantidores da União: o de Garantia de Operações (FGO), o de Amparo às Micros e Pequenas Empresas do Sebrae, e o Garantidor para Investimentos (FGI/BNDES) — os dois últimos dedicados a cooperativas.

Outra novidade no Plano Safra da Agricultura Familiar foi o anúncio da criação do Programa Nacional de Florestas Produtivas.

Por GLOBORURAL

Biocombustível
O que a Amaggi tem aprendido com o uso de biodiesel sem mistura em uma de suas fazendas B11

Mercados
Para Genta, da XP, expectativas devem piorar mais e BC será forçado a subir juros a partir de setembro C2

Oferta de ações
Cresce fila de empresas brasileiras que buscam fazer IPO em Nova York C4

Investimentos
Com Selic parada em 10,5% ao ano, UBS reduz risco em bolsa C6

Finanças

Conjuntura Estudo do Cefeb-Fipe mostra que companhias devem fechar ano com dívida de R$ 6,16 tri

Piora de câmbio e juros afeta dívidas de empresas e adia recuperação de balanços

Rita Azevedo, Felipe Laurence e Liane Thedim
De São Paulo e Rio

As mudanças no cenário macroeconômico, com a expectativa de juros em patamares altos por mais tempo e a valorização do dólar frente ao real, devem começar a afetar o planejamento financeiro das empresas, uma vez que as premissas utilizadas no início do ano foram se deteriorando ao longo dos últimos meses. Nesse novo contexto, a esperada recuperação da saúde financeira das companhias pode demorar mais para acontecer.

Se em março o mercado esperava que a Selic terminasse o ano em 9% e a taxa de câmbio, em R$ 4,95, a expectativa agora é de uma taxa básica de juros maior, mantida nos atuais 10,5%, e o dólar a R$ 5,20, conforme o relatório Focus da última segunda-feira. Caso as projeções mais recentes se confirmem, as companhias brasileiras devem terminar o ano com uma dívida de R$ 6,16 trilhões — 5% maior que a apurada em março. Se o cenário ao fim de 2024 fosse como o desenhado em março pelos economistas, esse aumento seria menor, de cerca de 3,25%, para R$ 6,03 trilhões.

Os cálculos são do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras da Fipe (Cefeb-Fipe), coordenado por Carlos Rocca. Os números foram obtidos a partir de uma simulação feita com os saldos da dívida financeira das empresas brasileiras de capital aberto ou fechado, e as projeções para câmbio e Selic que aparecem no Focus. Foi calculado, então, qual seria o impacto nos débitos considerando o cenário projetado em março deste ano para o fim de 2024 e o que passou a ser esperado agora para o mesmo período.

A simulação mostra que, ao fim de 2024, as despesas financeiras das empresas seriam de R$ 170 bilhões considerando o cenário mais positivo, de março. Se for levado em consideração o cenário projetado no fim de junho, elas somariam R$ 295 bilhões, um aumento de 73%.

Em síntese, diz Rocca, o exercício mostra uma piora da capacidade de recuperação das empresas, que vivenciaram nos últimos anos um aumento do volume de dívidas e dos juros e certa piora das condições de crédito após as crises de companhias como Americanas, além de uma redução das margens, o aumento dos custos e o impacto da inadimplência e da inflação na redução do consumo.

Junto a isso, boa parte das companhias começou a enfrentar dificuldades na rolagem de dívidas — essencial para a manutenção das atividades. Neste ano, diz Rocca, essa dificuldade foi superada pelas empresas que acessam o mercado de crédito privado. O mesmo não aconteceu com empresas de menor porte. "Quem deve no mercado de capitais não enfrenta dificuldades de rolagem, mas quem só tem crédito bancário, que é a grande massa das empresas, continua com problemas", afirma.

O coordenador do Cefeb-Fipe afirma que, nos 12 meses encerrados em março, 11% das empresas tinham geração de caixa insuficiente para pagar suas dívidas. Com o impacto da alta do dólar, essa fatia poderá passar para 17% no fim do ano.

Para o estudo do Cefeb-Fipe foram utilizadas algumas hipóteses, como a maior parte da dívida bancária ser contratada com juros fixos, a dívida no mercado de capitais ser indexada ao CDI e a dívida em moeda estrangeira permanecer constante em dólar, mas, em reais, aumentar conforme a variação do câmbio.

Rosana Pádua, conselheira do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef-SP), classifica o momento como "bastante desafiador" para as empresas. Para ela, a única maneira para manter as margens atuais é seguir com a redução de custos, que já tem sido trabalhada pelos diretores financeiros. "O ambiente está mais negativo. Com os juros mantidos em um nível alto é preciso ter uma lucratividade muito forte para que o endividamento seja pago com tranquilidade", afirma.

No fim de 2023, cerca de 25% das companhias brasileiras de capital aberto não tinham capacidade de pagar as despesas financeiras, segundo levantamento da RK Partners feito em abril. Em um universo de mais de 300 companhias, cerca de 45% estavam em uma situação de alavancagem considerada "delicada", com o índice de dívida sobre Ebitda (lucro antes de juros, impostos, taxas e depreciação) superior a três vezes, mostra o estudo.

Como só considera companhias de capital aberto, o levantamento reflete a situação de empresas grandes e com maior capacidade de renegociação, diz Ricardo K., fundador da RK Partners. "Se você imaginar um universo de companhias de menor porte, que pagam juros maiores, esses 25% sobem para 30%", afirma.

O especialista em reestruturação de empresas acredita que essa dificuldade de cobrir o custo das dívidas deve durar pelo menos mais dois anos. "Mesmo que a Selic caia, demora um pouco para essa redução chegar na ponta", explica.

Além da dificuldade em cobrir os juros das dívidas, a piora das perspectivas pode afetar a retomada dos investimentos. "Essa mudança para pior ao longo do primeiro semestre afeta nossas decisões de investimento, o que estamos dispostos a alocar de capital, uma vez que fica mais caro, em especial investimentos novos, como aquisições ou projetos de expansão", diz Marcelo Bacci, diretor de finanças, relações com investidores e jurídico da Suzano.

A companhia do setor de celulose anunciou recentemente a aquisição de uma participação de 15% na fabricante de celulose solúvel e tecidos austríaca Lenzing por R$ 1,3 bilhão e chegou a avaliar a compra da americana International Paper, além de investimentos em expansão própria. Por ser uma empresa dolarizada, a depreciação do real acaba favorecendo a Suzano, explica Bacci. "A receita mais alta acaba compensando certos custos adicionais", comenta. A política de hedge, que não sofreu alterações nos últimos meses, também ajuda a blindar a companhia de volatilidades.

"Sempre trabalhamos com alguma flexibilidade, porque essas dinâmicas de mercado são difíceis de se prever, mas deu uma clara piorada no cenário", afirma Bacci, que também é membro do Ibef-SP. "Acho que, para empresas ligadas ao setor doméstico, o efeito pode ser um pouco maior."

Na Comerc, que atua com comercialização de energia renovável, o planejamento financeiro para 2024 também considerava um certo nível de volatilidade, diz Fernando Oliveira, diretor financeiro da companhia. "Mas, assim como o resto do mercado, também imaginávamos juros mais baixos e dólar mais controlado."

Oliveira diz que, por enquanto, não precisou mudar o planejamento, mas acompanha de perto o cenário para avaliar a necessidade de revisões. "No nosso dia a dia, o primeiro efeito da valorização do dólar é diminuir a atratividade de projetos como a construção de novos parques, já que grande parte dos equipamentos é importada", diz.

Do lado dos juros, explica Oliveira, há um efeito direto nas companhias que demandam capital intensivo, como as de energia. "O aumento acaba também reduzindo a atratividade de novos projetos. Captamos boa parte dos recursos em IPCA, mas também faz parte da estratégia emitir em CDI."

Na emissão mais recente de debêntures, em abril, a Comerc levantou R$ 2 bilhões, sendo R$ 1,4 bilhão em títulos corporativos, com remuneração atrelada ao CDI, e R$ 600 milhões em títulos incentivados, indexados ao IPCA.

Para Rosana Avolio, diretora de relações com investidores da Braskem, o principal efeito da queda menor nos juros é no mercado consumidor e para as perspectivas de crescimento de demanda nos diferentes segmentos de mercado dos seus clientes. Nos resultados da empresa, em si, o planejamento não mudou.

"Mesmo se observarmos apenas a taxa de juros brasileira, o impacto também é limitado, uma vez que apenas cerca de 10% do endividamento total da Braskem está denominado em reais", afirma. Cerca de 3/4 do endividamento da empresa é baseado em taxas prefixadas.

Já a depreciação do real, assim como na Suzano, é positiva para a Braskem, uma vez que preços de matérias-primas e produtos são integrados na cadeia global de produção e consumo. "Como parte dos custos é em real, como manutenção e salários, vemos ganhos aqui."

A diretora explica que a depreciação do real frente ao dólar tende a impactar negativamente o resultado contábil da companhia, por conta da variação de dívida e da política de "hedge" (proteção), mas tem impacto positivo na geração de caixa. "Parte do passivo denominado em dólar é designado como hedge, mas são efeitos contábeis."

O dólar, que já vinha subindo nas últimas semanas, acelerou com mais força e chegou ao pico de R$ 5,66, maior nível desde janeiro de 2022, anteontem. Ontem, desacelerou a R$ 5,57, após falas do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ricardo Maluf, chefe da mesa de operações institucionais de equities da Warren Investimentos, diz que no momento a tensão e a volatilidade estão fortes demais, o que dificulta prever como será o comportamento da moeda até o fim do ano.

Ele explica que, entre os fatores de pressão, estão a demora dos Estados Unidos em cortar juros, o aumento das chances de Donald Trump vencer as eleições presidenciais americanas e os ruídos políticos internos sobre política fiscal, controle da inflação e sucessão no Banco Central. Além disso, o real sofre contaminação de moedas de emergentes em geral, diante de resultados de eleições em México, África do Sul e Índia que desagradaram ao mercado, com candidatos eleitos e legislativo com pautas de expansão fiscal. "Calcula-se que R$ 0,20 da desvalorização do real, de R$ 5,20 para R$ 5,40, tenha sido impacto do peso mexicano."

Maluf explica que, mesmo após a interrupção dos cortes da Selic, antes de o dólar passar de R$ 5,60, os analistas viam possibilidade de a taxa cair quando os Estados Unidos começassem a cortar sua taxa. "Como o câmbio pode pressionar a inflação, agora o mercado prevê até alta de juros no fim do ano." Nesta semana os analistas reforçaram as apostas de elevação da Selic ainda neste ano.

Leia mais na página C2

"Essa mudança para pior ao longo do primeiro semestre afeta nossas decisões de investimento"
Marcelo Bacci

"No nosso dia a dia, o primeiro efeito da valorização do dólar é diminuir a atratividade de projetos"
Fernando Oliveira

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Rocca: em março, 11% das empresas não tinham geração de caixa suficiente para pagar dívidas; com alta do dólar, fatia pode subir a 17% no fim do ano

Destaques

Mudanças no Bradesco BBI

O Bradesco contratou o executivo Ben Laidler, ex-eToro, como novo chefe de estratégia de ações do Bradesco BBI. Laidler substitui André Carvalho, que desde o início do ano passou a exercer a função de diretor de relações com investidores do banco. Com mais de 30 anos de experiência, Laidler tem carreira especializada em estratégia de investimento para mercados emergentes e desenvolvidos, particularmente na região das Américas. O executivo trabalhou na Rothschild Asset Management, UBS e no J.P. Morgan. Com a contratação, o Bradesco BBI busca aprofundar a análise de cobertura de empresas da América Latina. ***(Toni Sciarretta)***

Férias no Banco Central

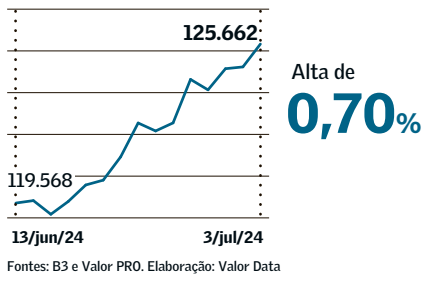
O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, sai em férias a partir de hoje até o dia 19 de julho. O diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, o está substituindo desde o dia 28 de junho, quando Campos Neto começou a participar de eventos na Europa. O regimento interno do Banco Central prevê que o presidente da instituição tem a atribuição de designar seu substituto, entre os membros da diretoria, em caso de ausência do país, afastamentos e outros impedimentos legais ou regulamentares. O diretor de política econômica, Diogo Guillen, também está em férias e é substituído pelo diretor de regulação, Otávio Damaso, até o dia 15. ***(Gabriel Shinohara)***

INÊS 249

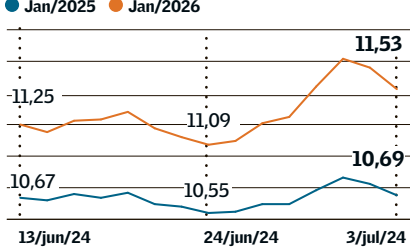
Ibovespa
Em pontos

125.662
119.568
13/jun/24 3/jul/24

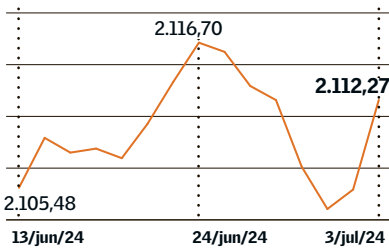
Alta de **0,70%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 3/jul/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,06
S&P 500	0,51
Euronext 100	1,13
DAX	1,16
CAC-40	1,24
Nikkei-225	1,26
SSE Composite	-0,49

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **1,71%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Política monetária Mercado vê piora nas projeções do Copom para o IPCA; XP Asset projeta aperto nos juros a partir de setembro

Deterioração no câmbio amplia risco de BC voltar a subir Selic

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O risco de o Banco Central (BC) ser forçado a voltar a elevar a Selic entrou de vez no radar dos participantes do mercado. O estresse no mercado câmbio, que levou o dólar a R$ 5,70 na terça-feira, provocou uma deterioração das expectativas dos agentes quanto à dinâmica inflacionária, o que já começa a gerar algum desconforto mesmo para aqueles que projetavam a taxa básica de juros parada em 10,5% por um longo período.

No fechamento dos negócios de ontem, a curva de juros precificava cerca de 1 ponto percentual de elevação na Selic até o fim deste ano, na medida em que a depreciação do real fez as taxas futuras de curto prazo subirem de forma bastante expressiva.

"Desde a decisão do Copom, tivemos uma piora grande de prêmio de risco, que muito provavelmente vai bater nas expectativas de inflação. O câmbio pode até 'voltar' um pouco mais, mas as expectativas vão continuar piorando. E isso se torna quase um caso de livro-texto", diz o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, ao defender seu cenário básico, que passou a contemplar uma retomada das elevações na Selic a partir de setembro, com quatro altas consecutivas de 0,25 ponto percentual nos juros.

"As expectativas estão se distanciando cada vez mais da meta, as projeções do Copom irão piorar e, honestamente, dado o crescimento da despesa obrigatória, é muito difícil pensar em um balanço de riscos simétrico", afirma Genta. Na reunião do fim de julho, o economista acredita que o Copom irá mudar a simetria do balanço de riscos para, em setembro, voltar a apertar a política monetária.

Genta acredita ainda que as decisões para elevações na Selic serão tomadas de forma unânime no colegiado e vê, inclusive, uma alta de 0,25 ponto no juro básico na primeira reunião de 2025, já com o BC sob novo comando. "Depois do dissenso de maio e com todas as declarações do presidente Lula e, agora, com os balões de ensaio sobre as mudanças na autonomia, acho que o próximo presidente do BC precisará de algum gesto que consolide a credibilidade, seja ele quem for. E, se for alguém que já está na diretoria, facilitaria o trabalho", afirma o economista.

Para Genta, o mercado e o BC devem esperar um pouco mais para ter mais informações sobre a política fiscal "e, quando chegar setembro, já vai ter dado tempo para o BC ter dado um primeiro passo de piorar o balanço de riscos e preparar para, com o conjunto de dados, iniciar um ciclo de alta". No cenário da XP Asset, após as quatro altas na Selic a partir de setembro, o Copom poderia, eventualmente, discutir cortes de juros no segundo semestre do próximo ano, caso o ciclo seja suficiente para uma reancoragem das expectativas inflacionárias.

O economista, porém, observa que, caso fique claro para o mercado que o arcabouço fiscal pode ter uma vida mais longa, uma compressão de prêmios de risco se materializaria nos ativos financeiros, o que permitiria ao BC deixar o juro parado em 10,5% — o cenário alternativo trabalhado pela XP Asset.

> "É preciso entender qual o tamanho do desvio das projeções de inflação que o Copom irá aceitar até ter de reagir"
> *Luis Cezario*

Mesmo antes da reunião do Copom de junho, algumas casas, como JGP, Reag Investimentos e Apex Capital, já começavam a trabalhar com a possibilidade de retomada de um ciclo de aperto monetário, mas somente em 2025.

A piora relevante do câmbio, porém, trouxe essa expectativa de vez para o radar dos agentes. Na avaliação do economista-chefe do PicPay, Marco Antonio Caruso, o movimento na curva de juros, que parecia excessivo com uma forte alta das taxas curtas, "talvez já não pareça tão loucura assim".

Nos cálculos de Caruso, no cenário de referência do Copom, a projeção de inflação subiria de 3,4% para 3,6%, com o dólar a R$ 5,55, nível próximo ao do fechamento de ontem. Já no cenário alternativo, em que a Selic ficaria parada em 10,5%, a estimativa para o IPCA de 2025 passaria de 3,1% para 3,4%.

"Até o cenário alternativo perde efeito após essa piora toda. De certa forma, essa desvalorização do real tira o impacto desse cenário. E, com o dólar a R$ 5,70, nem mesmo o cenário alternativo se sustentaria, a não ser que o BC desista de 2025. Com o nível atual do câmbio, o cenário pede juros mais altos. A grande variável, certamente é o câmbio. Se nada acontecer, fica difícil imaginar alguma justificativa que o BC possa usar que não soe política para não precisar elevar a Selic. Se o câmbio continuar desse jeito, não vejo muitas alternativas", diz Caruso.

Para ele, os próximos passos estão condicionados à política fiscal, com o relatório bimestral de receitas e despesas, em 22 de julho, como o principal evento à frente. "Uma moderação do tom [do governo] já ajuda, mas é preciso também alguma contenção das despesas. É preciso algo mais concreto."

De acordo com o economista-chefe da Asset 1, Luis Cezário, o cenário tem ficado cada vez mais complexo, diante do aumento das projeções de inflação do BC com a nova rodada de depreciação do câmbio. "É preciso entender qual o tamanho do desvio dessas projeções que o Copom vai aceitar até ter que reagir para que o problema não se torne maior", afirma.

Segundo Cezario, o cenário base ainda é de manutenção da Selic estável em 10,5%. Mas o cenário alternativo, no qual o Copom é obrigado a retomar as altas de juros, vem se tornando mais provável. "O cenário alternativo mais provável é que, caso o dólar continue essa trajetória, ultrapassando os R$ 5,80 e caminhando em direção aos R$ 6, e de o BC reagir subindo juros. Nesse contexto, o cenário de alta de juros já parece mais provável que o de corte", aponta o economista.

Cezario pondera, contudo, que todo o cenário está condicionado à política fiscal. "Se o governo tiver uma atitude austera e surpreender com um corte de gastos discricionários em um volume visto como suficiente, essa pressão sobre o câmbio pode retroceder", afirma.

O economista também nota que o BC tem emitido preferência por tentar ganhar tempo, enquanto as incertezas não são reduzidas. "Ele está vendo a curva de juros precificar uma alta considerável até o fim do ano. Eu acho que ele deixou claro que o cenário de manutenção é o mais provável. O câmbio é uma variável volátil e, com o cenário de inflação corrente atual, eles não devem estar vendo necessidade de uma alta tão rápida dos juros", afirma Cezario.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Genta, da XP Asset, vê quatro altas de 0,25 p.p. na Selic a partir de setembro

Na terça-feira, inclusive, ao participar de evento em Sintra, Portugal, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, se disse confiante de que a inflação futura será menor do que os níveis que têm sido precificados pelo mercado.

O estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, chama atenção para a quantidade de incertezas que a retomada de um ciclo de aperto pela autoridade monetária poderia acrescentar a um cenário econômico já bastante turbulento.

"Seria um choque adicional de incerteza enorme, mesmo considerando os níveis de volatilidade atuais e os preços que os ativos locais são negociados. O BC voltar a subir juros traria pontos de interrogação nada desprezíveis. Seria uma alta da Selic unânime com o colegiado coeso? Os novos diretores votariam por uma elevação? Teríamos um placar divergente semelhante ao que gerou tamanho ruído há duas reuniões? Como essa alta reverberação no ambiente político já turbulento para o BC? Que reflexos isso teria para a sucessão do Campos Neto? Seria um evento extremamente complicado."

Apesar das dúvidas de que uma alta de juros provocaria, Cunha concorda que a depreciação cambial tem tornado o cenário mais provável. "Se a decisão fosse hoje, acho que o Copom precisaria se abrir para a possibilidade de retomar a elevação da Selic. E ele deveria fazer isso, em um primeiro momento, tornando o balanço de riscos assimétrico", diz.

Leia mais na página A10

Fala moderada de Lula e exterior positivo trazem alívio aos ativos

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Matheus Prado e Gabriel Roca
De São Paulo

Em sessão marcada por falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva interpretadas por agentes como mais moderadas e por forte apetite por risco no exterior, após dados mais fracos de atividade nos Estados Unidos, os ativos locais encontraram espaço para avançar e ajustar parte do prêmio relevante de risco embutido nos preços nas últimas semanas.

No fim do dia, o dólar à vista recuou 1,71%, a R$ 5,5683, enquanto o Ibovespa subiu 0,70%, aos 125.662 pontos, liderado por ações sensíveis aos juros. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 teve queda de 10,785% para 10,69%; e a do DI para janeiro de 2027 caiu de 12,02% para 11,815%.

O dólar já havia perdido fôlego frente ao real no fim da sessão de terça-feira, no que operadores entenderam como um possível movimento de exaustão da valorização da moeda americana, após ter tocado o nível de R$ 5,70. Ontem, o movimento de correção da divisa americana se confirmou.

A dinâmica foi positiva desde os primeiros negócios com a ajuda do exterior, diante de dados mais fracos da economia americana. Mas foi a sinalização do governo de que vai buscar resoluções para a questão fiscal que garantiu a amplitude do movimento e fez o real se destacar dos pares e apresentar o melhor desempenho do dia.

Isso ficou claro no início da tarde, quando o dólar chegou a recuar 2,20%, após Lula dizer que a "responsabilidade fiscal não é uma palavra, mas um compromisso do governo desde 2003", enquanto Haddad afirmou que o câmbio vai acomodar e que "a diretoria do BC tem autonomia para atuar quando entender conveniente".

"Foi o compromisso fiscal que pesou, ainda que o cenário externo estivesse bem favorável", diz Daniel Tatsumi, gestor de moedas da Ace Capital. "Acho que [as falas de Lula e Haddad] foram uma resposta ao movimento do mercado, ainda que tenha demorado para ocorrer essa reação", complementa.

> **2,20%**
> **foi a queda máxima do dólar, a R$ 5,54, durante a tarde**

Para o gestor da Ace, a recuperação mostra que não houve um ataque especulativo no mercado de câmbio, mas um desespero pela ausência de sinalizações. "O mercado costuma dar o benefício da dúvida [ao governo], como foi com o arcabouço fiscal no ano passado", afirma. "O problema é quando se dá esse benefício da dúvida e as expectativas são quebradas. A expectativa passa a ser por algo mais concreto, porque sabe que já se frustrou uma vez. Quando perde a confiança, sai mais caro."

Tatsumi diz que o que ocorreu nos últimos dias foi um certo desespero, que levou à busca por proteção. "Nós estávamos posicionados em real e tivemos que desfazer a posição devido à piora", diz. "Só que o real tem uma excelente história por trás. Temos um país com US$ 350 bilhões de reserva; com juros reais elevados; nossa balança comercial é positiva; temos energia limpa; temos uma pirâmide etária ainda favorável. São todos os ingredientes para a moeda ter um bom desempenho", afirma. "Mas não podemos abandonar o fiscal."

Em relação ao fluxo de entrada de dólares no Brasil, dados do Banco Central mostraram que, apesar da saída forte pela conta financeira no primeiro semestre, o ingresso de capital via conta comercial foi o segundo melhor da história para o período. Os dados mostram que o fluxo comercial chegou a US$ 42,5 bilhões de janeiro a junho deste ano, apenas atrás do ingresso de US$ 45,9 bilhões, no mesmo período de 2007.

Não à toa, o Banco Pine continua construtivo com a moeda. Na avaliação do economista-chefe da instituição, Cristiano Oliveira, os fundamentos do câmbio continuam na direção de uma apreciação. "O câmbio agora está fora do lugar", afirma. "Quando olhamos nos fundamentos, nos termos de troca, embora não estejamos no melhor dos mundos, os dados até maio mostram uma situação bem comportada. Essa variável não sugere um câmbio tão depreciado."

Segundo o banco, a perspectiva de que os juros nos Estados Unidos ficarão praticamente parados em um nível de 5%, após o mercado chegar a precificar números menores, até justificaria um câmbio em R$ 5,25 a R$ 5,30 por dólar, mas não mais do que isso. Assim, a situação parece "uma combinação indigesta de muitos ruídos". "O mercado está certo em adicionar prêmio por causa de incertezas. Mas, se for só ruído, volta", afirma.

S&P 500 e Nasdaq têm recordes após PMI fraco

Eduardo Magossi
De São Paulo

Dados que mostraram uma desaceleração na economia e no mercado de trabalho dos EUA levaram a um aprofundamento na queda dos rendimentos dos Treasuries e do dólar. Investidores viram nos dados uma sugestão de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) poderá reduzir mais os juros do que o único corte projetado na reunião de junho, cuja ata foi divulgada ontem. O cenário também deu suporte às bolsas e, com isso, S&P 500 e Nasdaq renovaram seus recordes históricos, apoiados, de maneira adicional, pelo sentimento de que o ex-presidente americano Donald Trump possa vencer as eleições americanas.

O pregão foi abreviado ontem, devido ao feriado de 4 de julho hoje. O índice Dow Jones caiu 0,06%. Em novas máximas históricas, o S&P 500 subiu 0,51%, e o Nasdaq avançou 0,88%. Ao mesmo tempo, o retorno da T-note de dez anos recuou de 4,437% para 4,364%.

Dados revelaram desaceleração da atividade e mercado de trabalho nos EUA. O PMI do setor de serviços dos EUA caiu a 48,8 em junho, ante 53,8 pontos em maio. Foi a maior contração registrada desde maio de 2020. Já o relatório da Automatic Data Processing (ADP) revelou que o setor privado dos EUA abriu 150 mil postos de trabalho em junho, desacelerando pelo terceiro mês consecutivo e atingindo seu menor nível desde o início do ano. O indicador mostrou que os ganhos salariais também recuaram ligeiramente.

Para Ian Lyngen, estrategista da BMO Capital Markets, o cenário é o de atividade do setor de serviços mais fraca desde a pandemia, conforme o ISM divulgado ontem; tendência de alta dos pedidos de seguro-desemprego; abertura de vagas no setor privado desapontadora; e incerteza política crescendo. Além disso, segundo ele, o presidente do Fed, Jerome Powell, permanece no modo de "esperar para ver". "Não está claro o que os próximos dias podem trazer, mas estamos prevendo fogos de artifício", afirmou.

A ata da reunião do Fed de junho — divulgada após o fechamento das bolsas — revelou que as autoridades estão cada vez mais voltando suas atenções para o mercado de trabalho. "Diferenças ainda existem dentro do comitê. Mas dados divulgados após a reunião devem ter elevado o consenso para cortes. Nós esperamos o primeiro corte do Fed para setembro, seguido por cortes em cada reunião subsequente", diz o economista-chefe para EUA do Citi, Andrew Hollenhorst.

Conjuntura Fim da hiperinflação retirou receita de instituições com 'floating', mas também possibilitou expansão do crédito e diversificação da receita com tarifas

Plano Real remoldou setor bancário

Álvaro Campos
De São Paulo

A implementação do Plano Real, há 30 anos, aliada a uma série de políticas econômicas adjacentes, remoldou profundamente o setor bancário brasileiro. Com o fim da hiperinflação, os bancos perderam a receita de "floating", que respondia por boa parte do faturamento, e tiveram de se adaptar, aumentando o crédito e diversificando a cobrança de tarifas. Alguns, como Nacional, Econômico e Bamerindus, ficaram pelo caminho, em meio a outros problemas descobertos depois.

Com o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), quase três dezenas de bancos estatais foram vendidos ou liquidados, o que reduziu políticas parafiscais e colaborou com a consolidação do sistema bancário. Na esteira do Real ainda vieram medidas como o início da adoção das regras prudenciais de Basileia e a criação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), além da abertura para a entrada de instituições estrangeiras no mercado brasileiro.

A inflação alta proporcionava aos bancos ganhos relativamente fáceis, pois corroía o valor de depósitos à vista e promovia a "transferência" de recursos de clientes para as instituições, já que o dinheiro nas contas não tinha remuneração. Com o Plano Real, além da queda da inflação, o Banco Central elevou fortemente os depósitos compulsórios dos bancos, para evitar a explosão do crédito e do consumo. De 1994 a 1999, dezenas de instituições financeiras sofreram intervenção, sendo 51 bancos. Entre os estaduais, Banespa e Banerj foram alvo do BC em 30 de dezembro de 1994. Entre os privados, o primeiro grande a quebrar foi o Econômico, em agosto de 1995. Três meses depois, foi a vez do Nacional. O Bamerindus sucumbiu em 1997.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, que comandou o Bradesco entre 2009 e 2018, lembra que em 1994 era presidente da seguradora de vida e previdência do grupo. "Eu tinha saído da diretoria de marketing recentemente, então vivi com muita intensidade todos os planos econômicos dos anos anteriores. A população estava um pouco descrente, mas o Real teve uma arquitetura monetária espetacular. Ele teve sucesso e ganhou apelo popular rapidamente, tanto que Fernando Henrique Cardoso teve uma ampla vitória na eleição daquele ano", lembra.

Candido Bracher, que liderou o Itaú entre 2017 e 2021, também se recorda que o Brasil vivia um momento muito difícil. "Quando FHC aceitou ser ministro da Fazenda, tudo mundo achou que ele estava doido. Acho que maio de 1994 foi o ponto mais baixo da auto-estima nacional. O Ayrton Senna tinha acabado de morrer, a URV tinha cara de um grande experimento, as eleições seriam em poucos meses e parecia que o Brasil caminhava para o abismo." Entretanto, quando o Real entrou em vigor e a inflação começou a baixar, o sentimento foi mudando. "Chegou o dia 1º de julho e, para espanto geral, o dólar não disparou. Se o principal preço da economia não muda, é porque alguma coisa certa estava acontecendo."

No Banco do Brasil, além das expectativas em torno dos efeitos econômicos do novo plano, a instituição era a custodiante do BC, ou seja, tinha a incumbência de substituir todo o numerário do país. Armando Medeiros, que na época era assessor da presidência do banco na área de comunicação institucional, afirma que a logística foi bastante complexa, com apoio das Forças Armadas e questões de sigilo. "Foi uma operação de guerra. O banco estava envolvido em um grande trabalho de repassar o dinheiro novo para os demais bancos e recolher o dinheiro antigo."

Ele lembra que, cerca de dez dias antes do lançamento oficial do plano, três catadores de papel encontraram, no contêiner de lixo do Senado, onde funcionava uma agência do BB, pacotes com, ao todo, R$ 200 em moedas. Eles usaram parte do dinheiro em uma padaria e o restante tentaram trocar numa outra agência do BB, localizada no Supremo Tribunal Federal. O gerente, desconfiado, chamou a polícia. Depois de uma investigação, que ganhou as manchetes dos jornais, descobriu-se que as moedas caíram por engano no lixo enquanto um funcionário do banco manipulava alguns malotes.

> "População estava um pouco descrente, mas o Real teve uma arquitetura monetária que foi espetacular"
> *Luiz Carlos Trabuco*

"Houve uma grande tensão, mesmo diante de um fato menor, mas recheado de simbologias. O pano de fundo era a própria insegurança daquele momento e de um ano eleitoral e suas previsíveis trepidações. Houve quem especulasse sobre a segurança da nova moeda — já estaria sendo falsificada? — ou apontasse possíveis atos conspiratórios de sabotagem ou ação partidária", rememora.

Se, olhando em retrospecto, o Real é um sucesso, no início do plano alguns pontos foram questionados por integrantes da indústria bancária. O ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) Roberto Luis Troster lembra que, além do compulsório sobre depósitos à vista — para ajudar a frear a inflação —, o BC adaptou as regras de Basileia e criou uma "jabuticaba", estabelecendo uma norma de capital mínimo, o que fez com que, do dia para a noite, a sobrevivência de muitos bancos menores ficasse inviável.

"É claro que, na média, o Plano Real foi positivo para o setor bancário. Mas ele também provocou algumas crises. O governo queria reduzir o número de bancos, e essa regra de capital mínimo levou à quebra de uma série de instituições. Também houve uma crise de liquidez em função dos compulsórios e um problema de atraso de medidas prudenciais. Econômico, Nacional e Bamerindus tinham problemas que vinham de antes de 1994, mas o atraso na adoção de ações fez o custo da intervenção se tornar ainda maior", explica.

Para Murilo Portugal, que em 1994 era secretário do Tesouro e depois comandou a Febraban, a hiperinflação fez com que os bancos brasileiros investissem muito em tecnologia, já que, com um sistema de pagamentos moderno, era possível ganhar dinheiro com o floating. "Um dia que você ficava com o dinheiro fazia uma diferença enorme." Sobre as críticas de que, com a consolidação pós-Plano Real, o sistema bancário brasileiro se tornou muito concentrado, ele diz que essa é uma característica da indústria. "O sistema brasileiro é concentrado, mas não mais que em outros lugares."

Em evento recente para celebrar os 30 anos do Real, Portugal lembrou uma reunião que teve com FHC e o então recém-eleito governador de São Paulo, Mário Covas. As autoridades federais tinham acabado de intervir no Banespa, o que deixou o governador tucano irritadíssimo. "No encontro o Fernando Henrique me passou a palavra e disse que o Tesouro estava fazendo 'das tripas coração' para tentar resolver a situação, e logo o Covas emendou: 'esse aí [Portugal] só tem tripas, não tem coração'."

Quando o Real foi lançado, Bracher trabalhava junto com o pai, Fernão, no banco fundado por ele e Antonio Beltran em 1988, o BBA. Pérsio Arida, que alguns anos depois se tornaria um dos "pais" da nova moeda, seria um dos sócios iniciais do BBA, mas desistiu de última hora. Candido recorda que a equipe do banco sempre fazia uma reunião, às terças-feiras, com economistas importantes para discutir o cenário nacional. "O hábito de sistematicamente pensar sobre os problemas econômicos do país nos preparou para enfrentar os riscos, desenhar melhor nossos modelos. Banco é essencialmente gestão de risco. Risco de crédito, de liquidez e de capital. O que fez o BBA, o Itaú e outros bancos atravessarem as crises é o conhecimento bancário", avalia.

CLAUDIO BELLI/VALOR

> "O hábito de sempre pensar sobre os problemas econômicos do país nos preparou para enfrentar riscos"
> *Candido Bracher*

Para Trabuco, o grande ganho inflacionário escondia problemas de ineficiência em diversas empresas, não só em alguns bancos, que acabaram quebrando por não conseguirem se adaptar. "Os bancos aspiravam floating por todos os pontos. Mas muitos eram extremamente eficientes, investiram em tecnologia. E se o Real acabou com a receita inflacionária, deixou um legado muito grande que foi criar a base para um poupança de médio e longo prazo. Com a hiperinflação, o descasamento entre ativos e passivos impedia crédito mais longo, e com o Real o sistema conseguiu construir ativos de médio e longo prazo." Nesse sentido, ele afirma que a nova moeda resultou em um sistema bancário sólido, solvente e bem regulado.

Mercados Wellhub, Vale Metais e Maple se juntam a PicPay e Moove em plano para listagem em NY

Cresce a fila de empresas que buscam IPO nos EUA

Silvia Rosa
De São Paulo

Enquanto o Brasil está perto de completar três anos sem um abertura de capital (IPO na sigla em inglês), a reabertura do mercado americano tem instigado companhias brasileiras a avaliarem a listagem no exterior. Por lá, foram 94 ofertas neste ano.

A Picpay, fintech do grupo J&F que chegou a montar sindicato em 2021, contratou o Citi, e a Moove, empresa de lubrificantes do grupo Cosan, indicou bancos para coordenar sua listagem nos EUA. As instituições financeiras também já estão de olho num lugar na coordenação do IPO da Wellhub (antiga Gympass), que sinalizou que quer aproveitar uma eventual retomada de apetite por teses em torno de tecnologia.

Outras empresas nacionais, como a rede de ensino Maple Bear, a empresa de tecnologia financeira Dock e o aplicativo de delivery colombiano Rappi também estão se preparando para fazer um IPO no exterior, ainda que não previstos para este ano.

Diferentemente da última onda de IPOs de empresas brasileiras nos Estados Unidos, que foi focada em companhias do setor financeiro e de educação com base tecnológica, a próxima leva deve incluir mais setores, como consumo, varejo e commodities, afirma Marcello Lo Re, chefe de renda variável do Morgan Stanley. Nessa linha, a Vale Base Metais, unidade de metais básicos da Vale, é apontada no mercado como potencial candidata.

No primeiro semestre, os IPOs nos Estados Unidos movimentaram US$ 20,7 bilhões, maior volume desde 2022. Só o total levantado na bolsa de Nocva York (Nyse) somou US$ 12 bilhões, enquanto as listagens na Nasdaq totalizaram US$ 8,7 bilhões, inteirando 53 IPOs de empresas e 13 de SPACs, veículos de investimento listados em bolsa que incorporam empresas fechadas.

Para Fabio Federici, responsável pela área de renda variável do Goldman Sachs no Brasil, a barra para listagem nos EUA está mais alta, com a média das ofertas saindo acima de US$ 700 milhões. "Hoje um tamanho de oferta mínimo para um IPO nos EUA é algo acima de US$ 500 milhões", diz Federici, apontando que o apetite não é para todo tipo de empresa.

Para se listar no exterior, as empresas não necessariamente precisam ter receitas em dólar, mas devem ter alta taxa de crescimento e serem "vencedoras" em seus setores e de preferência ter pares listados nos EUA para atrair a atenção de mais investidores, avaliam os banqueiros.

Com a maior liquidez no mercado americano, os fundos de private equity que investem em empresas brasileiras também voltaram a considerar a bolsa americana como uma porta de saída — o "valuation" das companhias em alguns setores lá fora está menos descontado que o de empresas listadas na bolsa brasileira. Entre as empresas nas carteiras dos fundos consideradas maduras para fazer uma oferta, segundo fontes, estão Dock, Rappi e Creditas.

Unicórnio de serviços financeiros que tem como investidores os fundos Silver Lake, Riverwood e Lightrock, a Dock chegou a contratar bancos para um IPO nos EUA em 2021. Uma oferta de ações pode acontecer nos próximos dois anos, já que os fundos investidores querem antes uma maior clareza sobre a direção dos juros americanos e ver uma melhora no valuations das empresas financeiras incumbentes.

Já a colombiana Rappi, concorrente do iFood na entrega de comida no Brasil, tem entre os investidores Sequoia Capital, T. Rowe Price e Softbank. A empresa chegou ao "breakeven" em 2023 e contratou um diretor-financeiro (CFO) neste ano para se preparar para um potencial IPO.

> "Hoje um tamanho de oferta mínimo para um IPO nos EUA é algo acima de US$ 500 milhões"
> *Fabio Federici*

No setor de educação, apesar de a Vitru ter trocado a bolsa americana pela brasileira e a Arco Educação ter decidido fechar o capital por lá, outras companhias veem oportunidade. A rede de escolas bilíngue Maple Bear, que foi criada no Canadá e hoje pertence ao grupo brasileiro SEB, planeja um IPO num horizonte de dois a cinco anos. A rede atua em 36 países, o que dolariza sua receita.

"Hoje o Brasil representa cerca de 40% da receita da companhia e o plano é reduzir essa participação para cerca de 20%", afirma Nilson Curti, diretor executivo do grupo SEB. Mas a companhia quer expandir ainda mais as operações no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Ásia, antes de uma listagem. "Pretendemos abrir cerca de 300 franquias de escolas nos Estados Unidos", diz o CEO.

As empresas e bancos apontam como vantagens do mercado americano a possibilidade de acessar investidores dedicados a setores específicos, como biotecnologia e saúde, e a menor diluição do controlador, pela estrutura de diferentes classes de ações. Por outro lado, o custo é mais alto do que uma oferta no mercado brasileiro e a legislação mais rígida, na prática.

Ainda que o mercado americano siga batendo recordes, algumas ofertas podem escorregar para o início do ano que vem, já que a volatilidade provocada pela eleição presidencial nos Estados Unidos em novembro pode afetar o ritmo de operações. "Tem uma janela até setembro e depois já começa o período pré-eleitoral, com espaço curto para uma retomada das ofertas no fim do ano", avalia Lo Re.

Procurada, a Vale afirmou que não há qualquer decisão da companhia sobre a listagem da empresa de metais básicos em Nova York. Moove, Picpay, Creditas, Wellhub e Dock não comentaram o assunto e a Rappi não deu retorno.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 03/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.917,5049390	0,11	0,16	4,68
IRF-M	1+**	20.061,3453190	0,46	0,38	0,60
IRF-M	Total	18.269,0786260	0,34	0,30	1,82
IMA-B	5***	9.273,7056820	0,19	-0,01	3,31
IMA-B	5+****	11.059,2977420	0,83	0,36	-4,70
IMA-B	Total	9.815,4270870	0,52	0,17	-0,93
IMA-S	Total	6.738,8245380	0,04	0,12	5,45
IMA-Geral	Total	8.156,6264690	0,24	0,18	2,60

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	19/06	18/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,04	33,74	37,09	28,38	34,48	32,80
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,49	23,88	26,49	21,51	25,78	28,12
Conta garantida pré - a.a.	44,82	44,19	39,77	51,12	43,09	49,55
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,42	22,36	21,92	21,55	23,04	29,24
Vendor pré - a.a.	15,88	15,85	15,78	15,05	15,67	19,31
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,82	20,67	18,80	16,84	17,50	19,59
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,72	17,87	18,15	17,17	18,43	18,00
Conta garantida pós - a.a.	25,22	25,91	25,41	24,89	24,21	28,80
ACC pós - a.a.	8,39	7,93	8,71	8,60	8,87	8,59
Factoring - a.m.	3,32	3,28	3,28	3,32	3,33	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	03/07/24	02/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3400	5,3300	5,3500	5,0600
1 mês	-	5,3381	5,3351	5,3364	5,3270	5,0666
3 meses	-	5,3535	5,3533	5,3533	5,3506	5,0034
6 meses	-	5,3864	5,3877	5,3873	5,3882	4,7968
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6610	3,6560	3,9130	3,3990
1 mês	-	3,7447	3,8102	3,7869	3,9118	3,2484
3 meses	-	3,8717	3,8883	3,8829	3,9258	3,0914
6 meses	-	3,9174	3,9264	3,9227	3,9440	2,6931
1 ano	-	3,8902	3,8848	3,8863	3,8467	1,6223
Euribor ***						
1 mês	-	3,654	3,646	3,632	3,690	3,385
3 meses	-	3,714	3,722	3,711	3,782	3,597
6 meses	-	3,676	3,672	3,682	3,755	3,913
1 ano	-	3,589	3,576	3,578	3,722	4,145
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,36	5,33	5,37	5,37	5,14
T-Bill (3 meses)	5,37	5,38	5,38	5,36	5,38	5,30
T-Bill (6 meses)	5,30	5,31	5,35	5,32	5,35	5,44
T-Note (2 anos)	4,72	4,74	4,75	4,75	4,81	4,90
T-Note (5 anos)	4,33	4,39	4,35	4,38	4,41	4,16
T-Note (10 anos)	4,36	4,43	4,33	4,40	4,39	3,84
T-Bond (30 anos)	4,53	4,60	4,46	4,56	4,54	3,86

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24 (Mês)	abr/24	mar/24	fev/24	Ano* (Acumulado)	12 meses** (Acumulado)
Selic	0,12	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,34	11,68
CDI	0,12	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,34	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,30	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	1,82	7,89
IMA-B	0,17	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,93	3,07
IMA-S	0,12	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,45	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	1,42	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-6,35	4,93
Índice Small Cap	1,65	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-13,45	-11,96
IBrX 50	1,31	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,90	7,39
ISE	1,29	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-8,98	-5,90
IMOB	1,88	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-15,27	-8,32
IDIV	0,88	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-2,56	12,09
IFIX	-1,33	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	-0,26	6,09
Dólar Ptax (BC)	0,49	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	15,39	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-0,36	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	14,75	16,69
Euro (BC) (4)	1,31	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	12,73	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	0,34	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	11,83	14,54
Ouro (BC)	2,02	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	32,05	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,46	0,38	0,16	0,83	2,61	4,35
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 3/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 28/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.491.018,84					1.452,31	6.865,01	192.484,72	207.580,35
RF Indexados (2)	146.554,81	-0,22	0,05	2,22	7,28	-509,00	-6.348,64	-7.516,13	-18.658,18
RF Duração Baixa Soberano (2)	668.859,92	0,04	0,73	4,81	10,81	-4.526,77	-7.432,76	30.290,32	44.486,00
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	847.403,51	0,04	0,81	5,47	12,32	1.255,97	26.233,19	51.597,13	60.404,28
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	178.970,76	0,04	0,05	5,51	12,33	35,07	7.318,35	72.822,32	77.977,97
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.899,03	-0,04	0,58	4,23	8,98	125,70	737,55	-3.220,92	-4.410,95
RF Duração Livre Soberano (2)	211.258,62	-0,03	0,60	4,25	9,88	-490,38	-20,57	-15.714,59	-27.430,98
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	638.394,33	0,01	0,68	4,74	10,80	2,85	-18.696,65	-35.167,87	-51.117,91
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	359.563,84	-0,06	0,50	4,49	11,27	4.966,98	9.882,52	76.505,17	127.178,02
Ações	609.360,29					-579,56	3.122,69	-111,38	40.153,64
Ações Indexados (2)	10.098,63	-0,34	1,49	-7,62	4,63	-117,02	-92,04	401,90	-773,31
Ações Índice Ativo (2)	31.270,92	-0,53	1,03	-8,45	2,38	-29,25	-73,87	-3.741,76	-3.576,63
Ações Livre	221.003,14	-0,67	1,50	-5,34	4,91	-296,91	3.075,67	1.296,70	-4.712,40
Fechados de Ações	125.075,25	-0,73	0,46	-3,95	-3,11	9,24	-395,54	-936,80	29.460,64
Multimercados	1.655.915,94					-666,07	-27.245,98	-81.014,14	-209.378,60
Multimercados Macro	148.566,05	-0,19	0,47	0,67	5,96	-243,99	-6.393,19	-27.462,05	-51.214,25
Multimercados Livre	631.623,09	0,00	0,77	2,80	8,08	884,36	-9.596,12	-1.630,43	-55.625,41
Multimercados Juros e Moedas	49.717,01	0,00	0,75	4,54	10,94	-122,47	-3.366,06	-7.883,23	-17.598,22
Multimercados Invest. no Exterior (2)	745.561,04	0,33	2,09	4,69	12,08	-1.141,81	-7.983,63	-44.951,91	-80.775,53
Cambial	6.625,92	1,41	6,86	18,30	23,40	38,45	-3,45	-347,29	-1.365,77
Previdência	1.431.682,89					200,89	1.127,91	16.851,12	39.845,01
ETF	44.093,21					131,82	606,75	-1.795,28	-2.668,96
Demais Tipos	2.005.158,03					604,99	-2.978,58	43.522,47	54.587,25
Total Fundos de Investimentos	**7.238.697,10**					**577,83**	**-15.527,06**	**126.067,74**	**74.165,67**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.649.139,20**					**246,46**	**-1.022,58**	**32.933,03**	**99.705,50**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.936.278,17**					**824,29**	**-16.549,64**	**159.000,77**	**173.871,17**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	03/07/24	02/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,02
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,7989
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,15
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9599
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,48	10,51	10,45	10,49	10,37	13,36
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,70	10,78	10,61	10,72	10,42	12,84
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,41	10,42	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,47	10,42	10,44	10,37	13,47
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,51	10,45	10,49	10,36	13,35
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,58	10,49	10,55	10,36	13,19
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,69	10,77	10,60	10,72	10,39	12,78
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,18	11,34	10,94	11,18	10,56	11,58

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 03/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.177,77	10,415	62.120	10,414	10,420	10,414
Vencimento em set/24	98.320,44	10,436	83.810	10,434	10,460	10,436
Vencimento em out/24	97.501,95	10,474	272.139	10,466	10,508	10,476
Vencimento em nov/24	96.603,85	10,526	3.742	10,515	10,555	10,530
Vencimento em dez/24	95.848,10	10,607	14.467	10,600	10,640	10,605
Vencimento em jan/25	95.009,02	10,693	1.091.808	10,685	10,775	10,690
Vencimento em fev/25	94.118,84	10,795	2.168	10,795	10,825	10,795
Vencimento em mar/25	93.296,36	10,901	1	10,900	10,900	10,900
Vencimento em abr/25	92.528,43	10,970	236.460	10,960	11,085	10,970
Vencimento em mai/25	91.716,71	11,044	2.803	11,025	11,125	11,025
Vencimento em jun/25	90.867,49	11,114	2.161	11,100	11,210	11,100

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.576,65	-2,04	342.865	5.557,50	5.685,50	5.569,00
Vencimento em set/24	5.594,10	-2,04	25	5.581,00	5.615,00	5.581,00
Vencimento em out/24	5.610,70	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.629,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.645,00	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.018,70	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.046,55	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.073,02	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.121	0,57	79.250	126.590	127.985	127.540
Vencimento em out/24	129.166	0,56	845	129.695	129.950	129.950
Vencimento em dez/24	131.229	0,54	325	131.550	131.550	131.550

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 03/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5857	5,5863	-1,44	0,49	15,39	16,68
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5677	5,5683	-1,71	-0,36	14,75	15,82
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5949	5,7749	-2,05	-0,34	14,41	16,02
Euro (BC) - (R$/€)	6,0309	6,0326	-0,88	1,31	12,73	15,39
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0044	6,0050	-1,36	0,34	11,83	14,49
Euro Turismo (R$/€)	6,0648	6,2448	-1,60	0,43	11,37	14,61
Euro (BC) - (US$/€)	1,0797	1,0799	0,57	0,81	-2,31	-1,11
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	424,4453	424,4909	0,21	2,02	32,05	43,19
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.356,16	1,12	1,36	14,09	22,64
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.342,55	0,58	0,64	13,58	22,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	03/07/24	02/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	160.076,41	159.589,95	158.096,12	173.997,89	0,30	1,25	-8,00
Valor-Coppead Mínima Variância	97.183,49	96.638,28	95.968,24	93.533,91	0,56	1,27	3,90

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 03/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 03/07/24

Índice	03/07/24	02/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 03/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,89	185,53	183,93	165,54	154,97	1,27	2,15	13,50	21,25
S&P BNY Emergentes	366,70	357,10	353,54	312,75	297,98	2,69	3,72	17,25	23,06
S&P BNY América Latina	191,96	188,02	189,48	225,28	208,34	2,10	1,31	-14,79	-7,86
S&P BNY Brasil	190,30	185,44	186,15	232,95	209,14	2,62	2,23	-18,31	-9,01
S&P BNY México	293,43	290,97	294,86	331,67	330,69	0,84	-0,48	-11,53	-11,27
S&P BNY Argentina	223,87	220,69	230,09	178,27	157,56	1,44	-2,71	25,58	42,08
S&P BNY Chile	140,40	136,40	137,44	162,12	178,66	2,93	2,15	-13,40	-21,41
S&P BNY Índia	3.113,61	3.110,83	3.032,46	2.923,01	2.867,46	0,09	2,68	6,52	8,58
S&P BNY Ásia	226,57	222,28	219,12	189,60	178,27	1,93	3,40	19,50	27,09
S&P BNY China	315,94	306,75	302,10	336,11	320,37	3,00	4,58	-6,00	-1,38
S&P BNY África do Sul	207,01	199,48	200,45	199,87	211,81	3,77	3,27	3,57	-2,27
S&P BNY Turquia	36,34	34,90	34,29	22,45	17,13	4,13	5,97	61,85	112,14

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 03/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.662	0,70	1,42	-6,35	5,00
IBrX	53.084	0,64	1,33	-5,96	5,58
IBrX 50	21.129	0,53	1,31	-4,90	7,19
IEE	89.427	1,08	1,29	-5,82	-1,85
SMLL	2.037	1,78	1,65	-13,45	-11,11
ISE	3.426	1,31	1,29	-8,98	-5,27
IMOB	856	2,06	1,88	-15,27	-6,66
IDIV	8.842	0,41	0,88	-2,56	12,18
IFIX	3.303	-0,08	-1,33	-0,26	4,78
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.495	2,17	0,92	-18,84	-10,01
IBrX	9.503	2,11	0,83	-18,50	-9,52
IBrX 50	3.782	2,00	0,81	-17,58	-8,13
IEE	16.008	2,56	0,79	-18,38	-15,89
SMLL	365	3,26	1,15	-24,99	-23,82
ISE	613	2,78	0,80	-21,12	-18,81
IMOB	153	3,55	1,38	-26,57	-20,00
IDIV	1.583	1,87	0,39	-15,55	-3,86
IFIX	591	1,37	-1,81	-13,56	-10,20

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 03/07/24	Spread 02/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	407	412	-5,0	4,0	62,0
África do Sul	326	332	-6,0	-1,0	0,0
Argentina	1.520	1.532	-12,0	65,0	-387,0
Brasil	235	238	-3,0	4,0	40,0
Colômbia	306	315	-9,0	0,0	41,0
Filipinas	69	74	-5,0	1,0	11,0
México	182	186	-4,0	-4,0	15,0
Peru	107	107	0,0	5,0	5,0
Turquia	246	255	-9,0	-7,0	-30,0
Venezuela	18.118	18.445	-327,0	-451,0	-5.974,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	21/06/24	357.869
dez/23	355.034	24/06/24	358.072
jan/24	353.563	25/06/24	358.112
fev/24	352.705	26/06/24	357.371
mar/24	355.008	27/06/24	357.963
abr/24	351.599	28/06/24	357.827
mai/24	355.560	01/07/24	356.972
jun/24	357.827	02/07/24	357.421

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	03/07/24	02/07/24	01/07/24	28/06/24	27/06/24	26/06/24
Índice	2.112,27	2.105,34	2.103,84	2.107,11	2.112,26	2.113,35
Var. no dia	0,33%	0,07%	-0,15%	-0,24%	-0,05%	-0,12%
Var. no mês	0,25%	-0,08%	-0,15%	-0,14%	0,10%	0,15%
Var. no ano	2,28%	1,94%	1,87%	2,03%	2,28%	2,33%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 03/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,6400	36,6800	0,15230	0,15250
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5857	5,5863
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3760	36,4672	0,1532000	0,1536000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7980	0,8155
Colon (Costa Rica)	524,5000	526,0000	0,010620	0,010650
Coroa (Dinamarca)	6,9067	6,9074	0,8087	0,8088
Coroa (Islândia)	137,9000	138,2300	0,04041	0,04051
Coroa (Noruega)	10,5397	10,5427	0,5298	0,5300
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2820	23,2910	0,2398	0,2399
Coroa (Suécia)	10,4806	10,4837	0,5328	0,5330
Dinar (Argélia)	133,9807	134,5327	0,04152	0,04169
Dinar (Kuwait)	0,3063	0,3064	18,2301	18,2380
Dinar (Líbia)	4,8593	4,8816	1,1442	1,1496
Direitos Especiais de Saque ***	1,3166	1,3166	7,3541	7,3549
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5207	1,5210
Dirham (Marrocos)	9,9269	9,9319	0,5624	0,5627
Dólar (Austrália)***	0,6717	0,6719	3,7519	3,7534
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5857	5,5863
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7472	2,7957
Dólar (Canadá)	1,3624	1,3628	4,0987	4,1003
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6895	6,7713
Dólar (Cingapura)	1,3526	1,3534	4,1272	4,1300
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5857	5,5863
Dólar (Hong Kong)	7,8109	7,8112	0,7151	0,7152
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6110	0,6114	3,4129	3,4155
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7158	6,8260	0,8183	0,8318
Euro (Comunidade Européia)***	1,0797	1,0799	6,0309	6,0326
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0691	3,1305
Franco (Suíça)	0,9007	0,9008	6,2008	6,2022
Guarani (Paraguai)	7533,8000	7540,1700	0,0007408	0,0007415
Hryvnia (Ucrânia)	40,6004	40,6710	0,1373	0,1376
Iene (Japão)	161,4700	161,5000	0,03459	0,03460
Lev (Bulgária)	1,8109	1,8114	3,0836	3,0848
Libra (Egito)	48,0900	48,1900	0,1159	0,1162
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2762	1,2766	7,1285	7,1315
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00357	0,00371
Lira (Turquia)	32,5402	32,5535	0,1716	0,1717
Novo Dólar (Taiwan)	32,5700	32,6000	0,17130	0,17150
Novo Sol (Peru)	3,7941	3,7962	1,4714	1,4724
Peso (Argentina)	914,5000	915,0000	0,00611	0,00611
Peso (Chile)	936,4800	937,2800	0,005960	0,005965
Peso (Colômbia)	4103,1700	4105,6300	0,001361	0,001362
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2327	0,2328
Peso (Filipinas)	58,6690	58,6890	0,09517	0,09522
Peso (México)	18,1127	18,1232	0,3082	0,3084
Peso (Rep. Dominicana)	58,9600	59,3400	0,09413	0,09475
Peso (Uruguai)	40,2900	40,3200	0,13850	0,13870
Rande (África do Sul)	18,3581	18,3624	0,3042	0,3043
Rial (Arábia Saudita)	3,7513	3,7515	1,4889	1,4892
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001330	0,0001330
Ringgit (Malásia)	4,7180	4,7230	1,1827	1,1840
Rublo (Rússia)	87,8455	87,8545	0,06358	0,06359
Rúpia (Índia)	83,4828	83,4998	0,06689	0,06692
Rúpia (Indonésia)	16365,0000	16375,0000	0,0003411	0,0003414
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,5000	0,02006	0,02007
Shekel (Israel)	3,7626	3,7666	1,4830	1,4847
Won (Coréia do Sul)	1384,7100	1385,3900	0,004032	0,004034
Yuan Renminbi (China)	7,2699	7,2706	0,7683	0,7684
Zloty (Polônia)	3,9756	3,9778	1,4042	1,4051

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2362,98	0,01316	424,4453	424,4909

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	03/07/24	02/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.308,00	39.331,85	-0,06	0,48	4,29	14,21	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.186,63	20.011,89	0,87	2,56	19,97	32,73	14.109,57	20.186,63
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.188,30	18.028,76	0,88	2,57	21,16	31,64	12.595,61	18.188,30
EUA	Nova York	S&P 500	5.537,02	5.509,01	0,51	1,40	16,08	24,27	4.117,37	5.537,02
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.223,68	21.953,80	1,23	1,59	6,04	10,26	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.796,26	51.947,89	1,63	0,68	-8,00	-2,95	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.381,43	1.383,61	-0,16	0,04	15,58	21,86	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.817,26	86.686,75	2,46	12,86	53,58	150,79	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.533,69	6.385,39	2,32	1,87	5,42	11,61	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.046,02	29.600,98	1,50	0,50	15,74	33,94	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.603.517,03	1.636.391,13	-2,01	-0,48	72,48	267,26	417.548,69	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.513,11	1.496,20	1,13	1,94	8,43	9,95	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.374,53	18.164,06	1,16	0,76	9,69	14,26	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.632,08	7.538,29	1,24	2,04	1,18	3,32	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.844,95	33.481,40	1,09	2,08	11,51	18,98	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.939,09	3.923,43	0,40	1,33	6,24	11,20	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.826,33	2.868,08	-1,46	-2,13	23,77	39,59	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.056,80	10.912,80	1,32	1,03	9,45	14,64	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.423,56	1.407,03	1,17	1,37	10,09	10,12	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	931,09	924,61	0,70	0,78	18,34	19,92	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	71.738,76	71.456,00	0,40	-0,49	18,34	42,48	49.605,16	72.288,23
Polônia	Varsóvia	WIG	87.927,07	87.485,28	0,50	-0,77	12,07	29,38	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.664,88	6.589,92	1,14	2,85	4,20	11,30	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.147,28	1.151,82	-0,39	-1,00	5,89	15,54	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.565,27	2.554,12	0,44	-0,16	6,97	11,80	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.018,30	12.011,02	0,06	0,20	7,91	7,12	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.682,15	10.446,24	2,26	0,32	43,00	77,58	6.003,90	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.961,44	1.949,15	0,63	0,72	4,57	9,68	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.772,81	79.435,13	1,68	1,34	5,05	5,95	69.451,97	80.772,81
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.580,76	40.074,69	1,26	2,52	21,27	20,23	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.986,10	7.959,70	0,33	-0,35	2,00	7,30	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.608,06	1.620,74	-0,78	-0,62	-12,50	-21,94	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.982,38	2.997,01	-0,49	0,50	0,25	-8,06	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.794,01	2.780,86	0,47	-0,14	5,22	7,36	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.978,57	17.769,14	1,18	1,47	5,46	-6,88	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.986,80	79.441,45	0,69	1,21	10,72	22,67	63.148,15	79.986,80
Indonésia	Jacarta	JCI	7.196,75	7.125,14	1,01	1,89	-1,05	7,47	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.294,70	1.288,58	0,47	-0,48	-8,56	-14,08	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.172,43	22.879,37	1,28	0,61	29,23	35,64	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

EDITORA GLOBO S/A

CNPJ nº 04.067.191/0001-60
NIRE nº 33.3.0032640-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de junho de 2024, às 10h, na sede social da Editora Globo S.A. ("Companhia"), na Rua Marques de Pombal, nº 25, sala 201, Bairro Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20.230-240.

2. PRESENÇA: Presentes à Assembleia a acionista Organizações Globo Participações S.A. representando mais de 98% (noventa e oito por cento) do capital social da Companhia.

3. MESA: Presidida pelo Sr. Frederic Zoghaib Kachar e Secretariada pelo Sr. Rafael Menin Soriano.

4. CONVOCAÇÃO: Edital de convocação publicado no Jornal Valor Econômico nos dias 13, 14, e 17 de junho de 2024.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre: (i) a verificação da manifestação e/ou da ausência de manifestação de acionistas com relação à deliberação tomada no âmbito da Assembleia Extraordinária da Companhia datada de 16 de abril de 2024 referente à conversão de ações ordinárias da companhia em ações ordinária classe A ou em ações ordinárias classe B de emissão da Companhia; (ii) a conversão de ações ordinárias da Companhia em ações ordinárias classe A e em ações ordinárias classe B de emissão da Companhia; (iii) a alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia, os acionistas presentes, representando mais de 98% do capital social, deliberaram e aprovaram, sem ressalvas:

6.1. O registro, nos termos da Assembleia Extraordinária da Companhia datada de 16 de abril de 2024, (i) da manifestação de acionista titulares de 98,4355% de ações ordinárias da Companhia pela conversão de todas as suas ações ordinárias em Ações Ordinárias Classe A da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto; (ii) da ausência de manifestação de acionistas titulares de 1,5655% de ações ordinárias da Companhia, de forma que, nos termos das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia Extraordinária da Companhia realizada em 16 de abril de 2024, tais ações são, nesta data, automaticamente convertidas em Ações Ordinárias Classe B da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, e automaticamente resgatáveis pela Companhia em 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão, dispensando-se, para tanto, a realização da assembleia indicada no Art. 44, §6º da Lei 6.404/76, fazendo jus os respectivos titulares ao recebimento de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor patrimonial contábil por Ação Ordinária Classe B resgatada.

6.2. Em razão do quanto deliberado nos itens 6.1. acima, alterar a Cláusula 4.1. do Estatuto Social da Companhia, a qual passará a viger com a seguinte redação:

"4. DO CAPITAL SOCIAL

4.1. O Capital Social da Companhia é de R$ 225.228.941,82 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), dividido em 519.068.996.104 (quinhentas e dezenove bilhões, sessenta e oito milhões, novecentas e noventa e seis mil, cento e quatro) ações, sendo 357.659.792.157 (trezentos e cinquenta e sete bilhões, seiscentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e sete) Ações Ordinárias Classe A; 5.688.505.115 (cinco bilhões, seiscentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil e cento e quinze Ações Ordinárias Classe B e 155.720.698.832 (cento e cinquenta e cinco bilhões, setecentas e vinte milhões, seiscentas e noventa e oito mil, oitocentas e trinta e duas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."

6.3. Em virtude das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme o Anexo I à presente ata.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2024.

Frederic Zoghaib Kachar – Presidente
Rafael Menin Soriano – Secretário

Acionistas Presente:
ORGANIZAÇÕES GLOBO PARTICIPAÇÕES S.A.
João Roberto Marinho e Manuel Luis Roquete Campelo Belmar da Costa

---

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.008/2024 – Processo Administrativo: 20240179422 - (UASG: 925162) – Objeto: Aquisição de Medicamentos Injetáveis – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 18/JULHO/2024, às 09h30min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 03 de julho de 2024.
Luciano Silva do Nascimento – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53. NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2024. Data, hora e local:** No dia 28 de junho de 2024, às 14:00 horas, na sede da **Companhia**. **Presença:** foi verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Ordem do dia e Deliberações:** foram deliberados e aprovados os seguintes assuntos: **(i)** realização da 14ª (décima quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); **(ii)** Celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos, inclusive aditamentos, necessários à emissão das Debêntures, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob rito de registro automático, sem análise prévia, destinada aos investidores profissionais, conforme previsto na legislação vigente; **(iii)** Autorização para a Diretoria da Companhia e eventuais procuradores **(a)** negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos; **(b)** contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta; **(iv)** A ratificação dos atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, em consonância com as ordens do dia acima. **Encerramento**: Nada mais. **Assinaturas**: Mesa: Presidente: José Isaac Peres; Secretário: João Paulo Nogueira Barros. **Membros do Conselho de Administração**: José Isaac Peres, Eduardo Kaminitz Peres e Ana Paula Kaminitz Peres. Votos por escrito: Srs. José Paulo Ferraz do Amaral, Gustavo Henrique de Barroso Franco, Antonio Paulo Carvalho Pierotti e Sra. Cintia Vannucci Vaz Guimarães. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, https://www.gov.br/cvm/pt-br e https://www.b3.com.br/pt_br/.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

PRORROGAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

OBJETO: Prorrogação por mais doze meses, contados a partir de sua publicação, do edital de Credenciamento nº 001/2021, cujo objeto visa credenciar empresas jornalísticas e editoras de jornais com circulação diária a nível nacional, estadual e municipal/regional em todas as regiões administrativas do Estado do Paraná, para prestação de serviços de veiculação da Publicidade Legal do Governo do Estado, objetivando a publicação de seus editais, atas, programas, balanços, demonstrações financeiras, notas de esclarecimentos, avisos, pregões, leilões, licitações, comunicados, e outros formatos que venham ser contemplados e determinados pela lei, dando atendimento as necessidades de publicação da Administração Pública Direta, Indireta, incluindo Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, bem como Serviços Sociais Autônomos.

PROTOCOLO: 22.357.838-1.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação.

VALOR: Valores fixados, conforme níveis de abrangência e tiragem do jornal - NÍVEL I / TIRAGEM DE 2.000 A 5.000 – R$ 14,26 cm/col; NÍVEL II / TIRAGEM DE 5.001 A 8.000 – R$ 22,53 cm/col; NÍVEL III - TIRAGEM ACIMA DE 8.001 – R$ 30,89 cm/col; ABRANGÊNCIA ESTADUAL - R$ 30,89 cm/col; ABRANGÊNCIA NACIONAL – R$ 90,00 cm/col.

INFORMAÇÕES: O inteiro teor do edital, com as condições exigidas para o pedido de credenciamento, está disponível no endereço www.comunicacao.pr.gov.br.

Cleber Mata
Secretário de Estado da Comunicação

AES HOLDINGS BRASIL LTDA.

CNPJ/MF nº 05.692.190/0001-79 - NIRE 35.2.1826426-6

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 03 de Julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 03 de julho de 2024, às 18h30, na sede social da **AES Holdings Brasil Ltda.** ("Sociedade"), localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Sala Sustentabilidade, Parte I, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, CEP: 04.578-000. **2. Convocação:** Foi dispensada a convocação em razão da presença de sócias representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo nº 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"). **3. Presença:** Presentes as sócias representantes de 100% (cem por cento) do capital social, a saber: ***i)* AES Foreign Energy Holdings, LLC.,** sociedade empresária limitada, com sede em 251, Little Falls Drive, 19808, na cidade de Wilmington, estado de Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.695.486/0001-96, representada neste ato por seu procurador, Sr**. José Ricardo Elbel Simão,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade RG nº 26.451.772-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.582.588-57, com domicílio profissional na cidade e estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12° andar, Brooklin Paulista, CEP 04.578-000; e ***ii)* AES Global Power Holdings B.V.,** sociedade empresária limitada, com sede em Claude Debussylan 12, 1082MD, na cidade de Amsterdã, província da Holanda do Norte, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.413.429/0001-00, representada neste ato por seu procurador Sr. **Carlos Renato Xavier Pompermaier,** brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 2031709-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 191.285.138-51, com domicílio profissional na cidade e estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 12° andar, Brooklin Paulista, CEP 04.578-000. **4. Mesa:** A reunião foi presidida pelo Sr. **José Ricardo Elbel Simão** e secretariada pelo Sr. **André Guilherme Gil Guimarães. 5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: ***i)*** a redução do capital social da Sociedade; e ***ii)*** a autorização para que a administração da Sociedade e/ou os procuradores devidamente constituídos pratiquem os atos necessários para a efetivação das deliberações constantes desta Ordem do Dia. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, as sócias da Sociedade, sem quaisquer reservas ou ressalvas, deliberaram por: **6.1.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade em **R$2.850.000.000,00** (dois bilhões oitocentos e cinquenta milhões de reais), por ser o capital considerado excessivo, nos termos do artigo nº 1.082, inciso II do Código Civil, mediante o cancelamento de **285.000.000.000** (duzentos e oitenta e cinco bilhões) de quotas de titularidade das sócias **AES Foreign Energy Holdings, LLC.** e **AES Global Power Holdings B.V.** O capital da Sociedade, portanto, será reduzido de **R$3.291.210.830,71** (três bilhões duzentos e noventa e um milhões duzentos e dez mil oitocentos e trinta reais e setenta e um centavos) para **R$441.210.830,71** (quatrocentos e quarenta e um milhões duzentos e dez mil oitocentos e trinta reais e setenta e um centavos) sendo a devolução de capital feita às sócias, em moeda corrente nacional, nas respectivas proporções de suas participações na Sociedade. **6.1.1.** Em decorrência da deliberação tomada no item **6.1.,** epigrafado, consignaram as sócias que, após a redução, o capital da Sociedade passará a ser formado por **44.121.083.071** (quarenta e quatro bilhões, cento e vinte e um milhões, oitenta e três mil e setenta e uma) quotas, com valor nominal de **R$0,01** (um centavo de real) cada, totalizando o valor de **R$441.210.830,71** (quatrocentos e quarenta e um milhões duzentos e dez mil oitocentos e trinta reais e setenta e um centavos). **6.1.2.** Consignaram que a redução do capital social ora deliberada somente se tornará efetiva após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias para oposição de credores, contados da data da publicação da presente ata, de acordo com o artigo nº 1.084, § 2º, do Código Civil. **6.1.3.** Consignaram que, transcorrido o referido prazo, será celebrada a alteração do Contrato Social da Sociedade para: ***a)*** formalizar a redução ora aprovada; e ***b)*** aprovar a alteração do Contrato Social para refletir a redução de capital social, sendo que esta alteração contratual deverá ser levada para arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. **6.2.** Autorizar os administradores e/ou procuradores devidamente constituídos a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta reunião, ficando desde já ratificadas todas as medidas e atos que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **7. Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, depois de lida e, uma vez aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 03 de julho de 2024. **Mesa: José Ricardo Elbel Simão -** Presidente; **André Guilherme Gil Guimarães -** Secretário. **Sócias: AES Foreign Energy Holdings, LLC. -** p.p. José Ricardo Elbel Simão; **AES Global Power Holdings B.V. -** p.p. Carlos Renato Xavier Pompermaier.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL

PROTOCOLOS: 20.846.355-0 e EDITAL: 02/2024

Programa: Trator, Implementos e Equipamentos Solidários - PTS

Objeto: A Empresa AGRICASE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. está credenciada para, em caráter privado, comercializar Tratores, Pulverizadores e Colhedoras Agrícolas, aos Produtores com propriedade agropecuária no Estado do Paraná.

A Comissão de Credenciamento. Curitiba, 03 de julho de 2024

INÊS 249

Mercados Projeto de uma década da ATG, do Mubadala, pretende aumentar competição no país

Rio oficializa sede de nova bolsa e 'alfineta' B3

Camila Zarur
Do Rio

O Rio de Janeiro foi oficializado ontem como sede de uma nova bolsa de valores do Brasil, que pretende aumentar a competição e baratear o mercado financeiro do país. No evento para anunciar a escolha da capital fluminense como matriz da nova bolsa, o CEO da ATG, Claudio Pracownik, e o prefeito da cidade, Eduardo Paes (PSD), "alfinetaram" a B3 pela posição de mercado que ela exerce.

A nova bolsa, cujo nome provisório é ATS (American Trading Service), é um projeto de uma década da Americas Trading Group (ATG), empresa especializada em negociação eletrônica. Será a companhia que vai implementá-la e operá-la. A expectativa é que a futura bolsa comece a funcionar para o mercado a partir do fim de 2025.

Segundo Pracownik, até dezembro os sistemas estarão prontos para que os reguladores possam testá-los, após autorizações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central (BC). "Orgulhosamente, a casa dela [da nova bolsa] será no Rio de Janeiro", disse.

Pracownik afirmou que há uma década a ATG tenta "quebrar o monopólio da bolsa" e ampliar a competição. "Concorrência traz eficiência, que traz investimentos. Quando conversamos lá fora, existe uma sensação de risco sistêmico sobre o Brasil. Trazer uma nova bolsa alivia os riscos e sobretudo reduz os preços. O custo de capital do país é altíssimo e isso vem muito do monopólio e do nosso ambiente macroeconômico", disse.

A ATG foi comprada no início de 2023 pelo fundo Mubadala Capital, de Abu Dhabi, que trouxe Pracownik, ex-Agora e ex-Genial, para comandar o projeto da nova bolsa. O Rio não tem uma praça de negociações desde o início dos anos 2000, quando o que restava dos negócios da BVRJ foi transferido para a atual B3, em São Paulo. A BVRJ foi a bolsa mais importante do país, mas ruiu após um caso de especulação envolvendo Naji Nahas.

Inicialmente, a previsão da nova bolsa é operar com negociações de ações e cotas de fundos. Conforme o **Valor** mostrou, em reportagem do fim de junho, o objetivo da ATG é ampliar volume de negociação do mercado brasileiro. Depois, o plano da empresa é avançar no mercado de derivativos e câmbio.

> "Concorrência traz eficiência, que traz investimento. Uma nova bolsa alivia risco"
> *Claudio Pracownik*

Segundo Paes, a nova bolsa trará mais competitividade ao país e, por ter o Rio como sede, ajudará também na retomada econômica da cidade. Para conseguir trazer a ATS para a capital fluminense, o prefeito sancionou uma lei equiparando o tributo sobre o mercado financeiro ao de São Paulo.

"Estamos criando concorrência, redução de custos. O que podemos fazer? Diminuir imposto. Se pudermos fazer mais alguma coisa para diminuir os custos, faremos", disse Paes, durante o evento realizado na Associação Comercial do Rio (ACRJ), no centro da cidade.

A lei sancionada prevê uma alíquota de 2% do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre as atividades a serem desempenhadas pela bolsa de valores, assim como sobre as atividades exercidas por sociedades que atuam como câmaras de compensação e liquidação.

Segundo o secretário de desenvolvimento econômico do Rio, Chicão Bulhões, não haverá perda de receita com a mudança do tributo, já que não há bolsa funcionando atualmente no Rio. Sendo assim, diz ele, mesmo com alíquota de 2% — menor do que os 5% de ISS —, será uma receita para a cidade.

Falta ainda achar um prédio para instalar a nova bolsa. Uma possibilidade, defendida por alguns integrantes da prefeitura, é utilizar o edifício em que funcionou o Automóvel Clube, no centro do Rio — seguindo os planos do município de valorizar a região. A decisão final, contudo, será da ATG.

Procurada, a B3 afirmou que a concorrência é uma realidade com a qual lida diariamente em diversos segmentos de atuação. "No segmento de balcão, por exemplo, a B3 tem concorrentes no registro de ativos financeiros e na negociação de títulos públicos e privados, entre outros. No mercado de renda variável, é preciso considerar a concorrência com bolsas internacionais, já que as empresas brasileiras podem escolher listar suas ações no exterior", informou em nota.

A B3 sustenta que a posição de mercado decorre de "constantes os investimentos em tecnologia e modernização de plataformas para oferecer uma infraestrutura segura e resiliente para o desenvolvimento do mercado brasileiro."

Com Selic em 10,5% ao ano, UBS reduz risco em renda variável

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Telo, do UBS: sem gatilhos claros, vale aproveitar bom retorno da renda fixa

Adriana Cotias
De São Paulo

A área de gestão de fortunas do UBS no Brasil ajustou a sua bússola de risco para juros mais altos por mais tempo aqui e nos Estados Unidos e para um cenário de maior volatilidade adiante. Com a quebra de expectativas de cortes pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), a sucessão na Casa Branca, a escalada do dólar e a percepção de que a Selic permanecerá em 10,5% ao ano, o investidor não precisa correr para extrair valor de ativos que embutem maior potencial de retorno, como bolsa, prefixados ou títulos longos atrelados à inflação.

No plano macroeconômico, a preocupação com a trajetória da dívida brasileira ganhou ênfase em relação à cena externa e fez com que os ativos locais tivessem desempenho pior do que a média de seus pares emergentes no primeiro semestre: houve desvalorização do real, das ações e alta sem trégua das taxas futuras de juros, nominais e reais.

Em resposta a isso, o UBS diminuiu a parcela em bolsa na carteira e aumentou as posições de "carregamento" de juros, em títulos pós-fixados, para aproveitar as taxas de dois dígitos. Enquanto o câmbio balança e não há gatilhos claros para diminuir o sentimento de aversão, vale aproveitar o bom retorno da renda fixa.

"No final das contas, o que desata esse nó é a percepção sobre o programa fiscal brasileiro adiante", diz Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos (CIO) para o Brasil do UBS Global Wealth Management, ao compartilhar com o **Valor** as mudanças na alocação. "A gente reconhece que a NTN-B [Nota do Tesouro Nacional série B] pagando 6,40% de juro real [6,5% ontem] é muito atrativo, reconhece que a bolsa está super descontada, tudo isso é verdade. Mas não precisa fazer isso agora."

Na bolsa, o estrangeiro já vendeu líquidamente mais de R$ 40 bilhões em ações neste ano, com o Brasil fora do radar do capital externo. Já o investidor local já tem 10,5% do CDI de partida. Até aqui, o UBS estava sobrealocado em ações no Brasil nas carteiras recomendadas, por imaginar que à medida que os juros cedessem, os investidores aproveitariam os preços no chão. Não foi bem assim.

"Reconheço que está descontada, mas não posso estar muito acima da média histórica se tenho uma alternativa na renda fixa que remunera bem, com volatilidade mais baixa, se não vejo um catalisador de preço rapidamente mexendo na bolsa", diz Telo.

Desde abril, quando já estava claro que as reduções dos juros americanos viriam mais tarde e em dosagem menor, a descompressão nas taxas dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos não foi acompanhada pelos ativos no Brasil. "Quebrou um pouco essa correlação benigna, que quando melhorasse lá fora, melhoraria aqui", diz Telo. "Do segundo trimestre para frente, gradualmente é sobre a situação interna, porque o mercado fez a conta: não tem força suficiente lá fora, não tem tanto corte para, independentemente do que acontecer aqui, os ativos andarem. Precisa ter uma combinação de melhora lá fora e uma história doméstica que garanta que a trajetória da dívida/PIB é sustentável."

A questão fiscal brasileira foi para o centro da discussão e não há um desfecho previsto. Ainda falta o governo anunciar o contingenciamento de gastos, que pode ocorrer no fim do mês ou só quando a revisão do orçamento para 2025 avançar no calendário. Na ausência de um choque de expectativas guiado por cortes profundos de gastos e o cumprimento da meta fiscal, os investidores tendem a ficar retraídos, evitando posições estruturais de tomada de risco, segundo Telo.

Outros movimentos que o UBS fez foi reduzir a parcela em prefixados e encurtar a posição em juro real. Embora não esteja no cenário base um aumento da Selic, após a decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) pela manutenção da taxa, carregar títulos de crédito indexados ao CDI parece ser a melhor escolha. "Isso reduz a volatilidade e tem uma remuneração boa ainda", diz Telo. " No caso do prefixado, tem altas de juros embutidas até o final do ano, o que acho que neste momento é menos provável, não precisa subir. Mas tem que esperar o tempo passar e não ter notícias novas negativas."

> "O que desata esse nó é a percepção sobre o programa fiscal brasileiro adiante"
> *Luciano Telo*

O câmbio é uma variável que tem trazido apreensão, com o real entre as moedas mais desvalorizadas no ano, entre pares emergentes ou desenvolvidos. "O prêmio da renda fixa fica lá, porque enquanto o câmbio não para de se deteriorar, os agentes econômicos não têm confiança. A hipótese de ter que reancorar expectativas com [alta de] juros não sai do cenário."

O executivo acrescenta que pelo nível de reservas cambiais e a boa forma das contas externas, o real tinha até potencial para se apreciar. Só que com os ruídos locais, os juros altos têm sido insuficientes para segurar o câmbio.

Em estratégias ligadas a juro real, o executivo do UBS diz que há muito valor a capturar e que, historicamente, a NTN-B é um bom ativo. "Qual é a dúvida? A mesma coisa que aconteceu com o câmbio está acontecendo com a NTN-B, com os ativos ligados à inflação, que ainda não pararam de abrir [o aumento das taxas]. Todo dia tem uma marcação [atualização de preços] de mercado mais difícil."

A mudança de comando no Banco Central no fim do ano, com o fim do mandato de Roberto Campos Neto, é outra fonte de ruídos, com o embate aberto pelo presidente Lula contra a política monetária atual. "Foi positiva a unanimidade [de votos] do Banco Central, um sinal muito importante a sensibilidade do comitê em relação às incertezas que o mercado mostrava preocupação", diz Telo. "Todo Banco Central do mundo quando começa, tem que estabelecer a reputação, é assim mesmo." Um ganho institucional é o fato de o mandato presidencial no Brasil não coincidir com a troca no BC. "Essa orientação que o BC está dando de 10,5% estável até o fim do ano, ela foi dada de forma unânime, então o mercado já tem uma referência de como trabalhar."

Os últimos meses do ano coincidem com a eleição à presidência nos EUA. Se Donald Trump vencer a disputa pode haver mudanças na política de imigração e nas tarifas de importação. São elementos que podem pressionar a inflação americana, contribuindo para juros elevados por mais tempo. É uma combinação que joga a favor do dólar forte, o que não costuma ser bom para emergentes.

Na carteira em reais há posição estrutural em bolsa global, mas um pouco subalocada em relação à média histórica. Com o esperado pouso suave da economia americana, há oportunidades na renda fixa lá fora também, diz Telo. "Este ano foi um ano em que o dólar andou bastante e tem uma oportunidade de ganho reforçado nessas posições globais." Mesmo com uma subida das taxas nominais dos títulos do Tesouro dos EUA por conta da eleição. "Pode ter um 'sustozinho' no final do ano, mas no médio a longo prazo a gente vê os 'yields' dos títulos americanos corporativos e soberanos caindo."

Preocupado, 'pero no mucho'

Palavra do gestor

Evandro Bertho

A situação fiscal está complicada, em Brasília há confrontos com o presidente do Banco Central, os juros altos nos EUA causam apreensão e as tensões geopolíticas provocam receios. Meus clientes perguntam se estou preocupado, e a resposta é sim, mas não tanto.

Minha abordagem de investimentos é simples: 1) foco no controle de risco; e 2) reconhecimento de que o comportamento do investidor importa, e muito.

Focar o controle de risco significa que eu respeito a aleatoriedade, o incerto, o desconhecido. Gosto de uma frase: risco é o que sobra depois que você pensa ter visto tudo. Faz-se necessário compreender os limites do conhecimento humano e, portanto, a única forma de nos precavermos não é como muitos ingênuos tentam, antevendo eventos agudos, mas sim aumentando a margem de segurança.

A margem de segurança, por sua vez, é a atitude em resposta a um possível futuro surpreendentemente negativo que possa acontecer. Como já disseram, eventos extremos como a covid, crises financeiras ou conflitos geopolíticos de alto impacto inflacionário (como as crises do petróleo na década de 70) são raros, mas acontecem muito.

O preço baixo é a principal ferramenta para aumentar a margem de segurança. Um exemplo simples: se um apartamento no Leblon, de dois quartos, custa R$ 2 milhões, e eu aceito pagar esse preço, do ponto de vista estrito do negócio (não me refiro ao bem-estar de morar em um dos bairros mais legais do Rio de Janeiro), tenho alguma chance de perder dinheiro caso uma crise imobiliária afete o mercado. No entanto, caso eu compre o mesmo apartamento em uma circunstância em que o proprietário precisa vendê-lo forçadamente por qualquer motivo, digamos, por R$ 1 milhão, o preço me oferece um espaço adicional para estar errado e, ainda assim, não perder dinheiro.

Ao mesmo tempo que olho para o risco, preciso lembrar que os preços são formados pelo processo decisório de pessoas, que não são exatamente racionais. O comportamento é protagonista. As pessoas possuem sentimentos e flutuam entre pânico/medo e euforia/ganância. Adotar uma filosofia de "contrarianismo" (tradução literal do termo comumente utilizado em inglês, "contrarianism") torna-se fundamental.

Não se trata de comprar ativos simplesmente porque a maioria dos investidores está vendendo, mas sim de adotar uma postura sóbria para submeter a realidade a uma análise diligente das oportunidades, em um ambiente no qual os demais investidores só pensam em vender e reduzir a exposição ao risco.

O fato é que, em momentos bons, de céu de brigadeiro, mar calmo (use a expressão que preferir) e, portanto, preços elevados, os riscos são maiores porque há uma margem de segurança menor. Contudo, quando o ambiente se torna mais hostil e os ativos exigem prêmios maiores, surgem as melhores oportunidades.

Quando vejo a NTN-B (título público indexado à inflação) com vencimento em 2035 negociada a IPCA + 6,4%, concluo que, se piorar, estou com um carrego satisfatório (historicamente robusto) e protegido da inflação, e, se melhorar, posso ser beneficiado pelo efeito da compressão de taxa. Ou seja, uma vez que acredito na capacidade do Brasil de pagar seus credores, deduzo que existe margem de segurança suficiente nesse ativo para um carrego de longo prazo.

Quando olho para a bolsa e vejo ativos descontados, busco identificar quais empresas podem, inclusive, se beneficiar desse ambiente mais desafiador. Algumas são ótimos "hedges" (proteção), por exemplo, para cenários inflacionários. Isso ocorre porque, durante períodos de inflação, os preços dos bens e serviços tendem a subir, e algumas companhias que possuem a capacidade de repassar esses aumentos de custos para seus consumidores conseguem manter ou até aumentar suas receitas e lucros, o que pode proteger seus investidores dos efeitos negativos da inflação.

Além disso, as empresas listadas em bolsa, em geral, possuem governança mais robusta, estrutura sólida de capital, marcas dominantes e, em um cenário adverso, elas se saem melhor em termos relativos. Ignorar essa realidade me parece contraproducente.

Quanto ao dólar, tampouco me assusta. Dada a histórica vulnerabilidade da nossa economia, a moeda deve ser comprada constantemente, independentemente do preço. Se você não tem alocação fora do Brasil, ou está desmotivado a continuar suas compras regulares nesse patamar de câmbio, pense em seu portfólio como uma tatuagem malfeita — você precisará fazer sequenciais sessões dolorosas para consertar o estrago.

Destaco ser fundamental estabelecer prazos mais longos para maturar os investimentos e, embora eu não ache que os ativos estejam de graça, tenho alguma convicção de que há margem de segurança nos preços atuais.

Tudo que está ruim pode piorar; portanto, com cautela, sigo minha vida... preocupado, "pero no mucho".

Evandro Bertho é sócio-fundador da Nau Capital
E-mail
evandro.bertho@naucapital.com.br

TST
Ministério Público do Trabalho pode fiscalizar escritórios de advocacia
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
A reforma da lei de falências e as 'Cassandras' do mercado
E2

TJPB
Gol deve indenizar por impedir cliente de embarcar
valor.globo.com/legislacao

Tributário Procedimentos se referem a declarações enviadas por contribuintes ao Fisco em 2023

Receita Federal fiscaliza cálculo de Imposto de Renda sobre devolução de capital a sócio

Beatriz Olivon
De Brasília

Contribuintes começaram a ser informados pela Receita Federal sobre o início de processos de fiscalização por causa de potenciais inconsistências em declarações de Imposto de Renda (IRPF) feitas no ano passado (ano-base 2022). As fiscalizações foram anunciadas depois de o órgão enviar, no mês de maio, cartas alertando sobre divergências referentes à tributação de valores obtidos com redução de capital de participação societária no exterior — devolução de capital a sócio.

A Receita entendia, até mudança legislativa do começo deste ano, que os valores recebidos por sócios deveriam ser tributados como rendimento, e não como ganho de capital — como defendem os contribuintes. Sobre rendimento, deve ser aplicada a tabela progressiva do Imposto de Renda, de até 27,5%. Para ganho de capital, as alíquotas variam entre 15% e 22,5%. Caso o contribuinte seja autuado terá que pagar, além da diferença, multa e juros.

Em nota ao **Valor**, a Receita informa que foram encaminhados comunicados a diversos contribuintes com a intenção de orientar sobre a correta interpretação e indicar a oportunidade de autorregularização. Depois dessa fase, acrescenta, são iniciados os procedimentos fiscais, se houver necessidade. Foram priorizadas, neste momento, afirma o órgão, ocorrências identificadas no ano de 2022.

As primeiras cartas foram direcionadas para vários contribuintes como "mala direta", segundo José Henrique Longo, sócio do PLKC Advogados, o que gerou reações diferentes.

DIVULGAÇÃO
Natalia Zimmermann: com termo de início de procedimento fiscal, não é mais possível fazer a denúncia espontânea

Alguns, afirma o tributarista, já se preocuparam, enquanto outros consideraram que era um engano. "Agora estão começando efetivamente as fiscalizações", diz.

O advogado afirma que há poucos casos de clientes já autuados, mesmo sem receber a carta. Foi adotado pela Receita Federal a tributação sobre ganho de capital, mas não foi reconhecida a origem em moeda estrangeira, com posterior conversão — uma tese um pouco mais "leve" do que o órgão havia indicado nos comunicados que adotaria.

"Agora a Receita subiu o tom", afirma Natalia Zimmermann, sócia do escritório Velloza Advogados. De acordo com ela, ainda existem clientes que estão recebendo "cartinhas mais genéricas", mas alguns já começaram a receber avisos que sinalizam fiscalização e o termo de início do procedimento fiscal.

"Aquela carta era um convite para que os contribuintes entendessem que, na visão da Receita, a operação de redução de capital que tinham feito não estava aderente ao entendimento da Receita, que tributa como carnê-leão [rendimento]. E eles poderiam se regularizar", diz.

A regularização antes da fiscalização permite a denúncia espontânea. Por meio dela, o contribuinte "corrige o erro" antes da autuação, pagando o imposto devido com aplicação da Selic — porém, sem incidência de multa por ter avisado espontaneamente sobre o valor devido.

"A partir do recebimento do termo de início de procedimento fiscal, já não é mais possível fazer a denúncia espontânea porque a fiscalização já começou e a Receita já está pedindo documentos que comprovem a operação feita", afirma Natalia Zimmermann.

Segundo a advogada, tradicionalmente, a Receita sempre entendeu que toda forma de disponibilidade de ativo que implique valor superior à declaração de Imposto de Renda leva à aplicação da regra de ganho de capital. "Porém, nesse caso de redução de capital de empresa no exterior, quis mudar a regra."

A advogada acredita que contribuintes que declararam que a origem primária dos recursos era em moeda estrangeira vão ser fiscalizados antes dos demais porque não pagaram nada de imposto usando a lógica do ganho de capital. São casos em que o recurso veio do exterior, como uma herança recebida de residente fora do Brasil que ficou em conta fora do país.

O entendimento da Receita consta em soluções de consulta dirigidas a contribuintes que aderiram ao Regime de Regularização Cambial e Tributária (Rerct), do ano de 2016. O Fisco considera que, para configurar ganho de capital, seria preciso haver alienação. Segundo o órgão, isso não acontece nos casos em que há o resgate de participação societária.

A Receita alega que na diferença a maior entre o valor da devolução de capital em dinheiro e o valor constante na declaração de ajuste anual podem estar incluídos o lucro da sociedade e a variação cambial decorrente dos valores integralizados pela pessoa física. Nos primeiros comunicados enviados aos contribuintes, indicou a Solução de Consulta nº 678, editada em 2017 pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

Com a edição da Lei nº 14.754, (Lei das Offshore), de 2023, a situação mudou. Desde 1º de janeiro, no retorno de capital de offshore ao Brasil, a pessoa física deve calcular o ganho de capital sobre o que foi aplicado na empresa, registrado em seu capital social ou rubricas equivalentes. O lucro da offshore, na sistemática da nova norma, passará a ser tributado automaticamente, no ano em que for auferido no exterior, à alíquota de 15%, ainda que não seja distribuído.

A variação cambial sobre o principal aplicado será tributada somente no momento em que houver, efetivamente, uma devolução de capital para a pessoa física residente no Brasil — por exemplo, quando houver uma redução de capital. Essa variação é calculada entre a data da remessa dos recursos e a data do retorno e será enquadrada como ganho de capital e submetida à incidência do Imposto de Renda pela alíquota de 15% para ganhos de até R$ 5 milhões a cada dois anos-calendário, ou alíquotas superiores, chegando a até 22,5%, no caso de ganhos de valor mais elevado.

Hering vence na Justiça disputa sobre 'stock options'

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Hering conseguiu decisão judicial definitiva para cancelar autuação fiscal sofrida por não recolhimento de contribuição previdenciária sobre valores distribuídos por meio de "stock options" — planos de opção de compra de ações oferecidos a executivos. O montante cobrado chegava a quase R$ 48 milhões.

A companhia recorreu ao Judiciário depois de sair derrotada no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), por meio do chamado voto de qualidade — desempate pelo presidente da turma julgadora, representante da Fazenda. Na Justiça, o entendimento foi favorável em primeira e segunda instâncias.

A Fazenda Nacional chegou a recorrer para que o caso fosse discutido no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Porém, sem sucesso por não ser possível, na Corte, rever provas. O processo foi encerrado no mês de maio.

Por meio dos planos de stock options, as companhias oferecem a funcionários ações próprias, muitas vezes por valores inferiores aos de mercado. É uma conhecida política de retenção de talentos.

Contudo, a Receita Federal considera, em muitos casos, que essas ações seriam remuneração indireta e cobra contribuições previdenciárias. Os contribuintes, por sua vez, defendem que se trata de uma forma de reter talentos, que não há garantia de ganho, já que as ações sofrem as oscilações de mercado.

DIVULGAÇÃO

"Acórdão do TRF-4 foi bastante completo na análise de fatos e provas"
Flavio Prado

Pelo plano oferecido pela Hering, os executivos tinham opção de compra de ações pelo valor de mercado. A aquisição poderia ser feita após um ano.

Ao analisar o caso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o relator, desembargador Roger Raupp Rios, entendeu que, para efeito de incidência da contribuição previdenciária patronal, "a vantagem obtida pelos empregados com o exercício da opção de compra de ações não constitui remuneração, mas sim representa ganho eventual, ou espécie de prêmio ou abono desvinculado do salário, e que não integra o salário de contribuição", conforme o artigo 28, parágrafo 9º, alínea "e", item 7, da Lei nº 8.212/91.

A decisão destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou tese no sentido de que "a contribuição social do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, a qualquer título, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 20/98 (Tema 20)".

Ainda menciona outro julgamento do STF (RE 565.160), segundo o qual "só deve compor a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador aquelas parcelas pagas com habitualidade, em razão do trabalho, e que, via de consequência, serão efetivamente passíveis de incorporação aos proventos de aposentadoria".

Para o magistrado, no caso da Hering, "não se trata de importância pecuniária paga usualmente pelo empregador, mas um ganho eventual que pode vir a ser auferido, completamente desvinculado do salário, destinado a premiar os empregados". Segundo o desembargador, a própria natureza volátil das ações "confere identidade jurídica de ganho eventual".

De acordo com os advogados que assessoram a Hering no processo, Flavio Augusto Dumont Prado e Rafael Conrado, do Gaia Silva Gaede Advogados, ficou definitivamente reconhecido que o plano de opção de ações da Hering não possuía caráter remuneratório. Portanto, afirmam, não poderia ser usado como base para a incidência de contribuição previdenciária.

"O acórdão foi bastante completo na análise de fatos e provas. E o recurso da Fazenda não conseguiu subir ao STJ por envolver reanálise de provas", diz Prado.

O Judiciário, acrescenta, entendeu haver um caráter mercantil nessa operação, que em uma relação de trabalho não existe. "O executivo que compra uma ação está sujeito às oscilações do mercado. Existe um risco", afirma. Outro aspecto importante, segundo o advogado, é que não há contraprestação do trabalho referente às ações.

Prado reconhece existirem empresas que acabaram usando planos de opções de compra de ações como forma de remuneração indireta. "Casos em que houve simulação, não havia de fato um plano concreto."

Caio Taniguchi, do escritório TozziniFreire Advogados, destaca que, no caso da Hering, a decisão do TRF-4 sobre a inadmissibilidade do recurso para o STJ representou uma última tentativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de levar a discussão sobre o desenquadramento das stock options da lista de isenções do artigo 28, parágrafo 9º da Lei nº 8.212.

"Mas como a gente já esperava, e há uma tendência no STJ, em decisões no mesmo sentido, esses casos de stock options dependem de avaliação de provas, fatos, documentos. Pela necessidade de nova dilação probatória, ficou configurada ofensa à Súmula nº 7 da Corte", diz.

Para Taniguchi, apresentadas as provas de que o plano de stock options tem natureza mercantil, facultatividade, onerosidade e risco, o Judiciário tem afastado o caráter remuneratório e a execução fiscal para exigir contribuição previdenciária é extinta.

Grandes empresas como a BRF, Mercedes e Skanska Brasil já conseguiram decisões semelhantes favoráveis no STJ (AREsp 2322446, REsp 1983759 e REsp 1737555).

Discussão parecida ainda deve ser pacificada pelo STJ. A Corte analisará, por meio de recurso repetitivo, sobre a incidência do Imposto de Renda (IRPF) sobre diferenças obtidas com planos de stock options (REsp 2069644).

Procurada pelo **Valor**, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaque

Penhora de subsídio

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou a penhora mensal de até 30% do subsídio de um vereador do Município de Riversul (SP) para pagamento de verbas rescisórias e indenização a um trabalhador rural. A decisão leva em conta que o Código de Processo Civil de 2015 (CPC) permite a penhora de salários para pagamento de prestações alimentícias, como no caso. O caso envolve um morador de Itararé (SP), que, segundo contou, foi contratado sem carteira assinada pelo vereador, empreiteiro de trabalho rural, de maio a julho de 2021, recebendo salário de R$ 40 por dia. Segundo ele, o empreiteiro o levou, junto com outros trabalhadores, para a cidade de Curitibanos (SC) para fazer colheita de feijão. Na ação, ele pedia o reconhecimento do vínculo de emprego e o pagamento das verbas rescisórias. O vereador argumentou que não havia contratado o trabalhador, apenas feito contato e oferecido trabalho. Segundo ele, não havia ordem nem controle de horário, e o pagamento era por execução do serviço. O juízo de primeiro grau declarou o vínculo empregatício e condenar o empregador a pagar as parcelas decorrentes. Na fase de execução, porém, indeferiu o pedido do trabalhador de penhora do subsídio pago pela Câmara Municipal de Riversul ao vereador e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) manteve a decisão (RR-10420-97.2022.5.15.0148).

A reforma da lei de falências e as ‘Cassandras’ do mercado

Opinião Jurídica

André Ricardo Passos de Souza

A produção no campo é um orgulho nacional. Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor bateu mais um recorde, com crescimento de 15,1%, puxando mais uma vez o crescimento econômico do país. Apesar do sucesso nos números, o agro enfrenta desafios que, muitas vezes, são conjunturais, como clima, preços, taxas de juros e conflitos regionais e, outras tantas vezes, de ordem estrutural, que incluem logística, políticas de seguros, reformas legislativas e até de ordem global.

Fato é que a produção de alimentos, fibras, energia renovável e de produtos agropecuários produzidos dentro dos mais elevados padrões de respeito à legislação, ao meio ambiente e aos acordos globais, não prescindem de um ambiente de negócios favorável com políticas institucionais que acompanhem as necessidades da produção e as tendências de consumo mundial, já que exportamos a maior parte dos alimentos que produzimos. Assim, diante da tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 3/24, que visa atualizar a Lei de Falências e Recuperação Judicial - LRJ (Lei nº 11.101/2005), cabe-nos levantar alguns pontos que têm sido ventilados por determinadas “Cassandras”, sempre presentes no mercado financeiro e de capitais — useiro e vezeiro em criar “espuma” por pouca coisa. Tal preocupação, na falácia das ditas “Cassandras”, estaria calcada na relevância do financiamento privado para o agro brasileiro — o que é fato incontroverso — supondo que a alteração do dispositivo em questão implicaria aumento de riscos para financiadores na respectiva gestão de riscos jurídicos e de crédito nesses financiamentos.

Enquanto o texto atual trata da vedação legal para as empresas e produtores rurais em situação de recuperação judicial da “venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capitais essenciais à sua atividade empresarial”, o PL utilizaria o termo “ativos” em adição aos “bens de capital” para definir a questão da essencialidade para o endividado visando a continuidade da operação na recuperação desses bens “essenciais” eventualmente dados em garantia de financiamentos em face de processos de cobrança de credores. Porém, tal dicção da norma proposta no PL em nada altera o regime jurídico já existente nos financiamentos privados ao agronegócio, o que, a rigor, tem encontrado guarida nos tribunais pátrios para rechaçar eventuais aventuras jurídicas de alguns devedores que, em relação aos financiamentos ao setor, têm tentado se valer de processos como esses para “forçar” algum tipo de negociação mais vantajosa com credores sem o devido lastro jurídico.

A despeito de todo o barulho das “Cassandras” de que tal texto prejudicaria o financiamento privado ao agro por expandir a “essencialidade” dos bens de capital a qualquer ativo — seja lá o que isso signifique —, podemos dizer que, em relação ao “grosso” volume de mercado nas operações com Cédula de Produto Rural (CPR), especialmente as CPR-físicas, tal “preocupação” não guarda correlação com a legislação vigente já que, desde a Lei do Agro (Lei nº 13.096/20), com a declaração de essencialidade dos bens de objeto da emissão de CPR, reforçada pelas disposições da Lei nº 14.112/20, já fora reformada a Lei de Falências para permitir ao produtor rural pessoa física, ajuizar um pedido de recuperação.

A legislação é expressa ao determinar que a questão da essencialidade de um bem ou ativo para fins de inclusão na recuperação de um produtor não está associada ao juízo exclusivo do julgador de um eventual processo, mas à declaração evidente do empresário ou produtor de que aquele bem dado em garantia é de fato “essencial” à sua atividade. A declaração que é feita na CPR seria passível então de análise para quem julga um pedido de recuperação, concede o crédito no campo ou faz uma operação comercial — como barter, por exemplo —, com um produtor rural, mantendo assim a previsibilidade e a segurança jurídica ao financiamento privado a despeito do que as “Cassandras” têm comentado sobre o PL que visa reformar a legislação alimentar no Brasil, muito mais em relação à celeridade e à administração judicial desses processos, de falências em si e seus procedimentos de liquidação de ativos e passivos, do que em relação a alterações no regime jurídico dos financiamentos.

Fica nítido que a “essencialidade” ou não de um determinado bem dado em garantia a um financiamento pelo regime vigente na Lei do Agro, já estaria à disposição do analista de crédito ou do intérprete da lei pela obrigação representada no título de dívida que se refere à operação a se estruturar ou se envolver em um processo como se ainda no início já fosse possível saber se o título poderia ou não ser passível de renegociação por esse dispositivo.

Percebemos que a alteração proposta pelo PL só reforça o posicionamento já adotado e ratificado por dispositivos legais ainda vigentes e não alterados, o que levanta a desconfiança de pauta “patrocinada” por alguns players de mercado em busca de um autoproclamado protagonismo. Podemos dizer então que, na redação em que se apresenta o PL em questão, não é possível enxergar de antemão quaisquer impactos jurídicos significativos da nova redação veiculada por essa norma para o financiamento privado ao agro, especialmente naqueles lastreados em CPR por conta do confronto das redações das duas normas.

André Ricardo Passos de Souza é professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 463ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C1235206) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de abril de 2022, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br (“Correios Eletrônicos”) identificando no título do e-mail a operação (CRI 463ª Série da 1ª Emissão – IF 22C1235206), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA021002YB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRA”, “CRA” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de setembro de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br (“Correios Eletrônicos”) identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão – IF CRA021002YB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 495ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22D0946642) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 495ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 495ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de abril de 2022, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 495ª Série da 1ª Emissão – (IF 22D0946642), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 132ª E 543ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648443 / 15L0790908) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015., (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br (“Correios Eletrônicos”) identificando no título do e-mail a operação (CRI 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão - IF 15L0648443 / 15L0790908), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 524ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22D0845191) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 524ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 524ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2022, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 524ª Série da 1ª Emissão – (IF 22D0845191), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 11ª E 12ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017008SS / CRA017008SR) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRA”, “CRA” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 de novembro de 2017, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br (“Correios Eletrônicos”) identificando no título do e-mail a operação (CRA das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017008SS / CRA017008SR), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 9ª EMISSÃO (IF 22F1025672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 9ª Emissão – IF 22F1025672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 9ª Emissão – IF 22F1025672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 131ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 131ª Série da 1ª Emissão – IF 15L0648916), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 154ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18I0295213) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de outubro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 154ª Série da 1ª Emissão – IF 18I0295213), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 310ª, 326ª, 327ª E 328ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0710493/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão – IF 21C0710493/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF 22F1025725) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 10ª Emissão – IF 22F1025725), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 18ª EMISSÃO (IF CRA021005LY) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e a manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 18ª Emissão – IF CRA021005LY), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 276ª, 277ª E 278ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1055672/20C1055632/ 20C1055633) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 30 de março de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20C1055672/ 20C1055632/ 20C1055633), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BVIA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.770.190/0001-05 - NIRE 35.300.385.641

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 18h, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 180, 16º andar, conjunto 161, Edifício JK 180, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Flávio Suchek, Presidente; e Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Publicações**: Os documentos previstos no §3º do Artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 ("LSA") foram divulgados em sua íntegra na página do "Valor Econômico" na internet, em 27/03/2024, e publicados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, em 26/04/2024, nos termos do artigo 294 da LSA e da Portaria ME nº 12.071/2021. **Deliberações Aprovadas: (i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** A destinação do lucro líquido, no valor de R$ 29.250.448,20, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, da seguinte forma: **(a)** R$ 1.462.522,41 para a reserva legal; **(b)** R$ 6.946.981,45 para pagamento de dividendos ao acionista, por conta do resultado do exercício de 2023, a serem pagos até 31/12/2024; e **(c)** R$ 20.840.944,34 para a Reserva de Expansão, prevista no Artigo 16, § Único, do Estatuto Social. **(iii)** A não fixação de remuneração aos administradores para o exercício de 2024, tendo em vista já serem remunerados por outras sociedades pertencentes ao Conglomerado Financeiro Votorantim. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 30.04.2024. **Acionista:** p. Banco Votorantim S.A., Flávio Suchek e Ronaldo Medrado Helpe. **Arquivo na JUCESP em 04/06/2024, sob nº 216.080/24-1, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 32.588.139/0001-94 - NIRE 35.300.181.727

Extrato da Ata da Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 29/04/2024

Aos 29/04/2024, às 15:35h, na sede social, com a totalidade do capital da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Jorge Constantino Bernardes dos Santos** e secretariados por **Karina Kazue Perossi.** Constituída a mesa, o Presidente declarou regularmente instalada a assembleia, dando início à discussão dos itens da ordem do dia. **Deliberações:** I. Em AGO: (a) Tendo tomado as contas dos administradores, aprovar, integralmente, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme publicados no jornal "Valor Econômico", na edição de 27/03/2024, às folhas H7 e H8, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet. (b) Aprovar a dispensa da presença do representante dos auditores independentes, conforme faculta o disposto no parágrafo segundo do art. 134 da Lei das Sociedades por Ações. (c) Aprovar, nos termos do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações, a proposta da Diretoria deliberada em 27/03/2024, sobre a não distribuição dos dividendos obrigatórios ao acionista, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e a destinação do lucro líquido da Companhia, apurado no referido exercício social, no valor total de R$ 255.237.512,94, da seguinte forma: (i) R$ 12.761.875,65, para constituição de reserva legal, nos termos do parágrafo 1º do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; (ii) o saldo de R$ 242.475.637,29, para a conta de Reserva de Lucros - Estatutária. (d) Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a posse dos diretores eleitos na AGO de 2027 da Companhia, a saber: **Diretor Presidente: Daniel Darahem de Souza Coelho,** RG nº 22.733.327 SSP/SP, e CPF nº 181.188.848-80; e **Diretores sem designação específica: Azarias de Castro Feitosa Junior,** RG nº 19.781.914-X SSP/SP, e CPF nº 161.984.218-13; **Decio Ramos Porchat de Assis,** RG nº 26.248.401-8 SSP/SP e CPF nº 197.540.678-80; **Eliza Harumi Ogawa,** RG nº 22.847.898 SSP/SP e CPF nº 273.711.698-83; **Fabio Jorge Resegue,** RG nº 25.601.504-1 SSP/SP e CPF nº 115.689.158-29; **Flávia Rocha Lima de Almeida Prado,** RG nº 29.356.608-2 SSP/SP, e CPF nº 222.982.048-61; **Jorge Constantino Bernardes dos Santos,** RG nº 24.891.042-5 SSP/SP e CPF nº 203.851.118-78; **Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili,** RG nº 21.512.750 SSP/SP e CPF nº 173.340.148-20; e **Mariana Plass Rizzo,** RG nº 40.694.836-44 SSP/RS, e CPF nº 808.262.100-15. Os Diretores ora eleitos serão empossados em seus cargos após o cumprimento das formalidades legais, incluindo a homologação de suas eleições pelo D. Banco Central do Brasil (BCB), e a assinatura dos Termos de Posse que permanecerão arquivados nos livros da Companhia, sendo que a eles foram dados amplo conhecimento dos preceitos estipulados na Resolução CMN nº 4.970/2021 e Instrução Normativa BCB nº 299/2022, cujos requisitos são preenchidos pelos mesmos, bem como das demais disposições legais aplicáveis. Em razão das eleições acima indicadas, ratificam-se as responsabilidades técnicas desempenhadas pelos Diretores da Companhia nesta data, conforme descrito a seguir: **Perante o Banco Central do Brasil: (a) Azarias de Castro Feitosa Junior** é responsável por (i) Empréstimo e Troca de Títulos (Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.197/2004), (ii) Operações Compromissadas (Resolução CMN nº 3.339/2006), (iii) Assuntos do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Resolução BCB 55/2020) e (iv) Apuração e Remessa das Informações de Risco de Liquidez (Resolução BCB nº 207/2022); **(b) Fabio Jorge Resegue** é responsável pela Política de Relacionamento com Clientes (Resolução BCB nº 4.949/2021); **(c) Flávia Rocha Lima de Almeida Prado** é responsável por Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Circular nº 3.978/2020); **(d) Jorge Constantino Bernardes dos Santos** é responsável por (i) Apuração e Remessa de Informações RWA (Resolução BCB nº 100), (ii) Fornecimento de Informações (Circular nº 3.504/2010), (ii) Contabilidade (Resolução nº 4.924/2021 e Resolução BCB nº 120/2021), (iii) Sistema de Risco de Créditos (SCR) (Circular nº 3.870/2017), (iv) Política de Segurança Cibernética (Resolução CMN nº 4.893/2021 e Resolução BCB nº 85/2021), (v) Cadastro de Clientes no Sistema Financeiro Nacional - CCS (Resolução BCB nº 179), (vi) Elaboração e remessa no Sistema de Informações de Valores a Receber (SVR) (Resolução BCB nº 98), (vii) Sistema de Controles Internos (Resolução nº 4.968/2021 e Resolução BCB nº 260/2022); **(e) Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili** é responsável por Contas de Depósito (Resolução CMN nº 4.753/2020); e **(f) Mariana Plass Rizzo** é responsável por (i) Atualização de Dados no Unicad (Resolução BCB nº 209), (ii) Ouvidoria (Resolução nº 4.860/2020) e (iii) Atendimento das Demandas do Cidadão Registradas - RDR (Resolução BCB nº 222); **Perante a Comissão de Valores Mobiliários: (a) Daniel Darahem de Souza Coelho** é responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CVM 32/2021; **(b) Flávia Rocha Lima de Almeida Prado** é responsável por Prevenção à Lavagem de Dinheiro, nos termos da Resolução CVM 50/2021; **(c) Jorge Constantino Bernardes dos Santos** é responsável por Controles Internos da Resolução CVM 32/2021 e Resolução CVM 35/21; e **(e) Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili** é responsável pelo Cumprimento das normas estabelecidas nos termos das Resoluções CVM 30/21 e 35/21. **Perante a B3 Brasil Bolsa Balcão: (a) Daniel Darahem de Souza Coelho** é responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CVM 32/21; **(b) Jorge Constantino Bernardes dos Santos** é responsável por Controles Internos da Resolução CVM 32/2021 e Resolução CVM nº 35/21; e **(c) Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili** é responsável pelas Relações com Mercado - DRM, e é responsável junto à B3, Cumprimento da norma e Guarda física de ativos cartulares, nos termos da Resolução nº 35/2021. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: Fazer constar que não haverá fixação de remuneração para os Diretores para o exercício social de 2024, uma vez que os mesmos recebem compensação unificada, paga pelo Banco J.P. Morgan S.A., em virtude de sua atuação em outras empresas do grupo. Nada mais. São Paulo, 29/04/2024. **Jorge Constantino Bernardes dos Santos -** Presidente; **Karina Kazue Perossi -** Secretária. **JUCESP** nº 227.008/24-8 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 09.023.931/0001-80 - NIRE 35.300.369.041

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 18 horas, na sede social, Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 3º andar, parte, São Paulo (SP). **Presença:** Totalidade do capital social. Presentes, também, os administradores da Sociedade e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Mesa:** Marcella Rigamonti Urada Coimbra, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados de forma resumida na página E22 do Jornal "Valor Econômico" e divulgados em sua íntegra na página do "Valor Econômico" na internet, em 27/03/2024. **(ii)** A proposta de destinação integral do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 390.963.900,33, para distribuição de dividendos ao acionista, que serão pagos até 31/12/2024, registrando-se a não destinação de parcela do lucro para a Reserva Legal, tendo em vista já haver atingido o limite previsto no § 1º do artigo 21 do Estatuto Social, sendo que, conforme deliberações da Assembleia Geral de acionistas da Sociedade de 29/05/2023, 25/07/2023, 29/09/2023 e 18/12/2023, respectivamente (i) o valor de R$ 61.427.298,46 foi distribuído antecipadamente a título de dividendos; (ii) o valor de R$ 56.626.044,26 foi distribuído antecipadamente a título de dividendos; (iii) o valor R$ 58.566.333,50 foi distribuído antecipadamente a título de dividendos e (iv) o valor de R$ 103.314.520,43 foi distribuído antecipadamente a título de dividendos. **(iii)** A fixação do montante global e anual de remuneração dos administradores da Sociedade em até R$ 5.300.000,00. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 30.04.2024. Marcella Rigamonti Urada Coimbra, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Acionista:** p. Banco Votorantim S.A., Ronaldo Medrado Helpe e Marcella Rigamonti Urada Coimbra. **Arquivo na JUCESP em 03/06/2024, sob nº 214.702/24-8. Maria Cristina Frei - Secretária Geral**

BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 14.312.353/0001-31 – NIRE 35.300.413.245

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 26.4.2024

Data, Hora, Local: Em 26.4.2024, às 10h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, lado A, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Angelotti; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.2.2024 no jornal Valor Econômico, páginas E3 a E7. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram colocadas sobre a mesa para apreciação da acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** • aprovaram, o aumento do capital social em R$205.781.313,83 (duzentos e cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e treze reais e oitenta e três), elevando-o de R$2.504.218.686,17 (dois bilhões, quinhentos e quatro milhões, duzentos e dezoito mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), para R$2.710.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e dez milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Legal e Estatutária", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social, proposto pelo Conselho de Administração na Reunião daquele Órgão de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, a redação do mencionado dispositivo passará a ser a seguinte: "Artigo 6º) O capital social é de R$2.710.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e dez milhões de reais), dividido em 1.344.922.848 (um bilhão, trezentos e quarenta e quatro milhões, novecentas e vinte duas mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$688.987.189,17, (seiscentos e oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos) proposta pelo Conselho de Administração na Reunião daquele Órgão, de 27.2.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$34.449.359,46 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$304.537.829,71 (trezentos e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para pagamento de dividendos, o qual já foi declarado em 30.11.2023 e pago em 1.12.2023"; 3) reelegeram os membros do Conselho de Administração da Sociedade, os senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62, ***Denise Aguiar Alvarez***, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1-SSP/SP, CPF 032.376.698/65, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e ***Ivan Luiz Gontijo Júnior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 044.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Os Conselheiros reeleitos: a) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027; b) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 4) aprovaram, para o exercício de 2024, a remuneração global e as verbas previdenciárias para os administradores, no montante de até R$58.400.000,00 (cinquenta e oito milhões e quatrocentos mil reais) sendo até R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) a título de remuneração fixa e variável e até R$33.400.000,00 (trinta e três milhões e quatrocentos mil reais) para custeio do plano de previdência. A distribuição das verbas de remuneração e do plano de previdência será deliberada em reunião do Conselho de Administração, conforme determina a letra "o" do Artigo 9º do Estatuto Social. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Luiz Carlos Angelotti; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradseg Participações S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Luiz Carlos Angelotti; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 213.434/24-6, em 28.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 18 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.3, item "(i)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.3, item "(i)" da CCB, em razão da verificação de descumprimento pecuniário, pela Devedora, caracterizado pelo inadimplemento dos Créditos Imobiliários em decorrência **(a)** do **(1)** não pagamento pela Devedora, do evento de pagamento da CCB e, consequentemente, dos CRI com vencimento original em 25 de maio de 2024, sendo que para a realização do competente pagamento aos Titulares dos CRI foram utilizados os recursos do Fundo de Reserva, a ser recomposto pela Devedora na forma prevista abaixo; **(2)** não pagamento pela Devedora da parcela referente à Amortização e dos Juros Remuneratórios da CCB com vencimento programado para 23 de junho de 2024 ("PMT CCB Junho 2024"), conforme previsto no Anexo I da CCB e, consequentemente, do não pagamento da parcela referente à Amortização e dos Juros Remuneratórios dos CRI cujo vencimento deu-se em 25 de junho de 2024 ("PMT CRI Junho 2024" e, em conjunto com a PMT CCB Junho 2024, a "PMT Junho 2024"); e **(3)** do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva, no montante equivalente a 1 (uma) parcela de Remuneração e amortização da CCB, calculada conforme a média das parcelas com vencimento ao ano; **(ii)** Caso aprovado o item "(i)" acima, aprovar a não incidência dos Encargos Moratórios conforme previsto na Cláusula 4 da CCB e na Cláusula 5.6 do Termo de Securitização, referente ao inadimplemento pecuniário informado no item (i) acima; **(iii)** Caso aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, autorizar a incorporação da PMT de Maio 2024 e de Junho 2024, vencidas e não pagas, ao saldo devedor a vencer da CCB e dos CRI, bem como autorizar a alteração do Cronograma de Pagamentos do Valor de Principal e dos Juros Remuneratórios da CCB, constante no Anexo I da CCB e consequentemente, a alteração do Cronograma de Pagamentos do Valor de Principal e dos Juros Remuneratórios dos CRI, constante no Anexo I do Termo de Securitização. Caso aprovada a presente Ordem do Dia, autorizar que o Anexo I da CCB e o Anexo I do Termo de Securitização, passem a vigorar conforme o Anexo II da Proposta da Administração; **(iv)** Caso aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, deliberar sobre a concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de realização da Assembleia, para a recomposição, pela Devedora, do Fundo de Reserva; **(v)** Caso aprovado os itens acima, aprovar a não declaração de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pelos descumprimentos de prazos definidos na Assembleia Especial de Titulares dos CRI realizada em 15 de janeiro de 2024 ("AET 15/01/2024"), conforme aprovados pelos Titulares dos CRI, quais sejam: (a) envio do parecer jurídico de escritório de advocacia contratado pela Devedora, às suas expensas, atestando a possibilidade de constituição da garantia de cessão fiduciária sobre determinados direitos creditórios de titularidade da Devedora, conforme descritos na AET 15/01/2024 ("Parecer Jurídico"), acompanhado dos documentos solicitados pelo Agente Fiduciário, constantes da Proposta da Administração vinculada à AET 15/01/2024; (b) celebração do 4º aditamento ao Termo de Securitização, 3º aditamento à CCB, 1º aditamento ao Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural ("1º aditamento à CCI") e 2º aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças ("2º aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária"), para refletir as deliberações tomadas na AET 15/01/2024 ("Aditamentos Aprovados"); **(vi)** Caso aprovado o item "(v)" da Ordem do Dia, aprovar a concessão de prazo adicional de até 60 (sessenta) Dias Úteis, a contar da data desta Assembleia para: (a) envio do Parecer Jurídico, acompanhado dos documentos solicitados pelo Agente Fiduciário, constantes da Proposta da Administração vinculada à AET 12/09/2022; (b) celebração dos Aditamentos Aprovados, do 2º Aditamento ao Contrato de Cessão e do 1º Aditamento ao Contrato de Conta Vinculada (em conjunto, "Aditamentos"); **(vii)** A não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pela não apresentação da renovação do Seguro conforme obrigação disposta na Cláusula 3.4 do Contrato de Alienação Fiduciária, e pelo descumprimento do prazo definido na AET 15/01/2024, cujo o prazo encerrou em 15 de março de 2023; **(viii)** Caso aprovado o item "(vii)" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da Assembleia para que, a Devedora apresente a apólice de renovação do Seguro; **(ix)** A não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pelo descumprimento do prazo de 30 (trinta) dias corridos para a realização do complemento de garantia através da cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da atividade hoteleira desenvolvida pela Devedora em quaisquer de suas filiais, para fins de complemento dos Recebíveis Cartões, até o limite do montante faturado pelo Imóvel Gramado, fazendo constar como objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não apenas os recebíveis de cartões de débito e de crédito oriundos da operação da Imóvel Gramado e processados pela Redecard S.A., mas, também acrescidos de recebíveis de cartões de débito e de crédito de qualquer outra filial, quais sejam, a serem indicadas, para fins de garantia aproximada do faturamento total do Imóvel Gramado e atingimento do Fluxo Mínimo de Créditos, conforme previsto na Cláusula 2.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme definido na AET 15/01/2024 ("Complemento CF Direitos Creditórios Devedora"); **(x)** Caso aprovado o item "(ix)" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da Assembleia para que a Devedora apresente a auditoria jurídica da garantia que será apresentada como Complemento CF Direitos Creditórios Devedora; **(xi)** Caso aprovados os itens da Ordem do Dia, aprovar a contratação do **IBS advogados**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.333.942/0001-73 ("Assessor Legal") nos termos da proposta de prestação de serviços advocatícios ("Proposta de Prestação de Serviços Advocatícios"), constante no Anexo III da Proposta da Administração, com pagamentos a serem feitos às expensas do patrimônio separado, para: (a) formalização dos Aditamentos descritos no item "(v)" da Ordem do Dia; (b) elaboração do Parecer Jurídico descrito no item "(vi)" da Ordem do Dia; e (c) elaboração da auditoria jurídica mencionada no item "(x)" da Ordem do Dia; e **(xii)** Caso aprovado o item "(ix)" da Ordem do Dia, aprovar a contratação da **BMP Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.581.339/0001-45, nos termos da proposta para registro de gravame sobre recebíveis de cartão ("Proposta de Prestação de Serviços de Registro"), constante no Anexo IV da Proposta de Administração, com pagamentos a serem feitos às expensas do patrimônio separado, para: (a) registro dos Recebíveis Cartões junto às entidades competentes; (b) envio de relatórios de acompanhamento; e (c) contestação junto às entidades competentes em caso de redução de agenda já performada. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão - IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 02 de julho de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A.
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 220 LOTES - DIA: 05.07.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 05.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 93YRBB003MJ669862 - 9BGKL69U0LB184103 - 9BFZH54J5J8175630 - 8A1CB8W05BL832599 - 9BFZE16P778855606 - 9BWAB05Z8D4042670 - 9BGTR48W09B228404 - 93Y5SRF84LJ784217 - 9C2MD4100RR008722 - 9C2JF8500RR013284 - 9C6DG3320L0020362 - 9BGRX0810AG171951 - 8AGCB48X0BR179578 - 93YRBB004KJ850806 - 9BD17206G73301734 - 9BD15844AA6370218 - 9BD17106LC5773899 - 93Y5SRF84KJ543673 - 9BGTT75B03C103906 - 9BFZF54P2B8048104 - LA1BNJ14165 - 9BFZZZ33ZPP008655 - 9BWZZZ30ZNT163832 - BJ158575 - 9BD57824FJY264921 - 9BWKB05Z264091659 - 8AFUZZFHCBJ351537 - 9BD19515ZG0710269 - 93HFB9640EZ122342 - 9BHBG51CAGP615127 - 9C2KC2500KR019275 - 9BFZE12N748552096 - 9BFZD55J3EB701076 - 9BD373184D5018390 - 9BWKA05ZX64190460 - 9BD17140G85279887 - 9BFZH55L2F8120642 - 3GNALHEV4AS664088 - 9C2KC2500PR007661 - 9BFZH55L0G8325832 - 8A1BB8215DL373274 - 93YRBB008JJ157610 - 9BD195A4ZG0763791 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9BGAB69W08B256006 - 9BFZF54A7B8142507 - 9BGXL80005C199251REM - JTEHH20V126050775 - 9BGXL68X05C154396 - 9BWAB49N59P005144 - 9BD17309T74186732 - 9BG116ARVVC950638 - 935SUN6AYBB562396 - 9BFZB55P7D8814521 - 94DBCAN17HB108907 - 9BD17122LF5961312 - 9BD13532CB2161497 - 93YRBB004LJ138071 - 9BFZF10AX88177601 - 9BFZK53A6CB334762 - 9BD27803A97117883 - 8AD3CRFN26G012352 - 9BGXL80G07B171935 - 935CHN6AVBB585460 - 93YBSR76HDJ445219 - 9C2KF4300PR013695 - 9C2KC2210RR002617 - 9C2PC4820KR000529 - 99KPCK7LKRM104478 - 9C2JB0100RR002265 - 9C2KC2500PR008529 - 9BWAB45U1NT104350 - 9BD17122ZH7612226 - 9C6RE2140R0057106 - 9BFZF55A0E8000308 - 98861112XMK419604 - 9C6DG2510H0050229 - 98867513WJKJ13998 - 9BGKS48L0EG131942 - 9BGRJ69807G183259 - 94DFCAP15LB215169 - 3FTTW8E35PRA87949 - 3N1CN7AD8EK412159 - 93YLSR1RH9J111912 - 9BWDB49N2DP007648 - 8AFDZZFHA5J447457 - 3N1BB7AD5EL604654 - JMYXTGA2WCZA08064 - 9BHBG51CAJP802140 - 93HGK5840HZ209100 - 9BHBG51DBGP614001 - 93XXTGA2WFCE16767 - JMYXLGF4WEZA00872 - 3N1CK3CD0CL226069 - 9BWAA05Z5B4159512 - 8AGCN48X0BR279383 - 93HGE6750BZ114078 - 8AGCB48X0BR188077 - 9BWLB05U6BP047973 - 9BGSA1910AB191570 - 9BWAA05U1AT180835 - 9BGXH19808B259435 - 9BGSA19907B190535 - 93HGD38805Z101468 - 9BGXH68P0AB189150 - 93HES16605Z101209 - 8AGSD19N02R104845 - 9C6RG3150M0041763 - 9C2KF3420LR002241 - 9C6SG3310J0019070 - 3VVHJ65NXKM144406 - JTMDF4EV9DD033573 - 9C6SG3310J0015513 - 95VXL1H5HJM000056 - 9C6KG0460F0114396 - 9C6SG6210N0010649 - 9BGEP76B0NB165766 - 936CMNFNVNB520331 - 9BGJK7520LB175849 - KNAPR817BL7708322 - 3GNAX9EX8KS523893 - 9BGJC6920JB229507 - 9BHBG51CAHP661008 - 93HGK5840FZ257197 - 9BGPN68M0EB200514 - 93HGE8890EZ103635 - WVWRG83C5CE188139 - 9BHCR41BBLP033756 - 9BD255049B8887437 - 9BG138JJ0BC426006 - 9BD17106LB5722052 - 9BWAA05WXBP050158 - 8AGCN48P0AR138195 - KMHJM81BAAU092243 - 8AJFY29G3E8559838 - 93ZC35B01E8459863 - 1J4RR5GG4BC548222 - 9BGKT69L0EG129736 - 9BG148MK0RC401713 - 9BWAA05Z0B4041190 - 9C2KF2210GR103356 - 9BFZF55P6A8032954 - 9BRBC3F31P8196991 - 9BGEN48H0PG193055 - 9BRB29BT0J2186989 - 9BGED48H0PG229568 - 9BWDB45U5FT077426 - 9BWDA05U6BT153290 - 9BWAB49N8EP015256 - 9BHCP41DBNP201560 - 9BWAB45Z4J4023567 - 8AJFY22G2F8019943 - 9350WNFNYMB523056 - 9BG148DK0MC414522 - 8AJYZ59G8A3046132 - 9BD17241ZA3514602 - WAUDFAF38N1147270 - 1C4RJFBG1EC426917 - 9BRKYAAG7N0620539 - 9BGSU19F0BB228982 - 98822611XKKC17424 - 9BWAA05U5AP098308 - LVVDB12B6BD173099 - W1N0J8EW9LF802436 - WAUGFCF45HA002239 - 98867512RNKK94795 - 8AGCN48X0BR167306 - 9C6SG6210P0017083 - 99HJT4125NS005067 - 9BD341ABXNY766539 - 9BWJL45UXGP106462 - 9BHBG51DBEP228368 - 9BD15844AD6830508 - 935FCKFVYCB518784 - 9C6RG5020N0026447 - 9BGRG08F0CG111529 - 936CLYFY1FB038083 - 9BFZD55P8HB538272 - 99Z0J5002LZM53673 - 9BGXH68X0CC202343 - 9BHGA811BRP298424 - 9BWAH4126HT546726 - 8AP196271F4106408 - 93YBSR7RHCJ923687.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 6ª E 7ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017001P5 / CRA017001P6) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017001P5 / CRA017001P6), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 106ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12F0023442) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2012, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 106ª Série da 1ª Emissão – (IF 12F0023442), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

Versão resumida do EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de julho de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas ("**Condições Suspensivas**") previstas no Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**"), celebrado pelas administrações da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, e aprovado em assembleia geral extraordinária da Companha realizada em 18 de junho de 2024; **(ii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iii)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iv)** o novo valor da remuneração global anual dos administradores referente ao exercício social de 2024; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das Condições Suspensivas e a efetivação das deliberações da Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **29.07.2024** ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação do acionista, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará link contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Conforme o §1º do art. 141 da Lei das S.A. e na RCVM 81, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais e https://valor.globo.com/valor-ri/, respectivamente), da Companhia (https://ri.arezzoco.com.br/), da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 (http://www.b3.com.br). Belo Horizonte, 3 de julho de 2024. **José Ernesto Beni Bologna** - Presidente do Conselho de Administração.

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta
CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 | Código CVM 2047-8

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2047-8, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) "PDGR3" ("Companhia"), vem, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em segunda convocação, em **10 de julho de 2024, às 11 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) para formar 1 (uma) ação (fator de grupamento), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Grupamento"); **(ii)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Aumento do Capital Autorizado"); **(iii)** a alteração do estatuto social da Companhia, de modo a contemplar o Grupamento e o Aumento do Capital Autorizado, nos termos da Proposta de Administração; e **(iv)** a outorga de poderes aos Diretores da Companhia, a fim que adotem todas as medidas necessárias para operacionalizar o Grupamento e Aumento do Capital Autorizado. A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, contendo também as informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico, estão à disposição dos acionistas na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.pdg.com.br), assim como nas páginas eletrônicas da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br). **Solicitação de Acesso à Assembleia Geral:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma disponibilizada pela Companhia, que conjugará áudio e imagem. Para participar da Assembleia Geral os Acionistas deverão encaminhar à Companhia uma solicitação de participação por escrito, juntamente com o envio dos documentos necessários para participação conforme instruções contidas abaixo, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia Geral. Os Acionistas que enviarem uma Solicitação de Acesso deverão se comprometer a (i) utilizar os convites de forma individual única e exclusivamente para participação na Assembleia Geral, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral. A participação por meio da plataforma digital conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que desejarem poderão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia Geral com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia recomenda que os Acionistas (i) façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos e/ou outros problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral; e (ii) acessem a plataforma digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da Assembleia Geral a fim de evitar eventuais problemas operacionais. As Solicitações de Acesso enviadas fora do prazo acima previsto serão desconsideradas pela Companhia. A Companhia informa, ainda, que a Assembleia Geral será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da plataforma digital, de modo que será de responsabilidade exclusiva do Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à Assembleia Geral. **Documentos necessários para acesso à Assembleia Geral:** Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., os Acionistas ou seus representantes interessados em participar da Assembleia Geral deverão enviar à Companhia, além do comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia com 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, os seguintes documentos: (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", a Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica ou procuração para que terceiro represente o Acionista pessoa jurídica; e (c) a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia Geral; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: o representante da administradora ou da gestora do fundo, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia Geral, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos primeiro e segundo, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sem necessidade de reconhecimento de firma. A Companhia aceita, ainda, procurações assinadas eletronicamente com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). Vale destacar que **(i)** as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A.; e **(ii)** as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, nos termos do §2º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita o envio prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br. **Participação na Assembleia Geral ("BVD"):** Nos termos da Resolução CVM nº 81, serão considerados presentes à Assembleia Geral os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia e/ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Para orientações e prazos sobre participação via boletim de voto a distância, solicitamos aos acionistas que consultem o Boletim de Voto a Distância divulgado na página da Companhia (www.pdg.com.br/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Ressalta-se, por fim, que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

São Paulo, 1º de julho de 2024.
João de Saint Brisson Paes de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Bairro do Jabaquara/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro do Jabaquara/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC JABAQUARA. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 285,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje na cobertura e próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Indianópolis, Avenida Fagundes Filho, Avenida Jabaquara entre outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Zenaide dos Santos, e-mail zenasantos@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSOM MARTINS DO SANTOS JUNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00327314452024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90112/2024.
Nº Processo: 024.00063697/2024-28.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial e Demandas Administrativas.
Total de Itens Licitados: 18 (dezoito) itens licitados.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 04/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 05/07/2024 às 08h00min no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/07/2024 às 13h30min no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

Companhia Aberta
CNPJ Nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 12H50M DO DIA 2 DE MAIO DE 2024

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A. ("Companhia"), nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. 2. O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade dos presentes, as seguintes Políticas da Companhia: (i) Política de Contratação de Auditores Independentes, (ii) Política de Destinação de Resultados; e (iii) Política de Indicação dos Administradores e Membros dos Comitês 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente) e Rafael Lebensold (Secretário). Conselheiros: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente). André Bier Gerdau Johannpeter (Vice-Presidente), Claudio Johannpeter (Vice-Presidente), Gustavo Werneck da Cunha, Alberto Fernandes (Conselheiros) Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 2 de maio de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 220.897/24-4 em 11/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GERDAU S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE 35300520696

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 10H00 DO DIA 02 DE MAIO DE 2024

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Gerdau S.A. ("Companhia"), nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. 2. O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, aprovou a proposta para a alteração do vencimento da 14ª (décima quarta) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Gerdau S.A. ("Debêntures"), aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2014, passando o referido vencimento das Debêntures de 30/08/2024 para 30/08/2034, de forma a modificar na Escritura de Emissão o item vii) da Cláusula Segunda, que passará a ter a seguinte redação: "vii). Data de vencimento. A data de vencimento das debêntures será o dia 30 de agosto de 2034, data na qual a Emissora obriga-se a realizar o pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal (ou remanescente, no caso da existência de amortizações)". 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente) e Rafael Lebensold (Secretário). Conselheiros: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Alberto Fernandes e Claudio Antonio Gonçalves (Conselheiros). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 2 de maio de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 208.464/24-4 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SUBPREFEITURA FREGUESIA/ BRASILÂNDIA

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90012/SUB/FB/2024 -** PROCESSO ELETRÔNICO **Nº 6037.2024/0001371-9 -** UASG: 925073 - Data da abertura: **18/07/2024 às 10:30h.**

Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de serralheria, incluindo equipamentos, ferramentas, material de consumo (eletrodos e combustível) veículo e mão de obra, através de 01 (uma) equipe, pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades desta SUBPREFEITURA FREGUESIA/BRASILÂNDIA a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA** - Local e download do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Promon S.A.

CNPJ nº 05.315.149/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao analisar o desempenho da Promon S.A. no exercício observamos resultados favoráveis, porém levemente inferiores ao exercício anterior, com destaque para a diversificação de sua atuação, capacidade de adaptação às principais demandas dos clientes, controle de custos e usual atenção ao caixa. A Promon S.A. alcançou receita gerencial consolidada de R$ 1,37 bilhão, redução de 7% em relação ao R$ 1,48 bilhão registrado no exercício anterior. Esses valores consideram a receita total da Promon Engenharia Ltda. e 31,58% da receita da Logicalis Latin America Holding S.A. (percentuais equivalentes às participações acionárias detidas pela Promon S.A. nas duas empresas operacionais no final do exercício). O resultado consolidado, por sua vez, registrou lucro de R$ 3,9 milhões (R$ 6,3 milhões no exercício anterior). A Promon S.A. tem direcionado sua atenção, por meio de suas subsidiárias, à oferta de serviços e soluções com foco no desenvolvimento da infraestrutura nacional, na transição energética e descarbonização, e na transformação digital. A temática ESG também segue em destaque com diversas iniciativas, em especial na Promon Engenharia, tanto voltadas ao público interno, como externo, em prol de soluções mais sustentáveis aos clientes, e na Logicalis Latin America, que lançou a segunda edição de seu Relatório de Sustentabilidade consolidando as práticas da companhia em relação ao assunto. Os temas de Compliance e Gestão de Riscos seguem sendo prioritários para a Promon S.A. A Promon Engenharia encerrou o exercício com receita bruta de R$ 271 milhões, que representa um aumento de 7% (R$ 254 milhões no exercício anterior), consolidando importante ciclo de crescimento e transformação do negócio. A adoção intensa de tecnologia tem sido importante vetor para os bons resultados, trazendo aos projetos ainda mais produtividade, diferenciação e qualidade. A excelência dos serviços prestados é percebida pelos clientes por meio dos índices Satisfação Geral e NPI (Net Promoter Index), 84 e 73, respectivamente. Os funcionários também demonstraram a sua satisfação na Pesquisa de Clima, que obteve satisfação geral de 89%. No período destacamos projetos diretamente ligados à transição energética, incluindo iniciativas de energia renovável (solar, eólica, hidrogênio, bioenergia) e mineração de metais fundamentais na transição energética, como o lítio. A Logicalis Latin America enfrentou desafios relacionados à dinâmica de mercado onde atua, encerrando o exercício com receita bruta gerencial de R$ 3,3 bilhões, redução de 5% (R$ 3,5 bilhões no exercício anterior). As prioridades estratégicas têm sido a diversificação de clientes e ofertas, e o crescimento da prestação de serviços recorrentes aos clientes. A operação no Brasil, apesar de redução no volume de vendas e receita, conseguiu manter os níveis de lucratividade e equilíbrio financeiro, favorecidos por resultados não operacionais. A operação nos países do Norte da América Latina manteve o volume de receita do ano anterior, sustentando bons resultados. Os desafios na Argentina novamente impactaram o ano de forma relevante, com melhores perspectivas no cenário econômico-financeiro a partir do novo governo. Diversificando o portfólio de negócios na Promon S.A., foram criadas duas novas empresas, voltadas às seguintes iniciativas: Eficiência Operacional e Digital, negócio dedicado a serviços e soluções com foco em eficiência operacional e energética e digitalização de ativos nos setores de indústrias, energia, infraestrutura e imobiliário; e Educação em Engenharia, negócio voltado à capacitação de engenheiros por meio de uma plataforma de educação a distância com foco em engenharia aplicada, ainda em fase de prospecção de parceiros tecnológicos para posterior prova de conceito. Visando à capacitação e o futuro financeiro dos colaboradores, a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS), que está prestes a completar 50 anos, vem merecendo o reconhecimento dos participantes dos planos de benefícios administrados pela entidade. A pesquisa realizada anualmente com os participantes demonstrou, em uma escala de zero a dez, um grau de satisfação com a Fundação na ordem de 9,3. Esses e diversos outros resultados relevantes somente foram alcançados graças à força de nossos colaboradores e de nossa cultura, baseada em ética, resiliência, inovação e colaboração. Desde a sua criação, a Promon S.A. atua no Brasil e no exterior com pioneirismo, qualidade e dedicação aos clientes, oferecendo serviços e soluções diferenciadas para suportar a execução de suas estratégias nas áreas de engenharia, infraestrutura e tecnologia. E seguirá assim, otimista com as perspectivas oferecidas pelos mercados em que atua, com a necessária cautela em face dos desafios macroeconômicos que se apresentam. Agradecemos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e engajamento em mais um ano de trabalho e superação de desafios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.610	16.676	82.637	47.905
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	121	676
Contas a receber de clientes	9	–	–	71.833	60.723
Impostos a recuperar	10.a	40	111	11.717	7.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	1.624	470	9.645	5.924
Adiantamentos a fornecedores		9	25	387	806
Dividendos a receber		–	6.700	–	–
Outros créditos	11	638	1.148	16.324	12.785
Total do ativo circulante		64.921	25.130	192.664	136.753
Não circulante					
Aplicações financeiras	8	6.450	8.301	16.753	20.567
Partes relacionadas	18	–	7.401	–	7.401
Depósitos judiciais	19.c	811	759	28.879	28.237
Impostos a recuperar	10.a	–	–	22.284	27.168
Ativo fiscal diferido	30.a	–	–	9.261	3.478
Outros créditos	11	–	–	190	187
Outros investimentos		–	1	23	163
Total do realizável a longo prazo		7.261	16.462	77.390	87.201
Investimentos em controladas e coligadas	12	269.155	310.341	178.719	219.888
Direito de uso	14.a	817	–	6.699	3.810
Imobilizado		59	–	1.768	615
Intangível		–	–	3.228	2.809
Total do ativo não circulante		277.292	326.803	267.804	314.323
Total do ativo		**342.213**	**351.933**	**460.468**	**451.076**

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos	13	283	8.576	7.177	20.183
Salários, férias e encargos sociais a recolher	15	2.158	2.105	25.591	21.367
Participações de empregados a pagar		1.502	–	9.103	3.400
Fornecedores		750	508	2.422	1.837
Impostos a recolher	16.a	27	42	3.218	8.844
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.b	–	–	2.803	285
Adiantamentos de clientes	9.a	–	–	17.522	20.050
Receita diferida	17	–	–	20.509	5.976
Passivo de arrendamento	14.b	203	–	1.519	1.292
Outras contas a pagar		328	363	6.501	6.313
Total do passivo circulante		5.251	11.594	96.365	89.547
Não circulante					
Empréstimos	13	20.571	16.308	20.571	17.680
Partes relacionadas	18	–	446	–	–
Impostos a recolher	16.a	–	–	1.082	961
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19.a	–	53	14.330	16.691
Passivo de arrendamento	14.b	648	–	5.667	2.666
Benefícios pós-emprego	20	87	–	2.833	–
Outras contas a pagar		–	–	3.964	–
Total do passivo não circulante		21.306	16.807	48.447	37.998
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	187.000	187.000	187.000	187.000
Reserva de capital	21.a	–	(2.278)	–	(2.278)
Reservas de lucros	21.b	141.920	158.525	141.920	158.525
Dividendos propostos	21.c	923	–	923	–
Ajustes de avaliação patrimonial	21.d	3.603	(1.925)	3.603	(1.925)
Ações em tesouraria		(17.790)	(17.790)	(17.790)	(17.790)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		315.656	323.532	315.656	323.532
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	(1)
Total do patrimônio líquido		315.656	323.532	315.656	323.531
Total do passivo e patrimônio líquido		**342.213**	**351.933**	**460.468**	**451.076**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros a realizar (Reserva de lucros)	Reserva especial (Reserva de lucros)	Reserva de liquidez (Reserva de lucros)	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de março de 2022		187.000	(2.278)	4.139	–	12.020	136.038	–	–	(4.854)	(17.790)	314.275	–	314.275
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	6.328	–	–	6.328	(1)	6.327
Variação cambial de empresas no exterior	12.b	–	–	–	–	–	–	–	–	2.929	–	2.929	–	2.929
Destinações:														
Constituição de reserva legal		–	–	316	–	–	–	–	(316)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar		–	–	–	1.503	–	–	–	(1.503)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV (a) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	2.480	–	(2.480)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV (b) do artigo 31 do estatuto	19.b	–	–	–	–	–	2.029	–	(2.029)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2023		187.000	(2.278)	4.455	1.503	12.020	140.547	–	–	(1.925)	(17.790)	323.532	(1)	323.531
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	3.884	–	–	3.884	1	3.885
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	12.b	–	–	–	–	–	–	–	(3.765)	(812)	–	(4.577)	–	(4.577)
Variação cambial de empresas no exterior		–	–	–	–	–	–	–	–	6.340	–	6.340	–	6.340
Dividendos ARCA 23 de outubro de 2023		–	–	–	(1.503)	(12.020)	–	–	–	–	–	(13.523)	–	(13.523)
Destinação do saldo negativo lucro (prejuízo) na alienação de ações	19.b	–	2.278	–	–	–	(2.278)	–	–	–	–	–	–	–
Destinação de prejuízos acumulados para reserva de liquidez		–	–	–	–	–	(3.765)	–	3.765	–	–	–	–	–
Destinações:														
Constituição de reserva legal		–	–	194	–	–	–	–	(194)	–	–	–	–	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	923	(923)	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de liquidez item IV do artigo 31 do estatuto		–	–	–	–	–	2.767	–	(2.767)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de março de 2024		187.000	–	4.649	–	–	137.271	923	–	3.603	(17.790)	315.656	–	315.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	25	–	–	238.841	223.193
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	–	–	(175.459)	(180.956)
Lucro bruto		–	–	63.382	42.237
Despesas administrativas	27	(18.129)	(16.250)	(66.649)	(53.861)
Perdas esperadas em contas a receber e outros créditos	9	–	–	(1.299)	61
Outras receitas	28	11.629	3.710	20.319	20.080
Outras despesas	28	(516)	(596)	(1.805)	(11.088)
Equivalência patrimonial	12	9.862	22.498	(13.492)	9.188
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.853	9.362	456	6.617
Receitas financeiras	29	5.500	2.896	13.947	12.394
Despesas financeiras	29	(4.480)	(5.862)	(10.623)	(11.479)
Variações cambiais, líquidas	29	11	(68)	(486)	2.474
Receitas (despesas) financeiras líquidas		1.031	(3.034)	2.838	3.389
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.884	6.328	3.294	10.006
Imposto de renda e contribuição social correntes	30.c	–	–	(5.194)	(2.195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.c	–	–	5.784	(1.484)
Lucro do exercício		3.884	6.328	3.884	6.327
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				3.884	6.328
Acionistas não controladores				–	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro (Prejuízo) do exercício		3.884	6.328	3.884	6.327
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	12.b	6.340	2.929	6.340	2.929
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego		(812)	–	(812)	–
Resultado abrangente total do exercício		9.412	9.257	9.411	9.256
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.412	–	9.411	9.257
Acionistas não controladores		–	–	–	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		3.884	6.328	3.884	6.327
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:					
Equivalência patrimonial		(9.862)	(22.498)	13.492	(9.188)
Depreciações e amortizações		323	–	2.750	2.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(5.784)	1.484
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	–	5.194	2.195
(Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(53)	(82)	(2.450)	(16.075)
Crédito de indébito tributário - PIS e COFINS		–	–	(1.495)	–
Participação de administradores e funcionários no resultado		1.502	–	9.103	3.400
Resultado líquido com operações de derivativos		–	103	–	103
Constituição (reversão) de perdas esperadas em contas a receber e outros créditos		–	–	1.299	(61)
Juros sobre empréstimos		4.418	3.754	6.527	5.430
Reversão valor não recuperável sobre impostos a recuperar		–	–	4.397	–
Juros, variações monetárias e variações cambiais, líquidas		(1.185)	(508)	(2.097)	56
Baixa de imobilizado e intangível		–	–	691	86
Ganho na venda de participações em investimentos		(11.778)	–	(11.778)	–
Outros		38	–	38	–
		(12.713)	(12.903)	23.771	(4.164)
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes		–	–	(12.409)	(23.810)
Impostos a recuperar		(520)	(35)	(4.161)	(3.049)
Depósitos judiciais		(52)	(50)	(642)	9.773
Adiantamentos a fornecedores		16	34	419	(204)
Outros créditos		510	(84)	(3.402)	10.415
		–			
Aumento (redução) de passivos		–			
Fornecedores		242	508	585	(291)
Salários, férias e encargos sociais a recolher		53	225	4.224	5.327
Impostos a recolher		91	243	(5.651)	4.552
Adiantamentos de clientes		–	–	(2.528)	9.754
Participações de empregados a pagar		–	–	(3.400)	(2.821)
Benefícios a empregados		–	–	–	–
Receita diferida		–	–	14.533	–
Outras contas a pagar		(35)	(168)	4.155	781
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(12.408)	(12.230)	15.494	6.263
Juros pagos de empréstimo		(4.371)	(3.876)	(6.704)	(5.602)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(2.424)	(140)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(16.779)	(16.106)	6.366	521
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		26.999	1.344	984	1.344
Resgates de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, líquidos		2.046	–	5.819	6.034
Aquisição de imobilizado e intangível		(62)	–	(2.924)	(1.343)
Resgate de ações em participação de coligada e controladas		1.516	5.263	–	–
Venda de participação em coligada		42.573	–	42.573	–
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(260)	(500)	(260)	(500)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		8.027	3.674	8.027	51
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		80.839	9.781	54.219	5.586
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de ajuste de derivativos		–	(1.049)	–	(1.049)
Recebimento de ajuste de derivativos		–	1.871	–	1.871
Pagamento de passivo de arrendamento		(80)	–	(2.392)	(2.150)
Pagamento de dividendos		(13.523)	–	(13.523)	–
Pagamento de empréstimos com terceiros		(4.077)	(23.089)	(17.288)	(36.222)
Pagamento de empréstimos captados com parte relacionada		(446)	(520)	–	–
Captação de empréstimo com partes relacionadas		–	–	–	–
Captação de empréstimo com terceiros		–	24.462	7.350	35.635
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(18.126)	1.675	(25.853)	(1.915)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		45.934	(4.650)	34.732	4.192
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		16.676	21.326	47.905	43.713
No fim do exercício		62.610	16.676	82.637	47.905
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		45.934	(4.650)	34.732	4.192
Operações que não envolvem caixa:					
Arrendamento - CPC 06 (R2)		892	–	4.733	2.181
Obrigação por benefício definido CPC 33		82	–	4.998	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Promon S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em São Paulo - Capital, controlada pela Promon Empreendimentos e Participações S.A., é a *holding* operacional que detém participação nas entidades listadas na tabela abaixo, por meio das quais se desenvolvem os principais negócios da organização: **Promon Engenharia Ltda. (**controlada integral da **PHL Investimentos Ltda.,** empresa que consolida as iniciativas voltadas à engenharia e negócios correlatos), que atua no mercado de consultoria, engenharia, gerenciamento e soluções integradas com foco nos setores de Energia, Infraestrutura & Logística, Mineração & Metalurgia, Manufatura, Óleo & Gás e Química & Petroquímica. A **PHL Investimentos Ltda.,** controlada integral da Companhia, também é controladora da **PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda.,** empresa em fase pré-operacional, dedicada à prestação de serviços e soluções com foco em eficiência operacional e energética, incluindo serviços de digitalização de ativos nos setores de indústrias, energia, infraestrutura e imobiliário, e da **PETL Educação e Treinamento Ltda.,** empresa em fase pré-operacional, constituída com a finalidade de prestar serviços de treinamento em desenvolvimento profissional, técnico e gerencial, objetivando capacitar engenheiros por meio de uma plataforma de educação à distância com foco em engenharia aplicada. **Logicalis Latin America Holding S.A. ("LLAH"),** em sociedade com Logicalis Group Ltd., que se dedica à prestação de serviços e soluções no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação, e titular de ações em companhias constituídas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai. **Resultados operacionais:** Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração realizou avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de março de 2024, a controladora apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 59.670 (R$ 13.536 positivo em 31 de março de 2023), lucro líquido de R$ 3.884 (lucro líquido de R$ 6.328 em 31 de março de 2023) e fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R$ 16.779 (utilizado de R$ 16.106 em 31 de março de 2023). Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia apresentou um capital circulante líquido positivo de R$ 96.299 (R$ 47.206 positivo em 31 de março de 2023), lucro líquido de R$ 3.884 (lucro líquido de R$ 6.327 em 31 de março de 2023) e fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R$ 6.366 (proveniente de R$ 521 em 31 de março de 2023). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Entidades da Promon S.A.: a. Participação societária:

Empresas	País	Participação acionária 2024	Participação acionária 2023
Controladas diretas			
Promon Engenharia Ltda. (i) (b.vi)	Brasil	–	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda. (b.i)	Brasil	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda. (b.iii)	Brasil	–	100,00%
PHL Investimentos Ltda. (b.vi)	Brasil	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Promon International, Inc.	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Promon Engenharia Ltda. (i) (b.vi)	Brasil	100,00%	–
São Luiz Telecomunicações Ltda. (b.ii)	Brasil	–	100,00%
STC Telecomunicações Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda. (b.iv)	Brasil	100,00%	100,00%
PETL Educação e Treinamento Ltda. (b.v)	Brasil	100,00%	–
Coligada			
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH) (ii)	Brasil	31,58%	35,00%

(i) As demonstrações financeiras da controlada indireta Promon Engenharia Ltda., em 31 de março de 2024 e 2023, incluem os consórcios abaixo, que estão em fase de encerramento, e cujos ativos, passivos, receitas e custos estão reconhecidos em suas demonstrações financeiras proporcionalmente à sua participação em cada um deles:

Consórcios em fase de encerramento	% de participação 2024	% de participação 2023
Consórcio SPE	40,00%	40,00%
Consórcio Niplan Promon	35,00%	35,00%
Consórcio SPS	33,30%	33,30%

No exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia cedeu e transferiu a totalidade das quotas detidas na controlada indireta Promon Engenharia Ltda. para a controlada direta PHL Investimentos Ltda., conforme **nota explicativa nº 2.b - Reestruturação societária**. (ii) Em setembro de 2023, foi aprovado o resgate de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pela Companhia, representativas de 5% do capital social da LLAH, seguida de seu cancelamento, de modo que a participação acionária final da Companhia no capital social da LLAH, após o resgate e cancelamento, passou de 35% para 31,58%, conforme **nota explicativa nº 12.a - Investimentos em controladas e coligadas**. **b. Reestruturação Societária:** Durante o exercício findo em 31 de março 2024, com objetivo de reduzir custos de manutenção de empresas não operacionais, diversificar o portfólio de negócios, bem como reforçar o capital social de determinadas controladas operacionais, foi implementada reestruturação societária pela Companhia, envolvendo as seguintes empresas: (i) Promon Tecnologia e Participações Ltda. ("PTPL"), (ii) São Luiz Telecomunicações Ltda. ("São Luiz"), (iii) Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda. ("Promon Intelligens"), (iv) PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda. (atualmente denominada Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda.) ("PCOD"), (v) PETL Educação e Treinamento Ltda. ("PETL"), (vi) PHL Investimentos Ltda. ("PHL") e (vi) Promon Engenharia Ltda. ("Promon Engenharia"). As controladas São Luiz e Promon Intelligens foram totalmente incorporadas conforme quadro abaixo:

Incorporadas	Incorporadora (vi)
São Luiz Telecomunicações Ltda. (ii)	Promon Engenharia Ltda.
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda. (iii)	Promon Engenharia Ltda.

(i) Em 25 de setembro de 2023, foi aprovada distribuição de lucros da PTPL mediante entrega da totalidade de quotas por ela detidas na São Luiz à Companhia, quotas essas avaliadas por seu valor justo, conforme apurado com base em balancete levantado em 31 de agosto de 2023 e atestado em laudo de avaliação emitido em 20 de setembro de 2023. Assim, a Companhia passou a ser a única sócia e detentora da integralidade do capital social da São Luiz. (ii) Em 29 de setembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social da controlada indireta Promon Engenharia pela Companhia mediante conferência da totalidade das quotas detidas pela Companhia na São Luiz, avaliadas por seu valor patrimonial apurado com base em balancete levantado em 31 de agosto de 2023 e atestado em laudo de avaliação de patrimônio emitido em 28 de setembro de 2023. Assim, a Promon Engenharia passou a ser a única sócia e detentora da integralidade do capital social da São Luiz. Em 30 de setembro de 2023, a São Luiz foi totalmente incorporada por sua única sócia, Promon Engenharia, que a sucedeu em todos os direitos e obrigações. A seguir são resumidos os valores dos ativos e passivos incorporados:

Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	36
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	510
Ativo não circulante	
Impostos a recuperar	5.396
Passivo circulante	
Impostos a recolher	(222)
Passivo não circulante	
Impostos a recolher	(147)
Impostos diferidos	(762)
Patrimônio líquido	
Lucros acumulados	27
Acervo líquido incorporado	**4.838**

(iii) Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovado aumento de capital social da controlada indireta Promon Engenharia pela Companhia em razão da incorporação total da Promon Intelligens, avaliada por seu valor patrimonial apurado com base em balancete levantado em 31 de janeiro de 2024 e atestado em laudo de avaliação de patrimônio emitido em 22 de fevereiro de 2024. Em decorrência da incorporação total da Promon Intelligens pela Promon Engenharia, essa a sucedeu em todos os direitos e obrigações. A seguir são resumidos os valores dos ativos e passivos incorporados:

Ativo circulante	
Caixa e equivalente de caixa	677
Impostos a recuperar	1.331
Outros créditos	540
Ativo não circulante	
Impostos a recuperar	20.699
Passivo circulante	
Dividendos a pagar	(16.478)
Passivo não circulante	
Provisão para contingências	(9)
Impostos a recolher	(618)
Impostos diferidos	(2.525)
Patrimônio líquido	
Lucros acumulados	9
Acervo líquido incorporado	**3.626**

(iv) Em 13 de março de 2024, a Companhia cedeu a totalidade das 1.000 quotas que detinha na controlada indireta PCOD para a controlada direta PHL, pelo valor de R$ 1 (um mil reais). (v) Em 13 de março de 2024, foi constituída a controlada indireta PETL, cujas quotas foram integralmente subscritas e integralizadas pela controlada direta PHL. (vi) Em 13 de março de 2024, foi aprovado aumento de capital social da controlada direta PHL, mediante conferência da totalidade das quotas detidas pela Companhia na controlada indireta Promon Engenharia, avaliadas por seu valor patrimonial apurado com base no balancete da Promon Engenharia levantado em 29 de fevereiro de 2024 e atestado em laudo de avaliação de patrimônio emitido em 11 de março de 2024. A partir do referido aumento de capital social, a Companhia passou a ser a única sócia e detentora da integralidade do capital social da PHL que, por sua vez, passou a ser a única sócia da Promon Engenharia. **3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Em 28 de junho de 2024 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando necessário. ***Julgamento:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 12 - Investimentos em controladas e coligadas -** equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **Nota explicativa nº 25 - Receita operacional líquida -** trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 8** - **Aplicações financeiras -** reconhecimento e mensuração dos fundos de *private equity*; **Nota explicativa nº 9 - Contas a receber de clientes -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação do valor esperado de perda; **Nota explicativas nº 19 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -** reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **Nota explicativa nº 25 - Receita operacional líquida -** trata do reconhecimento da receita de contrato com cliente ao longo do tempo. **Nota explicativa nº 30 - Imposto de renda e contribuição social -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos com relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve alteração no processo de mensuração do valor justo e nos níveis de hierarquia durante os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na **nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros. 4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; Títulos de dívida e patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) mensurados pelo valor justo. O ativo ou passivo líquido de um plano de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, conforme **nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego**. **5. Políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". A adição não resultou em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. **a. Base de consolidação: *Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***Participação de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***Perda de controle:*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos também são contabilizados com o uso desse método. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Na consolidação são eliminados saldos e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: - investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado); ***Controladas no exterior:*** Os ativos, passivos e resultados de controladas são convertidos para real à taxa de câmbio na data de suas transações. ***Coligadas indiretas no exterior:*** As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentadas no patrimônio líquido e consolidadas na coligada direta Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH). **c. Redução ao valor recuperável de ativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Administração revisa continuamente os valores desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na sua experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Sendo tais evidências identificadas, é constituída provisão para redução ao valor recuperável do ativo. ***Provisões para perda esperada em contas a receber de clientes:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. A Administração presume que há aumento do risco de crédito de contas a receber de clientes quando o atraso de recebimento supera 90 dias. Nesse caso, analisa a necessidade de constituição de perda para ajuste ao valor recuperável. Além disso, quando o contrato está em execução, analisa a sua suspensão. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** O valor recuperável de um ativo não financeiro ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **d. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, exceto quanto ao contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, desde que o item não seja mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. A classificação dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos e/ou contratados, é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR ou ao custo amortizado. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, além de qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. Essa mensuração é utilizada se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente - VJORA. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia pode manter instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia e suas controladas não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia pode designar certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais relacionados a uma operação estrangeira. **e. Capital social: *Ações ordinárias:*** Custos adicionais diretamente atribuíveis à

continua →★

INÊS 249

→★ continuação

Promon S.A. - CNPJ nº 05.315.149/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. **f. Benefícios a empregados e ex-empregados:** ***Planos de aposentadoria:*** Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas aos planos de aposentadoria definida e benefício definido são reconhecidos pelo regime de competência, sendo que as reservas necessárias para cobertura dos benefícios do plano de benefício definido são calculadas pelo método de crédito unitário projetado elaborado por atuário independente e o plano de contribuição definida pelo regime financeiro de capitalização, conforme detalhes divulgados na **nota explicativa nº 32 - Fundação Promon de Previdência Social.** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O Estatuto da Companhia prevê a destinação de parte dos lucros aos seus funcionários. Esse passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago. ***Benefícios pós-emprego:*** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados e aposentados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela Administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado, conforme detalhes divulgados na **nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego**. A obrigação por benefício definido é mensurada ao seu valor presente pois podem ser liquidadas muitos anos após a prestação dos serviços pelos empregados. Devido à inexistência de reconhecimento do passivo atuarial no balanço patrimonial da Companhia até o período anterior ao da adoção da nova política contábil, o reconhecimento inicial foi realizado no patrimônio líquido na conta "Lucros acumulados", conforme **nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego**. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. **g. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se o mesmo é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em " imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos" no balanço patrimonial. A Companhia e suas controladas reconhecem os juros sobre arrendamentos como atividades de financiamentos no seu fluxo de caixa. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **h. Impostos a recuperar:** Representados principalmente por tributos e contribuições federais, atualizados a partir do exercício subsequente à sua apuração, quando houver previsão legal, e deduzidos de provisão para redução ao valor recuperável, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a prováveis perdas na sua realização, conforme demonstrado na **nota explicativa nº 10 - Impostos e contribuições a recuperar. i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. **j. Ativos intangíveis:** ***(i) Reconhecimento e Mensuração:*** *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***(ii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. **k. Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). **l. Operações com consórcios:** Operações com consórcios referem-se as negócios cujas atividades são, direta ou indiretamente, conduzidas pela Companhia e suas controladas em conjunto com outro(s) parceiro(s) de negócio, por meio de acordos ou contratos que exijam consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. As receitas e despesas são reconhecidas na proporção da participação da Companhia e suas controladas, assim como os ativos e passivos. **m. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. ***Receita de serviços:*** Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: A Companhia e suas controladas determinaram que, para os serviços de projetos sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os serviços são prestados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os projetos/serviços são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia e suas controladas terão direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas conforme fluxo de pagamento estabelecido em contrato. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato. Política de reconhecimento da receita: A receita e os custos associados são reconhecidos ao longo do tempo - ou seja, antes que os serviços e projetos sejam concluídos e entregues aos clientes. O andamento do serviço é determinado com base no método dos custos incorridos. No caso de a revisão de orçamento de contratos com clientes em andamento indicar resultado negativo, é constituída uma provisão da diferença entre o apropriado pelo progresso físico e a perda esperada total. **n. Receita diferida:** A receita diferida compreende os valores provenientes da prestação dos serviços faturados antecipadamente para o cliente. O montante total da garantia e demais serviços são registrados como receita diferida e reconhecidos no resultado à medida em que as evidências de execução são reconhecidas e documentadas. **o. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de instrumentos, variações monetárias sobre ativos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros, registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros que são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **p. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **q. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **r. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízo, perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis até o limite provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. **5.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não teve necessidade de adotar as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: (i) Classificação dos passivos em circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26). ***Outras normas Contábeis:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); Acordos de financiamentos de fornecedores (alterações ao CPC 03 e CPC 40); Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e bancos	285	4.782	2.975	7.489
Certificado de Depósitos Bancários e operações compromissadas pós-fixadas (i)	62.325	11.894	79.662	40.416
Total	**62.610**	**16.676**	**82.637**	**47.905**

(i) Correspondem a aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata com remuneração média de 100,7% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de março de 2024 (99,1% em 31 de março de 2023).

7. Títulos e valores mobiliários:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Money Market (i)	121	676
Total	**121**	**676**

(i) Os títulos e valores mobiliários compreendem as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata no exterior, para as quais a Administração contrata instrumentos que mitigam sua exposição cambial (**nota explicativa nº 29 - Resultado financeiro**). A rentabilidade nos exercícios de 2024 e 2023 foi de 2,3% quando apurada em dólar, com a redução dos recursos anteriormente mantidos nas aplicações em moeda estrangeira e concentração em ativos com maior liquidez, e de 0,6% (7,3% em 2023) quando apurada em Reais.

8. Aplicações financeiras:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo não circulante				
Fundos de private equity - Pátria Infraestrutura FIP Multiestratégia - Nacional	6.450	8.301	6.450	8.301
Fundos de private equity - Patria Infrastructure Fund II - Exterior	–	–	10.303	12.266
Total	**6.450**	**8.301**	**16.753**	**20.567**

Correspondem a aplicações financeiras no Brasil e no exterior. O rendimento ponderado positivo no exercício de 2024 em Reais foi de 1,9% (negativo de 5,7% em 2023), já considerado o impacto da variação cambial para a parcela no exterior. **9. Contas a receber de clientes:** Abaixo apresentamos os saldos do contas a receber e adiantamentos de clientes, provenientes da controlada indireta Promon Engenharia Ltda.:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Contas a receber de clientes	59.033	39.064
Serviços a faturar	14.734	22.294
Provisão para perda de crédito esperada	(1.934)	(635)
Total	**71.833**	**60.723**

Composição dos saldos das contas a receber de clientes - a vencer e vencidos (*Aging*):

	2024	2023
A vencer	45.030	37.132
Vencidos de 1 a 30 dias	5.133	744
Vencidos de 31 a 60 dias	3.374	156
Vencidos de 61 a 90 dias	2.544	237
Vencidos de 91 a 180 dias	1.762	160
Vencidos a mais de 180 dias	1.190	635
Em 31 de março de 2024	**59.033**	**39.064**

Movimentação de provisão para perda de crédito esperada:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	(635)	(696)
Adição	(1.328)	–
Reversão	29	61
Saldos no final do exercício	**(1.934)**	**(635)**

a. Adiantamentos de clientes: Os adiantamentos de clientes, registrados no passivo circulante, referem-se, em sua maioria, a pagamentos efetuados pelos clientes em função de eventos contratuais e serviços a incorrer e que serão compensados até o término do projeto, sendo que tais serviços ainda não foram prestados de acordo com o progresso do projeto. O montante de adiantamento de clientes em 31 de março de 2024 é de R$ 17.522 (R$ 20.050 em 31 de março de 2023).

10. Impostos e contribuições a recuperar: a. Impostos a recuperar:

	Consolidado Circulante 2024	Circulante 2023	Não circulante 2024	Não circulante 2023
PIS e COFINS (i)	7.287	2.898	22.284	27.168
INSS (ii)	3.810	2.707	–	–
IRRF	–	634	–	–
Outros	620	1.695	–	–
Total	**11.717**	**7.934**	**22.284**	**27.168**

(i) As controladas possuem algumas ações e mandados de segurança relacionados ao direito de reaver os valores pagos a título da contribuição ao PIS e da COFINS, em função da inclusão indevida do ICMS nas suas bases de cálculo, no período compreendido entre dezembro de 2001 até hoje. Sobre o montante de recuperação de impostos, em 31 de março de 2024, foi reconhecido passivo fiscal diferido de R$ 3.736 (R$ 4.628 em 31 de março de 2023), conforme **nota explicativa nº 30.a - Imposto de renda e contribuição social diferido** e PIS e COFINS a recolher de R$ 826 (R$ 961 em 31 de março de 2023), conforme **nota explicativa nº 16.a - Impostos e contribuições a recolher**. A movimentação do saldo refere-se principalmente à compensação de créditos que foram habilitados durante o exercício. (ii) Os fatores de FAP adotados para o recolhimento do SAT são aqueles atribuídos pelo Ministério da Previdência Social. A Companhia e sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. apresentaram impugnações administrativas e judiciais em relação a FAPs equivocadamente calculados atribuídos para diversos exercícios e aguarda decisão (impostos a recuperar - FAP).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	2024	2023
IRPJ e CSLL (i)	9.645	5.924
Total	**9.645**	**5.924**

(i) Os créditos de tributos e contribuições federais podem ser utilizados para compensação de débitos, vencidos ou vincendos, de mesma natureza. ***Movimentação do Imposto de renda e contribuição social a recuperar:***

Saldos em 31 de março de 2023	**5.924**
Constituição referente ano-calendário 2023	6.701
Constituição referente ano-calendário 2024	1.781
Compensações Perdcomp	(5.676)
Atualização monetária (Selic)	525
Antecipações	2.424
Transferência saldo negativo ano-calendário 2023	(2.034)
Saldos em 31 de março de 2024	**9.645**

11. Outros créditos:

	Consolidado Circulante 2024	Não circulante 2024	Circulante 2023	Não circulante 2023
Créditos ajuste de preço contratual (Trópico)	–	–	686	–
Seguros e Garantias (i)	5.448	–	7.307	–
Outras despesas antecipadas (ii)	7.560	–	3.480	–
Créditos oriundos de processos tributários (Federais)	–	171	–	167
Transações com consorciadas (iii)	1.188	–	1.188	–
Crédito a receber de processo judicial (iv)	1.703	–	–	–
Outros	425	19	124	20
Total	**16.324**	**190**	**12.785**	**187**

(i) Contratação de seguro garantia judicial, como alternativa ao depósito judicial para assegurar o cumprimento de processos em fase de discussão judicial de suas controladas. (ii) Despesas antecipadas com assinaturas de softwares e IPTU. (iii) Transações com consorciadas da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. (iv) No exercício encerrado em 31 de março de 2024, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. reconheceu o montante R$ 1.703 decorrente de processo cível que, embora já reconhecido judicialmente, ainda não foi recebido pela referida controlada indireta, sendo R$ 853 o valor de principal e R$ 850 referente à atualização monetária.

12. Investimentos em controladas e coligadas: a. Principais dados dos investimentos da controladora em 31 de março de 2024 e 2023:

	Investimentos 2024	Investimentos 2023	Saldos em 31 de março de 2024: Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Participação - % Direta	Consolidada
Empresas controladas diretas								
Promon Engenharia Ltda. (i)	–	34.685	–	–	19.122	19.122	100,00%	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	19.800	23.168	19.800	4.911	1.470	1.470	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda. (ii)	–	18.209	–	–	–	1.895	100,00%	100,00%
PHL Investimentos Ltda.	58.544	–	58.544	59.397	1.650	1.650	100,00%	100,00%
Promon International, Inc.	702	853	702	244	(151)	(151)	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	11.390	13.538	11.390	15.482	(632)	(632)	100,00%	100,00%
Empresas coligadas								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH) (iii)	174.066	214.990	558.798	560.851	(41.026)	(13.492)	31,58%	31,58%
Ágio (Goodwill) - PLLAL (iii)	4.653	4.898						
Total	**269.155**	**310.341**				**9.862**		

(i) A equivalência patrimonial na controlada indireta Promon Engenharia Ltda. foi apurada até o mês de fevereiro de 2024, devido a reestruturação societária, conforme mencionado na **nota explicativa nº 2.b - Reestruturação societária.** (ii) Controlada foi incorporada na controlada indireta Promon Engenharia Ltda., conforme mencionado na **nota explicativa nº 2.b - Reestruturação societária**. (iii) Em setembro de 2023, foi aprovado o resgate de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pela Companhia, representativas de 5% do capital social da LLAH, seguida de seu cancelamento, de modo que a participação acionária final da Companhia no capital social da LLAH, após o resgate e cancelamento, passou de 35% para 31,58%. Em contrapartida ao resgate das ações, a Companhia recebeu integralmente o valor de R$ 42.573. Considerando o custo de R$ 30.795, registrou ganho líquido de R$ 11.533, sendo R$ 11.778 de resultado apurado no resgate, deduzido de R$ 245 de realização de ágio, **conforme nota explicativa nº 28 - Outras receitas e despesas**. Adicionalmente, houve readequação de participação de R$ 3.713 registrada na conta de equivalência patrimonial.

	Investimentos 2023	Investimentos 2022	Saldos em 31 de março de 2023: Patrimônio líquido	Capital social	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Participação - % Direta	Consolidada
Empresas controladas								
Promon Engenharia Ltda.	34.685	29.122	34.685	32.483	5.563	5.563	100,00%	100,00%
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.168	23.692	23.168	4.911	6.176	6.176	100,00%	100,00%
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	18.209	16.392	18.209	3.466	1.817	1.817	100,00%	100,00%
Promon International, Inc.	853	857	853	244	(4)	(4)	100,00%	100,00%
Promon Investment Corporation	13.538	19.043	13.538	16.998	(242)	(242)	100,00%	100,00%
Empresas coligadas								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	214.990	204.217	614.257	560.851	26.252	9.188	35,00%	35,00%
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	4.898						
Total	**310.341**	**298.221**				**22.498**		

b. Movimentação dos saldos dos investimentos da controladora:

	2023	Aumento de capital	Resgate de ações	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Amortização de mais-valia	Dividendos (i)	Transferências	Venda de participação de investimentos	Outros	2024
Empresas controladas											
Promon Engenharia Ltda.	34.685	8.437	–	19.122	–	–	(2.837)	(59.396)	–	(11)	–
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.168	–	–	1.470	–	–	(4.838)		–	–	19.800
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	18.209	–	–	1.895	–	–	(16.478)	(3.626)	–	–	–
São Luiz Telecomunicações Ltda.	–	–	–	–	–	–	4.838	(4.812)	–	(26)	–
PHL Investimentos Ltda.	–	59.396	–	1.650	(2.503)	–	–	1	–	–	58.544
Promon International, Inc.	853	–	–	(151)	–	–	–	–	–	–	702
Promon Investment Corporation	13.538	–	(1.516)	(632)	–	–	–	–	–	–	11.390
Empresas coligadas											
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	214.990	–	–	(13.492)	6.340	–	(984)	–	(30.795)	(1.993)	174.066
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	–	–	–	–	(245)	–	–	–	–	4.653
Total	**310.341**	**67.833**	**(1.516)**	**9.862**	**3.837**	**(245)**	**(20.299)**	**(67.833)**	**(30.795)**	**(2.030)**	**269.155**

(i) O total de dividendos recebidos no exercício findo em 31 de março de 2024 foi de R$ 26.999, que inclui o montante de R$ 6.700 de dividendos propostos pela Promon Tecnologia e Participações Ltda. no exercício anterior e recebidos no atual exercício.

	2022	Aumento de capital	Resgate de ações	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Amortização de mais-valia	Dividendos	2023
Empresas controladas								
Promon Engenharia Ltda.	29.122	–	–	5.563	–	–	–	34.685
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	23.692	–	–	6.176	–	–	(6.700)	23.168
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	16.392	–	–	1.817	–	–	–	18.209
Promon International, Inc.	857	–	–	(4)	–	–	–	853
Promon Investment Corporation	19.043	–	(5.263)	(242)	–	–	–	13.538
Empresas coligadas								
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	204.217	–	–	9.188	2.929	–	(1.344)	214.990
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.898	–	–	–	–	–	–	4.898
Total	**298.221**	**–**	**(5.263)**	**22.498**	**2.929**	**–**	**(8.044)**	**310.341**

c. Composição dos investimentos apresentados nos balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2024 e 2023:

	Investimentos 2024	Investimentos 2023	Equivalência patrimonial 2024	Equivalência patrimonial 2023
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	174.066	214.990	(13.492)	9.188
Ágio (Goodwill) - PLLAL	4.653	4.898	–	–
Total	**178.719**	**219.888**	**(13.492)**	**9.188**

d. Demonstração resumida dos saldos das controladas diretas e coligadas:

2024	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio líquido
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	104.053	70.041	91.166	24.384	58.544
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	6.914	16.184	541	2.757	19.800
Promon International, Inc.	702	–	–	–	702
Promon Investment Corporation	11.435	–	45	–	11.390
PHL Investimentos Ltda.	1	58.544	1	–	58.544
PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda.	1	–	–	–	1
PETL Educação e Treinamento Ltda.	1				1
Coligada					
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	4.441	560.795	6.438	–	558.798

2023	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio líquido
Controladas diretas e indiretas					
Promon Engenharia Ltda.	77.139	47.241	71.754	17.941	34.685
Promon Tecnologia e Participações Ltda.	14.760	18.796	7.324	3.064	23.168
Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.	2.373	19.243	2	3.405	18.209
Promon International, Inc.	848	5	–	–	854
Promon Investment Corporation	13.584	–	46	–	13.538
São Luiz Telecomunicações Ltda.	23.673	2.619	7.050	903	18.339
Coligada					
Logicalis Latin America Holding S.A. (LLAH)	479	647.559	33.781	–	614.257

e. Teste de i*mpairment* do ágio: Em 31 de março de 2024, o saldo do ágio é de R$ 4.653 (4.898 em 31 de março de 2023). Foram efetuados testes de recuperação, resultando em comprovação do retorno econômico sobre os ativos operacionais.

13. Empréstimos:

Moeda nacional	Juros (a.m.)	Vencimento	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Empréstimo Daycoval (i)	CDI + 0,54% a.m.	07/2026	20.854	24.884	20.854	24.884
Empréstimo Daycoval (ii)	0,90% a.m.	08/2024	–	–	740	2.386
Empréstimo Daycoval (iii)	0,91% a.m.	11/2023	–	–	–	738
Empréstimo Daycoval (iv)	CDI + 0,53% a.m.	12/2023	–	–	–	4.755
Empréstimo ABC (v)	CDI + 0,43% a.m.	04/2024	–	–	–	5.100
Empréstimo ABC (vi)	CDI + 0,43% a.m.	01/2025	–	–	6.154	–
Total			**20.854**	**24.884**	**27.748**	**37.863**
Circulante			283	8.576	7.177	20.183
Não circulante			20.571	16.308	20.571	17.680

(i) Em abril de 2022 a Companhia contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 24.462, com vencimento em julho de 2026, após renegociação, ao custo de CDI + 0,54% a.m. O empréstimo contratado junto ao Daycoval contém as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária de cotas e rendimentos do fundo Promon Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado; (ii) cessão fiduciária de aplicação financeira (CDB); (iii) "pledge" sobre as cotas e rendimentos do fundo Patria Infrastructure Fund, L.P. (ii) Em agosto de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 5.256, com vencimento em agosto de 2024 ao custo de 11,35% a.a., garantia do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI") correspondente a 80% do valor do crédito e aval complementar da Promon S.A. (iii) Em novembro de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 2.502, com vencimento em novembro de 2023 ao custo de 11,48% a.a., garantia do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI") correspondente a 80% do valor do crédito e aval complementar da Promon S.A. (iv) Em dezembro de 2022 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco Daycoval o montante de R$ 6.073, com vencimento em dezembro de 2023 ao custo de CDI + 0,53% a.m. (v) Em fevereiro de 2023 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco ABC o montante de R$ 5.100, com vencimento em abril de 2024 ao custo de CDI + 0,43% a.m. (vi) Em julho de 2023 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. contratou junto ao Banco ABC o montante de R$ 7.350, com vencimento em janeiro de 2025 ao custo de CDI + 0,43% a.m. **Cláusulas restritivas:** Apesar de não conter cláusulas restritivas atrelados a índices financeiros, os contratos financeiros vigentes celebrados pela Companhia e suas controladas preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado. A Companhia monitora constantemente o cumprimento das referidas obrigações e não identificou nenhum evento de não conformidade no exercício. **Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**23.633**	**38.622**
Captações	24.462	35.635
Pagamento principal	(23.089)	(36.222)
Pagamento de juros	(3.876)	(5.602)
Juros apropriados no resultado	3.754	5.430
Saldos em 31 de março de 2023	**24.884**	**37.863**
Captações	–	7.350
Pagamento principal	(4.077)	(17.288)
Pagamento de juros	(4.371)	(6.704)
Juros apropriados no resultado	4.418	6.527
Saldos em 31 de março de 2024	**20.854**	**27.748**

14. Arrendamentos: A Companhia e sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. arrendam imóveis não residenciais. O arrendamento na Companhia tem um prazo acordado de quatro anos, com término previsto para novembro de 2027, com opção de renovação após este período. Na referida controlada indireta normalmente é acordado para um prazo de dez anos, com opção de renovação após este período, sendo que o contrato atual foi renovado com novo término previsto para outubro de 2028. As parcelas de arrendamento são reajustadas monetariamente a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. O arrendamento prevê reajuste anual do valor do aluguel, baseado em alterações do índice geral de preços. Ao mensurar os passivos de arrendamento. A Companhia e a referida controlada indireta descontaram os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental. A taxa média de desconto utilizada, em 31 de março de 2024 e 2023, foi de 1,47% a.m. A partir de setembro de 2021, a referida controlada indireta celebrou contratos de leasing referentes a computadores e softwares. Os arrendamentos foram acordados para um prazo de cinco anos. Ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a controlada descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa média de desconto, em 31 de março de 2024 e 2023, de 1,47% a.m. As informações sobre arrendamentos nos quais a Companhia e a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. são as arrendatárias são apresentadas abaixo: **a. Movimentação do ativo de direito de uso:**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo do ativo de direito de uso no início do exercício	–	–	3.810	4.040
Despesa de depreciação do exercício	(76)	–	(1.844)	(1.812)
Adição de ativos de direito de uso	893	–	4.733	1.582
Saldo do ativo de direito de uso no final do exercício	**817**	**–**	**6.699**	**3.810**

Em 31 de março de 2024 e 2023, os ativos de direito de uso consistem, principalmente, em contratos de aluguéis de imóveis. **b. Movimentação do passivo de arrendamento:**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldos no início do exercício	–	–	3.958	4.193
Adição - reajuste aluguel	–	–	–	70
Adição - contratos de leasing	892	–	4.733	2.111
Reavaliação da taxa de desconto	–	–	–	(743)
Juros	39	–	887	477
Pagamentos de contraprestação de arrendamentos	(80)	–	(2.392)	(2.150)
Saldos no final do exercício	**851**	**–**	**7.186**	**3.958**
Circulante	203	–	1.519	1.292
Não circulante	648	–	5.667	2.666

O fluxo nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Maturidade dos contratos	Controladora	Consolidado
Vencimento em:		
2025	322	2.653
2026	322	2.718
2027	322	2.460
2028	187	1.512
2029	–	603
Total valores não descontados	1.153	9.946
Juros embutidos	(302)	(2.760)
Em 31 de março de 2024	**851**	**7.186**

No exercício findo em 31 de março de 2024, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. reconheceu despesas com arrendamentos operacionais no montante de R$ 716 (R$ 744 em 2023) correspondente aos contratos que não atenderam os critérios do CPC 06 (R2).

15. Salários, férias e encargos sociais a recolher:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Provisão de férias	11.568	11.525
Provisão de 13º salário	1.847	1.734
Imposto de renda sobre salários	1.015	855
Salários	284	284
Bônus a pagar	–	358
INSS	1.660	1.543
INSS sobre terceiros (i)	6.810	4.516
FGTS	456	439
Outros	1.951	113
	25.591	**21.367**

(i) Em junho de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. impetrou um mandado de segurança (Nº 5010257-12.2020.4.03.6100), com pedido liminar, para que as contribuições destinadas a terceiros fossem limitadas a 20 (vinte) salários-mínimos. Essa medida foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à diferença entre a cobrança das contribuições parafiscais destinadas a terceiros (INCRA, SEBRAE, SESI e SENAI) calculada sobre o valor total da folha de salários e aquela calculada considerando a correta aplicação da base de cálculo com a limitação ao valor de 20 (vinte) salários-mínimos vigentes ao tempo do fato gerador para sua apuração. Não foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do salário educação. A decisão foi confirmada em sentença proferida em dezembro de 2020. **16. Impostos e contribuições a recolher: a. Impostos a recolher:**

	Consolidado Circulante 2024	Circulante 2023	Não circulante 2024	Não circulante 2023
PIS e COFINS (i)	1.747	1.997	826	961
Parcelamento Litígio Zero (ii)	–	5.917	–	–
ISS (iii)	1.175	865	–	–
Outros	296	65	256	–
Total	**3.218**	**8.844**	**1.082**	**961**

(i) O montante registrado no não circulante de R$ 826 (R$ 961 em 31 de março de 2023) refere-se ao recolhimento devido pelos créditos de PIS e COFINS. Para maiores explicações, vide **nota explicativa nº 10.a - Impostos e contribuições a recuperar.** (ii) Adesão de 2 (dois) processos administrativos ao Programa Litígio Zero da Receita Federal do Brasil, pela controlada indireta Promon Engenharia Ltda., em nove parcelas cujo pagamento foi concluído em novembro de 2023. (iii) ISS a recolher proveniente da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. **b. Imposto de renda e contribuição social a recolher:**

	2024	2023
IRPJ e CSLL	2.803	285
Total	**2.803**	**285**

17. Receita diferida:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Serviços prestados (i)	20.509	5.976
Total	**20.509**	**5.976**

(i) Referem-se a valores provenientes da prestação dos serviços faturados antecipadamente ao cliente pela controlada indireta Promon Engenharia Ltda. O montante total dos serviços prestados é registrado como receita diferida e reconhecido no resultado à medida que as evidências de execução dos serviços são reconhecidas e documentadas. **18. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023 decorrem de transações da Companhia com suas controladas ou com sua controladora, conforme segue:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo não circulante				
Empréstimos com partes relacionadas				
Promon Empr. e Participações S.A. (i)	–	7.401	–	7.401
Total	**–**	**7.401**	**–**	**7.401**
Passivo não circulante				
Empréstimos com partes relacionadas				
Promon Tecnologia e Participações Ltda. (ii)	–	446	–	–
Total	**–**	**446**	**–**	**–**

(i) Mútuo com saldo devedor remunerado a 128% do CDI. No exercício findo em 31 de março de 2024, foi gerada receita financeira de R$ 472 (R$ 770 em 2023). O mútuo foi liquidado em 31 de outubro de 2023. (ii) Mútuo com prazo determinado remunerado a 128% do CDI. Nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023, as despesas financeiras foram eliminadas nas demonstrações consolidadas. O mútuo foi liquidado em 24 de julho de 2023. **Movimentação de partes relacionadas:**

	Ativo não circulante Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2023	**7.401**	**7.401**
Empréstimos concedidos	260	260
Provisão de juros no resultado	472	472
IR sobre juros	(106)	(106)
Recebimento de principal	(8.027)	(8.027)
Saldos em 31 de março de 2024	**–**	**–**

	Ativo não circulante Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**9.800**	**6.355**
Empréstimos concedidos	500	500
Provisão de juros no resultado	1.001	770
IR sobre juros	(226)	(173)
Recebimento de principal	(3.674)	(51)
Saldos em 31 de março de 2023	**7.401**	**7.401**

	Passivo não circulante Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2023	**446**	**–**
Pagamento de principal	(446)	–
Saldos em 31 de março de 2024	**–**	**–**

	Passivo não circulante Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de março de 2022	**966**	**–**
Pagamento de principal	(520)	–
Saldos em 31 de março de 2023	**446**	**–**

19 .Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Adição	Reversão	Atualização	Saldos em 2024
Tributários	6.061	–	(276)	86	5.871
Trabalhistas	149	126	(63)	2	214
Cíveis	7.939	–	(1.160)	1	6.780
Trabalhistas de consórcios	2.542	–	(1.077)	–	1.465
Total	**16.691**	**126**	**(2.576)**	**89**	**14.330**

	Saldos em 2022	Adição	Reversão	Atualização	Saldos em 2023
Tributários (i)	20.060	9	(14.115)	107	6.061
Trabalhistas	1.290	61	(1.209)	7	149
Cíveis	8.998	–	(1.471)	412	7.939
Trabalhistas de consórcios	1.226	1.720	(1.070)	666	2.542
Total	**31.574**	**1.790**	**(17.865)**	**1.192**	**16.691**

(i) Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023, foram revertidas as provisões para contratações de garantias judiciais. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis perdas nos processos de natureza cível, trabalhista e tributária em discussão pela Companhia e suas controladas. Os valores da provisão são compostos, em sua maioria, por honorários advocatícios de êxitos referentes aos processos. **b. Passivos contingentes - possíveis:** As questões de natureza tributária, cível e trabalhista que, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda "possível", perfazem o montante de R$ 915.246 (R$ 842.631 em 2023), correspondentes a 64 (64 em 2023) processos. Tal montante divide-se em R$ 211.998 (R$ 194.762 em 2023) para demandas

continua→★

★ continuação

Promon S.A. - CNPJ nº 05.315.149/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

administrativas e judiciais de natureza tributária, referentes a 36 (34 em 2023) processos; R$ 699.880 (R$ 646.245 em 2023) para demandas cíveis, referentes a 7 (7 em 2023) processos; R$ 2.453 (R$ 529 em 2023) para questões trabalhistas próprias, referentes a 5 (1 em 2023) processos e R$ 914 para questões trabalhistas de consórcios (R$ 1.095 em 2023), relativas a 16 processos (22 em 2023). Para essas questões nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O total apresentado corresponde a R$ 915.246 de perda "possível", representa o montante consolidado (controladora e controladas), sendo que a controladora Promon S.A. possui apenas 3 processos de natureza tributária (3 em 2023), de valores não materiais que somam R$ 469 perda "possível" (R$ 428 em 2023), já incluídos neste total. ***Principais processos de natureza cível da controlada indireta Promon Engenharia Ltda.:*** Há em andamento quatro processos administrativos perante o Tribunal de Contas da União - TCU com a finalidade de apurar a economicidade de contratos executados por consórcios dos quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. fez parte. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos, um processo tem classificação de perda remota e três processos classificação de perda possível. Em relação ao primeiro desses três, não é possível fazer qualquer estimativa de valor de perda no atual estágio do processo. Com relação ao segundo processo, que se encontra atualmente em fase de recurso com efeito suspensivo, o TCU adotou metodologia baseada em estimativas econométricas, não comprovada para este tipo de análise, sendo que, com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, pode vir a representar como risco de perda possível o montante de R$ 231 milhões (R$ 218 milhões em 2023), já incluído no valor total apresentado nesta nota explicativa. Já com relação ao terceiro processo, foi proferida decisão de primeira instância administrativa pelo TCU apurando a economicidade do contrato com base em referenciais de preço que não refletem a integralidade dos insumos e as exigências contratuais. Encontram-se em curso o prazo para a apresentação de recurso com efeito suspensivo. Com base em avaliação dos assessores jurídicos externos, o processo pode representar risco de perda possível no montante de R$ 468 milhões (R$ 426 milhões em 2023), já incluído no valor total apresentado nesta nota explicativa. Trata-se de processos administrativos cuja decisão final depende de ação judicial para sua execução, podendo também ser questionada judicialmente. Em dezembro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) instaurou processo administrativo de natureza concorrencial contra oitenta pessoas físicas e jurídicas, dentre as quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda., visando investigar eventuais condutas passíveis de constituir infração à ordem econômica. A referida controlada indireta apresentou sua defesa tempestivamente e o processo encontra-se pendente de julgamento. De acordo com a Lei 12.529/11, que regulamenta referido processo, eventuais penalidades que possam advir do mesmo podem variar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto no ano anterior ao de instauração do processo (2014), equivalendo, em 31 de março de 2024, aos valores de R$ 395 mil a R$ 80 milhões (R$ 356 mil a R$ 71 milhões em 2023). Para este processo nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que, segundo a avaliação dos assessores jurídicos trata-se de perda possível e, nesta fase, não há como saber se haverá condenação e, se houver, qual o percentual da multa. Em 2017 foi ajuizada Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa pela Advocacia Geral da União - AGU contra a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("Odebrecht"), várias pessoas físicas relacionadas àquela empresa, agentes públicos, bem como empresas que executaram contratos em consórcio com a Odebrecht, dentre as quais a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. O Tribunal Regional da 4ª Região - TRF4 afastou o recebimento da ação em relação à referida controlada indireta em setembro de 2018. Não obstante, a juíza de primeiro grau ratificou, indevidamente, decisões anteriormente proferidas que já haviam sido revertidas pelo TRF4, em desrespeito à regra de preclusão hierárquica. A referida controlada indireta apresentou agravo de instrumento contra tal decisão, ao qual foi concedido efeito suspensivo pelo TRF4, suspendendo os efeitos da decisão de primeiro grau. Aguarda-se julgamento do agravo de instrumento. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos, não é possível no momento fazer qualquer estimativa de valor de perda para esse processo. ***Principais processos de natureza tributária de controladas:*** Ações judiciais envolvendo ISS na revenda de software e emissões de notas fiscais com redução da base de cálculo, ISS e o conflito de competência entre municípios, o PIS e COFINS incidentes sobre a diferença entre o valor das faturas emitidas e o faturamento, INSS na prestação de serviços, II e IPI vinculado à importação decorrente de classificação tarifária e ICMS sobre operação de importação de mercadorias, totalizando R$ 189.084 em 31 de março de 2024 (R$ 184.279 em 31 de março de 2023). **c. Depósitos judiciais:** O saldo de depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante refere-se aos processos cuja probabilidade de perda da ação é possível ou remota e, portanto, não há provisão para contingência constituída. O saldo é composto por:

	Consolidado	
	2024	2023
Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) (i)	17.730	16.981
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (ii)	4.599	4.599
Fiscal (iii)	5.987	6.018
Trabalhista	106	117
Outras	457	522
Total	**28.879**	**28.237**

(i) Depósitos mensais para garantir ação que objetiva declarar a ilegalidade e a inconstitucionalidade da alteração do enquadramento do risco da atividade da Companhia e da sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. (CNAE) para fins de recolhimento do SAT. Não houve atualização do processo durante o exercício findo em 31 de março de 2024. (ii) Depósitos para garantir ações da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. que visam reconhecer a nulidade do FAP a ela atribuído para vários exercícios por erros em sua apuração. Não houve atualização do processo durante o exercício findo em 31 de março de 2024. (iii) Depósito para garantir ações de natureza tributária do Estado do Rio de Janeiro nº 0000832-80.2019.8.19.0028 e 0011454-82.2023.8.19.0028 contra o consórcio SPS do qual a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. tem participação de 33,30% R$ 5.962 em 31 de março de 2024 e 2023. **20. Benefícios pós-emprego:** A Companhia, sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. e a coligada Logicalis Latin America Holding S.A. são as estipulantes de um plano de assistência à saúde, contratado junto à Bradesco Saúde S.A. que abrange os empregados atuais assim como ex-empregados e seus dependentes, conforme regras do plano, cuja relação de trabalho com a Companhia e suas controladas já se extinguiram. Por imposição dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, os ex-empregados são mantidos no plano de saúde, contratado pela ex-empregadora, pelos prazos previstos nos referidos artigos, mediante o pagamento integral do custo do prêmio do plano em razão de terem contribuído para ele antes da extinção do seu vínculo empregatício ou por autorização, anterior à Lei nº 9.656/98, concedida pela Fundação Promon de Previdência Social ("FPPS") a seus assistidos aposentados. A Companhia reconhece provisão para benefícios pós-emprego ("Passivo atuarial") relacionada ao plano de saúde para os aposentados elegíveis, cujo plano é classificado como "obrigação por benefício definido" de acordo com norma contábil CPC 33 (R1). Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de março de 2024. **Movimentação da obrigação por benefício definido:**

Saldos em 01 de abril de 2023	**2.098**
Incluídos em outros resultados abrangentes	
Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	524
Incluídos no resultado	
Despesa de juros	211
Saldos em 31 de março de 2024	**2.833**

As principais hipóteses atuariais utilizadas são: **Hipóteses econômicas:**

	2024	2023
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto	9,59	10,48
Taxa de inflação (longo prazo)	3,50	4,00
Taxa média de inflação médica	5,17	5,67
Taxa média de crescimento dos custos médicos (HCCTR)	2,74	2,74
Taxa média de crescimento da contribuição/prêmio	1,37	1,37

Hipóteses demográficas:

Tábua de Mortalidade - AT2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 20%

Tábua de Entrada em Invalidez - Mercer Disability UP1984, modificada

Taxa de Rotatividade - Experiência Multiflex 2015-2023

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade em 31 de março de 2024, apresentada a seguir, demonstra como a obrigação de benefícios pós-emprego seria afetada, na data do balanço, considerando mudanças razoavelmente possíveis em cada uma das premissas atuariais consideradas relevantes (taxa de desconto e custos médicos), mantendo as outras premissas constantes:

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1%	(375)	diminuição 1%	188
HCCTR	diminuição 1%	(288)	aumento 1%	188

Esta análise apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que é possível que tal mudança não ocorra de forma isolada, podendo ter correlação com as demais premissas adotadas. **Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego:** Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente. **21. Patrimônio líquido: a. Capital social e reserva de capital:** ***Capital Social:*** Em 31 de março de 2024 e 2023, o capital social é de R$ 187.000, composto por 130.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 81.843.591 ações pertencentes à Promon Empreendimentos e Participações S.A., 40.012.013 ações pertencentes a acionistas pessoas físicas e 8.144.396 ações em tesouraria. ***Reserva de capital:*** Refere-se ao saldo resultante da alienação de ações próprias, constituído em exercícios anteriores a 2016, nos termos do art. 200, II da Lei nº 6.404/1976. No exercício encerrado em 31 de março de 2024, o saldo (montante negativo de R$ 2.278 em 31 de março de 2023) está sendo integralmente absorvido pela reserva de liquidez, cuja finalidade, entre outras, também abrange a sua utilização para compra e venda das próprias ações pela Companhia. **b. Reservas de lucros:** ***Reserva legal:*** Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. Pode ser utilizada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos. Em 31 de março de 2024, o saldo é R$ 4.649 (R$ 4.455 em 31 de março de 2023). ***Reserva especial:*** Reserva constituída em exercícios anteriores, conforme artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, correspondente ao valor dos respectivos dividendos mínimos obrigatórios. No exercício encerrado em 31 de março de 2024, foi realizada a reversão total do saldo da reserva no montante de R$ 12.020 mediante pagamento de dividendos aos acionistas (R$ 12.020 em 31 de março de 2023). Assim, em 31 de março de 2024, não há saldo na Reserva Especial. ***Reserva de lucros a realizar:*** A reserva de lucros a realizar poderá ser constituída na hipótese prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024, foi realizada a reversão total do saldo da reserva no montante de R$ 1.503 (que havia sido constituída em 31 de março de 2023) mediante pagamento de dividendos aos acionistas. Assim, em 31 de março de 2024, não há saldo na Reserva de Lucros a realizar. ***Reserva de liquidez:*** Reserva estatutária prevista no Art. 31 do Estatuto Social da Companhia destinada (i) a dar flexibilidade à Companhia para atendimento de obrigações de curto e médio prazo que exijam disponibilidade de caixa, inclusive para aquisição das próprias ações e para amortização de dívidas da Companhia ou de sociedades por ela controladas, (ii) à realização de investimentos em bens do ativo não circulante, (iii) reforço do capital de giro da Companhia ou de sociedades por ela controladas, (iv) à manutenção da operação dos negócios da Companhia e/ou de sociedades por ela controladas, bem como (v) à cobertura de obrigações financeiras relativas ou decorrentes de processos judiciais e administrativos em que a Companhia ou de sociedades por ela controladas sejam partes. O saldo da reserva de liquidez poderá ser utilizado para distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, pela Administração "ad referendum da Assembleia Geral", para aumentar o capital social ou para absorção de prejuízos. Após a compensação da reserva de capital (R$ 2.278) e do prejuízo decorrente de ajuste negativo de provisão pós-emprego (R$ 3.765), ambos provenientes de exercícios passados, pela reserva de liquidez (também constituída em exercícios anteriores), bem como após a destinação da parcela remanescente do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de março de 2024 (R$ 2.767) à reserva de liquidez, o seu saldo é de R$ 137.271 (R$ 140.547 em 2023). **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período no montante de R$ 923. **d. Ajustes de avaliação patrimonial:** O valor apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2024 da Companhia é composto pelo resultado do efeito da variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras na holding LLAH (Logicalis Latin America Holding S.A.) - sociedade em que a Promon S.A. detém participação direta, no montante de R$ 4.415 em 31 de março de 2024 (montante negativo de R$ 1.925 em 31 de março de 2023). Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente (**nota explicativa nº 20 - Benefícios pós-emprego**), em 31 de março de 2024 é de R$ 812 e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. **22. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade com estrutura de capital adequada. O caixa líquido da Companhia consolidado em 31 de março de 2024 e 2023, pode ser assim sumarizado:

	2024	2023
Total do passivo	144.812	127.545
Caixa e equivalente de caixa	(82.637)	(47.905)
Títulos e valores mobiliários	(121)	(676)
Dívida líquida	**62.054**	**78.964**
Total do patrimônio líquido	**315.656**	**323.531**
Índice de alavancagem	**0,20**	**0,24**

23. Instrumentos financeiros: a. Identificação dos principais Instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de março de 2024:	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor Justo Nível 2
Ativos					
Caixa e bancos	–	2.975	–	2.975	–
Equivalentes de caixa	79.662	–	–	79.662	79.662
Aplicação financeira	16.753	–	–	16.753	16.753
Títulos e valores mobiliários	121	–	–	121	121
Contas a receber	–	71.833	–	71.833	–
Outros recebíveis (i)	–	3.315	–	3.315	–
	96.536	**78.123**	**–**	**174.659**	**96.536**

Em 31 de março de 2024:	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor Justo Nível 2
Passivos					
Empréstimos	–	–	27.748	27.748	27.772
Fornecedores	–	–	2.422	2.422	–
Arrendamentos	–	–	7.186	7.186	–
Outras contas a pagar	–	–	10.466	10.466	–
	–	**–**	**47.822**	**47.822**	**27.772**

Em 31 de março de 2023:	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Valor Justo Nível 2
Ativos					
Caixa e bancos		7.489	–	7.489	–
Equivalentes de caixa	40.416	–	–	40.416	40.416
Aplicação financeira	20.567	–	–	20.567	20.567
Títulos e valores mobiliários	676	–	–	676	676
Contas a receber	–	60.723	–	60.723	–
Empréstimos com partes relacionadas	–	7.401	–	7.401	–
Outros recebíveis (i)	–	2.184	–	2.184	–
	61.659	**77.797**	**–**	**139.455**	**61.659**
Passivos					
Empréstimos	–	–	37.863	37.863	37.902
Fornecedores	–	–	1.837	1.837	–
Arrendamentos	–	–	3.958	3.958	–
Outras contas a pagar	–	–	6.312	6.312	–
	–	**–**	**49.970**	**49.970**	**37.902**

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas. **b. Estrutura de gerenciamento de risco:** A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das práticas de gerenciamento de risco da Companhia e reporta regularmente suas atividades ao Conselho de Administração. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar, analisar, mensurar e gerenciar os riscos aos quais está exposta. **c. Risco de crédito:** Clientes: As diretrizes de vendas das controladas da Companhia, considera o nível de risco de crédito a que as controladas estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A análise de crédito de potenciais clientes, a diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes resulta em uma carteira com baixo risco de crédito. ***Exposição a riscos de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas foi:

	Nota explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.637	47.905
Títulos e valores mobiliários	7	121	676
Aplicações financeiras	8	16.753	20.567
Contas a receber de clientes	9	71.833	60.723
Outros créditos (i)	11	3.315	2.184
Total		**174.659**	**132.055**

(i) Não consideramos seguros garantias e despesas antecipadas. **d. Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica na busca de manutenção de caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros (incorridos e a incorrer) e do principal, dado que os juros remuneratórios contratuais são pré-fixados e pós-fixados.

31 de março 2024	Valor contábil Total	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 -5 anos
		Fluxo de caixa contratual - Consolidado			
Empréstimos	27.748	34.371	11.170	14.721	8.481
Fornecedores	2.422	2.422	–	–	–
Arrendamentos	7.186	9.946	2.653	2.718	4.575
Outras contas a pagar	10.466	10.466	–	–	–
Total	**47.822**	**57.205**	**13.823**	**17.439**	**13.056**

31 de março de 2023	Valor contábil Total	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 -5 anos
		Fluxo de caixa contratual - Consolidado			
Empréstimos	37.863	44.417	25.322	19.095	–
Fornecedores	1.837	1.837	–	–	–
Arrendamentos	3.958	5.293	1.863	1.190	2.240
Outras contas a pagar	6.313	6.313	–	–	–
Total	**49.971**	**57.860**	**27.185**	**20.285**	**2.240**

e. Risco de flutuação de preços praticados: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f. Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros. Em 31 de março de 2024, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 96% (84% em 31 de março de 2023) do total de caixa e equivalentes. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 97% (92% em 31 de março de 2023) do total das dívidas contratadas. No processo de gestão de riscos de mercado é feita a identificação, avaliação e implementação de estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Análise de sensibilidade:

	Taxa de juros	Consolidado 2024	2023
Equivalentes de caixa	**CDI**	79.662	40.415
Transações com partes relacionadas	**CDI**	–	7.401
Empréstimos	**CDI**	(27.008)	(34.739)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**52.654**	**13.077**

Descrição	Efeito para a Companhia	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
		Consolidado		
Alta da taxa de juros	Aumento das despesas	1.390	1.580	1.053
Queda da taxa de juros	Redução nas despesas	(1.390)	(1.580)	(1.053)

Situação provável - taxa CDI 10,65% (Fonte: Banco Central do Brasil - BCB)

Cenário I - variação de 3% na taxa de juros

Cenário II - variação de 2% na taxa de juros

Taxa de juros: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos. Parte das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são mantidas em operações vinculadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2024, os investimentos sujeitos a esse risco representavam 80% (58% em 31 de março de 2023) do total de caixa e equivalentes monitorados tempestivamente pela Administração. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos sujeitos à variação do CDI representavam 96% do total das dívidas contratadas. ***Moeda estrangeira:*** Com o objetivo de diversificação de riscos, a Administração mantém valores mobiliários em moedas diferentes do Real no Brasil e no exterior. Monitora continuamente a flutuação dessas moedas e, em períodos de maior volatilidade, opta pela contratação de operações com derivativos. Derivativos também podem ser contratados com o objetivo exclusivo de proteção contra variações cambiais oriundas da exposição de suas operações no Brasil, por exemplo, para importações ou empréstimos bancários em moeda estrangeira. Em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos e/ou transações envolvendo derivativos. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia segue abaixo:

	Moeda de exposição	Consolidado 2024 R$	2023 R$
Títulos e valores mobiliários	USD	121	676
Aplicações financeiras	USD	10.303	12.266
Exposição líquida do balanço patrimonial		**10.424**	**12.942**
Exposição líquida		**10.424**	**12.942**

Análise de sensibilidade: A seguir está demonstrado o ganho (perda) que seria reconhecido no resultado na hipótese dos seguintes cenários se efetivarem no período de um ano: Situação provável: considera as taxas correntes atuais, que indicam uma valorização do dólar em relação ao real da ordem de 5,02% (5,2469). Cenários II e III: consideram uma variação do real de 10% e 20%, respectivamente, contra cada uma das moedas em que há exposição.

Descrição	Efeito para a Companhia	Situação provável	Cenário II	Cenário III
		Consolidado		
Valorização do dólar	Ganho	523	(1.042)	(2.085)
Desvalorização do dólar	Perda	n/a	1.042	2.085

g. Risco de flutuação de preços praticados: A Companhia e suas controladas buscam neutralizar o risco de flutuação de preços adotando em seus contratos com clientes fórmulas de reajustes que capturem a variação dos custos de seus principais insumos, repassando aos fornecedores as mesmas condições ajustadas com os clientes. **24. Remuneração da Administração:** O total acumulado das despesas com o grupo de dirigentes da Companhia foi de R$ 3.979 em 31 de março de 2024 (R$ 5.231 em 31 de março de 2023). Em 17 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o limite global anual de remuneração da Administração da Companhia (que inclui os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) de até R$ 5.300. **25. Receita operacional líquida:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício, proveniente da controlada indireta Promon Engenharia Ltda.

	Consolidado 2024	2023
Receita operacional bruta	271.315	254.097
Impostos sobre vendas	(32.474)	(30.904)
Receita operacional líquida	**238.841**	**223.193**

26. Custo das vendas e dos serviços prestados:

	Consolidado 2024	2023
Salários e encargos	(86.273)	(85.865)
Serviços de terceiros (i)	(90.227)	(93.895)
Depreciação e amortização	(36)	(74)
Provisão	1.077	(1.122)
Total	**(175.459)**	**(180.956)**

(i) Os principais serviços contratados que compõem a rubrica são: serviços de engenharia e gerenciamento de projetos, infraestrutura de espaço e sistemas, serviços de informática e soluções em tecnologia e custos com viagens e hospedagem. Os custos das vendas e dos serviços prestados são referentes à controlada indireta Promon Engenharia Ltda. Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a referida controlada indireta gerenciou os custos de maneira eficaz, com isso, melhorando margem.

27. Despesas administrativas:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Salários e encargos	(10.441)	(11.489)	(47.785)	(36.929)
Serviços de terceiros	(7.603)	(4.761)	(16.395)	(14.927)
Depreciação e amortização	(78)	–	(2.469)	(2.005)
Total	**(18.122)**	**(16.250)**	**(66.649)**	**(53.861)**

28. Outras receitas e despesas:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Outras receitas				
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53	83	1.511	16.075
Crédito processos civil (i)	–	–	1.653	–
Reversão de PCLD processos exclusão ICMS	–	–	4.397	–
Crédito acordo Trópico	–	3.627	–	3.627
Resultado na venda de investimento (ii)	11.533	–	11.533	–
Reversão de provisão de contratos onerosos	–	–	680	206
Outros	43	–	545	172
	11.629	**3.710**	**20.319**	**20.080**
Outras despesas				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	(227)	–
Crédito de PIS e COFINS sobre atualização indébito tributário	–	–	–	(216)
PIS e COFINS sobre atualização indébito tributário	–	–	(28)	(12)
Provisão para processo exclusão ICMS	–	–	–	(472)
PIS e COFINS s/ outras receitas	(502)	(583)	(1.024)	(1.055)
Baixa processos trabalhistas	–	–	–	(1.469)
Litígio Zero	–	–	–	(6.657)
Perda na venda de investimento	–	–	(133)	–
Outros	(14)	(13)	(393)	(1.207)
	(516)	**(596)**	**(1.805)**	**(11.088)**

(i) No exercício encerrado em 31 de março de 2024, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. reconheceu créditos decorrentes de 2 (dois) processos cíveis, sendo que o crédito de um processo no valor de R$ 800 foi recebido em 28 de novembro de 2023 e o outro ainda não foi recebido pela referida controlada indireta, no valor de R$ 853, conforme **nota explicativa nº 11 - Outros créditos.** (ii) Em setembro de 2023, a Companhia reduziu sua participação na LLAH de 35% para 31,58%, sendo R$ 11.778 de resultado apurado na venda e deduzindo R$ 245 de realização de ágio, conforme **nota explicativa nº 12.a - Investimentos em controladas e coligadas**.

29. Resultado Financeiro:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.869	1.425	9.561	3.340
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (i)	472	1.001	472	736
Créditos oriundos de processos judiciais	–	–	901	3.438
Atualização do crédito de PIS e COFINS	–	363	1.495	2.229
Receita com atualização de impostos a recuperar	125	–	923	–
Atualização do contas a receber do Consórcio CNP	–	–	–	1.000
Atualização contas a receber da FPPS	–	99	–	1.338
Outros	34	8	595	313
	5.500	**2.896**	**13.947**	**12.394**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(4.419)	(5.244)	(6.532)	(6.920)
Ajuste de operações com derivativos	–	(103)	–	(103)
Comissões e despesas bancárias	–	–	(236)	(474)
Encargos de arrendamento mercantil	(39)	–	(887)	–
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(8)	(492)	(73)	(669)
Prejuízo sobre aplicação financeira (ii)	–	(19)	(1.701)	(2.943)
Juros sobre benefícios pós-emprego	(6)	–	(211)	–
Outras despesas	(8)	(4)	(983)	(370)
	(4.480)	**(5.862)**	**(10.623)**	**(11.479)**
Receita e despesas com Variação cambial				
Variações cambiais de aplicações financeiras (iii)	–	–	(376)	2.185
Outros	11	(68)	(110)	289
	11	**(68)**	**(486)**	**2.474**

(i) O montante de R$ 472 refere-se a juros sobre empréstimos com a Promon Empreendimentos e Participações S.A. controladora da Promon S.A. (ii) Em 2024 e 2023 a variação do exercício é decorrente do prejuízo dos fundos de private equity - Pátria Infraestrutura FIP Multiestratégia e Pátria Infrastructure Fund II. (iii) Variação cambial dos investimentos das controladas Promon International Inc. e Promon Investment Corporation. **30. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social ativos diferidos pertencem à controlada indireta Promon Engenharia Ltda. e em 31 de março de 2024 e 2023, possuem a seguinte composição:

	2024	2023
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para perda de ativos (i)	3.909	3.404
Provisões fiscais	1.059	1.025
Provisões trabalhistas	73	51
Provisões cíveis	2.305	2.681
Provisão de consórcios	498	864
Provisão para Benefícios pós-emprego	592	–
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	3.700	–
Demais diferenças temporárias	861	81
Total ativo fiscal diferido	**12.997**	**8.106**
Compensação de saldos passivo (Nota 10.a)	**(3.736)**	**(4.628)**
Saldo líquido do IRPJ e CSLL diferidos no ativo não circulante	**9.261**	**3.478**

(i) Referem-se a provisões constituídas para perda/desvalorização de ativos.

Movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos:

Saldos em 31 de março de 2023	**3.478**
Incluídos no resultado do exercício	
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias	1.191
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais	3.700
Reversão do IRPJ e CSLL diferidos sobre créditos de PIS e COFINS	892
Saldos em 31 de março de 2024	**9.261**

b. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar: Em 31 de março de 2024, a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. possuía prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL acumulados, cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. O valor acumulado de prejuízos fiscais e bases negativas somam R$ 193.584 (R$ 240.864 em 2023), que equivalem o total de R$ 29.874 (R$ 40.621 em 2023) de imposto diferido. A controlada indireta Promon Engenharia Ltda., suportada por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização dos ativos fiscais diferidos, registrou em 31 de março de 2024 o valor de R$ 3.700 de imposto de renda e contribuição social diferido. Foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano de negócio da controlada indireta Promon Engenharia Ltda. que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos da demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa acerca das condições econômicas que se verificarão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido. As principais premissas-chave utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de juros básica (SELIC), taxa de inflação prevista pelo IPCA, entre outros. **c. Reconciliação da alíquota efetiva:** A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.884	6.328	3.294	10.006
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa do efeito de imposto de renda e contribuição social:	**(1.321)**	**(2.151)**	**(1.120)**	**(3.402)**
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Exclusões (adições) permanentes	(551)	–	(495)	(1.029)
Resultado de equivalência patrimonial	3.343	7.649	–	–
Despesas não dedutíveis	–	(5)	–	–
Aumento (reversão) de provisões	18	–	(367)	4.966
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	5.784	–
Compensação prejuízos fiscais e base negativa	–	–	2.241	847
Demais ajustes	(1.489)	(5.521)	(5.453)	(5.062)
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	**–**	**–**	**590**	**(3.679)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(5.194)	(2.195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	5.784	(1.484)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**-18%**	**37%**

31. Garantias prestadas: A Companhia e suas controladas ofereceram garantias para assegurar o cumprimento de execução de contratos, propostas e processos fiscais em fase de discussão judicial, entre outros, sob a forma de cartas de fiança bancária e apólices de seguro garantia, conforme segue:

	Consolidado 2024	2023
Cumprimento de obrigações contratuais	18.894	18.855
Processos judiciais	225.180	199.298
Adiantamento de cliente	17.270	15.060
Total	**261.344**	**233.213**

32. Fundação Promon de Previdência Social: A Companhia e sua controlada indireta Promon Engenharia Ltda. são patrocinadoras da Fundação Promon de Previdência Social (Fundação Promon), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A Fundação Promon tem por objetivo instituir planos privados para a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social oficial a todos os seus participantes. Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação Promon contava com dois planos de benefícios, como segue: Modalidade Benefício Definido: plano Promon BásicoPlus; Modalidade Contribuição Definida: plano Promon MultiFlex. O valor do Patrimônio Social da Fundação era de R$ 1.887.314 e suas Provisões Matemáticas eram de R$ 1.667.120 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.794.293 e R$ 1.594.154, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). O plano Promon BásicoPlus está fechado para novos ingressos desde 28 de março de 2005. Em 31 de dezembro de 2023, o plano contava com 492 participantes (502 em 2022), sendo 484 assistidos (494 em 2022), 8 autopatrocinados/vinculados (8 em 2022) e nenhum participante ativo/funcionário (zero em 2022). A demonstração das provisões técnicas do plano BásicoPlus está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de cobertura do plano	958.171	927.024
Provisões matemáticas	782.356	777.094
Benefícios concedidos	753.774	744.316
Benefícios a conceder	28.582	32.778
Equilíbrio técnico	175.814	149.930
Superávit técnico acumulado	175.814	149.930
Reserva de contingência	147.756	147.981
Reserva para revisão de plano	28.058	1.949
Fundo previdencial para revisão de plano	20.055	33.349

O exercício de 31 de dezembro de 2023 apresentou um superávit de R$ 25.884 (R$ 5.522 em 2022), tendo em vista a variação das provisões matemáticas do plano, assim como a rentabilidade dos ativos de 10,53%, já líquida do custeio administrativo, superior à meta atuarial de 9,33% (IPCA + 4,50% a.a.) no ano. De acordo com a legislação corrente, em dezembro de 2022 e dezembro de 2023 a Fundação Promon acumulou novo superávit que se, após cálculos atuariais, se repetir em dezembro de 2024 (terceiro ano consecutivo), será destinado aos Participantes e Assistidos, podendo ser distribuído, voluntariamente, antes do terceiro exercício de constituição. Seus investimentos, por ocasião do fim do exercício, estavam alocados 95,3% em renda fixa, 0,0% em renda variável, 4,6% em investimentos estruturados, 0,0% em investimentos no exterior, 0,0% em investimentos imobiliários e 0,1% na carteira de empréstimos a participantes. O fundo previdencial para revisão do plano no valor de R$ 20.055 (R$ 33.349 em 2022) é constituído pelo montante atualizado de R$ 19.968 (R$ 22.001 em 2022) de reserva especial acumulada durante os anos de 2018 a 2021 e pelo saldo residual de R$ 87 (R$ 11.348 em 2022) da reserva especial acumulada durante os anos de 2013 a 2017. Este segundo teve sua destinação aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 161, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 3 de março de 2020. A partir dessa aprovação, os valores passaram a ser destinados em parte para os participantes e em parte para as patrocinadoras, por meio do pagamento em 36 parcelas atualizadas mensalmente a partir de abril de 2020 a março de 2023, conforme a rentabilidade dos investimentos do Plano. O saldo acumulado entre 2018 e 2021 teve sua destinação aprovada pela Previc (Parecer nº 364/2022/CTR/CGTR/DILIC), sendo o valor destinado integralmente para os participantes e assistidos do plano por meio da melhoria de benefícios, conforme dispõe o Art. 26 da Resolução CNPC nº 30/2018. A utilização do fundo se dará por meio do pagamento de 36 parcelas mensais, no período de julho de 2023 a junho de 2026. Para apuração das Provisões Matemáticas foram utilizadas as seguintes principais hipóteses: Taxa real anual de juros: 4,50% ao ano. **Projeção do crescimento real de salário**: não é aplicável, uma vez que o plano não tem participantes ativos (funcionários). **Tábua de Mortalidade Geral:** AT - 2000, segregada por sexo, suavizada em 20%. O plano Promon MultiFlex, por sua vez, oferecido a todos os funcionários, tem riscos atuariais circunscritos à parcela de benefícios de risco, e é isento desses riscos no que diz respeito a seus benefícios previdenciários, calculados pelo montante acumulado das contribuições feitas, opcionalmente pelos participantes e, sob regime de contrapartida, pelas patrocinadoras, durante a fase de constituição de reservas, acrescidos dos rendimentos financeiros líquidos, e pagos na forma de renda por prazo certo em quotas. A demonstração das provisões técnicas do plano MultiFlex está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de cobertura do plano	890.449	817.060
Provisões matemáticas	884.764	817.060
Benefícios concedidos	440.795	412.079
Benefícios a conceder	443.969	404.981
Superávit técnico	5.686	–
Reserva de contingência	5.300	–
Reserva para revisão de plano	386	–
Fundo previdencial	867	1.845

Ao final de 2023 o Patrimônio de cobertura do plano era de R$ 890.449 (R$ 817.060 em 2022). A situação de equilíbrio passou a superavitária em 31/12/2023 devido, principalmente, à redução das obrigações em decorrência da alteração da premissa de rotatividade e ao fato da rentabilidade de 11,62% ter sido superior à meta atuarial de 9,48% (IPCA + 4,65% a.a.). Seus investimentos estavam alocados em 3 diferentes perfis de investimentos, chamados MF1, MF2 e MF3, que, consolidados, detinham 73,8% em renda fixa, 5,6% em renda variável, 10,5% em investimentos estruturados, 5,1% em investimentos no exterior, 3,5% em investimentos imobiliários e 1,5% na carteira de empréstimos a participantes por ocasião do fim do exercício. O plano Promon MultiFlex contava com 1.845 participantes (1.849 em 2022), sendo 275 assistidos (262 em 2022), 645 autopatrocinados/vinculados (672 em 2022) e 925 funcionários (915 em 2022). Durante o exercício findo em de 31 de março de 2024 a contribuição do plano Multiflex, aportada pela Companhia, foi de R$ 100 (R$ 185 em 31 de março de 2023). O total de contribuição consolidado aportado foi de R$ 1.304 (R$ 1.679 em março de 2023). **33. Eventos subsequentes:** Conforme **nota explicativa nº 15 - Salários, férias e encargos sociais a recolher**, em junho de 2020 a controlada indireta Promon Engenharia Ltda. impetrou um mandado de segurança (Nº 5010257-12.2020.4.03.6100), com pedido liminar, para que as contribuições destinadas a terceiros fossem limitadas a 20 (vinte) salários-mínimos. Essa medida foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à diferença entre a cobrança das contribuições parafiscais destinadas a terceiros (INCRA, SEBRAE, SESI e SENAI) calculada sobre o valor total da folha de salários e aquela calculada considerando a correta aplicação da base de cálculo com a limitação ao valor de 20 (vinte) salários-mínimos vigentes ao tempo do fato gerador para sua apuração. Não foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do salário educação. A decisão foi confirmada em sentença proferida em dezembro de 2020. Em 13 de março de 2024, a Primeira Seção do STJ concluiu o julgamento do Tema 1.079, proferindo resultado contrário à tese defendida pelos contribuintes, entendendo que o limite teria sido revogado, mas modulando os efeitos da decisão para preservar os direitos das empresas que tenham ingressado com ação até a data do início do julgamento e que tenham obtido pronunciamento judicial ou administrativo favorável, como é o caso da referida controlada indireta, restringindo-se a limitação da base de cálculo até a publicação do acórdão do Tema 1.079, ocorrida em 02 de maio de 2024. Em 22 de maio de 2024, a União requereu a manutenção da suspensão do processamento de todos os feitos em tramitação no território nacional, individuais ou coletivos, que versem sobre o Tema 1.079 dos Recursos Repetitivos, até o julgamento dos Embargos de Declaração opostos tanto pela União, quanto pela Fazenda Nacional e terceiros interessados, ante a indefinição quanto à amplitude da modulação dos efeitos do acórdão paradigma. **Atualização societária na PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda.:** Em 21 de maio de 2024, a controlada indireta PCOD Consultoria e Tecnologia Ltda., teve sua denominação social alterada para Forzy Consultoria e Tecnologia Ltda. Neste mesmo ato foi aprovado o aumento de capital de R$ 1 para R$ 1.401. **Aumento de capital da PETL Educação e Treinamento Ltda.:** Em 21 de maio de 2024, foi aprovado o aumento de capital da controlada indireta PETL Educação e Treinamento Ltda. de R$ 1 para R$ 101. **PIS e COFINS, em função da inclusão indevida do ICMS nas suas bases de cálculo:** A controlada indireta Promon Engenharia Ltda. obteve a habilitação dos créditos tributários de PIS e COFINS junto à Receita Federal do Brasil, decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado em abril de 2024, no valor total de R$ 2.419, e posteriormente, em maio de 2024, no valor total de R$ 1.339, totalizando o montante habilitado de R$ 3.758. Em 31 de março de 2024 o montante está apresentado no ativo circulante.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Fernando Telles Rudge - Conselheiro (Presidente)
Carlos Alberto Moller Pingarilho - Conselheiro
João Aparecido Gotardi Albanezi - Conselheiro
Luiz Ernesto Gemignani - Conselheiro
Milton Lopes Antelo Filho - Conselheiro
Wagner Tirolli - Conselheiro

DIREÇÃO GERAL

Marcio Nieblas Zapater - Diretor-Presidente
Vanessa Fernanda Franco de Oliveira - Diretora-Executiva
Kátia Ackermann - Contadora - CRC 1SP 258.835/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Promon S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Promon S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Promon S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

continua ★

INÊS 249

→★ continuação

Promon S.A. - CNPJ nº 05.315.149/0001-83

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Junho de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Arlene Zaccharias Bidóia Kurayama
Contadora CRC 1SP244099/O-5

Santander Holding Imobiliária S.A.

CNPJ nº 18.511.694/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Santander Holding Imobiliária S.A. (SHI) relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC).
Eventos Societários
Na AGE da Santander Holding Imobiliária, realizada em 19 de junho de 2023, foi aprovada a reeleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba para o cargo de Diretor Presidente e do Sr. Paulo Sérgio Dualibi para o cargo de Diretor, com mandatos válidos até 2026.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária atingiu um patrimônio líquido no montante de R$489 milhões (31/12/2022 - R$480 milhões). Em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R$9 milhões (31/12/2022 - R$24 milhões).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais da Santander Holding Imobiliária atingiram R$502 milhões (31/12/2022 - R$492 milhões), representados principalmente por Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado no valor de R$92 milhões (31/12/2022 - R$93 milhões), Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado no valor de R$167 milhões (31/12/2022 - R$152 milhões), Ativo Tangível de R$95 milhões (31/12/2022 - R$93 milhões) e Ativos não Correntes Mantidos para Venda no valor de R$27 milhões (31/12/2022 - R$27 milhões).
Investimentos em Controlada
Em 31 de dezembro de 2023, Santander Holding Imobiliária mantém investimentos em empresas controladas em conjunto no valor de R$113 milhões (31/12/2022 - R$119 milhões).
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 20 de junho de 2024.

A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	3	61	65
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	4	92.259	93.009
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5	166.712	152.154
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	7	26.929	26.600
Ativos Fiscais		6.682	6.548
Correntes		3.788	1.834
Diferido	12.c	2.894	4.714
Outros Ativos	9	1.230	1.479
Participações em Controladas	6.a	113.046	118.705
Ativo Tangível	8.a	94.607	93.204
Total do Ativo		501.526	491.764

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	10	4.083	3.752
Outros passivos financeiros		4.083	3.752
Provisões	11.a	678	585
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		678	585
Passivos Fiscais		237	310
Correntes		237	310
Outras Obrigações	13	7.506	6.913
Total do Passivo		12.504	11.560
Patrimônio Líquido		489.022	480.204
Capital Social	14.a	447.912	447.912
Reservas		41.110	32.292
Total do Patrimônio Líquido		489.022	480.204
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		501.526	491.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Legal	Reservas Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		447.912	445	8.371	-	456.728
Lucro Líquido		-	-	-	23.702	23.702
Destinações:						
Reserva Legal		-	1.185	-	(1.185)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(226)	(226)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	22.291	(22.291)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		447.912	1.630	30.662	-	480.204
Mutações no exercício		-	1.185	22.291	-	23.476
Saldos em 31 de dezembro de 2022		447.912	1.630	30.662	-	480.204
Lucro Líquido		-	-	-	8.901	8.901
Destinações:						
Reserva Legal		-	445	-	(445)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(83)	(83)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	8.373	(8.373)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		447.912	2.075	39.035	-	489.022
Mutações no exercício		-	445	8.373	-	8.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas com juros e similares	15	-	9
Receita Líquida com Juros		-	9
Resultado de equivalência patrimonial		(7.009)	(1.736)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		11.681	12.606
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	16	11.681	12.606
Outras receitas (despesas) operacionais	17	39.311	64.359
Total de Receitas		43.983	75.238
Despesas administrativas		(24.137)	(26.022)
Despesas com pessoal	18	(13.608)	(12.315)
Outras despesas administrativas	19	(10.529)	(13.707)
Depreciação e amortização		(858)	(6.312)
Ativo tangível		(858)	(6.312)
Provisões (líquidas)		(3.174)	(2.447)
Ganhos (Perdas) com ativos financeiros (líquidas)		5.907	1.570
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		5.907	1.570
Lucro Operacional Antes da Tributação		21.721	42.027
Impostos sobre renda	12	(12.820)	(18.325)
Lucro Líquido do Exercício		8.901	23.702
Lucro por Ação (em Reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias		0,02	0,04
Lucro líquido atribuído (em Reais - R$)			
Ações ordinárias		8.901	23.702
Quantidade de ações (mil)			
Ações ordinárias	14	558.600	558.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	8.901	23.702
Outros Resultados Abrangentes:	-	-
Total do Resultado Abrangente	8.901	23.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		8.901	23.702
Ajustes ao Resultado		9.078	10.262
Depreciação e amortização		858	6.311
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.b	7.009	1.736
Impostos Diferidos	12	1.821	(2.274)
Impairment sobre Ativo Tangível	8.b	(5.644)	5.644
Impairment sobre Investimento	6.b	(264)	(1.570)
Amortização do ágio	6.b	1.914	2.064
Direito de uso de ativo	8.b	3.383	(1.649)
Outros		1	-
Variações em Ativos e Passivos		(14.983)	(42.090)
Redução (aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		750	18.719
Redução (aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(14.558)	(73.165)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais		(1.955)	(382)
Redução (aumento) em Ativos não Correntes Mantidos para Venda e Outros Ativos		(80)	14.071
Aumento (redução) em Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		331	2
Aumento (redução) em Outros Obrigações e Passivos Fiscais		7.556	12.956
Aumento (redução) em Outras Provisões		93	22
Impostos Pagos	12	(7.120)	(14.313)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		2.996	(8.126)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimento	6	(3.000)	-
Alienação de Ativo Tangível	8.b	-	8.051
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(3.000)	8.051
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(4)	(75)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		65	140
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	61	65

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras e outras informações
a) Contexto operacional
A Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") é uma sociedade constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - 22° andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e tem por objeto social, (i) A compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros; (ii) Locação e administração em geral de bens imóveis próprios e de terceiros; e (iii) Participação em sociedades, consórcios, fundos de investimentos e demais veículos que tenham por objeto a atividade imobiliária e atividades afins. Com exceção à compra de imóveis recebidos por qualquer uma das instituições do Grupo Santander em decorrência de liquidação de empréstimos, financiamentos ou outros instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução, é vedada à Companhia a compra de imóveis que não sejam destinados para o próprio uso.
b) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas adotando as práticas contábeis de acordo com todos os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
A Administração do Grupo Santander foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela SHI.
c) Base da apresentação das Demonstrações Financeiras
Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras da Santander Holding Imobiliária, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Santander Holding Imobiliária em sua administração.
A Santander Holding Imobiliária é controlada pelo Banco Santander (controlador), investimentos estes que totalizam o equivalente a 100% do Capital Social da Santander Holding Imobiliária. O controlador já apresenta as Demonstrações Financeiras consolidadas.
As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 20 de junho de 2024.
Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023
• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O «IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements», também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Essa alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para a SHI.
• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para a SHI.
• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Global effective tax rate" ou alíquota efetiva Global. Essa norma também requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para a SHI.
Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros
Na data de preparação destas demonstrações financeiras as seguintes normas e interpretações possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2023 e ainda não foram adotadas pela Santander Holding Imobiliária:
Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a SHI verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a SHI verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos: Esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a SHI verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
Alteração ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis: Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permite aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. a SHI verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
d) Estimativas utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Santander Holding Imobiliária na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Holding Imobiliária faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o CPC, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.
Nas Demonstrações Financeiras, as estimativas são feitas pela administração da Santander Holding Imobiliária em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgação de notas explicativas.
- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos nas notas 2.b e 2.c.
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros são discutidos em detalhes na nota 2.l.
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.e.
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2.h.
- Reconhecimento e realização de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2.k.
- Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada.
- Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as Demonstrações Financeiras. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:
a) Moeda funcional e de apresentação
As Demonstrações Financeiras da Santander Holding Imobiliária estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras.
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram realizadas operações em moeda estrangeira.
b) Definições e classificação dos instrumentos financeiros
b.1) Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Holding Imobiliária e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumento de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
b.2) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades", os quais são contabilizados separadamente.
Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços não classificados como instrumentos de hedge, cuja intenção primária da SHI é de negociá-los frequentemente.
- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os créditos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma.
- **Ativos não correntes mantidos para venda:** incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.
b.3) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
- "Disponibilidades": saldos de caixa e equivalentes de caixa.
- "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado": Inclui as aplicações financeiras em fundo de investimento em renda fixa.
- "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os créditos concedidos pela Santander Holding Imobiliária, bem como outros saldos devedores de natureza financeira em favor da Santander Holding Imobiliária, tais como depósitos judiciais, contas a receber, entre outros saldos e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
b.4) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração
Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
- **Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado:** passivos financeiros, referente basicamente a fornecedores a pagar, impostos a recolher e passivo de arrendamento.
c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:
c.1) Mensuração dos ativos financeiros
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva.
O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").
Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.
Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.
A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.
Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Holding Imobiliária ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.
c.2) Mensuração dos passivos financeiros
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" Reconhecimento de variações do valor justo
Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".
Ajustes devido a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da Santander Holding Imobiliária até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.
d) Compensação de ativos e passivos
Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se houver atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
e) Ativo tangível
Ativo tangível inclui o valor de móveis, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade da Santander Holding Imobiliária, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e, se houver, por quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).
A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.
A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa Anual
Instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança e de comunicação	10%
Sistemas de processamento de dados (Equipamentos de informática)	20%
Edificações	4%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

A Santander Holding Imobiliária avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.
Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, a Santander Holding Imobiliária reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em exercícios anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ativo tangível está apresentado na nota 6.d.
Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no exercício em que forem incorridas.
f) Investimentos em Controladas
A SHI possui investimento em controladas, que são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da SHI nos lucros ou prejuízos gerados pela investida após a aquisição. Para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial, a SHI considera a mesma data de reporte entre controladora e suas investidas ou, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes, a Companhia pode considerar uma defasagem de até um mês na apuração da equivalência patrimonial de suas investidas. A participação no lucro ou prejuízo de controladas é reconhecida no resultado do período ou exercício da SHI. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento.
Nas demonstrações financeiras individuais da SHI as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, os investimentos estão localizados no Brasil conforme demonstrado abaixo:

Companhia	Natureza	País	31/12/2023	31/12/2022
Summer Empreendimentos Ltda	Controlada	Brasil	100%	100%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda	Controlada	Brasil	100%	90%

g) Outros ativos
Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
h) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões
A Santander Holding Imobiliária é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem processos judiciais e administrativos, relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que de acordo com a probabilidade de perda, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originam de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Holding Imobiliária.
Dado as incertezas decorrentes dos processos, não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).
i) Outras obrigações
Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.
j) Reconhecimento de receitas e despesas
Os critérios mais significativos utilizados pela Santander Holding Imobiliária para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:
j.1) Receitas de aluguel
São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de caixa.
j.2) Receitas de vendas de ativos
São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.
j.3) Receitas e despesas com juros e similares
Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.
j.4) Receitas e despesas não financeiras
São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.
j.5) Cobranças e pagamentos diferidos
Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.
k) Impostos sobre renda
O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) calculada à alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
A despesa do IRPJ é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
A despesa do imposto de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.
Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - são valores a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.
Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre
diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.
Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.
Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.
Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.
A expectativa de realização dos créditos tributários da Santander Holding Imobiliária está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o CPC 32, eles são contabilizados como impostos de renda.
l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.
O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
m) Contabilização de Arrendamentos - CPC 06 (R2)
A partir de 01 de janeiro de 2020, a Santander Holding Imobiliária adotou o CPC 06 (R2).
m.1) Identificação de Arrendamento
Na adoção do CPC 06 (R2), a Santander Holding Imobiliária reconheceu passivos de arrendamento, e também está utilizando as seguintes isenções de reconhecimento:
• A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1 de janeiro de 2022 como arrendamentos de curto prazo;
• A contabilização de arrendamentos operacionais cujo o ativo subjacente seja de baixo valor;
• Até 1 de janeiro de 2022, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais a Santander Holding Imobiliária, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros.
A Santander Holding Imobiliária arrenda imóveis por meio de contrato de sublocação.
m.2) Prazo do arrendamento
Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. A Santander Holding Imobiliária avalia o prazo do contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais.
A Santander Holding Imobiliária assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.
Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.
m.3) Mensuração Inicial
Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela companhia. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até à data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.
Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:
• O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil;
• Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
• Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
• Custos de restauração, caso os requisitos do CPC 25 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
A Santander Holding Imobiliária, como as demais empresas do Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Continua

Santander Holding Imobiliária S.A.

CNPJ nº 18.511.694/0001-97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:
• Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
• Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
• Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
• O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
• Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário. Abaixo a projeção da inflação (IGP-M) na data-base 31 de dezembro de 2023:

Projeção IGP-M (anualizada)	
Até 3 meses	-3,47%
De 3 a 12 meses	1,78%
De 1 ano a 3 anos	4%
De 3 anos a 5 anos	4%
Mais de 5 anos	4%

Fonte: www.santander.com.br/analise-economica

m.4) Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 - Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

Classificação:	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	61	65
Total:	**61**	**65**

4. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultados" no balanço patrimonial é a seguinte:

Classificação:	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de Fundo de Investimentos em Renda Fixa [1]	92.259	93.009
Total:	**92.259**	**93.009**

[1] As aplicações financeiras em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado, são classificadas como nível 2 e são classificadas como equivalente de caixa com liquidação inferior a 90 dias. O fundo apresenta substancialmente aplicações em títulos públicos e operações compromissadas, e tem liquidez de aplicações e resgates em D-0, a rentabilidade em 2023 foi de 13,13% (2022 12,48%).

5. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Classificação:	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais	703	27
Venda de Imóvel a Terceiro [1]	142.514	127.727
Venda participação societária Sovizzo [2]	23.400	24.400
Outros Adiantamentos	95	-
Total:	**166.712**	**152.154**
Circulante	**95**	**-**
Realizável a longo prazo	**166.617**	**152.154**

[1] Refere-se em 2023 substancialmente à contas a receber da venda de três imóveis, com vencimento em 2024 e 2028, com índices de atualização monetária anual pelo INCC-M e 1%, E IPCA respectivamente.
[2] Refere-se a venda da participação societária na Sovizzo, sendo o montante de R$20 milhões a receber e R$3,4 milhões de permuta financeira, o prazo para quitação do preço mínimo garantido será até maio de 2027.

6. Participações em Controladas

a) Participações societárias

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer.

A aquisição foi aprovada em 16 de setembro de 2019, e concluída em 20 de setembro de 2019 em que foram pagos R$45 milhões para aquisição de 100% da Companhia, sendo 99,999% pagos pela Santander Holding Imobiliária e o Banco Santander 0,001% das ações que representam o capital da Summer, essa aquisição gerou mais valia de R$38 milhões.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento. A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. A aquisição de 90% das cotas da foi realizada em 16 de dezembro de 2021, no montante de R$23 milhões. O ativo líquido identificável adquirido ao valor justo na data da aquisição foi de R$(586) mil sendo que nessa mesma data foi realizada um aumento de capital no montante de R$40 milhões, essa aquisição gerou um ágio de R$10 milhões e mais valia de R$15 milhões.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda, o Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

Em 31 de dezembro de 2023 as participações da SHI no capital social da Summer e da Apê11, estavam assim representadas:

Controladas1	Percentual de Investimento 31/12/2023	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Resultado 31/12/2023	Equivalência Patrimonial 31/12/2023	Total do Ágio 31/12/2023	Mais valia 31/12/2023	Outros 31/12/2023	Total dos Investimentos 31/12/2023
Summer Empreendimentos Ltda	100%	30.218	4.497	4.497	38.125	-	-	68.342
Apê11 [1]	90%	18.151	(12.784)	(11.506)	9.778	11.325	5.450	44.704
Total		**48.369**	**(8.287)**	**(7.009)**	**47.903**	**11.325**	**5.450**	**113.046**

Controladas	Percentual de Investimento 31/12/2022	Patrimônio Líquido 31/12/2022	Resultado 31/12/2022	Equivalência Patrimonial 31/12/2022	Total do Ágio 31/12/2022	Mais valia 31/12/2022	Outros 31/12/2022	Total dos Investimentos 31/12/2022
Summer Empreendimentos Ltda	100%	25.721	3.897	3.898	37.861	-	-	63.583
Apê11	90%	29.657	(6.260)	(5.634)	9.778	13.237	2.450	55.122
Total		**55.378**	**(2.363)**	**(1.736)**	**47.639**	**13.237**	**2.450**	**118.705**

O montante do Patrimônio Líquido da Summer e Apê11 é apresentado com uma defasagem de um mês, obedecendo os critérios adotados pelo Grupo Santander.

A Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. teve 90% das suas cotas adquiridas pela Santander Holding Imobiliária S.A em setembro de 2021, com a finalização regulatória da transação em dezembro de 2021. Em dezembro de 2023 ocorreu a compra dos 10% das ações restantes da participação dos minoritários, a administração avaliou os impactos no reconhecimento contábil dessa aquisição e decidiu pelo reconhecimento contábil em 2024, em virtude do valor não ser representativo.

Ao longo de 2023, aplicou parte do capital investido na estruturação da operação, passando pela composição do C-Level, áreas estratégicas de negócios (comercial e marketing) e estrutura física (ex.: novo escritório) visando o crescimento desenhado no plano de aquisição.

Diante do cenário de incertezas (políticas e econômicas) de 2023, a expansão da operação seguiu ritmo menor comparado ao projetado, o que resultou inclusive, em menor cash burn no exercício.

Para 2024, a expansão do negócio seguirá com a consolidação das frentes de negócios existentes e novas frentes sendo iniciadas, o que resultará no crescimento da operação. Para que isso ocorra no ritmo esperado, é necessário alocar maiores recursos em marketing (marca, redes, clientes), tecnologia (estrutura, melhorias), operações (aumentar rede de parceiros) e estrutura interna para sustentar o crescimento, sempre alocando o capital investido pelo controlador.

Todo plano de crescimento do exercício 2024 foi construído conforme regras de governança estabelecidas e desenhado em linha com o que se espera para o negócio que está sendo construído desde a aquisição da empresa.

b) Movimentação dos Investimentos

Abaixo o quadro com com as movimentações dos investimentos em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	**118.705**	**120.935**
Aquisição de investimento	3.000	-
Reversão de Impairment	264	1.570
Amortização Mais valia	(1.914)	(2.064)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.009)	(1.736)
Saldo final	**113.046**	**118.705**

c) Alocação dos ativos intangíveis

A Companhia identificou a alocação dos ativos intangíveis na aquisição da Apê11 (combinação de negócios) mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo prévio emitido por empresa independente, as alocações são:

	Método de avaliação	Vida útil	Valor
Tecnologia/Software	*Multi-Period Excess Earnings*	8 anos	15.300

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi reconhecida com base em avaliação prévia e, em até um ano, os ativos e passivos identificáveis serão atualizados, se material.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Companhia.

d) Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano ou em maior frequência, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada internamente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada aos seus ativos intangíveis. A amortização dos softwares e licenças de softwares é definida com base no prazo de vigência da licença contratada. A amortização de softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período durante o qual o software gerará benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A	31/12/2023	31/12/2022
Ágio Inicial	9.778	23.527
Mais valia	-	(15.300)
Amortização mais valia	-	2.064
Outros [1]	-	(513)
Total	**9.778**	**9.778**

[1] Refere-se ao direito de Compra

Summer Empreendimentos Ltda	31/12/2023	31/12/2022
Ágio Inicial	37.861	36.218
Reversão de Impairment	264	1.570
Outros	-	73
Total	**38.125**	**37.861**

A base utilizada para o teste de redução ao valor recuperável do ágio para Apê11 é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 8 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, Produto Interno Bruto - PIB e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do mercado; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A taxa de desconto utilizada é representada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que representa o custo mínimo que o acionista estaria disposto a investir em uma empresa de setor similar.

Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A

Principais premissas:	2023	2022
Bases para determinação do valor recuperável	**Valores em uso: fluxos de caixa**	
Período das projeções dos fluxos de caixa	8 anos	8 anos
Taxa de crescimento perpétuo	3%	3%
Taxa de desconto	20,90%	20,90%

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ativo tangível da Summer é o valor de mercado e, para este efeito, foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, mediante o qual o valor do imóvel é obtido pela comparação direta com outros imóveis semelhantes situados na mesma macro região econômica, em conjunto com o método da capitalização da renda que, esse método leva em consideração para o cálculo do valor do mercado para compra ou venda, seu valor de locação. A taxa de capitalização da renda foi obtida conforme dados disponíveis no mercado imobiliário local, mediante as informações do elemento ofertado simultaneamente para compra, venda e locação.

Summer Empreendimentos Ltda

Principais premissas:	2023	2022
Bases para determinação do valor recuperável	**Valores em uso: mercado imobiliário**	
Taxa de rentabilidade	0,438%	0,438%
Valor da locação (valores em R$)	194.877,24	194.877,24

7. Ativos Não Corrente Mantidos para Venda

Refere-se a imóveis obtidos por meio de execução de garantias de contratos de financiamento originados pelo Banco Santander e que foram adquiridos pela Santander Holding Imobiliária para imediata execução e posterior administração/venda.

	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis	26.929	26.600
Total:	**26.929**	**26.600**

8. Ativo tangível

a) Composição

	31/12/2023			31/12/2022		
Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Móveis e equipamentos de uso e veículos	24.396	(8.487)	**15.909**	24.396	(6.208)	**18.188**
Terrenos e Edificações	85.276	(9.566)	**75.710**	79.632	(7.515)	**72.117**
Adoção Inicial CPC 06	4.215	(1.227)	**2.988**	7.598	(4.699)	**2.899**
Total	**113.887**	**(19.280)**	**94.607**	**111.626**	**(18.422)**	**93.204**

b) Variações

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	**111.626**	**(18.422)**	**93.204**	**124.201**	**(12.640)**	**111.561**
Direito de uso do ativo	(3.383)	3.472	**89**	1.649	(1.886)	**(237)**
Baixa	-	-	**-**	(8.580)	529	**(8.051)**
Depreciação	-	(4.330)	**(4.330)**	-	(4.425)	**(4.425)**
Reversão de impairment [1]	5.644	-	**5.644**	(5.644)	-	**(5.644)**
Saldo no Final do Exercício	**113.887**	**(19.280)**	**94.607**	**111.626**	**(18.422)**	**93.204**

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

[1] Por se tratar de imóveis com vocações para gerar rendas através de suas locações, a avaliação foi realizada pelo método de capitalização da renda. Por este método determina-se o valor de venda do imóvel pela capitalização da renda líquida possível de ser por ele auferida através de análise de fluxo de caixa descontado que considera todas as receitas e despesas para sua operação. Para a estimativa de valor de locação a mercado foi aplicado o método comparativo direto de dados de mercado, mediante o qual o valor de locação é obtido pela comparação direta com outros imóveis semelhantes situados na mesma região.

9. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros Créditos	1.230	1.479
Total	**1.230**	**1.479**

10. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2023, o valor registrado de passivos financeiros foi de R$4.119 (31/12/2022 R$3.752). A composição da rubrica "Outros Passivos Financeiros" estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	227	126
Impostos e Contribuições a recolher	649	383
Passivo de Arrendamento	3.207	3.243
Total	**4.083**	**3.752**
Circulante	**4.083**	**3.752**
Não Circulante	**-**	**-**

11. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	678	585
Total	**678**	**585**
Circulante	**-**	**-**
Não Circulante	**678**	**585**

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

	01/01 a 31/12/2023		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	**485**	**100**	**585**
Adições debitadas ao resultado:			
Constituição Líquida de Reversão	193	(100)	**93**
Saldo no fim do exercício	**678**	**-**	**678**

	01/01 a 31/12/2022		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	**427**	**136**	**563**
Adições debitadas ao resultado:			
Constituição Líquida de Reversão	58	(36)	**22**
Saldo no fim do exercício	**485**	**100**	**585**

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023 as ações movidas com risco de perda possível totalizaram o montante de R$357 (31/12/2022 - R$0).

12. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	21.721	42.027
Lucro antes da tributação	**21.721**	**42.027**
Alíquota: 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social	**(7.385)**	**(14.289)**
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) [1]	1.335	1.660
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.090)	(167)
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais	(1.821)	(2.274)
Outros ajustes	(3.859)	(3.255)
Imposto de renda e contribuição social	**(12.820)**	**(18.325)**
Impostos correntes	(10.999)	(20.599)
Impostos diferidos	(1.821)	2.274
Impostos pagos no exercício	(7.120)	(14.313)

[1] PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro antes da tributação	21.721	42.027
Imposto de renda	12.820	18.325
Alíquota efetiva	59,02%	43,60%

c) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos		
Demais diferenças temporárias	2.894	4.714
Prejuízo fiscal	-	-
Total de ativos fiscais diferidos	**2.894**	**4.714**

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos dois anos foram:

	Saldos em 31/12/2022	Ajuste no resultado	Saldos em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos	**4.714**	**(1.820)**	**2.894**
Diferenças temporárias	4.714	(1.820)	2.894
Prejuízo fiscal	-	**-**	-
Total	**4.714**	**(1.820)**	**2.894**

	Saldos em 31/12/2021	Ajuste no resultado	Saldos em 31/12/2022
Ativos fiscais diferidos	**2.440**	**2.274**	**4.714**
Diferenças temporárias	2.388	2.326	4.714
Prejuízo fiscal	52	(52)	-
Total	**2.440**	**2.274**	**4.714**

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

	31/12/2023			
	Ativos fiscais diferidos			
Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Efeito fiscal CPC 06	Total
2024	1.115	-	(41)	1.074
2025	1.820	-	-	1.820
2026	-	-	-	-
2027 a 2030	-	-	-	-
Total	**2.935**	**-**	**(41)**	**2.894**

	31/12/2022			
	Ativos fiscais diferidos			
Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Efeito fiscal CPC 06	Total
2023	1.353	-	-	1.353
2024	1.775	-	(41)	1.734
2025	1.263	-	-	1.263
2026	331	-	-	331
2027 a 2030	33	-	-	33
Total	**4.755**	**-**	**(41)**	**4.714**

13. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	3.658	3.629
Transações em andamento	1.134	1.134
Provisão para pagamento com base em ações	2.310	1.823
Outras [1]	404	327
Total	**7.506**	**6.913**

[1] Inclui Créditos por Recursos a Liberar como processo judicial, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e valor retido de ex sócios na aquisição de investimento.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, inteiramente integralizado em moeda corrente do País, é de R$447.912 (31/12/2022 - R$447.912) composto por - 558.600 (31/12/2022 - 558.601) mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Reservas

Reserva legal

Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Reserva estatutária

Após a destinação de reserva legal e dividendos, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício é destinado para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Holding Imobiliária e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

c) Lucro por Ação

O lucro por ação básico da Santander Holding Imobiliária para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Santander Holding Imobiliária não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e, consequentemente, o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41 - Lucro por Ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	8.901	23.702
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	558.600	558.600
Lucro básico por ação - R$	**0,02**	**0,04**

d) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

15. Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita Prestação de Serviços	-	9
Total	**-**	**9**

16. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, classificadas como ativos/passivos financeiros para negociação, está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Cotas de Fundo de Investimentos em Renda Fixa	11.681	12.606
Total	**11.681**	**12.606**

17. Outras Despesas /Receitas Operacionais

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Outras receitas operacionais	**39.311**	**64.359**
Lucro na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda - Imóveis	10.083	34.883
Juros na Alienação à Prazo de Imóveis	4.656	4.879
Receita de Aluguéis	22.527	21.063
Outras	2.045	3.534
Total	**39.311**	**64.359**

18. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração direta	8.678	8.029
Encargos	2.827	2.476
Benefícios	1.670	1.291
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	189	158
Outras despesas com pessoal	244	361
Total	**13.608**	**12.315**

19. Outras despesas administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Imóveis, instalações, manutenções e materiais	8.321	10.853
Publicidade	38	-
Provisão para Contingências	721	-
Ajudas de custo e despesas de viagem	134	57
Serviços de vigilância e transporte de valores	575	578
Serviços técnicos especializados	84	180
Convênio Banco Santander Compartilhamento Despesas	330	296
Despesas de desvalorização do imóvel	-	1.305
Outros tributos e taxas	97	45
Outras despesas	229	393
Total:	**10.529**	**13.707**

20. Outras divulgações

a) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial é a seguinte:

31/12/2023	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Ativo:					
Disponibilidades	61	-	-	-	**61**
Instrumentos de dívida	92.259	-	-	-	**92.259**
Depósitos Judiciais	-	-	-	703	**703**
Venda de Imóvel a Terceiro [1]	-	-	-	165.914	**165.914**
Outros Adiantamentos	95	-	-	-	**95**
Total	**92.415**	**-**	**-**	**166.617**	**259.032**
Passivo:					
Outros passivos financeiros	-	(876)	-	(3.207)	(4.083)
Total	**-**	**(876)**	**-**	**(3.207)**	**(4.083)**
Diferença (ativo e passivo)	**92.415**	**(876)**	**-**	**163.410**	**254.949**

[1] Operações com vencimento em 2024 e 2028

31/12/2022	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Ativo:					
Disponibilidades	65	-	-	-	**65**
Instrumentos de dívida	93.009	-	-	-	**93.009**
Depósitos Judiciais	-	-	-	27	**27**
Venda de Imóvel a Terceiro	-	-	-	150.207	**150.207**
Total	**93.074**	**-**	**-**	**150.234**	**243.308**
Passivo:					
Outros passivos financeiros	-	(509)	-	(3.243)	**(3.752)**
Total	**-**	**(509)**	**-**	**(3.243)**	**(3.752)**
Diferença (ativo e passivo)	**93.074**	**(509)**	**-**	**146.991**	**239.556**

21. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Holding Imobiliária, realizada em 19 de junho de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores, no valor máximo de R$10, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A Santander Holding Imobiliária não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Curto Prazo

A Santander Holding Imobiliária é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores em 2023 e 2022, foram remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador, com os respectivos encargos atribuídos ao controlador.

c) Participação Acionária

A Santander Holding Imobiliária é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 558.601 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Disponibilidades	**61**	**65**
Banco Santander [1]	61	65
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultados	**92.259**	**93.009**
Banco Santander [1]	92.259	93.009
Passivo		
Dividendos e Bonificações a Pagar	**395**	**226**
Banco Santander [1]	395	226
Resultado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas Financeiras	**11.681**	**12.606**
Banco Santander [1]	11.681	12.606
Receita de Aluguel	**14.752**	**13.512**
Banco Santander [1]	14.752	13.512
Despesas Administrativas	**(331)**	**(298)**
Banco Santander [1]	(330)	(296)
Universia Brasil S.A.	(1)	(2)

[1] Controlador da Santander Holding Imobiliária.

22. Gestão do risco

A gestão de riscos da Santander Holding Imobiliária é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Holding Imobiliária está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

23. Eventos Subsequentes

A Administração informa que não houve eventos subsequentes a essas demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Sandro Rogério da Silva Gamba

Diretor Executivo
Paulo Sérgio Dualibi

CONTADOR

Fabio Costa - CRC Nº 260.581/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - **Santander Holding Imobiliária S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Holding Imobiliária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Holding Imobiliária S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Continua

Santander Holding Imobiliária S.A.

CNPJ nº 18.511.694/0001-97

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Santander Holding Imobiliária S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO (IF CRA020003KA / CRA020003KB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Série da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. celebrado em 19 de outubro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão – IF CRA020003KA / CRA020003KB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 129ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0652383) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 129ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0652383), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 234ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19J0280488) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 234ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 234ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. celebrado em 10 de outubro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 234ª Série da 1ª Emissão – (IF 19J0280488), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 219ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19J0133907) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 219ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 219ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. celebrado em 20 de setembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 219ª Série da 1ª Emissão – (IF 19J0133907), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

Sistema Produtor São Lourenço S.A.

CNPJ Nº 18.580.161/0001-67 - NIRE 3.530.045.505-3

Ata de Assembleia Ordinária Realizada em 28 de Abril de 2023

1. Data, horário e local. Realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2023, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2.159, 14º andar, conjunto 141, Cerqueira César, CEP 01419-100. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, Parágrafo 4°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a acionista representando a totalidade do capital social ("Acionista"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, também, os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria e os auditores independentes. **3. Publicações.** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram publicadas no dia 19 de abril de 2023, em conformidade com o disposto no artigo 133, Parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, às páginas 15 a 17, Valor Econômico, às páginas E11 e E12, e Valor Econômico Digital (com a devida certificação, cuja autenticidade pode ser verificada em https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/SAOLOURENCO1569068519042023.pdf). **4. Mesa.** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Zexu Qi, que convidou o Sr. Marcelo Indame Seabra de Mello para secretariá-lo. **5. Ordem do dia. 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **3.** Fixar, na forma do Artigo 22, item (viii), do Estatuto Social, a verba global máxima destinada à remuneração dos administradores da Companhia no exercício em curso, bem como definir a distribuição da remuneração entre os administradores da Companhia. **6. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, a Acionista presente decidiu, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: **6.1.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **6.2.** O lucro líquido apurado conforme demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 deverá ser destinado à conta de Reserva de Lucros, registrando-se a título de Reserva Estatutária o montante apurado como dividendos obrigatórios, para oportuna distribuição pela Companhia mediante as devidas aprovações societárias na(s) ocasião(ões) pertinente(s), tendo em vista o cumprimento das condições previstas no Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse de Recursos do FGTS e contratos correlatos, firmados pela Companhia em 04 de dezembro de 2014 ("Documentos do Financiamento"), conforme constatado por auditoria específica. **6.3.** A Acionista aprovou, neste ato, o valor anual global e máximo de R$ 3.114.446,94 (três milhões, cento e quatorze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) destinado à remuneração dos administradores da Companhia no exercício em curso, bem como, a proposta do Conselho de Administração para sua distribuição. **7. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida, conferida, e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. (aa) Mesa: Zexu Qi, Presidente, e Marcelo Indame Seabra de Mello, Secretário; Acionista Presente: CGGC Construtora do Brasil Ltda. (p. Zexu Qi). **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 28 de abril de 2023. Mesa: **Zexu Qi** - Presidente e **Marcelo Indame Seabra de Mello** - Secretário. JUCESP nº 250.701/23-6 em 23.06.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BANCO BV S.A. - CNPJ/MF 01.858.774/0001-10 - NIRE 35.300.150.082

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, hora, local: 30.04.2024, 10hs, na sede social, Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Mesa:** Marcella Rigamonti Urada Coimbra, Presidente; e Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Deliberações aprovadas: (i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados de forma resumida na página E21 do Jornal "Valor Econômico " e divulgados em sua íntegra na página do "Valor Econômico" na internet, em 27/03/2024. **(ii)** A proposta de absorção do prejuízo do exercício, no valor de R$ 465.341.961,89, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, pela conta de prejuízos acumulados para posterior amortização. **(iii)** A não fixação de remuneração aos administradores para o exercício de 2024, tendo em vista já serem remunerados por outras sociedades pertencentes ao Conglomerado Financeiro Votorantim. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 30.04.2024. **Acionista:** p. Banco Votorantim S.A., Marcella Rigamonti Urada Coimbra e Ronaldo Medrado Helpe. **Rafael Norberto Fernandes -** Secretário da Assembleia. **Arquivo na JUCESP em 03/06/2024, sob nº 214.831/24-3**. **Maria Cristina Frei** - **Secretária Geral**.

BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A.

NIRE: 35.300.361.997 - CNPJ: 10.371.492/0001-85

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora, Local: 24.06.2024, às 16 horas, na sede, Avenida Magalhães de Castro, 4.800 – Torre 3 – Edifício Continental Tower – Conjunto 71, Setor R1 e Conjunto 72, Setor R3, São Paulo/SP. **Presença**: Todos os acionistas. **Mesa**: Presidente: Nelson Dias de Aguiar Júnior; Secretária: Juliana Helena Desani Garcia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre os poderes dos signatários para contratar Linha de Empréstimo em Moeda Local ou Estrangeira equivalente ao valor total de até R$500 milhões, em 2 tranches de até R$ 250 milhões cada com o Mizuho Bank Limited e/ou Japan Bank for International Cooperation (JBIC). Os desembolsos das operações serão realizados durante o segundo semestre de 2024. **Deliberação Aprovadas:** A concessão de poderes plenos, sem restrições ou limites quanto aos valores das operações contratadas, quanto aos seus encargos, condições e quanto à natureza. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 24.06.2024. **Acionista: Yamaha Motor do Brasil Serviços Financeiros Participações Ltda.** Nelson Dias de Aguiar Júnior. JUCESP nº 256.263/24-3 em 27.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MOBILIDADE E TRÂNSITO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica **N° 90001/SMT/2024 -** Processo SEI **N° 6020.2024/0014207-9**

OBJETO: **Contratação de empresas para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Engenharia e Arquitetura para Apoio às Atividades de Supervisão das Obras, projetos e serviços de competência da SMT, incluindo a disponibilização de equipamentos e veículos, para execução das intervenções pertinentes ao PROGRAMA DE MOBILIDADE E REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO - MOBILIDADE URBANA - OBRAS DO SISTEMA VIÁRIO E TÚNEL DA AV. SENA MADUREIRA/AV. DOMINGOS DE MORAES, conforme especificações constantes do Anexo II e as demais partes integrantes do Edital.**

*A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO,** por meio da **Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT,** comunica aos interessados a SUSPENSÃO, **sine die,** da Concorrência **n° 90001/SMT/2024,** cuja sessão de abertura estava designada para **às 10h00 do dia 12/08/2024,** em virtude da necessidade de alterações no Anexo II. A do Edital (Critérios de análise e julgamento das propostas técnicas do Edital).*

EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

COTAÇÃO ELETRÔNICA **Nº 90013/DRE-IQ/2024 -** Processo SEI **nº 6016.2024/0087352-7**
OBJETO: **Aquisição de Toalhas Umedecidas -** TIPO: **menor preço.**
Data/hora da sessão pública: **10/07/2024 às 08 horas.**
PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90005/DRE-IQ/2024 -** Processo SEI **nº 6016.20240063253-8**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de instalação e locação de controle de acesso: atendimento/recepção, catracas eletrônicas, crachás de identificação/acesso (servidores/ funcionários) e cartões de acesso (munícipes) -** TIPO: **Menor preço -** Data/hora da sessão pública: **16/07/2024, às 10 horas -** Local: **www.comprasgovernamentais.gov.br -** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acham-se abertos no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., os seguintes Processos Licitatórios:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 019/2024 - **Objeto**: Aquisição de Equipamentos para Montagem de Filtros das ETA's 1 e 2 – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do Item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta**: 26/07/2024, às 16h – **Data da Abertura do Certame**: 29/07/2024, às 09h.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 015/2024 - **Objeto**: aquisição de 1300 toneladas de cloreto de poli alumínio – PAC-10 para uso no tratamento de água – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário do Item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta**: 22/07/2024, às 16h – **Data da Abertura do Certame**: 23/07/2024, às 09h.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 018/2024 - **Objeto**: Contratação de empresa especializada para execução de reparos e manutenção em 06 (seis) motores elétricos assíncronos de indução trifásicos" – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Global – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta**: 24/07/2024, às 16h – **Data da Abertura do Certame**: 25/07/2024, às 09h.

Editais completos e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Portal da Transparencia e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir do dia 05 de julho de 2.024.

Rio Claro, 1º de julho de 2024
Sergio Luiz Costa Ferreira
Superintendente

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2024, às 10:00 horas

Ficam convidados os Senhores Acionistas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 25 de julho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital (videoconferência), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Proposta da Administração da Companhia para incorporação, pela Companhia, da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. ("BRK CNP") e da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("BRK RDOP"), com a subsequente extinção da BRK CNP e da BRK RDOP, com o objetivo de redução dos custos gerais e administrativos (G&A) da Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Os Acionistas, para tomar parte e votar na Assembleia, deverão provar, mediante documentação original ou cópia (dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma) enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia, podendo comparecer por si, por seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos comprobatórios. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o Acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia e à participação e votação pelos acionistas, incluindo este Edital e a Proposta da Administração. Os Acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3830-2000 ou via e-mail: riambiental@brkambiental.com.br. São Paulo/SP, 04 de julho de 2024. ***Luiz Ildefonso Simões Lopes –** Presidente do Conselho de Administração.*

SUBPREFEITURA DE PINHEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90009/SUB-PI/2024 -** Processo SEI nº **6050.2024/0009157-5 -** Tipo **menor preço unitário** - Objeto: **aquisição de material hidráulico; item 1) 10 (dez) unidades de joelho de 90° de PVC para esgoto de 150 mm; item 2) 10 (dez) unidades joelho de 45° de PVC para esgoto de 100 mm; item 3) 180 (cento e oitenta) metros tubo de PVC para esgoto de 150 mm; item 4) 180 (cento e oitenta) metros tubo de PVC para esgoto de 100 mm para uso nas diversas obras/manutenções na região da Subprefeitura de Pinheiros, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas neste instrumento e nos seus anexos ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital de Licitação -** Data/hora da sessão pública: **15/07/2024 às 08h00min** - Local: **sede da Subprefeitura de Pinheiros na Av. Professor Frederico Hermann Júnior, nº 595 - Pinheiros -** São Paulo - SP - O **Edital e seus Anexos poderão ser obtidos a partir do dia** 04/07/2024 para Download www.pncp.gov.br ou na Coordenadoria de Administração e Finanças desta Subprefeitura no endereço acima mencionado das 9h00min às 16h00min, mediante o recolhimento de preço público vigente, até o último dia útil anterior ao marcado para a abertura da licitação."

SUBPREFEITURA FREGUESIA/ BRASILÂNDIA

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90012/SUB-FB/2024 -** PROCESSO **Nº 6034.2024/0001371-9**

Em resposta ao pedido de impugnação impetrado pela empresa I9 - Engenharia e Construção EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/SUB-FB/2024 PROCESSO Nº 6034.2024/0001371-9A I9 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.278.915/0001-85, com sede na Alameda Olga, nº 422, conj. 27, Barra Funda, São Paulo/SP, apresentou IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO encartado sob SEI nº 106065841, segue os seguintes esclarecimentos: Informamos que a data-base da tabela de SIURB foi corrigida para 01/2024 no edital. Referente à Qualificação Técnica no que foi questionado, esclarecemos que submetermos os questionamentos à Coordenadoria de Projetos e Obras que é a requisitante do serviço. A Coordenadora de Projetos e Obras respondeu que é a qualificação técnica deve ser atendida na íntegra, ou seja, o solicitado no item 13.3.5 e ainda no item 5 ANEXO - II - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. Esclarecemos que os serviços variam de acordo com a necessidade da Subprefeitura, conforme termo de referência, uma vez que a competência técnica para realizar esses serviços é a mesma, independentemente do local, setor de obras que solicita os atestados para esse tipo de serviço, por mais que possa ser esporádico, pois o objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, MATERIAL DE CONSUMO (ELETRODOS E COMBUSTÍVEL) VEÍCULO E MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DE 01 (UMA) EQUIPE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA SUBPREFEITURA FREGUESIA/BRASILÂNDIA A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS TERMOS DO ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA", e não em um local exclusivo. O termo de referência é elaborado pelo SETOR DE OBRAS ocasionar que durante a execução contratual surja a necessidade de execução de serviços em algum local tombado, devendo a empresa estar apta para o serviço. O Objeto não possui planilha dos locais onde serão realizados os serviços, pois podem variar de acordo com a necessidade e que ocorrerão na região da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia conforme item 6.3 do ANEXO - II - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, o quantitativo contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de serralheria, incluindo equipamento, ferramentas, material de consumo (eletrodo, discos de corte e combustível), veículo e mão de obra através de 01 (uma) equipe, pelo período de 12 (doze) meses e serão realizados de acordo com a demanda e as necessidades, mediante Ordens de Serviço emitidas pela Contratada e/ou diretamente no Sistema de Gerenciamento da Zeladoria (SGZ). Quanto a forma de apresentação das propostas, devem seguir o modelo ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Copersucar S.A.

CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-89

CARTA-RENÚNCIA

São Paulo, 23 de maio de 2024. **À Copersucar S.A.** Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A-1, 12º andar, Sala 01, Vila Gertrudes, São Paulo - SP **A/c.: Presidente do Conselho de Administração - Sr. Luís Roberto Pogetti.** Prezado Senhor, Pelo presente instrumento e para todos os fins legais, eu, **Dalbi Sebastião Arruda Junior**, brasileiro, unido estavelmente, gerente de tecnologia e processos, portador da cédula de identidade RG nº 19797898 e inscrito no CPF/MF sob o nº 095.509.348-10, abaixo assinado, **renuncio** ao cargo de Diretor Sem Designação Específica da **Copersucar S.A.**, sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.265.949/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, CEP 04794-000 ("Companhia"), cargo para o qual fui eleito por meio da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, datada de 26 de junho de 2023, sendo referida renúncia eficaz a partir desta data, não estando sujeita a qualquer ato societário adicional. Declaro não ter nada a reclamar da Companhia e de seus acionistas, a qualquer título ou a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, outorgando, assim, a mais ampla, plena, rasa, irrevogável e irretratável quitação à Companhia e seus acionistas. Além dos termos e condições da presente carta, por meio desta, solicito à administração da Companhia que pratique todas e quaisquer medidas aplicáveis, a fim de efetivar a minha renúncia ao cargo de Diretor Sem Designação Específica perante terceiros, incluindo, sem limitação, a apresentação e registro dos documentos aplicáveis na sede da Companhia, Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e perante quaisquer outras autoridades governamentais aplicáveis. Atenciosamente, **Dalbi Sebastião Arruda Junior. JUCESP** nº 227.406/24-2 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

COMUNICADO

Pregão Eletrônico **Nº 90004/SUB-MB/2024 -** Processo SEI**: 6045.2023/0001851-8**

Objeto: **contratação de prestação de serviços de limpeza mecanizada do sistema de drenagem, com a utilização de equipamento combinado hidrojato/sugador/reciclador/extravasor, desidratação e transporte dos resíduos para aterro sanitário (com mão de obra e combustível), televisionamento, fornecimento de imagens digitais (fotografia e filmagem), teste de fumaça, teste de corante, relatório técnico de diagnóstico de pontos críticos com equipamentos de inspeção e mão de obra especializada -** A Pregoeira da Subprefeitura M' Boi Mirim, no uso de suas atribuições legais, torna público, a alteração na data prevista para abertura e julgamento das propostas e início da sessão de disputa do Pregão Eletrônico e acordo como segue:

*DE: **horário e data da abertura da sessão pública: ÀS 10H00 DO DIA 10/07/2024.***
*PARA: **horário e data da abertura da sessão pública: ÀS 10H00 DO DIA 15/07/2024.***

Para informações adicionais entrar em contato através do telefone (11) 3396-8416 ou e-mail spmblicitacao@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 325ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0483517) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 325ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0483517), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador para participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BSP Park Estacionamentos e Participações S.A.

CNPJ nº 14.380.636/0001-10 – NIRE 35.300.413.687

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.4.2024

Data, Hora, Local: Em 30.4.2024, às 16h45, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 27.3.2024 no jornal "Valor Econômico", página E6. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", a proposta do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações:*** 1) aprovaram integralmente as contas da administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$421.810,27 (quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e dez reais e vinte e sete centavos), após absorção do prejuízo acumulado de R$95.864,45 (noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), da seguinte forma: R$16.297,27 (dezesseis mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$306.551,57 (trezentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$3.096,48 (três mil, noventa e seis reais e quarenta e oito centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2024."; 3) reelegeram os membros do Conselho de Administração da Sociedade, os senhores ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Octavio de Lazari Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e ***Ivan Luiz Gontijo Júnior***, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 044.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Os Conselheiros reeleitos: a) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027; b) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 4) fixaram o valor mensal de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos administradores, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 211.351/24-6, em 27.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0137139) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão - (IF 21F0137139), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador para participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 14.312.353/0001-31 – NIRE 35.300.413.245

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 26.4.2024

Aos 26 dias do mês de abril de 2024, às 10h30, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para secretário. Os membros deste Conselho, reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (26.4.2024), assinam a presente Ata, que servirá como termo de posse. Todos terão mandato de 3 (três) anos, permanecendo no exercício de suas funções até a posse dos novos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027. Em seguida, os Conselheiros: 1) de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, procederam a eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente*** - Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente*** - Samuel Monteiro dos Santos Junior; 2) atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, procederam a reeleição dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido reeleitos, os senhores: ***Diretor-Presidente: Luiz Carlos Angelotti***, brasileiro, casado, contador, RG 10.473.334-2/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; ***Diretor Gerente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa***, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; ***Diretores: Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97; e ***Estevão Augusto Oller Scripilliti***, brasileiro, casado, securitário, RG 28.005.956-5/SSP-SP, CPF 296.558.668/74, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os quais: a) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2027; b) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 3) de conformidade com o disposto na letra "o" do Artigo 9º do Estatuto Social, os Conselheiros, relativamente ao montante global anual para remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (26.4.2024), fixaram, a partir do mês em curso, a remuneração mensal de membros deste Órgão e da Diretoria, nominados em relação que ficará arquivada no Departamento de Recursos Humanos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Octavio de Lazari Junior, Maurício Machado de Minas, Ivan Luiz Gontijo Júnior e Denise Aguiar Alvarez. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Samuel Monteiro dos Santos Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 213.435/24-0, em 28.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Holding XS1 S.A.

CNPJ/ME nº 38.122.269/0001-13 - NIRE/SP 35.3.0059364-2

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Março de 2024

No dia 28/03/2024, na sede social e, também, por videoconferência, iniciada às 11h00. **Presença:** Presentes por videoconferência, verificado, portanto, o quórum de aprovação necessário para as deliberações propostas. Os Conselheiros, Sr. Marcelo Ângelo de Paula Bomfim e Sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes, enviaram comunicado justificando as ausências. **Convidados:** os Diretores Srs. Benjamin Sacksteder, Rodrigo Costantino, Rafael Morais, Rafael Conessa, Gabriela Feres e Daniella Bertola, Ronald Bedin Balas, Roberta Reis Tapioca e Raquel Quaresma de Lima. **Mesa:** Sr. Thomas Behar, como Presidente e Sra. Raquel Quaresma de Lima, secretária designada. **Deliberações Unânimes: (i) Aprovação da eleição de membros do Comitê de Auditoria:** O Conselho de Administração da Companhia decidiu, por unanimidade e sem quaisquer restrições, eleger, para um mandato de 03 anos a partir de 28/03/2024, o **(i) Sr. Elíbio Estrêla**, RG nº 390.873 DF/SSP, CPF/MF nº 119.658.601-25, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Marcelo Barbosa de Andrade Pereira Silveira, permitida a reeleição e o **(ii) Sr. Manuel Luiz da Silva Araújo,** RG nº 35.231.222-7 DETRAN/RJ, CPF/MF nº103.351.107-20, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Antoine Dominique Jean Imhoff, permitida a reeleição. Os conselheiros tomaram conhecimento de que os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 432/2021 e demais condições previstas na legislação em vigor. Em face de todo o exposto, a composição do Comitê de Auditoria passa a ser a seguinte:

Membros	Indicação
Manuel Luiz da Silva Araújo	CNP Assurances
Marcio Bonfiglioli	CNP Assurances
Elíbio Estrêla	Caixa Seguridade
Antonio Joaquim Gonzalez Rio-Mayor	Caixa Seguridade
Wagner Mar	Independente

(ii) Aprovação da eleição de membro do Comitê de Nomeação e Remuneração: O Conselho de Administração da Companhia decidiu, por unanimidade e sem quaisquer restrições, eleger, a partir de 28/03/2024, com prazo de mandato unificado aos demais membros até 22/12/2024, o **Sr. Hebert Luiz Gomide Filho,** RG nº 3.196.103 SSP/DF, CPF/ME nº 000.800.746-26, na cidade de Brasília, Distrito Federal para exercer o cargo de membro do Comitê de Nomeação e Remuneração, em substituição ao Sr. Thadeu Lucas Accoroni Theodoro, permitida a reeleição. Em face de todo o exposto, a composição do Comitê de Nomeação e Remuneração passa a ser a seguinte:

Membros	Indicação
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado	CNP Assurances
Benjamin Sacksteder	CNP Assurances
Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos	Caixa Seguridade
Hebert Luiz Gomide Filho	Caixa Seguridade

Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Nomeação e Remuneração ora eleitos tomam posse em seus cargos mediante as assinaturas dos respectivos termos de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estarem impedidos por lei especial, nem estarem condenados ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprirem todos os demais requisitos dispostos no Artigo 147 da Lei das S.A. Nada mais. São Paulo, 28/03/2024. **Mesa: Raquel Quaresma de Lima -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 223.471/24-0 em 17/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BSP Park Estacionamentos e Participações S.A.

CNPJ nº 14.380.636/0001-10 – NIRE 35.300.413.687

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30.4.2024

Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 17h, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para secretário. Os membros deste Conselho, reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data (30.4.2024), assinam a presente Ata, que servirá como termo de posse. Todos terão mandato de 3 (três) anos, permanecendo no exercício de suas funções até a posse dos novos Conselheiros a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027. Em seguida, os Conselheiros: 1) de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, proceder a eleição, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente deste Órgão, tendo a escolha recaído nos nomes dos senhores: ***Presidente*** - Luiz Carlos Trabuco Cappi; ***Vice-Presidente*** - Samuel Monteiro dos Santos Junior; 2) atendendo ao disposto no "caput" do Artigo 12 do Estatuto Social, procederam a reeleição dos membros que integrarão a Diretoria da Sociedade, tendo sido reeleitos: ***Diretor-Presidente: Luiz Carlos Angelotti***, brasileiro, casado, contador, RG 10.473.334-2/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; ***Diretores: Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97; e ***Estevão Augusto Oller Scripilliti***, brasileiro, casado, securitário, RG 28.005.956-5/SSP-SP, CPF 296.558.668/74, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os quais: a) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2027; b) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada por todos os Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Octavio de Lazari Junior, Maurício Machado de Minas e Ivan Luiz Gontijo Junior. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Samuel Monteiro dos Santos Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 211.352/24-0, em 27.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Andar Térreo na Região de Biritiba Mirim/SP Para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial andar térreo na região de Biritiba Mirim/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC BIRITIBA MIRIM. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 435,00 m², largura mínima de 7,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje ou gradil de ferro na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Praça São Benedito; Rua Gildo Sevali; Rua Shigueo Mori; Avenida Ferdinando Jungers; Rua Coronel Silvino de Miranda Melo; Avenida Reinaldo Benedito de Melo; Rua São Benedito; Rua Francisco Ferreira Lopes; Rua Henrique Peres; Rua Caetano Leme da Cunha Filho e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Edimarques dos Santos, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente SE/SPM

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Bairro Água Branca - São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro ÁGUA BRANCA - São Paulo/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC GUAICURUS. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 221,00m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje ou gradil de ferro, próximo aos comércios da região, entres outras. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Francisco Matarazzo da esquina com a Rua Ministro Godói até a Rua Guaicurus; Rua Guaicurus até a esquina com a Rua Aurélia; Rua Aurélia da esquina com a Rua Guaicurus até a esquina com a Rua Tito; Rua Tito da esquina com a Rua Aurélia até a Rua Desembargador do Vale; Rua Desembargador do Vale até a Rua Caiubí Rua Caiubí até a esquina com a Rua Cayowaá; Rua Cayowaá da esquina com a Rua Caiubí até a esquina com a Rua Turiassú; Rua Turiassú da esquina com a Rua Cayowaá até a esquina com Rua Ministro Godói; Rua Ministro Godói da esquina com a Rua Turiassú até a esquina com a Avenida Francisco Matarazzo; Por fim, informamos aos interessados que entre em contato com Everaldo de Souza Carvalho, por intermédio do e-mail everaldosc@correios.com.br, ou pelo telefone (11) 4313-8568. Outras dúvidas poderão ser esclarecidas com a Zenaide dos Santos, por meio do e-mail zenasantos@correios.com.br, ou pelo telefone (11) 4313-8196.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

Holding XS1 S.A.

CNPJ/MF nº 38.122.269/0001-13 - NIRE/SP 35.3.0059364-2

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizadas em 26 de Abril de 2024

Em 26/04/2024, às 19h15, de forma eletrônica na sede social, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Benjamin Sacksteder; Secretária: Raquel Quaresma de Lima. **Deliberações: 1.** Aprovar, por unanimidade, a proposta do Plano Anual de Distribuição de Dividendos Trimestrais, para o exercício de 2024, autorizando e delegando ao Comitê Executivo da Cia. a realização das declarações trimestrais dos dividendos, em montante que corresponda a 100% do lucro gerado no trimestre, mediante manifestação prévia do Conselho Fiscal da Cia. e condicionadas à observação dos requisitos legais, estatutários, regulatórios e do Acordo de Acionistas da Cia.. **1.1.** O Comitê Executivo da Cia. anteriormente a cada uma das declarações trimestrais, deverá avaliar o atendimento aos requisitos legais, estatutários, regulatórios e do Acordo de Acionistas da Cia.. **1.2.** A ratificação de todas as declarações de distribuição de dividendos trimestrais realizadas pelo Comitê Executivo da Cia. durante o exercício de 2024, deverão ser consolidadas e submetidas a aprovação da AGO a ser realizada até 31/03/2025. **2.** Os Acionistas tomaram ciência do falecimento do Conselheiro Sr. Marcelo Ângelo Bomfim, ocorrido no dia 05 de abril de 2024, membro do Conselho de Administração da Cia., permanecendo seu cargo vago até posterior deliberação das Acionistas. **3.** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a eleição do membro do Conselho de Administração da Cia., a saber: Sr. **José Henrique Marques da Cruz**, RG nº 9095320793 - SSP/RS, CPF/MF nº 702.094.807-34, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Cia., em substituição a Sra. Adriana Nascimento Moreira da Silva, pelo mandato unificado com os demais membros até 30/12/2024, permitida a reeleição. As Acionistas agradecem a Sra. Adriana Nascimento Moreira da Silva pelos serviços prestados durante seu mandato. **3.1.** O membro do Conselho de Administração ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no Artigo 147 da Lei das S.A. **4.** Após as alterações acima, consolidasse a composição do Conselho de Administração:

Composição Atual	Indicação
Maximiliano Alejandro Villanueva	CNP Assurances
Véronique Denise Andreé Weill	CNP Assurances
Thomas Behar	CNP Assurances
Marie-Aude Thépaut	CNP Assurances
Gustavo Sampaio Valverde	CNP Assurances
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado	CNP Assurances
José Henrique Marques da Cruz	Caixa Seguridade
Vago	Caixa Seguridade
Carlos Antônio Vieira Fernandes	Caixa Seguridade
Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos	Caixa Seguridade
Wellington César Lima e Silva	Caixa Seguridade

Nada mais. São Paulo, 26/04/2024. **Mesa: Benjamin Sacksteder -** Presidente da Mesa; **Raquel Quaresma de Lima -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 215.627/24-6 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00327294852024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90111/2024.
Nº Processo: 024.00063701/2024-58.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Administrativas e Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados:17 (dezessete) itens licitados.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 04/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 05/07/2024 às 08h00min no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/07/2024 às 13h30min no site: www.gov.br/compras.

Fit Casa Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 29.155.551/0001-06 – NIRE 35.235.133.000

Ata de Reunião de Sócios realizada em 04 de julho de 2024

04/07/2024, às 13h00, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente, Sr. Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário, Sr. Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** Aprovada a redução do capital social, **de** R$ 238.789.779,00 **para** R$ 217.596.555,00, sendo as quotas canceladas da EZ TEC, renunciando a sócia Valentina à preferência ao cancelamento das quotas; **(ii)** Autorizar a alteração do Contrato Social, e a publicação deste Extrato. **Encerramento:** Nada mais.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNICADO

Pregão eletrônico: **09/SMADS/2023 -** Processo SEI: **6024.2022/0008007-1.**

Objeto: **contratação de pessoa jurídica especializada no desenvolvimento de ações de identificação e cadastramento das famílias de baixa renda na cidade de SÃO PAULO no CADUNICO, BDC ou qualquer outro banco de dados a ser instituído, abrangendo tanto o cadastro quanto a sua atualização e revisão cadastral, apoio administrativo com suporte tecnológico (software e hardware) para a geração de dados de fiscalização e controle de qualidade dos serviços, bem como o treinamento e uso da base de dados do cadastro realizado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses** - Download do edital: **https://epubli.prefeitura.sp.gov.br e https://gov.br/compras** - Data/hora da sessão pública: **23/07/2024 às 11:00 horas (DF).**

SUBPREFEITURA VILA MARIANA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90009/SUB-VM/2024.** PROCESSO: **Nº 6059.2024/0003941-6**
Tipo **MENOR PREÇO TOTAL -** DATA DA SESSÃO: **23/07/2024 - HORÁRIO: 10H00MIN**
Objeto: **prestação de serviços de dedetização/desinsetização, desratização, descupinização, desalojamento de pombos, morcegos e combate de mosquitos e pernilongos, com fornecimento de mão de obra, incluindo o fornecimento de todos os insumos, materiais, utensílios e equipamentos necessários à sua execução, para controle das pragas urbanas, conforme especificações constantes do anexo II deste edital -** Local: **(https://www.gov.br/compras) - UASG nº 925092 -** O edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão dos sites: https://www.gov.br/compras e https://epubli.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

PROCESSO: 6018.2024/0008414-0 - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90424/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE TALONÁRIO AZUL**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00, do dia 10 de JULHO de 2024**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6110.2024/0001355-3 - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90473/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE LENTE 20D "PARA MAPEAMENTO" COMPATÍVEL COM OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO MODELO OBIX - EYETEC, POR RECURSO PRÓPRIO, CONTEMPLANDO ENTREGA E INSTALAÇÃO, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DR. CÁRMINO CARICCHIO, VINCULADO A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 10 de JULHO de 2024,** a cargo da **1ª CPL/SMS**.

PROCESSO: 6018.2023/0112693-7 - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90476/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE LONGARINA EM AÇO, ATRAVÉS DE EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MATERNIDADE ESCOLA DR. MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER SILVA, PERTENCENTE À SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 10 de JULHO de 2024,** a cargo da **1ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2024/0006102-7 - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90435/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE COVISA: SOLUÇÕES E REAGENTES**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 23 de JULHO de 2024**, a cargo da **6ª CPL/SMS.**

GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE 35300520696

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 9H00 DO DIA 2 DE MAIO DE 2024

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Gerdau S.A. ("Companhia"), nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. 2. O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade dos presentes, as seguintes Políticas da Companhia: (i) Política de Contratação de Auditores Independentes, (ii) Política de Destinação de Resultados; e (iii) Política de Indicação dos Administradores e Membros dos Comitês. 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente) e Rafael Lebensold (Secretário). Conselheiros: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Alberto Fernandes e Claudio Antonio Gonçalves (Conselheiros). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 2 de maio de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 205.971/24-6 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, convocados na forma do art.124 da Lei nº 6404/76, a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 12 de julho de 2.024, às 10 horas, na sede social da Companhia, à Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1946, 3º andar, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Exame e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31.12.2022 (Reapresentação); b) Exame e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31.12.2023; c) Fixação da remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, para o período de abril/2024 a março/2025; d) Eleição de membro suplente representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal. Comunicamos que estas Assembleias Gerais ocorrerão de forma PRESENCIAL.

São Paulo, 04 de julho de 2.024.

Moisés Savian - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA-SP - CNPJ 46.186.375/0001-99

PROCESSO Nº 23/2.024.MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2.024. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO:Registro de Preços para Contratação de empresa especializa para prestação de serviços de fretamento de van e micro-ônibus, com motorista, para atendimento das demandas das Coordenadorias vinculadas à Diretoria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Desenvolvimento.Sessão Pública: 26/07/2024 às 09h00min;**PROCESSO Nº 25/2.024. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2.024.** TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Registro de preços para aquisição de fraldas descartáveis infantis. Sessão Pública: 29/07/2024 às 09h00min; e **PROCESSO Nº 26/2.024. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2.024.** TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços mediante o fornecimento, montagem, organização e operação de estruturas diversas, materiais e equipamentos para a realização do Rodeio de Bacuriti 2024. Sessão Pública: 24/07/2024 às 09h00min;Plataforma eletrônica: www.bllcompras.com.Edital(is) e Anexos disponíveis: PNCP, BllCompras, Site da Prefeitura (www.cafelandia.sp.gov.br) e Setor de Licitações (Avenida Jacob Zucchi, nº 200, Pena, CEP 16.503-000, Município de Cafelândia-SP). Demais informações: e-mail: licitacao@cafelandia.sp.gov.br ou pelo telefone(14) 98179 0069.Cafelândia (SP), 03 de julho de 2.024.Adriani PeruciSanvido - Supervisora de Licitações.

Inovação Tokenização de ativos transformará a forma de vender grãos, afirma Ketlin Antunes F12

Cenário Maturidade do consumidor pessoa física é desafio em open finance F8

Ferramentas Instituições querem renovar interação com clientes por meio de IA F3

Pix Solução cresce 500% e novas funcionalidades são testadas pelos bancos F9

Relação sob medida

Tendências IA, open finance e Pix são base para a hiperpersonalização de ofertas e serviços no setor financeiro

Fonte: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024 (ano-base 2023), realizada pela Deloitte

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

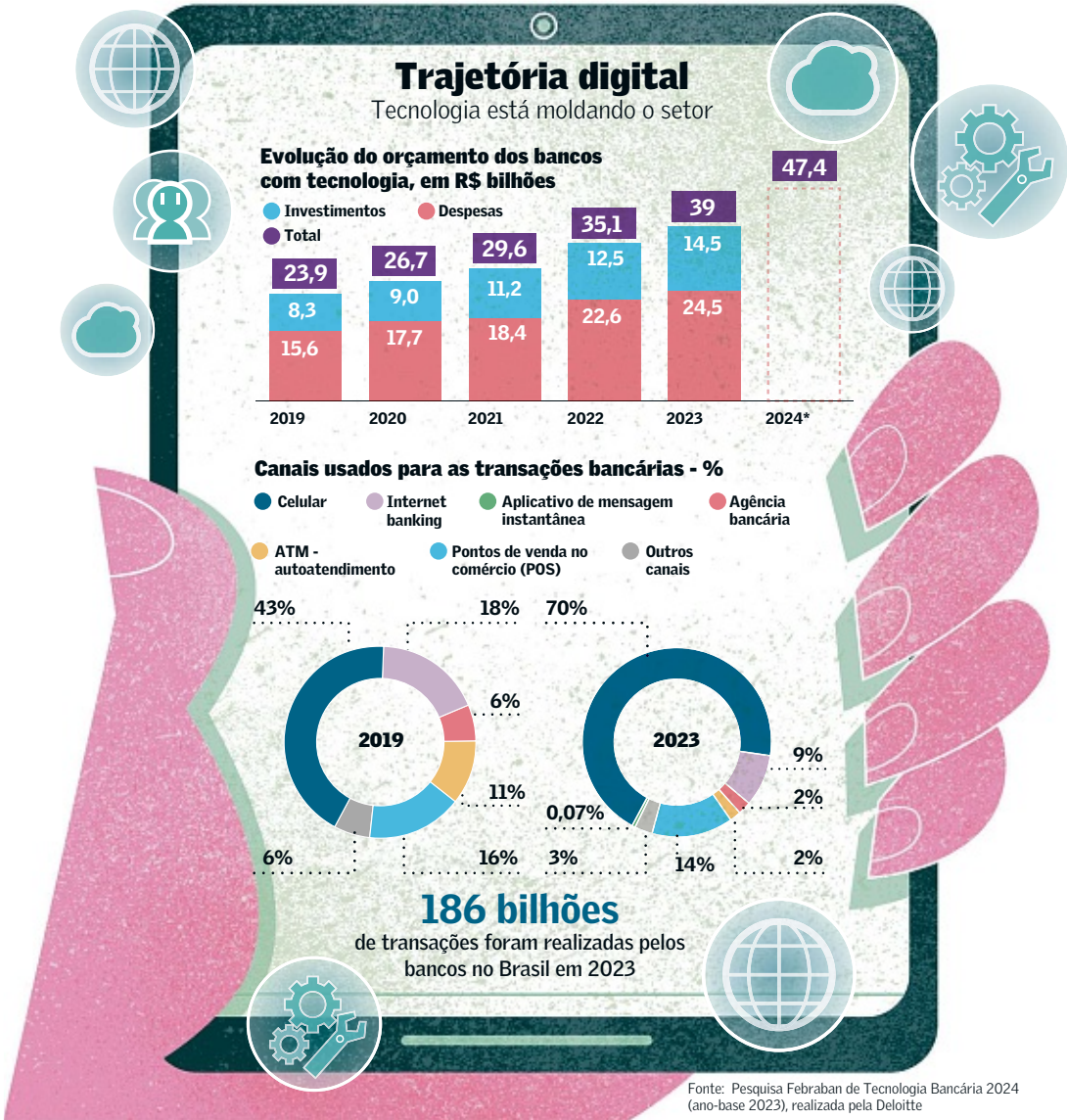
O uso massivo de novas tecnologias e o avanço da carteira de empréstimos sustentáveis estão no centro da agenda dos principais bancos do país. A certeza de que o consumidor mudou de hábitos e exige velocidade e assertividade nas respostas às suas demandas, em linha com as urgências climáticas, fazem parte das pautas que as principais instituições financeiras não têm mais como desconsiderar. Mais do que isso, se antes tinham como foco o desenvolvimento de produtos para depois testá-los no mercado, agora, com o cliente no centro de suas atenções, buscam a hiperpersonalização de ofertas que possam fazer sentido a pessoas e empresas e que, de quebra, contribuam para uma economia de baixo carbono e socialmente mais justa. Essa foi a tônica do discurso dos representantes dos principais bancos do país na abertura do maior evento de tecnologia do setor, a Febraban Tech, realizada de 25 a 27 de junho, em São Paulo.

> “A IA vem evoluindo com velocidade que ninguém imaginava”
> *Milton Maluhy*

A associação de inteligência artificial generativa (GenAI) open finance, Drex (nova moeda digital), Pix e finanças sustentáveis vem provocando uma revolução nos negócios e moldando o cenário financeiro global em novas trilhas de inovação. Não à toa, os bancos estão investindo muito para não ficarem para trás nessa corrida, que conta com a parceria de fintechs no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Só neste ano o setor financeiro investirá R$ 47,4 bilhões — metade vai para as novas tecnologias. O valor é 21% maior do que o aportado em 2023 e mais do que o dobro de 2015, segundo pesquisa de tecnologia bancária da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) realizada pela Deloitte. “Deste total, R$ 4,7 bilhões serão destinados à segurança da informação, com o uso de tecnologias avançadas para detectar e mitigar ameaças. A segurança dos dados é uma garantia do setor bancário”, diz Isaac Sidney, presidente da Febraban.

A questão da segurança cresce em importância devido à velocidade de aderência à GenAI e ao open finance. Para os bancos tudo deve se transformar rapidamente daqui para frente, passando por chatbots, análises de dados, aplicações práticas de algoritímos, pela programação de códigos, modelagem de risco e de crédito, e pelo relacionamento com os clientes. Por enquanto a GenIA ainda é usada mais efetivamente no backoffice (áreas internas) para aumentar eficiência em processos e redução de custos, mas já está em teste em diferentes modelagens para chegar a linha de frente, nas interações com os clientes.

O Itaú tem em teste 250 modelos de uso de GenAI em áreas diversas. “O gestor tem que entender de tecnologia e gestão de dados, mesmo sendo de negócios. Estamos na fase do omnichannel e a IA vem evoluindo com velocidade que ninguém imaginava, sendo que o GPT já está na versão 4”, afirma Milton Maluhy Filho, presidente do Itaú Unibanco. O executivo diz que a IA vem criando novas soluções de negócios e chegou no momento em que o banco está com a sua plataforma de dados modernizada. “Estamos há cinco anos investindo na modernização para capturar o máximo de valor do IA. Mais de 70% da nossa plataforma de dados já está em cloud [nuvem] e roda com velocidade. Temos 17 mil pessoas só em tecnologia”, afirma.

Com o lançamento do chatbot BIA, que lançou em 2016, o Bradesco diz que IA não é novidade. “Próximo a 90% das interações hoje são feitas pela BIA, especialmente em áreas como ouvidoria e jurídico. A novidade é que estamos avançando a nova geração da BIA e já temos 1,6 mil colaboradores usando a BIA GenAI”, afirma Marcelo Noronha, CEO do Bradesco. Mas a questão ética no uso da IA, segundo o executivo, requer muita atenção. O banco tem 400 pessoas em uma área criada só para análise de dados de IA e ele considera que mesmo antes da regulação o desafio é de reputação. “Temos preocupação com a máquina e responsabilidade reputacional, econômica e financeira.”

A Caixa Econômica Federal (CEF) observa que tecnologia como IA deve ser aplicada em prol da sociedade e usa o exemplo de ações do banco no Rio Grande do Sul (RS). Nos últimos 30 dias, a instituição fez mais de 3,3 milhões de atendimentos e reconhecimento das famílias vítimas das enchentes com o uso de IA. “Atendemos 60 mil pessoas só em um final de semana e fizemos o processo de qualificação usando biometria. Quando bem usada, a IA beneficia a sociedade” diz Carlos Antônio Vieira, presidente do banco.

Os bancos também consideram que novas tecnologias como o open finance, que já possui cerca de 43 milhões de consentimentos, trazem um potencial gigante para novos negócios. “São mais de 1,2 bilhão de compartilhamentos de dados por semana entre as instituições, o que coloca o Brasil na liderança global do open finance, que pode mudar a forma como as instituições financeiras conhecem seus clientes”, diz Isaac Sidney.

Cenário Estudo revela que 89,8% da população brasileira tem algum vínculo bancário, mas especialistas alertam que há muito a ser feito para incorporar classes C, D e E

Pix, finanças embarcadas e cartões em braile reforçam inclusão financeira

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil tem avançado nos indicadores de acesso a serviços financeiros. De 2022 a 2023, passou da 35ª para a 21ª posição no Índice Global de Inclusão Financeira, chegando a 89,8% da população com algum vínculo bancário. O estudo, conduzido pelo Centro de Pesquisas Econômicas e Empresariais (CEBR) e o Principal Financial Group, de investimentos globais, analisa 42 mercados e mostra Cingapura, Estados Unidos e Suécia como os três países mais "financeiramente inclusivos" do mundo. Apesar do salto brasileiro, especialistas afirmam que ainda há muito a ser feito para trazer as classes C, D e E para o circuito de finanças.

"Cinco anos antes, os usuários ativos [do mercado financeiro] no Brasil eram 46,8%", diz Antônio Soares, CEO da Dock, plataforma global de pagamentos e banking, considerada uma startup unicórnio — com valor de mercado que supera US$ 1 bilhão — desde 2022. "Mesmo assim, há um grande mercado para o setor de finanças explorar a base da pirâmide."

Soares destaca, baseado em dados do Banco Central, que o número de usuários ativos no setor financeiro brasileiro marcou 163,6 milhões em dezembro de 2023, um aumento de 103,2% ante junho de 2018. "Somente o crescimento do número de pessoas jurídicas e microempreendedores individuais (MEIs) incluídos no sistema foi de 244,5%, no período."

Segundo o executivo, o empurrão na inserção financeira começou em 2020, com o Pix. "O sistema brasileiro se tornou, mundialmente, um modelo de sucesso na democratização bancária", afirma. "Hoje, enquanto 15 milhões de estabelecimentos comerciais aceitam cartão, 25 milhões, que há três anos trabalhavam somente com dinheiro, aceitam o Pix", afirma.

O CEO da Dock, que acumula 70 milhões de contas ativas e 7 bilhões de transações anuais em mais de 10 países, afirma que a integração bancária — 87% dos brasileiros com renda mensal de até R$ 2 mil utilizam ferramentas financeiras — também ganhou tração por conta dos atores envolvidos. "Temos um regulador forte, fintechs e empresas de TI inovadoras que impulsionam essa evolução."

Apesar dos números em alta, Soares diz que a bancarização "sozinha" não é inclusão. "Um desenvolvimento econômico inclusivo vai além da promoção de serviços digitais. Temos que resolver o problema do crédito acessível", afirma. Segundo o executivo, 37% dos consumidores apontam que o acesso ao crédito está mais difícil, enquanto apenas três em cada dez pequenos negócios conseguem obter empréstimos.

Para mudar esse cenário, o executivo aposta nas finanças embarcadas, conceito que diz respeito à integração de serviços — como meios de pagamentos, créditos e seguros — por empresas não financeiras, como varejistas ou farmácias. "No Brasil, a expectativa é que a modalidade possa gerar receitas de até R$ 24 bilhões, até 2026."

Soares acredita que companhias que aderem às finanças embarcadas trabalham com uma visão diferente dos bancos tradicionais. Conhecem melhor os clientes e estão preocupadas em atingir os objetivos de produtividade da carteira que conquistaram, garante o executivo.

Movimentações recentes no mercado mostram que a onda de finanças embarcadas deve crescer. Em junho, o iFood anunciou a incorporação da fintech Zoop para criar um banco digital voltado para restaurantes, batizado de iFood Pago. "Temos dez anos de dados sobre 350 mil restaurantes no nosso ecossistema. Estamos aportando tecnologia e inovação", disse Bruno Henriques, CEO do iFood Pago ao **Valor**.

Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter, destaca a importância da informação para evitar o endividamento das famílias que entram no sistema financeiro. "As mulheres lideram o segmento de pequenas empresas. A educação financeira é fundamental e deve começar cedo, na escola", afirma Vitoria. De acordo com pesquisa realizada este ano pelo Sebrae, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 78% dos negócios que mais vendem por meios digitais são comandadas por empreendedoras. Entre os empresários, esse índice cai para 68%.

Para Marisa Reghini, vice-presidente de negócios digitais e tecnologia do Banco do Brasil, a inclusão é um processo sem prazo para acabar. "Fomos o primeiro banco do país a lançar um cartão em braile", diz Reghini. Em abril, o BB lançou uma versão totalmente em braile do plástico. A instituição também oferece a clientes com deficiência visual a possibilidade de solicitar extrato impresso em braile. Um estudo do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) estima que existam mais de 1,5 milhão de pessoas cegas no país. A maioria (946 mil) está em grupos economicamente vulneráveis.

"Inclusão financeira não é filantropia", observa Soares, da Dock. Segundo ele, ao impactar a base da pirâmide, "estamos contribuindo com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU)". "Dá para ganhar dinheiro e, ao mesmo tempo, mudar o mundo."

Na trilha do ESG

67% dos bancos oferecem soluções de educação financeira aos clientes

Tipos de produtos e serviços ESG ofertados pelos bancos no Brasil - em %

Produto/serviço	%
Financiamento sustentável	83
Educação financeira	67
Emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis	50
Investimento responsável	44
Empréstimos com taxas de juros baseadas em desempenho ESG	39
Rastreamento da cadeia de suprimentos	28

Como os bancos no Brasil oferecem educação financeira aos clientes - em %

Canal	%
Página no site	92
Palestras e cursos	77
Aplicativo	62
Mídias sociais	54
Podcasts	38
E-mail	31
FAQ e/ou SAC	15
SMS	15

Fonte: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024, com 28 bancos

21ª é a posição do Brasil no Índice Global de Inclusão Financeira

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Educação financeira é fundamental e deve começar na escola" *Rafaela Vitoria*

Agenda ESG ganha espaço na carteira de crédito

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

A preocupação com a sustentabilidade ganha cada vez mais espaço na estratégia dos bancos. Isso passa por olhar de forma proativa e técnica os riscos socioambientais das atividades das empresas que tomam empréstimos.

Esse é um dos focos de atenção do Santander, conta Mário Leão, CEO do banco. "Temos ainda agenda com papel financeiro focado no social com fomento ao microcrédito. O Prospera tem carteira de R$ 3 bilhões e tudo o que desenvolvemos com os empréstimos soma mais de R$ 20 bilhões. Esta carteira tem 3 milhões de clientes ativos", afirma. O Prospera é o banco de microcrédito do Santander. "É a maior operação de microfinanças privada do Brasil. E a agenda de negócios ESG é fundamental para o banco no Brasil e no mundo. O Santander investe 2 bilhões de euros só no fomento ao ensino superior, sendo R$ 40 milhões em bolsas de estudos no Brasil", diz Leão.

Caixa, Bradesco e Itaú também avançam em suas carteiras de crédito ligadas ao Escopo 3, do Pacto de Paris, que diz respeito aos empréstimos a empresas comprometidas com práticas ESG (ambientais, sociais e de governança).

A Caixa criou uma vice-presidência executiva para tratar de sustentabilidade e inovação e garante que mais da metade de sua carteira já está em conformidade com o Escopo 3. "Somos o único banco que têm 64,29% de R$ 1,1 trilhão da nossa carteira de crédito já com operações de crédito sustentável", afirma seu presidente, Carlos Vieira.

O Itaú deve bater nos próximos meses a meta estabelecida para 2025 de conceder R$ 400 bilhões em crédito para empresas que tenham projetos de transição energética e socioambiental. "Vamos estender o volume ainda maior para os próximos cinco anos. Queremos ajudar as empresas emissoras de CO_2 a se engajarem nesta transição", conta o presidente da instituição, Milton Maluhy.

"No ESG todas as letras são importantes para o Bradesco. Para 2025, estamos com R$ 250 bilhões para aplicar em companhias que têm sustentabilidade. Já em relação ao 'S' a fundação Bradesco mantém 40 escolas com 42 mil alunos, com orçamento anual de R$ 1,7 bilhão", afirma o CEO do Bradesco, Marcelo Noronha.

Capacitação de talentos tem foco em diversidade

De São Paulo

A capacitação e a contratação de pessoas de baixa renda e de grupos minorizados têm ocupado lugar de destaque no planejamento do setor financeiro. Há novas formações para especialistas em crédito, tecnologia e cibersegurança. "A educação é uma ferramenta de inclusão", garante Katiuscia Karine Lange, coordenadora da área de gestão de pessoas da Central Sicredi PR/SP/RJ.

Desenvolvido para potencializar talentos e fornecer oportunidades de trabalho, a instituição financeira cooperativa Sicredi, em parceria com a Febraban Educação, escola de negócios e finanças da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), mantém um projeto de inclusão social que formou 43 profissionais entre 2022 e 2023. O curso "Mercado financeiro com certificação FBB 510" é voltado à atuação em cooperativas de crédito.

Segundo Lange, entre os graduados, 72% são pessoas negras e 60% são mulheres. A faixa etária das turmas, que incluem profissionais que trabalham como copeiros e vigilantes, vai de 18 a 50 anos. "A certificação que estudamos é a mesma feita pelos funcionários de carreira do Sicredi", diz.

Além de crédito, o conteúdo inclui temas como matemática financeira e lavagem de dinheiro, explica Armando Tosi, professor da Febraban Educação. Do total de 19 formados em 2022, 47% assumiram posições na cooperativa, a maioria como auxiliar de atendimento (22%). Em 2023, dos 24 graduados, 63% foram admitidos, a maior parte em funções como auxiliar administrativo (13%) e caixa (13%). O projeto, que terá uma nova turma diplomada em agosto deste ano, continua em 2025.

De acordo com Ildo Tavares, responsável pela área de parcerias e negócios da Febraban Educação, pelo menos 113 mil alunos participaram de cursos livres ou sobre certificações profissionais ligadas ao mercado financeiro em 2023. "Somente no primeiro trimestre de 2024, já são 25 mil", diz Tavares, que acrescenta que as qualificações desenhadas para grupos minorizados estão em curva crescente.

Em junho, a Febraban passou a apoiar um projeto de bolsas de estudo para ingresso de negros e indígenas no Poder Judiciário. A ideia do Programa de Ação Afirmativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), é garantir condições e oportunidades mais igualitárias no Exame Nacional da Magistratura.

A iniciativa visa oferecer vagas em cursos preparatórios, com bolsas de R$ 3 mil por até dois anos, para que os candidatos possam se dedicar aos estudos. A mobilização de financiadores é feita via edital e o plano prevê captar doações de aproximadamente de R$ 15 milhões.

A iniciativa do CNJ dialoga com as ações afirmativas das instituições financeiras, que já atuam em outras frentes para ampliar oportunidades de contratação e de evolução de carreira de pessoas negras e com deficiência, diz Amaury Oliva, diretor de sustentabilidade e cidadania financeira da Febraban.

A atuação da entidade no eixo de educação e diversidade ganhou força há cinco anos, com o programa Somamos, conduzido pela Febraban Educação e parceiros do mercado. A atividade impactou mais de 500 pessoas em 12 Estados com capacitações e mentorias. Uma das mais recentes é uma formação em mercado financeiro e cibersegurança para mulheres e pessoas negras. O curso é on-line e gratuito. Conta com 40 alunos e será finalizado em setembro.

"Quem não forma [pessoas], não performa", garante Diogo Bezerra, fundador e diretor de marketing da Mais1Code, escola gratuita de ensino tecnológico para jovens e empreendedores periféricos, com clientes como o Instituto Nu, do Nubank, e a Iteris, companhia de software com contratos no setor financeiro.

Fundada em 2020, a Mais1Code recebeu mais de 2 mil alunos, a maioria (70%) mulheres e pessoas pretas e pardas (70%). "Aprender tecnologia e inglês pode ajudar a mudar a realidade de muitos", diz Bezerra, homem negro, que nasceu na periferia de São Paulo e também criou a escola de inglês 4WAY, "para quem pode ou não pagar".

Além da formação, Bezerra apoia a entrada dos novos profissionais no mercado. A Mais1Code é parceira estratégica do be.tech, programa de capacitação e inserção de talentos da Seastorm Ventures, holding de desenvolvimento de negócios digitais. "Em um projeto piloto que fizemos, 91% dos alunos foram contratados logo no início do treinamento", diz.

De acordo com a Pesquisa de Diversidade, Equidade e Inclusão 2024, do Instituto Ethos e Época Negócios, 80% das organizações afirmam que manter equipes diversas é estratégico para estimular a inovação. A análise verificou boas práticas com 204 companhias de 11 segmentos. No setor financeiro, a organização mais bem avaliada foi o Banco Pan. Entre os principais indicadores da instituição financeira estão a participação de mulheres (36%) e pessoas negras (20%) na liderança. *(JS)*

"Quem não forma [pessoas], não performa. Aprender tecnologia e inglês pode mudar realidade de muitos" *Diogo Bezerra*

DIVULGAÇÃO

Bezerra, da Mais1Code: escola gratuita de ensino tecnológico recebeu mais de 2 mil jovens e empreendedores periféricos

Inovação Pesquisa mostra que 86% das instituições financeiras da América Latina usam ou se preparam para usar IA ainda neste ano

Bancos buscam renovar interação com clientes

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Os bancos definiram como uma de suas prioridades a aceleração dos investimentos na implementação da inteligência artificial generativa nas operações que envolvem clientes. Casos de uso já são testados com colaboradores e grupos limitados de consumidores. Esta é uma iniciativa não só do sistema financeiro no Brasil, mas no mundo. Pesquisa da IBM Global AI Adoption Index, conduzida pela Morning Consult, mostra que 86% das instituições financeiras da América Latina estão usando ou se preparando para usar a ferramenta neste ano.

No Reino Unido, o Lloyds Bank busca evoluir o desempenho de sua assistente virtual voltado para o cliente. “No Lloyds, o arcabouço generativo melhorou em 25% a precisão na resolução de problemas”, afirma Matt Candy, sócio-gerente global de IA generativa na IBM Consulting. Além disso, o executivo diz que o banco inglês melhorou em 85% a precisão na classificação das conversas e teve ganho de 15% na confiança dos clientes.

A IBM conta ainda que, no Brasil, a Sicredi, maior cooperativa de crédito do país, está usando ÎA generativa para ajudar no atendimento aos clientes e na satisfação de funcionários. “O resultado foi a melhora de 10% a 12% na resolução de consultas e casos que deixaram de ser escalonados”, observa Joaquin Campos, vice-presidente de IA da América Latina da IBM.

Na opinião dos maiores bancos do Brasil, o uso da IA generativa vai transformar não só o backoffice, mas também a forma de relacionamento com os clientes. Itaú Unibanco, Banco do Brasil , Caixa Econômica Federal (CEF) e Bradesco acreditam que terão que mudar o ‘mindset’. “Uma das experiências do uso de IA com clientes é no reconhecimento da prova de vida do INSS. E outra é no numerário, pois através da IA, a quantidade de cédulas que precisamos ter em cada agência diminui enormemente”, conta Marisa Reghini , vice-presidente de negócios digitais e tecnologia do BB.

O Banco do Brasil criou uma unidade de analytics com IA no ano passado. “Todas as suas funções estão disponíveis em nossa plataforma. São 4 mil usuários por dia usando, sendo que 60% estão na diretoria de negócios. Disponibilizamos ainda módulos com IA generativa para testar e avaliar. Falamos muito sobre como usar os dados e as questões éticas”, diz.

O Itaú vivenciou um dia inteiro de testes, cujo desafio era como habilitar uma instituição inteira com IA e IA generativa. “Discutimos o jeito que a gente enxerga a IA generativa e a velocidade com que o ChatGPT tem sido usado. Recebemos uma avalanche de solicitações de pessoas que começaram a adotar o ChatGPT no banco. O fenômeno nos levou a ações e temos 250 casos de uso dentro do banco”, conta Ricardo Guerra, CIO do Itaú Unibanco.

Já a Caixa está com 116 milhões de clientes usando a ferramenta em forma de teste. “Temos cláusulas pétreas para o uso desta tecnologia e isso inclui as pessoas, pois devemos usar essa solução só para melhorar a vida das pessoas”, diz Laércio Roberto Lemos Souza, vice-presidente de tecnologia e digital da Caixa. Souza alerta que é preciso ter uma boa gestão de pessoas para gerir a IA generativa, ainda mais no caso da Caixa, que atua como banco de negócios e na entrega de benefícios do governo federal. “Um exemplo de uso de IA é na nossa jornada de habitação, que reduziu a análise de processo de três dias para três horas”, afirma.

O Bradesco, que começou a sua jornada com IA em 2016, com a BIA, seu chatbot, diz que é preciso adotar a IA generativa com muita responsabilidade, especialmente quando começar a ter relação com os negócios. “Mais de 800 mil clientes já usaram a BIA para fazer PIX de janeiro a maio deste ano. A questão é qual o modelo e uso racional que esperamos com cada iniciativa de uso do GenAI”, observa Edilson Reis, CIO do Bradesco.

Reis diz que faz sentido no futuro usarem modelos menos generalistas para ganhar tração. “Vejo a evolução para os próximos anos em como nós olhamos e o que queremos entregar para os clientes com o uso da tecnologia”.

PAULO CESAR ROCHA/ DIVULGAÇÃO

Matt Candy, da IBM Consulting: arcabouço generativo melhorou em 25% a resolução de problemas no Lloyds Bank

Finanças assistidas são nova fronteira

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

O casamento do mundo financeiro com a tecnologia está criando um universo de finanças assistidas. A inteligência artificial instrumentaliza clientes para tomada de decisões e traz assertividade para operações, que incluem desde a geração de novas fontes de receita até prospecção, transações e atendimento a clientes com emprego de dados e cruzamento de ferramentas, principalmente para aproveitar as oportunidades abertas com o open finance.

Um dos destaques é a inteligência artificial generativa. A Microsoft, depois de absorver 49% das ações da OpenIA, criadora do ChatGPT, inseriu a tecnologia para produtos como Windows 11 e o pacote Office, facilitando a vida de consumidores e empresas.

Para o mercado financeiro, fortemente regulado e com compliance exigente, a executiva de vendas da Microsoft Corporate, Soraya Thorsjö, recomenda o uso em três frentes: para otimizar e executar atividades repetitivas, como leitura de contratos; criar novas linhas de receitas, como gestão de contratos inteligentes em blockchain ou trazer tokenização para vendas novas; e aumento de produtividade, a fim de gerar uma ata de reunião automaticamente com uso de ferramentas do dia-a-dia.

Além disso, a integração entre tecnologias diferentes gera novas oportunidades. No campo, câmeras apoiadas por IA criaram uma solução com possibilidade de calcular desde o tamanho de sementes até o crescimento do plantio para apoiar a avaliação de risco na oferta de crédito para produtores rurais.

> Microsoft sugere ferramenta para leitura de contratos e elaboração de atas de reunião

A Meta oferece IA e IA generativa para apoiar desde a descoberta de produtos pelos consumidores até prospecção e relacionamento com clientes por meio de suas plataformas, como Facebook, Instagram e WhatsApp. Seu conjunto Advanced Plus entrega capacidades complexas em segmentação, adequação, audiência e capacita objetivos de negócios como vendas cruzadas ou aumento de tíquete médio.

O sistema de mensageria é outro destaque no universo de negócios, além da oferta de conectores de software (APIs) para facilitar o uso de recursos pelas empresas. “Em breve estará disponível serviços de voz para navegação do usuário em todas as plataformas”, diz a head de vendas da Meta e líder de desenvolvimento de negócios do WhatsApp para a América Latina, Nina Dragone.

IA impulsionando mercado financeiro digital é destaque na Febraban Tech

Evento também discutiu papel da nuvem para acelerar negócios e agenda ESG do setor

No novo paradigma de digitalização do mundo financeiro, onde a inteligência artificial (IA) tem protagonismo, tecnologias que deem conta de integrar diferentes ferramentas como internet das coisas (IoT) e BD & Analytics, assim como manter dados em segurança, são cada vez mais essenciais. Esse contexto foi discutido em diferentes momentos da Febraban Tech, o maior congresso de tecnologia do setor, que aconteceu em São Paulo, entre 25 e 27 de junho. Pautas em governança ambiental, social e corporativa, reunidas na sigla ESG, também tiveram relevância nesses três dias.

Parceira na transformação digital de grandes empresas do país, a Embratel participou ativamente do evento e contou com espaço exclusivo, no qual apresentou soluções em IA, omnichannel, nuvem, redes corporativas, segurança cibernética, open gateway e open finance.

A Embratel também participou de debates com lideranças do mercado financeiro, como foi o caso do painel “Multicloud híbrida, a aceleração da inovação e a busca de talentos”, que contou com César Lima Piau, gerente executivo da Caixa, Suzan Barreto, sócia da consultoria PWC, e Diuliana França, diretora de Serviços Cloud B2B da Embratel.

IMAGENS: © LEO ORESTES

Raquel Possamai, diretora executiva de Mercado Financeiro da Embratel

Ana Carla Abrão, vice-presidente de Novos Negócios da B3

Tania Cosentino, presidente da Microsoft Brasil

Marisa Reghini, vice-presidente de Negócios Digitais e Tecnologia do Banco do Brasil

O painel apontou a cloud como grande plataforma de negócios e a multicloud híbrida como integradora tecnológica de alto potencial. “As nuvens proporcionam acesso a tecnologias emergentes que permitem maximizar os resultados com a base de clientes”, destacou o executivo da Caixa.

Diuliana lembrou como a multicloud híbrida permite maior visibilidade sobre investimentos e retorno. “Os custos de cada serviço aparecem de forma muito evidente para as áreas de negócio.” Suzan, no entanto, ponderou a importância de ter a estratégia e os parceiros certos. Ela mencionou pesquisa da PWC mostrando que, embora 78% das companhias já tenham estratégias de cloud, apenas 10% delas alcançam objetivos pretendidos.

Já Raquel Possamai, diretora executiva de Mercado Financeiro da Embratel, mediou o painel “O ESG no mercado financeiro para a promoção da inclusão cidadã e econômica no Brasil”, que contou só com mulheres como debatedoras.

No debate, Tania Cosentino, presidente da Microsoft Brasil, apontou: “ESG é uma jornada que requer letramento. O grande desafio é avaliar impactos, medindo toda a cadeia de suprimentos. E, para isso, é fundamental utilizar a tecnologia para reunir dados e extrair insights.”

Marisa Reghini, vice-presidente de Negócios Digitais e Tecnologia do Banco do Brasil, trouxe exemplos inspiradores. “Somos o primeiro banco brasileiro a lançar um cartão em braile e queremos até 2025 avançar na maturidade digital de 17 milhões de clientes.”

Ana Carla Abrão, vice-presidente de Novos Negócios da B3, ressaltou como o ESG se tornou preponderante para quem investe. “Sinalizamos para o mercado que empresas com o selo Ações Verdes e uma representatividade mais ampla vão ser mais bem recebidas pelos investidores.”

Raquel concluiu ressaltando que o processo não é pontual, mas de longo prazo. “ESG é uma maratona, sua implementação depende da tecnologia. No grupo Claro, que inclui a Embratel, 72% de toda a energia consumida já vem de fontes renováveis.”

INÊS 249

Tecnologia Propostas devem equilibrar inovação e proteção de direitos, dizem especialistas

Regulação da IA no Brasil impõe desafios ao mercado

Suzana Liskauskas
Para o Valor, de São Paulo

As questões que envolvem a regulamentação da Inteligência Artificial (IA) movimentaram o Febraban Tech 2024. Nas apresentações do congresso, praticamente houve um consenso sobre a necessidade de haver uma regulação para o uso da IA no país. Porém, nos bastidores dos estandes e nos corredores do evento, as conversas sobre regulamentação da tecnologia não expressaram exatamente um consenso. Esbarraram no entrave à inovação e no receio de uma interferência política no tema.

Do ponto de vista da proteção dos direitos fundamentais e de valores, como a democracia, há uma defesa contundente sobre o papel da regulação da IA. Entre as propostas que tramitam no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2338, de 2023, de iniciativa do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi apontado, no evento, com um dos textos que melhor expressa a realidade da aplicação de IA no país.

"A gente precisa, de fato, ter uma regulamentação. No mundo inteiro, essa discussão está ganhando força. Recentemente a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou à conclusão de que a inteligência artificial precisa ser regulada, para que haja esse equilíbrio entre a inovação, a manutenção de todos os benefícios, mas também a garantia de proteção de direitos fundamentais. E a proteção de uma série de valores como a própria democracia", diz a advogada Ana Frazão, professora de direito civil e comercial da Universidade de Brasília (UnB) e sócia do Ana Frazão Advogados.

Durante o painel Inovação + Proteção: o desafio da regulamentação na implementação de IA, Frazão ressaltou que o PL nº 2338/23 está bem sedimentado, por sair da esfera da discussão principiológica e estabelecer com clareza os deveres que devem ser cumpridos por quem usar os sistemas de IA. "O projeto traz uma taxonomia dos riscos, apontando risco excessivo, risco alto e a categoria residual, que não é um risco considerado relevante", observou Frazão.

Sobre o conteúdo da matéria, o projeto de lei, na análise de Frazão, já apresenta um grau de maturidade, embora ainda necessite de ajustes. "O projeto atingiu maturidade suficiente para ser apreciado na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Agora faltam ajustes como as questões do reconhecimento facial e crédito, mas faz parte do debate", afirmou Frazão.

Diante de uma economia movido a dados, Frazão enfatiza a necessidade de ressignificar direitos fundamentais para adaptá-los a uma nova realidade tecnológica. "Muitas das discussões jurídicas em torno da proteção dos consumidores e dos cidadãos dizem respeito a direitos fundamentais que existem há muito tempo. Já existe o direito à liberdade, ao livre arbítrio, à privacidade, mas é preciso entender como a inteligência artificial afeta esses direitos", disse.

Paulo Kimura, diretor de segurança e governança de TI da Blip, também destacou o papel da regulação em garantir os direitos individuais já estabelecidos por lei, que não se limitam à proteção e privacidade dos dados. "Em outras palavras, é preciso garantir que a regulação tenha participação ativa de profissionais relevantes que possam contribuir, considerando suas expertises em diferentes áreas", afirmou.

> "Já existe direito à privacidade, ao livre arbítrio, à liberdade, mas é preciso entender como a IA afeta esses direitos" *Ana Frazão*

Lançado durante o Febraban Tech 2024, o estudo AI For Business, realizado pela consultoria TCS, colocou a regulação na pauta. O estudo ouviu, em maio, cerca de 1,3 mil executivos de diversos segmentos na América do Norte, na América Latina, Europa e na região Ásia-Pacífico.

No Brasil, o estudo mostrou que nenhum executivo discorda sobre ser muito cedo ou desnecessário regular a IA, enquanto 69% deles preferem padrões globais, além de controles regionais específicos. A maioria dos executivos ouvidos no Brasil se mostrou mais favorável à defesa da regulação oriunda do governo e da academia. Já no recorte de América Latina, o estudo aponta que 22% dos executivos acham a regulamentação desnecessária.

Tushar Parikh, head de BFSI Latam da TCS, ressaltou ser preciso oferecer soluções que possam ser adaptadas ao contexto local. "Chamaram nossa atenção, os dados do Brasil, sobre a preferência por padrões globais, porém, com especificidades regionais. Temos que dar essa opção ao mercado, com o cuidado que adotamos com as soluções da TCS", disse Parikh.

Defensora da regulação de IA, sobretudo para garantir o desenvolvimento ético e responsável, Pétala Tuy, head de inteligência artificial e machine learning da Atos Brasil, afirmou que o Brasil enfrenta desafios na implementação de uma regulação que assegure esses direitos sem inibir a inovação. "Um desses desafios é encontrar o equilíbrio entre os três principais pilares: robustez, para garantir a proteção dos direitos fundamentais; flexibilidade, para que não se torne obsoleta rapidamente; e ser progressista, para fomentar e favorecer o desenvolvimento da inovação e tecnologia", disse Tuy.

Marco Stefanini, fundador e CEO Global do Grupo Stefanini, destacou que qualquer inovação traz oportunidades para a sociedade, mas também ameaças, portanto, é preciso haver a regulação, com equilíbrio. A preocupação de Stefanini está ligada às orientações que colocam a regulação à frente da inovação, citando o exemplo da União Europeia. "Em alguns países, algumas orientações, quase colocam a regulação à frente da inovação. Aí você mata em inovação, deixa a sua sociedade naquele país vulnerável, porque os outros vão seguir em frente. Esse é o equilíbrio, que é fácil falar e muito difícil de aplicar", disse o executivo.

Cristiane Manzueto, advogada e sócia da área de proteção de dados e propriedade intelectual do Tauil & Chequer Advogados, também aposta no equilíbrio da regulamentação para evitar prejuízos à operação e ao desenvolvimento de aplicações de IA no sistema financeiro.

"Precisamos de uma abordagem mais casuística, evitando nivelar todo um setor, práticas ou tipos de tecnologias, partindo do pressuposto que seriam de alto risco. Isso pode prejudicar o bom funcionamento e o desenvolvimento do setor financeiro do país. Qualquer modificação na lista de alto risco deve ser precedida de consulta pública, permitindo que o setor afetado apresente sua realidade, argumentos e impactos em suas atividades", afirmou.

DIVULGAÇÃO

Ana Frazão: regulação da IA deve garantir o equilíbrio entre inovação, manutenção de todos os benefícios e a garantia de proteção de direitos fundamentais

DIVULGAÇÃO

> "É o racismo no algoritmo ou o racismo de quem trabalha ou desenvolve tais aplicativos?" *Deives Rezende*

Aplicação no uso de dados deve evitar vieses

De São Paulo

O debate sobre a necessidade de as aplicações de Inteligência Artificial (IA), incluindo a IA Generativa, respeitarem questões como transparência, governança e ética está aquecido. As rodadas de conversas no Febraban Tech 2024 apontaram, como um dos maiores desafios para cumprir essa agenda, a governança do desenvolvimento do modelo preditivo. Na prática, isso significa uma preocupação com os dados utilizados nos modelos de IA para evitar vieses que levem à discriminação e ao preconceito.

Deives Rezende Filho, fundador e CEO da Condurú Consultoria, ressaltou que, no segmento das instituições financeiras, fintechs e varejo, a utilização da inteligência artificial é uma realidade e não voltará mais como era antes. Porém, é preciso estar atento às questões envolvendo inclusão e diversidade, afirma.

"Quais os custos sociais e de diversidade e inclusão nesta nova realidade? Nasci homem negro, sou negro e morrerei negro. Aí vem a pergunta: Por que preciso tirar várias vezes a minha fotografia quando é necessária uma confirmação e/ou atualização cadastral em bancos, fintechs e empresas de varejo, mesmo que necessárias por segurança? É o racismo no algoritmo ou o racismo de quem trabalha ou desenvolve tais aplicativos?", observou Rezende Filho.

Andrea Moraes, head global de consultoria de negócios da FICO, também reforçou a importância da ética e da governança no processo de desenvolvimento do modelo preditivo. "O dado é um reflexo da realidade, então, pode conter vieses. Na sociedade, há várias questões que envolve mulheres na liderança, racismo, entre outros", comentou.

Para eliminar o viés, Moraes disse que o desenvolvimento dos modelos de IA precisa ser responsável. "É preciso muito cuidado ao formular as perguntas, saber como fazer a curadoria e como usar a informação que está disponível para não refletir racismos, discriminação, além do cuidado com a própria alucinação da IA generativa", afirmou.

Paulo Renã, sócio da Veredas DH, enfatizou o papel da regulação do uso de inteligência artificial no segmento bancário para evitar vieses racistas e discriminatórios e, consequentemente, impactos nos direitos humanos.

"Vivemos em uma sociedade marcada por preconceitos, que se refletem em vários dados objetivos, inclusive do sistema financeiro. Sem uma exigência legal de que a tecnologia seja, por exemplo, antirracista, ou seja, desenvolvida assumidamente para evitar a discriminação racial, é natural que a inteligência artificial reproduza, inclusive no segmento bancário e de crédito, não só o racismo, mas toda a sorte de preconceitos sociais, como machismo, etarismo, classicismo, homofobia etc.", ressaltou.

Diana Troper, data protection officer (DPO) da Unico, empresa de identidade digital, também enxerga na regulação equilibrada um caminho para combinar inovação e a preservação dos direitos dos indivíduos. Em termos de IA, um direito inegociável, na visão de Troper, é a transparência. "No sentido mais principiológico. Fazer com que as pessoas conheçam o que é feito, quais os propósitos, para que elas possam contestar, outro direito que decorre de todos os deveres e princípios colocados na regulação", afirmou Troper.

Para André Fernandes, diretor de pré-vendas da NICE, que desenvolve software com IA, no dia a dia de desenvolvimento, as equipes devem ter a preocupação em validar a base de conhecimento do cliente, de onde a IA irá extrair informações. "Nas provas de conceito, a primeira providência é validar essa base de conhecimento para garantir que a informação está correta", ressaltou Fernandes.

Na visão de Larissa Lima, consultora especializada em IA do SAS, a IA precisa beneficiar o ser humano. "Quando falamos de ser humano e inteligência artificial não há como desassociar da análise de dados. Com um volume imenso de dados, a privacidade e a segurança precisam ser discutidas, porque as empresas devem garantir que esses dados estejam protegidos", disse.

Já Guilherme Assis, CEO do Gorila, ressaltou que o uso da IA de maneira ética e responsável exige que os dados estejam organizados em sistemas modernos e acessíveis para todos, dentro de uma organização. "Como posso pensar isso de maneira ética e responsável, ao usar a IA, se eu não tenho esses dados acessíveis. Fica muito mais difícil de dar esse pulo e até de entregar essa experiência para o cliente final", afirmou Assis. *(SL)*

Ferramenta embasa soluções de fintechs premiadas

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Fintechs vencedoras do campeonato de 'pitches' da Febrabantech mostram como a inteligência artificial está embasando boa parte das soluções consolidadas pelas inovadoras. A escolha das premiadas passa por filtros como seleção para participar do espaço dedicado às novatas, com características de não ter obtido ainda investimento série A e não ser ligada a grandes instituições.

Este ano, foram 35 empresas expositoras, das quais 12 selecionadas para competição de pitches. As vencedoras foram a Flourish Fi, fundada em 2018 no Vale do Silício pelo brasileiro Pedro Moura e pela americana Jessica Eting, e a Simpletech, nascida no Uruguai em 2011.

A Flourish Fi oferece uma plataforma de inteligência, lealdade e engajamento para melhorar o relacionamento de bancos e instituições financeiras com seus usuários e já recebeu aportes de aproximadamente US$ 4 milhões, com foco em dados e ciência comportamental, enquanto a Simpletech se volta para ferramentas de gestão de conversas com clientes, incluindo WhatsApp e interação entre atendimento por chatbots e humanos.

O emprego de inteligência artificial (IA) é um ponto em comum entre vencedoras desta edição e de anos anteriores. A Data Rudder, uma das vencedoras do ano passado, aplica IA em prevenção a fraudes, com detecção de até 78% de contas laranjas, criadas para golpes, e até 80% de fraudes em Pix — com 99% de taxa de aprovação, em operação restrita a milissegundos.

> **12** empresas escolhidas para competição de pitches

Em novembro último a fintech recebeu aporte série A de R$ 10 milhões liderado pela L4 Venture Builder, fundo de venture capital da B3. A iniciativa rendeu o lançamento conjunto da DataBusters, solução de compartilhamento de informações sobre indícios de fraude entre instituições financeiras para apoiar a adesão à Resolução Conjunta 6 do Banco Central, que dispõe sobre o tema. "Hoje empresas e áreas de prevenção são reativas e buscamos trabalhar de forma mais preditiva", diz Rafaela Helbing, CEO da fintech.

Já a 4KST, campeã das Febraban Tech de 2023 e 2022, nasceu no centro de pesquisa em IA no Hotmilk, ecossistema de inovação da PUC-PR. Investida da Finep, oferece modelagem de dados e tecnologia para ampliar o universo de informações à disposição das interessadas em oferta de crédito, por exemplo, unindo dados internos e externos das empresas aos de birôs tradicionais. Sua maior sacada é o uso de inteligência adaptativa, com algoritmos capazes de atualização contínua retroalimentada por novas interações, conta o CEO Riccardo Lanzuolo.

A Mintech, por sua vez, fornece soluções para coleta e modelagem de dados e emprega informações geradas por aplicativos e celulares para apoiar escores de crédito personalizados. Um dos resultados é a geração de novas variáveis para qualificação e inclusão da população trabalhadora de aplicativos, sem comprovação de renda, no mercado de crédito. Uma das variáveis "descobertas" graças ao uso de IA é a relação com carga de bateria e inadimplência, que pode ser maior no caso de uso de celulares mais velhos que descarregam mais rapidamente, exemplifica o CEO Gustavo Cruz.

Segurança digital Cenário preocupa mercado financeiro, o 2º setor mais atacado no mundo em 2023

IA ajuda bancos no combate às fraudes

Mônica Magnavita
Para o Valor, de São Paulo

Segurança cibernética aparece entre os cinco maiores riscos previstos para os próximos dois anos no mundo, de acordo com relatório do Fórum Econômico Global divulgado em 2024. A percepção encontra respaldo nas perdas de mais de US$ 1 trilhão decorrentes de fraudes e golpes no planeta. O cenário preocupa, especialmente o mercado financeiro, já que foi o segundo setor mais atacado no mundo em 2023, atrás apenas da indústria de manufatura, segundo a NTT Data, empresa de informação e tecnologia.

Não por outra razão, o tema, discutido em diversos painéis da Febraban Tech, vem ganhando relevância entre os bancos brasileiros, que destinam 10% de seus investimentos em tecnologia da informação no desenvolvimento de ferramentas de segurança cibernética. Parte dessas estatísticas, segundo os especialistas, se deve à excessiva confiança dos usuários em relação ao interlocutor que está do outro lado da linha. "Ninguém se acha capaz de cair em golpes", foi a frase repetida por diversos painelistas.

O contra-ataque do setor, no entanto, tem surtido efeito. "Ao longo do último ano, com o uso de algoritmo sofisticado em inteligência artificial, tivemos uma redução de quase 50% de todas as tentativas de fraude contra o banco. Quando isso acontece, o próprio golpista desiste de tentar, porque percebe a dificuldade em passar pelas barreiras de segurança. O apetite do fraudador está atrelado ao sucesso que tem na transação", diz Alexandre Volpini, diretor de segurança corporativa e prevenção a fraudes do Itaú Unibanco.

Os bancos investirão R$ 47,4 bilhões em tecnologia neste ano, conforme pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024, o dobro do realizado em 2015. No ano passado, conforme estudo da LexisNexis Risk Solutions, 59% das empresas pesquisadas no país relataram aumento nas fraudes. Nas instituições financeiras, o custo médio é de R$ 4,49 para cada real perdido, valor superior aos demais setores da economia.

Inteligência artificial, algoritmos, banco de dados e biometria comportamental são algumas das ferramentas utilizadas contra fraudes e golpes. O arsenal tecnológico vem sendo utilizado, prioritariamente, na antecipação de riscos. Tecnologias de última geração permitem aos bancos identificar operações fora do perfil do cliente e intervirem na transação antes da concretização do crime. Quando o sinal amarelo acende, uma mensagem é emitida ao correntista, chamando a atenção para um possível golpe em andamento.

"Nosso alerta aumenta a confiança do cliente com o banco. O cliente fraudado é extremamente detrator", diz Volpini. Além disso, o setor adotou medida bem mais simples e sem custos, que é o compartilhamento de informações. Assim, tentativas frequentes de determinados tipos de golpes, quando identificadas por um banco específico, são compartilhadas com todo o setor financeiro, o que não é feito com tanta facilidade em outros países.

A acelerada transformação digital também levou os bancos a apertar o passo na tecnologia de identificação do cliente, processo que vai muito além da biometria facial. Gabriel Borges, diretor do BTG Pactual, enfatiza a relevância da biometria comportamental na prevenção de golpes cibernéticos. "É menos visível para o usuário, mas temos evoluído muito. É possível emparelhar todos os dispositivos usados por um cliente, focar no seu comportamento, nos locais frequentados por ele, se utiliza a mão esquerda ou direita ou se o aparelho de telefone está inclinado ou numa mesa. Tudo isso em conjunto cria uma visão 360 da identidade do indivíduo", diz.

A agilidade do setor financeiro em garantir segurança cibernética, no entanto, caminha lado a lado com a dos criminosos em criar modalidades de golpes. No Brasil, segundo Marcia Netto, CEO e cofundadora da Silveguard, empresa de segurança financeira digital, os fraudadores estão aprimorando as abordagens. "Identificamos mais de 300 tipos de golpes. Os criminosos estão analisando as vítimas por gênero, idade e hábitos, mas as pessoas tendem a ser negacionistas. Não aceitam que podem ser vítimas", diz Netto. Ou seja, para cada perfil, cria-se um tipo de golpe. "Tudo deve ser analisado. Recebeu ligação urgente? A pessoa é que precisa provar quem ela é, os meus dados estão públicos na internet", acrescenta Volpini.

DIVULGAÇÃO

Volpini, do Itaú: algoritmo sofisticado

A criatividade brasileira, no mau sentido, foi reconhecida pelo diretor de segurança estratégica do Google, Eugene Liderman, como fator preocupante. Durante debate sobre o tema, ele declarou que o Brasil é uma espécie de incubador de golpes financeiros. Um dos mais recentes, identificados pelos bancos, é a atuação de fraudadores brasileiros atuando contra bancos e pessoas físicas em Portugal.

"Infelizmente, o Brasil cria tendências e exporta essas tendências de golpes. O que surge aqui em um ano, aparece dois três anos depois na Índia", afirma Liderman. As tentativas mais comuns, segundo ele, vêm de falsos call centers de instituições financeiras alertando para uma ameaça na conta bancária que precisa ser interrompida com urgência. "No Google, identificamos cada um dos métodos e buscamos maneiras de proteger os mais de 5 bilhões de usuários no mundo", diz.

"Criminosos estão analisando as vítimas por gênero, idade e hábitos, mas as pessoas tendem a ser negacionistas"
Marcia Netto

INÊS 249

Capacitação Treinamentos precisam equilibrar os conteúdos de acordo com perfil e aptidões dos funcionários, dizem especialistas

Cursos ligados a IA despontam como prioridade para mercado

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Companhias da área financeira vão precisar correr para capacitar equipes diante de novas áreas do conhecimento e demandas de projetos. A análise é compartilhada entre chefias de grandes organizações e especialistas em capacitação técnica. Para a maioria, as prioridades de aprendizado neste segundo semestre devem incluir cursos ligados à inteligência artificial generativa (GenAI, na sigla em inglês).

"A necessidade de treinamento surge tanto para quem está na empresa, como para os profissionais que vão chegar", alerta Rodrigo Anicet Fischer, coordenador de gestão do conhecimento da Universidade Corporativa do Banco Central (UniBC). Este ano, o banco abriu processo seletivo para 100 vagas, sendo 50 para a área de TI, com reserva de posições para pessoas com deficiência (5%) e negros (20%). O ingresso mais recente de concursados no BC aconteceu em 2015.

Para Fischer, os cuidados com a escolha dos treinamentos mais urgentes precisam levar em conta a atratividade dos conteúdos e os conhecimentos exigidos com a evolução do mercado. "No BC, com cerca de 3,2 mil funcionários, há uma grande representatividade de pessoas acima de 50 anos. Quem entra no banco faz carreira acima de dez anos", explica. "Nesse cenário, oferecemos trilhas de aprendizado. Desde como usar um editor de textos até aprender recursos de IA ou virar um cientista de dados."

O coordenador acredita que as sugestões dos cursos também devem respeitar as aptidões de cada empregado. "É preciso estimular o protagonismo do colaborador na aprendizagem. Ele deve ser o agente da própria mudança", justifica. "Não adianta tentar 'arrastar' um profissional que não gosta de TI para aulas de programação."

No final do dia, continua Fischer, o objetivo é garantir uma formação tradicional, voltada para negócios, combinada com informações atualizadas e mais imediatas. "O importante é que os times aprendam, apliquem e compartilhem o que está sendo ensinado."

De acordo com Fischer, engenheiro de formação e no Banco Central há quase 14 anos, a área de conhecimento do banco está desenvolvendo uma nova trilha de aprendizagem, de quatro módulos, sobre IA e machine learning (aprendizado de máquina). "Preferimos chamar a IA de 'inteligência aumentada', pois os profissionais vão usá-la para ampliar habilidades no ambiente de trabalho."

Na avaliação de Jefferson Denti, líder de IA na consultoria Deloitte, as organizações costumam se deparar com diferentes tipos de "alunos" quando deslancham baterias de conteúdos inéditos. "Há o 'resistente', que acha que a inovação em estudo não vai dar certo; o 'migrante digital', que gosta de testar coisas novas, e os 'nativos on-line', que nasceram fazendo parte do que as chefias querem ensinar", detalha.

É crítico entender esses perfis para "dosar" o estilo e a abordagem das qualificações, afirma Denti. "Se o conteúdo for muito técnico, vai aumentar, por exemplo, a aversão dos 'resistentes' ao aprendizado", acrescenta.

O consultor destaca que o ensino corporativo de novas competências, como a utilização da IA, devem respeitar alguns fatores para obter resultados. "É necessário gerar confiança sobre a aplicação da tecnologia", diz. "Os funcionários precisam ter certeza de que a IA não vai 'roubar' o emprego deles. O prejudicado será quem não souber usá-la."

Para isso, acrescenta Denti, é fundamental criar ações de letramento sobre o conceito, a fim de engajar mais os empregados. Uma das iniciativas recentes da consultoria é a Deloitte AI Academy, uma plataforma com mais de 15 ofertas de aprendizado de IA e GenAI para profissionais de todos os segmentos. "Hoje, está todo mundo testando essas tecnologias. Mas não se engane, vão ganhar força, muito em breve, em todos os setores", diz.

De acordo com um estudo divulgado em junho pela consultoria EY sobre as principais tendências globais de inovação, 83% das lideranças das empresas estão interessadas em oportunidades de criação de valor representadas pela inteligência artificial generativa, mas 78% apontam que os times das operações ainda precisam de uma maior compreensão sobre aplicações e conceitos. A pesquisa ouviu mais de 1.400 companhias em 20 países, incluindo o Brasil.

> "É preciso estimular o protagonismo do colaborador na aprendizagem. Ele deve ser o agente da própria mudança"
> *Rodrigo Fischer*

Desafio para as lideranças

23% das empresas têm profissionais qualificados para trabalhar com IA

Principais planos das lideranças no uso da IA no Brasil - em %

Plano	%
Potencializar análises estatísticas	47
Aplicar nos sistemas de negócios	46
Automatizar processos	43
Reforçar a segurança da informação	42

Empresas sem equipes dedicadas ao desenvolvimento de IA - em %

Região	%
Brasil	73
América Latina	60

Empresas que já capacitaram profissionais para usar a IA - em %

Região	%
Brasil	23
América Latina	15

Principais entraves na adoção da IA nas empresas brasileiras - em %

Entrave	%
Resistência à mudança	36
Viabilidade financeira	36
Falta de mão de obra	30
Orçamento limitado	26

Principais entraves na adoção da IA generativa no mundo - em %

Entrave	%
Regulamentação e privacidade de dados	73
Orçamento limitado	60

Planos das lideranças no uso da IA generativa no mundo - em %

Plano	%
Atendimento a clientes	77
Potencializar análises estratégicas	74
Automatizar tarefas repetitivas ou de "baixo valor"	35

Fonte: Pequisa IoT Snapshot 2024/Logicalis, com 246 executivos, sendo 125 no Brasil, além de Argentina (21), Chile (18), Colômbia (37) e México. (45); MIT Technology Review Insights, 2024, com 300 líderes globais.

FOTÓGRAFO

Narezzi, do Santander: prompt pode ser considerada a ferramenta do curioso

Treinamento inclui saber o que perguntar

De São Paulo

Com o advento da inteligência artificial generativa (GenAI, na sigla em inglês) há quase dois anos, um novo debate surge entre as empresas usuárias. "Para termos as melhores respostas via IA, teremos que saber o que e como perguntar ao sistema", avisa Rafael Rovani, head de IA e analytics do Banco do Brasil.

Segundo a Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024 sobre o impacto da GenAI no ambiente de trabalho, quase todos os profissionais precisarão de aprendizagem contínua sobre como utilizar, de maneira eficaz, a IA e a GenAI em seus empregos, sabendo usar os prompts corretos. Prompts são as instruções dadas aos sistemas pelos usuários. "As melhores perguntas vão gerar as melhores respostas", resume Rovani.

A preocupação dos gestores com o assunto não é gratuita. A pesquisa indica que a taxa média de aumento da eficiência nos processos bancários, após a implementação de IA, é de 11%. Este ano, no Banco do Brasil, um novo curso sobre a tecnologia para os funcionários marcou 12 mil inscritos. Os conteúdos são transmitidos ao vivo e as aulas permanecem gravadas. O tamanho da turma é três vezes maior que a de 2023.

O prompt pode ser considerada como a ferramenta do curioso, compara Raphael Narezzi, head de TI do Santander. "Precisa ser claro, conciso, exato e específico. Quanto mais dados o usuário puder dar, maior será a acuracidade da resposta devolvida", diz. "Bibliotecas de prompts podem ajudar quem estiver testando a IA generativa."

Roberto Takeshi Frossard, head de tecnologias emergentes do Itaú Unibanco, diz que o avanço da inovação no banco já é visível. "Temos mais de 250 produtos sendo desenvolvidos com IA", diz. A instituição, segundo o executivo, preferiu disseminar a cultura da IA internamente sem um time central, para ganhar velocidade. "São mais de 360 cientistas de dados distribuídos em várias comunidades de trabalho."

Na visão de Tassiana Rugoni, professora de IA e coordenadora de MBA na Fiap, a adoção da tecnologia deve ser mais disruptiva nos negócios do que o surgimento da internet. "A IA não vai eliminar postos de trabalho", assegura. "Vai liberar os profissionais a fazerem coisas mais criativas durante o expediente."

> "Quanto mais dados o usuário puder dar, maior será a acuracidade da resposta devolvida"
> *Raphael Narezzi*

De acordo com uma análise divulgada este ano pela Singularity Experts, startup espanhola de aconselhamento de carreira, pelo menos seis novas posições serão criadas nas empresas, nessa primeira fase de implementação da IA. A lista inclui o engenheiro de prompts, profissional que projeta instruções para ferramentas de IA; o pesquisador de IA, que identifica maneiras de usar a inovação para resolver os problemas das companhias e de clientes; e o auditor de algoritmos, contratado para garantir que os programas desenvolvidos estejam livres de preconceitos de gênero, raça ou idade.

O letramento em IA é muito importante nessa etapa inicial de implementações, aconselha Rugoni. "Só vamos engajar mais pessoas nas empresas em torno do tema quando elas entenderem o assunto melhor", diz. "Como no passado, fizemos uma espécie de 'alfabetização' na área de dados; agora é a hora de aprender como trabalhar com a IA generativa." *(JS)*

Mundo só engatinha, diz futurista

Suzana Liskauskas
Para o Valor, de São Paulo

Em meio a um superciclo da economia, o mundo ainda engatinha quando o assunto é inteligência artificial (IA) generativa. "As pessoas perguntam muito sobre IA generativa, mas os líderes ainda não têm certeza do que significa a IA nos seus negócios", disse a futurista Amy Webb, fundadora e CEO do Instituto Future Today (FTI), em apresentação no auditório principal do Febraban Tech 2024, no último dia do evento.

Webb fez uma alusão ao início da internet comercial, quando o setor corporativo não entendia muito bem a função de um website, mas sabia que era preciso desenvolver um. A futurista confessou também sua insatisfação ao ver o sul global ser depreciado e defende que os países dessa parte do planeta devem se apropriar de seu potencial criativo para serem produtores das novas tecnologias.

> IA, biotecnologia e sensores irão transformar a vida de todos, afirma futurista

DIVULGAÇÃO

Amy Webb, do Instituto Future Today: "O planejamento estratégico está considerando a evolução da IA?"

Diferentemente dos ciclos anteriores que mexeram com as estruturas da economia, como a invenção da máquina a vapor, durante a Revolução Industrial, Webb afirma que o mundo experimenta um superciclo em que três tecnologias (IA, biotecnologia e sensores), aparentemente desconectadas, são convergentes e vão transformar a vida de todos para sempre.

Em relação ao uso da IA generativa na área financeira, Webb foi enfática ao afirmar que é preciso dar um salto no uso dos dados e aponta como tendência a adoção do Retrieval-Augmented Generation (RAG). Trata-se de uma tecnologia emergente do campo da IA generativa que melhora o desempenho dos modelos para gerar conteúdo relevante e coerente. No setor financeiro, uma das vantagens da RAG, segundo Webb, é estabelecer um diálogo confiável com os clientes.

Provocativa, Webb levou a plateia a inquietações e reflexões sobre o papel da IA no setor financeiro. E ainda deixou deveres de casa: "O setor bancário será mais pessoal no futuro? O planejamento estratégico está considerando a evolução da IA? Como proteger a privacidade do cliente?".

Aplicações de inteligência artificial

Percentual de instituições que adotam a tecnologia (%)

Tecnologia	%
Biometria facial	75
Chatbot	71
Robotização de processos (RPA)	67
IA generativa	54
Inteligência cognitiva	25
Robô advisor	21
Biometria por voz	17
Inteligência artificial com user interface	17

96% dos bancos possuem tecnologias de IA

Fontes: Febraban e Deloitte.

INÊS 249

Infraestrutura Rapidez para lançar produtos e serviços no mercado e adoção de IA motivam migração

Bancos buscam mais flexibilidade na nuvem

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

No atual cenário financeiro ávido por produtos e serviços inovadores, a migração para nuvem se intensifica, mas de forma estruturada considerando o modelo de negócio e os benefícios que darão fôlego para enfrentar a concorrência. Dados da Febraban mostram que menos da metade dos serviços tradicionais está nesse ambiente, mas grandes bancos como Bradesco, Itaú e Santander trabalham há anos nessa modernização, com uso de infraestruturas públicas e privadas.

A habilitação de tecnologias emergentes e a possibilidade de construir e colocar no mercado rapidamente novas aplicações são algumas das vantagens que Cíntia Scovine Barcelos, diretora executiva de tecnologia do Bradesco, aponta para o avanço da migração. "A estratégia do banco é multicloud e cloud first e essa tecnologia permitiu nossa jornada de quase dez anos de IA com a Bia, cujo histórico de interações será superior a 2 bilhões até o fim do ano."

Com mais de 70 milhões de clientes, o Bradesco dá continuidade ao seu plano de transformação digital, que inclui aceleração na migração para nuvem e contratação de 3 a 4 mil novos profissionais de tecnologia, entre outras medidas.

Nos últimos quatro anos, o Itaú também tem investido na modernização dos ambientes de TI e uso da computação em nuvem e hoje 62% dos serviços de negócios rodam nesse ambiente. "Nosso objetivo era entender o problema que poderíamos resolver, aumentar competitividade e velocidade para melhorar a experiência do cliente", afirma Fábio Napoli, diretor de TI do Itaú Unibanco.

DIVULGAÇÃO
Kelly do Nascimento, diretora da NTT Data: estudo global mostra que instituições financeiras almejam estar 100% na nuvem dentro de dois a cinco anos

Segundo Napoli, ampliar o uso da IA generativa é prioridade nessa estratégia, além dos ganhos operacionais já obtidos. "Os provedores de cloud ajudam a construir essa base e permitem focar no negócio para criar serviços que os clientes almejam".

Para Ricardo Contrucco, CTO da ópera do Santander, a nuvem é uma realidade, tanto que 90% de suas aplicações rodam em cloud. Desse total, 50% está na nuvem pública e 40% na nuvem privada. "É uma tecnologia exponencial, mas bastante complexa, principalmente para bancos que compraram outros."

Comparado a outros países em que o Santander está presente, o Brasil é o que apresenta maior adoção de cloud pública. O foco do banco é a modernização dos desenhos de arquitetura para ajudar a incrementar a eficiência com redução de custos.

90% das aplicações do Santander no país rodam na nuvem

Uma das tendências no setor é o "beyond the bank" que busca conquistar o cliente com atrativos além dos serviços financeiros. "Não basta levar o cliente para seu aplicativo ou seu site. Nós oferecemos soluções para busca, recomendação, entendimento do perfil para viabilizar a personalização de serviços e produtos de forma eficaz", afirma Milena Leal, diretora de negócios do Google Cloud.

Perto de 90% das instituições financeiras acreditam ser inovadoras, porém mais de 60% operam com sistemas legados, segunda pesquisa da NTT Data com 650 líderes do setor da Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, Japão, México e Brasil. A IA generativa facilita a transição para a nuvem, tanto que 94% dos bancos já usam nuvem pública.

"Segundo o estudo, os bancos almejam estar totalmente na nuvem entre dois e cinco anos. É o que buscam", diz Kelly Cristina do Nascimento, diretora de data e analytics da NTT Data. Flexibilidade e busca por escala motivam a migração para 36% dos pesquisados e, para 25%, o motor são os avanços em IA.

Após a pandemia, o setor repensou o que faria sentido migrar para a cloud. "O mundo perfeito hoje é híbrido. Depende do caso, nem tudo vale a pena migrar para esse ambiente. Também não é o caso de achar que as aplicações do core não irão. Isso deve acontecer em algum momento, mas é importante considerar vários fatores, como complexidade e custo", diz Alexandre Theodoro, diretor de hybrid cloud e data analytics da Logicalis para a América Latina.

A multinuvem híbrida é estratégica, mas só pequena parcela das empresas extrai valor da modernização, segundo pesquisa da consultoria da PwC de 2023. "As empresas confundem estar na cloud e ter uma estratégia multicloud. Não é a tecnologia por si, e sim considerar a estratégia de negócio, repensar processos, seus dados e suas aplicações", diz Susan Barreto, sócia da Pwc e head da prática de data, analytics e IA. Dos pesquisados, 78% apostam na cloud total ou parcial e 10% tiveram quatro vezes mais resultados com a migração. De 15% a 20% incrementaram a receita.

Em sua jornada de inovação, a Caixa tem buscado soluções multicloud com a ajuda de parceiros , segundo César Lima Piau, gerente executivo do banco.

A instituição foi protagonista de um dos maiores cases de bancarização em massa por conta do auxílio emergencial na pandemia. "Se não fosse o serviço de cloud a nos ajudar com tecnologias para conter inúmeros ataques e tentativas de fraude, teria sido muito mais complicado manter as aplicações em pé", diz Piau.

Percepção dos benefícios ainda é desafio para avanço do open finance

Fatima Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

O nível de maturidade das empresas que trabalham com o open finance (sistema financeiro aberto) no país cresceu, mas o índice de maturidade do consumidor pessoa física caiu e esse é um dos maiores desafios para o ecossistema, afinal, sem consumidor, não há open finance.

A segunda edição do Open Finance Maturity Index Brasil, desenvolvido pela Capgemini, mostra que o índice de maturidade das empresas ficou em 6,70 este ano, ante os 6,43 registrados em 2023, em uma escala de zero a dez, enquanto o índice do consumidor pessoa física, que atingiu 5,34 no ano passado, caiu para 4,70.

"Os números oficiais mostram um cenário de evolução, mas com velocidade menor do que a observada em 2023", comenta Jamile Leão, líder para soluções de Open finance na Capgemini Brasil. Ela esclarece que no levantamento deste ano foram incluídos novos critérios, no entanto, se fosse utilizada a mesma régua do ano passado, o índice das empresas estaria em 6,95 e o do consumidor teria sido de 5,08, ainda inferior ao do ano anterior.

Para realizar a análise, a consultoria mapeou a existência de mais de 200 casos de uso implementados e considerou os dados oficiais do Banco Central, que registra um ecossistema com 968 empresas (entre incumbentes, fintechs ou fornecedores de soluções), que atuam como iniciador de pagamento ou plataforma de serviço.

Além de mapear o ecossistema, a análise mostrou que, do total de 45,4 milhões de consentimentos ativos, 29,3 milhões são usuários únicos (por CPF).

Se o nível de consentimento para compartilhamento de dados não é o esperado para pessoa física, para pessoa jurídica é ainda mais baixo. Dos 29,3 milhões de clientes únicos, pouco mais de 2 milhões são PJ, destaca Leão.

Tendências
Open finance evolui e aumenta capilaridade no país

Mais de **45,54 milhões** de consentimentos ativos

Mais de **29,33 milhões** de clientes únicos.

Um total de **968 instituições** cadastradas no diretório central da Open Finance Brasil

Mais de **54 milhões** de chamadas de iniciação de pagamentos

Economia de **64 milhões** com pagamento de juros de cheque especial

Fonte: Capgemini, com dados da Open Finance

A análise da Capgemini constata que os processos de consentimento e pagamentos iniciados receberam altas avaliações de satisfação, porém a percepção dos benefícios ao aderir ao open finance diminuiu. "Uma parcela dos usuários não viu benefício em compartilhar seus dados e acreditamos que essa é uma das razões para a queda", observa Leão.

Para o CEO da belvo, Albert Morales, o sistema evoluiu, mas os bancos ainda não estão preparados para trabalhar com informação de terceiros. "As instituições financeiras ainda não conseguem usar as informações dos clientes que deram consentimento porque cada banco tem um core diferente, os produtos têm nomes diferentes, e quando têm acesso a dados gerados por outras instituições surgem as dificuldades. Por mais que as APIs sejam padronizadas, a informação de cada banco é única." No entanto, ele não tem dúvidas de que superado esse desafio, o open finance será a chave para nova era no setor financeiro.

As instituições financeiras estão cientes da necessidade de ofertar mais vantagens para aumentar o nível de consentimento dos usuários e trabalham para a hiperpersonalização, ao mesmo tempo em que caminham para se transformar, cada vez mais, em marketplaces.

"O cliente espera uma oferta de valor para compartilhar os dados e a hiperpersonalização é principal alavanca para isso", disse o gerente de relações e inovações regulatórias do Itaú, Paulo Felipe Barbosa Morais.

O banco usa a IA generativa como uma das ferramentas para construir esse modelo. Em 2023, a instituição realizou internamente mais de 800 milhões de interações proativas com clientes a partir da IAGen.

Segundo ele, o Itaú vai unificar todos os aplicativos em um único app no segundo semestre, por meio de um super app. "Hoje, temos 15 milhões de clientes que habitam nos apps, de cartões, empréstimos, investimentos. Vamos centralizar num único aplicativo, com facilidade de acesso e personalização", informou.

Para a head de open finance do Santander Brasil, Joice Almeida, o open finance entra agora no nível de estabilidade para acelerar a tangibilização de valor para o cliente. "Nossos dados e serviços do open finance estão integrados às estruturas de nossas plataformas de negócios e produtos. Os dados, além de insumos produtivos e categorizados para negócios e estratégia comercial, também alimentam nosso CRM, permitindo que nossos times construam as melhores conversas, jornadas e experiências hiperpersonalizadas para nossos clientes", comenta.

O Santander tem cerca de 30 casos de uso, entre os quais, ela destaca os investimentos personalizados e alertas proativos. Com uma visão completa da carteira dos clientes do open finance, os assessores trabalham proativamente, alertando sobre saldos relevantes parados em contas, além de gerenciar o vencimento de títulos e ofertar, antes do vencimento, alternativas com condições competitivas. "Mais de 80 mil clientes já se beneficiaram dessa abordagem para otimizar suas carteiras", diz a executiva.

Segundo estudo da Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil, o uso do open finance pode render o equivalente a R$ 42 bilhões em negócios para o setor de serviços financeiros no país, considerando pessoas físicas e jurídicas, até 2026. A análise leva em conta o potencial de receita incremental provido por produtos de crédito.

A consultoria estima que somente para pessoas físicas seriam R$ 28 bilhões e aponta como principais oportunidades o crédito pessoal não consignado, crédito consignado e o crédito imobiliário. Destaca que o open finance oferece oportunidades tanto às big techs, que demonstram interesse em atuar nesse mercado, quanto para grandes bancos, que poderão competir em um mercado com menor assimetria de acesso a informações.

O Banco do Brasil está incrementando negócios com o modelo. A instituição conta com 1,9 milhão de consentimentos ativos recebidos (enviou 1,7 milhão para participantes do sistema) e, com os dados já liberou R$ 1,3 bilhão de crédito para pessoa física e R$ 1,9 bilhão de crédito para pessoa jurídica. Iniciou a operação de crédito com dados do open finance em 2022 e de investimento em 2023.

FOTÓGRAFO

Joice Almeida, do Santander, conta que modelo já permite propor investimentos personalizados a 80 mil clientes

O head de IA e analytics do Banco do Brasil, Rafael Rovani, diz que entre as tecnologias adotadas pelo banco, a IAGen ajuda na assertividade de uso dos dados. "Temos 19 milhões de clientes únicos no Minha Finanças (orientador financeiro no app do BB) e, desses, 2,7 milhões fazem uso recorrente do serviço para planejamento financeiro. A Gen IA é a ferramenta que está por traz do Minha Finanças", diz.

Para Marcelo Martins, CEO da Iniciador, é preciso entender que o open finance é uma nova estrutura , que está sendo construída, diferentemente do PIX, que é um produto para o usuário final. "Nessa estrutura, bancos e fintechs vão trabalhar com IA, que precisa de dados, que serão buscados pelo open finance e operacionalizados via iniciação. E existe um time to market para chegar ao usuário final", observa. "As instituições têm que focar nos benefícios, mostrando como (o cliente) terá uma transação mais assertiva", completa.

Martins, que também é diretor da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintech) e integra conselho da Open Finance, observa que o índice de qualidade de serviço que está sendo construído no sistema vai trazer um salto de qualidade.

O estudo da Strategy& indica que o open finance também pode ajudar a mitigar a inadimplência. Até outubro de 2023, o saldo total de crédito no Brasil era de R$ 5,6 trilhões, enquanto a inadimplência estava em R$ 191 bilhões (3,42%). A consultoria destaca que as instituições financeiras estão adotando algoritmos e rotinas de avaliação mais precisos para ponderar os riscos dos clientes e estima que "a cada 1% de redução da inadimplência bancária, a instituição financeira pode deixar de perder potencialmente R$ 56 bilhões."

Meios de pagamento Cheque, DOC e TED, que no passado eram considerados como essenciais, representam hoje menos de 1% das transações

Pix avança 500% e bancos passam a testar novas funcionalidades

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Os novos arranjos nos meios de pagamentos têm alterado a dinâmica do setor financeiro e levado os bancos a disputar novos negócios desde o surgimento do Pix, do open finance e da disseminação do QR Code e de modelos de aproximação. Pesquisa da Oliver Wyman Brasil aponta que nos últimos cinco anos, enquanto houve redução expressiva no uso de serviços de pagamentos que antes eram considerados essenciais, como cheques, DOC e TED, que hoje representam menos de 1% do total das transações, o Pix avançou 500% e é o meio de pagamento mais utilizado no Brasil, com 39% do total de 108,68 bilhões de transações feitas no ano passado.

"O Pix cresce 6% ao mês o número de transações. Foram 4,3 bilhões em janeiro, 4,4 bilhões, em fevereiro, 4,9 bilhões, em março, 4,9 bilhões, em abril e 5,2 bilhões, em maio", conta Leandro Vilain, sócio de serviços financeiros da Oliver Wyman Brasil. De olho nisso, o mercado prepara as outras funcionalidades desse tipo de transação, como Pix automático, Pix off — por aproximação, sem internet — e Pix crédito, já utilizando parte dos dados compartilhados pelo open finance.

Além disso, a construção do ecossistema Pix não só ganhou a preferência de quem usa, como também criou, na visão do Banco Central (BC), oportunidades de gestão, com redução significativa de custos para os bancos, devido à infraestrutura mais leve. "É um movimento de ganha-ganha, pois deu possibilidade e base para modernização das instituições de modo geral. Ganha o sistema financeiro e os usuários pessoa física (PF), empresas e governo", afirma Carlos Eduardo Brandt, chefe da gerência de gestão e operação do Pix do BC. Ele explica que essas soluções estão agregando conveniência e atendendo vários nichos que possibilitam novas cestas de produtos e ressalta que mais de 71 milhões de pessoas foram incluídas no sistema financeiro pelo Pix.

"Essas pessoas ganharam cidadania digital e passaram a ter acesso a produtos financeiros que não tinham. O Pix formou as bases para o open finance e o real digital", observa Brandt. "E o Pix NFC, ou Pix off — não tem nomenclatura oficial— já está na mesa em discussão. A própria jornada do open finance já viabiliza um pouco a base de construção de produto deste tipo de solução de pagamento por aproximação", diz.

A quantidade de transações com o Pix cresceu 74% entre 2022 e 2023, passando para 41,9 bilhões, segundo dados do BC. A pesquisa Febraban em parceria com a Deloitte mostra ainda o avanço em todas as formas de pagamento com as ferramentas QR Code dinâmico (254%), QR Code estático (194%), inserção manual de dados (51%) e como iniciador de pagamentos (25%). "O Pix veio para revolucionar o mercado financeiro e continua constantemente nos surpreendendo. Suas operações continuam em ascensão e batem consecutivos recordes", afirma Rodrigo Mulinari, diretor responsável pela pesquisa Febraban de tecnologia bancária.

71 mi
de pessoas foram incluídas no sistema financeiro pelo Pix

O Pix colocou o Brasil como segundo país com maior número de pagamentos instantâneos, perdendo apenas para a Índia. A estimativa da indústria financeira é de que até 2028 um quarto das transações no mundo serão feitas por pagamentos instantâneos e eletrônicos. "24% do nosso sistema está sendo feito pelo Pix. São 155 milhões de pessoas que têm chave Pix e dá para explorar ainda mais", observa Flavia Davoli, sócia e CIO de produtos do Santander Brasil. O banco criou uma agenda de transacionalidade para o uso do Pix para PF e empresas no ambiente do open finance.

"O Pix não é visto isoladamente. A gente está estudando o Pix Off. O mundo de "banking as a service" (BaaS) vai ficar para PJ e ele é o que mais cresce entre os varejistas. E-commerce é agenda importante para o Santander", diz Davoli.

No Bradesco, mais de 98% das transações financeiras são pelos canais digitais, sendo o celular o mais importante. "O Pix é o que mais cresce e já representa mais de 45% do total dos pagamentos eletrônicos no Bradesco. Clientes que não faziam TED estão fazendo Pix, o que provocou avanço de 70% nas transações de pagamentos. Já o TED caiu bastante", conta Cristina Pinna, diretora de TI do Bradesco. Para ela, o Pix criou estrutura tecnológica para construir outras coisas instantâneas. "Já temos o Pix automático e o iniciador de pagamentos no PJ. O dono de e-commerce pode fazer isso de forma simples. Tem o crédito no Pix na agenda de expansão. E estamos usando inteligência artificial e machine learning intensamente para a segurança das transações instantâneas", diz Pinna.

No mundo dos investimentos, a B3 também vem registrando avanços com o uso do Pix. "Em 13 corretoras já dá para comprar os títulos do Tesouro Direto fazendo Pix, o que tornou instantâneo o que antes demorava dias. A simplificação possibilita que mais pessoas invistam", observa Rodrigo Nardoni, vice-presidente de tecnologia da B3, que olha o Pix em contexto mais amplo do open finance, somado a nova realidade de investimento dos corretores e agentes autônomos. "A CVM vem falando do open capital market para ampliar possibilidades de portabilidade dos investimentos. Sem contar o que o Drex vai representar na instantaneidade da liquidação das transações, pois hoje tem limite de horários de funcionamento."

DIVULGAÇÃO

Cristina Pinna, do Bradesco: Pix já representa hoje mais de 45% do total dos pagamentos eletrônicos do banco

Sem data de lançamento, BC inicia 2ª fase do Drex

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

O Banco Central está iniciando neste mês a segunda fase do Piloto Drex, etapa de testes para operações com a moeda digital brasileira, o Drex, anteriormente chamado de Real Digital. Ainda não há data para o lançamento oficial da moeda digital brasileira, que poderá ocorrer somente a partir de 2025 ou mesmo 2026. O mercado comenta que o BC perdeu para a iniciativa privada muitos talentos, um êxodo já apelidado de Drexit, uma analogia ao Brexit, saída do Reino Unido da União Europeia.

Pelo cronograma atual, os participantes da primeira fase e os novos players deveriam enviar, em 1º de julho, sugestões para testes com novos casos de uso. Segundo Clarissa Souza, coordenadora de tecnologia do BC, os novos casos de uso serão testados com as soluções de privacidade que já vinham sendo avaliados. O desafio é conciliar a transparência inerente à tecnologia blockchain com o sigilo bancário e as proteções à privacidade garantidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A EY fornece uma das três soluções de privacidade testadas pelo BC, a Starlight, que compete com a Rayls, da Parfin, e a ZKP, da Microsoft. "Criamos uma aplicação com metodologia criptográfica chamada "prova de conhecimento zero" para encriptar as informações que não podem ficar disponíveis na rede", explica Thamilla Talarico, sócia-líder de blockchain e ativos digitais da EY.

No Piloto Drex, o BC avaliou os benefícios da capacidade de programação da Plataforma Drex, um ecossistema de tecnologia de registro distribuído (Distributed Ledger Tecnology – DLT), a base do blockchain. Na plataforma, baseada no DLT open source Hyperledger Besos, são simuladas operações com ativos digitais liquidadas no atacado — apenas entre bancos e com autoridades regulatórias —, com o Drex emitido pelo BC.

Estratégia Troca de experiências entre instituições financeiras e startups impulsiona inovações

Ecossistema aberto acelera elaboração de produtos e soluções

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

Os ecossistemas de inovação aberta organizados por bancos e empresas do setor financeiro impulsionam cada vez mais novos produtos e soluções. Ganha força esse modelo colaborativo no qual instituições financeiras, companhias consolidadas, startups, universidades e investidores monitoram tendências, trocam experiências e geram negócios. "Os bancos são estruturas complexas e, apesar de serem muito tecnológicos, possuem desafios e prioridades que não conseguem tocar internamente. Então, nos ecossistemas, é possível ver coisas que não estavam no radar e acelerar inovações por meio de parcerias", diz Chen Wei Chi, sócio líder de transformação de negócios e inovação para serviços financeiros da EY.

O Cubo, criado em 2015 pelo Itaú Unibanco junto com a Redpoint eventures, conta atualmente com 60 corporações e mais de 500 startups. "Nos últimos anos, a atuação foi potencializada a partir de uma plataforma omnicanal. Além de startups de todas as regiões do país, cerca de 10% da comunidade é do exterior como Estados Unidos, Argentina e Uruguai", afirma Paulo Costa, CEO do Cubo Itaú.

Por meio do Cubo, saíram parcerias com startups que ajudaram o banco a melhorar processos, bem como soluções para o core business. Por exemplo, o Itaú investiu na Monkey Exchange, uma plataforma que torna mais barata e menos burocrática a antecipação de recebíveis por fornecedores de grandes empresas. Outra oportunidade foi a aquisição de fatia majoritária da fintech Zup IT para aceleração de produtos digitais e novas funcionalidades para clientes.

Costa destaca que a inteligência artificial figura entre os temas mais relevantes no Cubo. "IA é uma tecnologia com demanda crescente e que impacta diretamente na resolução de desafios dos mais diversos setores", avalia.

O Inovabra do Bradesco começou há quase dez anos como uma iniciativa de intraempreendedorismo, que depois se ampliou, tendo como marco da estratégia de inovação aberta a inauguração da sua sede, em São Paulo (SP), em 2018. Hoje, são 50 grandes empresas e 230 startups integrantes do ecossistema. Mais de 70 provas de conceito de novas tecnologias são realizadas por ano com participantes do hub ou de fora.

"Para o banco, as missões são melhorar as soluções existentes, olhar para novos produtos e fontes de receitas e experimentar tecnologias emergentes", afirma Renata Petrovic, head de inovação aberta do Bradesco. Um dos casos recentes foi a aquisição da fintech Aarin, que possibilitou a entrada do banco no segmento de "lending as a service", conectando soluções de capital de giro e microcrédito às plataformas de comércio eletrônico por meio de APIs (interface de programação de aplicativos).

No consórcio de blockchain R3, que reúne instituições financeiras, o Bradesco está realizando a terceira prova de conceito de tokenização de CDB para utilização como garantia de empréstimo.

O Bradesco também monitora oportunidades em IA generativa. Inclusive, Renata Petrovic ressalta que a BIA, assistente de inteligência artificial do banco está incorporando a tecnologia generativa, com projetos pilotos em andamento. "Outra tecnologia que estamos olhando é a computação quântica para otimização de carteiras de investimentos", diz.

Diante de uma nova estratégia para diversificar o portfólio de produtos, o banco BV, líder em financiamentos de veículos, fundou em 2017 o ecossistema BVx. Ricardo Sanfelice, diretor executivo de clientes, produtos e inovação do BV, diz que para ampliar as conexões, foi lançado no ano passado o Programa de Inovação Aberta (PIA), convocando startups para trazer soluções para a instituição. A primeira edição contou com 250 startups, que geraram 50 provas de conceito, resultando em 45 contratos ativos. As inscrições para a segunda edição estão abertas.

Uma das parcerias recentes do BV foi com a startup israelense Innovative Assessments, que disponibiliza uma solução de score psicométrico, com base em comportamentos financeiros para a concessão de crédito. Assim, os potenciais clientes passaram a ser testados em mais critérios, além das avaliações tradicionais do banco. "A partir do score psicométrico foram gerados R$ 104 milhões de crédito, algo que, sem essa tecnologia, o banco não faria", comenta Sanfelice.

No início de 2023 o Grupo Fator, formado por banco, gestora de recursos, seguradora e securitizadora, lançou o Fator Inova. "O programa é aberto o ano inteiro e possui desafios sobre temas específicos como inteligência artificial, otimização das operações e melhoria na experiência dos clientes", explica Thiago Moreno, head de inovação do Fator. Segundo ele, já participaram do desafio de IA mais de cem startups, sendo que cinco soluções foram selecionadas para um pitch day, resultando na aprovação de todas, em piloto de implantação.

Algumas empresas de tecnologia para o mercado financeiro também apostam em hubs de inovação. A Sinqia tem o Torq desde 2018 e passou a contar seu próprio veículo de investimento focado em startups em estágio inicial em 2021, um corporate venture capital (CVC), que já investiu mais de R$ 30 milhões. Hoje, mais de cem startups participam dos programas. Uma das fintechs investidas é a Pluggy, que oferece uma tecnologia que facilita a portabilidade de produtos de previdência. No ano passado, a Sinqia foi comprada pela porto-riquenha Evertec e o Torq vai se expandir na América Latina. "Já começamos o projeto de internacionalização pelo Chile", anuncia George Carvalho, especialista de inovação do Torq.

A Tecban lançou em 2022 a ATMosfera Ventures em parceria com a FCJ Venture Builder, com o objetivo de cocriar negócios escaláveis com startups. Para fomentar a atuação da ATMosfera, a Tecban participa do Inovabra, da aceleradora Next e da Abstartups. Assim seleciona projetos e entra com smart money — que é apoio estratégico e estruturação comercial, em troca de participação no negócio. Uma das investidas é a Quick Digital, com uma nova solução para saques no varejo. "Em vez de caixa eletrônico, o consumidor faz o saque a partir do Pix, usando a maquininha, retirando o dinheiro da gaveta do caixa do lojista. E o dinheiro que saiu da conta do cliente é logo depositado na conta do estabelecimento comercial", explica Marcos Pedroso, gerente de inovação aberta da Tecban.

60
corporações e mais de 500 startups fazem parte do Cubo

DIVULGAÇÃO

Sanfelice, do BV: uso de score psicométrico gerou R$ 104 milhões de crédito

BC tem papel relevante para a modernização

De São Paulo

O Banco Central (BC) tem exercido papel relevante no cenário de evolução tecnológica, impulsionando a modernização do setor financeiro. Entre as iniciativas emblemáticas está o Pix, pagamento instantâneo, que ganhou escala rapidamente. Além disso, atua na implementação do Open Finance e do Drex, o real digital. Ao ter uma agenda relevante de inovações, o BC mantém uma série de conexões e parcerias com agentes de mercado. Uma das estruturas é o Lift (Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas), criado em 2018, a partir de um acordo entre o BC e a Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac). É um ecossistema que une a autarquia, fintechs, instituições financeiras, empresas de tecnologia e universidades.

"Por meio do Lift, o regulador interage com projetos inovadores da indústria financeira e fintechs enquanto eles estão sendo desenvolvidos, o que permite acertos regulatórios e sugestões para melhorias do Sistema Financeiro Nacional (SFN)", destaca Veruska Aragão, diretora adjunta do departamento de tecnologia da informação do BC e integrante do comitê gestor do Lift.

Em suas edições anuais para seleção de projetos, entre 2018 e 2022, o Lift recebeu 303 propostas, resultando na aprovação de 76 protótipos. Apesar de a edição de 2023 ter contado com recorde de 95 projetos inscritos, sendo em nove aprovados para o desenvolvimento, a iniciativa foi suspensa temporariamente.

Logo no anúncio do resultado, a autarquia informou que a pausa seria necessária devido a limitações operacionais e de recursos humanos. Ao **Valor**, o Banco Central ressaltou que foi uma situação localizada na edição de 2023 e que já está em fase de planejamento da retomada.

Os temas das iniciativas aprovadas no ano passado são relevantes como novas funcionalidades para o Pix, GreenFi (finanças descentralizadas para a sustentabilidade) e tokenização de ativos do agronegócio para gerar mais liquidez.

As soluções de blockchain vem sendo bastante exploradas, conforme André Siqueira, chefe de subunidade no departamento de TI do BC e membro do comitê gestor do Lift. Principalmente nas edições entre 2020 e 2022, entraram diversos projetos nessa linha. Um deles foi o DeFi – Liquidity Pool do Itaú, uma plataforma que, por meio de blockchain e smart contracts, possibilita custódia, troca de moedas e investimentos. Ou seja, é um pool de liquidez de stablecoins que podem ter paridade com real, dólar ou outras moedas fiduciárias. Outras iniciativas tratam, por exemplo, da interoperabilidade entre blockchains públicos.

Sobre o uso de IA, o Lift chegou a selecionar um projeto de reconhecimento facial utilizando inteligência artificial para tratar de casos de autorização de pagamentos em dispositivos móveis, com grande potencial de adoção em escala. "Com o crescimento das IAs generativas são esperados projetos que façam uso de tais tecnologias nas próximas edições do Lift", comenta Rodrigo Henriques, diretor de inovação e estratégia da Fenasbac.

Além de fomentar desenvolvimento de soluções para o mercado, o Lift é um ecossistema que promove trocas de experiências, pesquisas, organiza eventos e conta com uma revista, a "Lift Papers", revista para publicação de resultados dos projetos e artigos especializados. *(DR)*

DIVULGAÇÃO

Laboratório de inovações financeiras deve receber mais projetos com IA generativa, diz André Siqueira

Fintechs amadurecem e ganham alcance global

Martha Funke
De São Paulo

A evolução das fintechs brasileiras no quesito maturidade está formatando um ecossistema de inovação capaz de se relacionar com grandes empresas, mesmo aquelas com regulação e normas de compliance mais exigente. Além de exemplos vistosos e bem-sucedidos de unicórnios e abertura de capital, o avanço para o exterior também começa a trazer para o segmento perfil global.

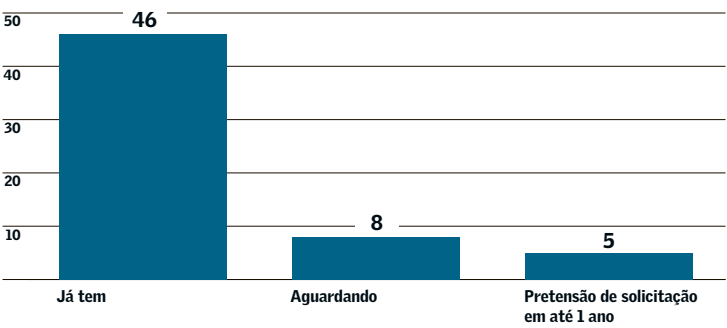
Dados da PwC derrubam alguns dos mitos ainda empregados por muitas corporações para evitar relacionamentos mais aprofundados com fintechs. Um deles é imaginar o setor como composto por empresas pequenas, pouco estruturadas e menos profissionais em alguns aspectos. Mas a realidade é outra.

Estudos da consultoria apontam que 35% das fintechs contam com mais de 150 funcionários e, entre aquelas que operam em crédito, quase metade (46%) já tem licença do Banco Central. Além disso, 62% receberam uma ou mais rodadas de investimento para crescimento. Outro mito deixado para trás é o do prejuízo: 43% já romperam a barreira do ponto de equilíbrio, em parte pelo posicionamento em busca de negócios mais rentáveis ante uma primeira onda mais focada no consumidor final.

Hoje, 56% das fintechs são mais focadas em serviços para empresas e 52% estão voltadas a pequenas e médias companhias. "O perfil do cliente está se diversificando e ocupando um vácuo de sub atendimento da indústria em PMEs", avalia Willer Marcondes, sócio líder de consultoria em serviços financeiros da PwC.

Mais um ponto a favor delas é sua conhecida velocidade de explorar e tirar valor rapidamente de novas tecnologias, com 77% reconhecendo o impacto em seu negócio de novidades como blockchain, tokenização, Drex e criptoativos, embora só 40% tenham clareza de como lidar com tudo isso.

Para Marcondes, a componentização pode ser um dos caminhos para acelerar a conexão entre empresas mais tradicionais e novatas, principalmente em temas como GenAI, inteligência artificial generativa, com ofertas mais focadas, com soluções para varrer documentos e trazer respostas ou analisar documentos enviados. "No ano passado analisamos 700 startups e selecionamos nove para contribuir na formalização de estratégias como tokenização de ativos e Drex", exemplifica Duda Davidovic, head de design e inovação de produtos da Elo, bandeira brasileira com 42 milhões de cartões ativos.

O movimento de globalização também espelha a maturidade do setor, com exemplos como Dock, Pismo e Ebanx. A primeira nasceu como processadora de cartões private label para o varejo, avançou para serviços financeiros, passou a angariar licenças e hoje é iniciadora de pagamentos (IP) e adquirente no Brasil, com capacidade de habilitar empresas a levar serviços financeiros para seus clientes, como Pix, cartões e conta digital.

O sucesso local e o estímulo do Banco Central a transformações que se transformaram em benchmark mundial levaram a empresa a buscar mercados na América Latina com características similares às do Brasil, como baixa inclusão financeira e muito dinheiro em circulação, muitos com baixa bancarização. Em 2022 a empresa chegou ao México (cujo Sistema de Pagamentos Eletrônicos Interbancários, o SPEI, nasceu em 2021), Colômbia, Peru e Chile e hoje opera em 11 países da região. "O incentivo do regulador fez subir a régua e traz novos horizontes", diz Antonio Soares, fundador e CEO da Dock. "O Brasil tem boas práticas exportáveis", ressalta Gustavo Gierum, da Distrito.

"Olhando para fora é indiscutível o que o mercado brasileiro tem de positivo. Atuar no Brasil permitiu ir para fora", diz Tiago Bertoni, diretor de vendas da Pismo. A fintech atende clientes como Itaú e Citi e nasceu com meta de posicionamento global, com tecnologia para empresas absorverem diferentes tipos de pagamento. A adoção de nuvem em parceria com a Microsoft, com mais de 30 regiões no planeta, apoiou a escalabilidade e o modelo global da plataforma.

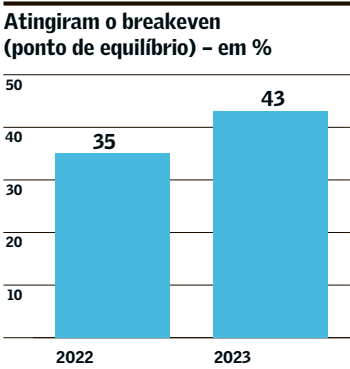
No ano passado a Visa pagou US$ 1 bilhão pela fintech, com perto de US$ 40 bilhões em transações ao ano e quase 80 milhões de contas, com operações na América Latina, Estados Unidos, Europa e Índia e clientes em regiões como Ásia e Austrália.

Já a Ebanx criou plataforma de pagamentos transfronteiriços para ajudar a expansão de empresas globais para mercados emergentes. Nascida em Curitiba (PR), em 2012, soma 800 funcionários e atua em 29 países da América Latina e África, além da Índia, com mais de uma centena de métodos de pagamentos e mesmo número de parceiros locais de pagamentos. "Apesar do mercado doméstico impressionante, as fintechs devem mirar o mercado global", sugere o CEO João Del Valle.

"O perfil do cliente está se diversificando e ocupando vácuo de sub atendimento da indústria em PMEs", *Willer Marcondes*

Maturidade das fintechs no Brasil
Uso de licença bancária entre as que operam com crédito – em %

Fonte: PwC

Atingiram o breakeven (ponto de equilíbrio) – em %

Dados Coleta e análise de informações permite o desenvolvimento de experiências personalizadas capazes de atrair diferentes perfis de clientes

Conversão aumenta com segmentação dos consumidores

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

Proporcionar uma jornada adaptada às necessidades de interação do consumidor é a chave para conquistar a fidelidade em um mercado cada vez mais competitivo. Na prática, afirmam os especialistas, significa cumprir à risca o conceito de jornada completa — abordagem de venda na qual as marcas levam em conta as decisões do consumidor a fim de atuar de maneira personalizada em cada etapa do processo de compra. A regra vale para o varejo, para a indústria que quer interagir com a ponta da cadeia, e para as instituições financeiras.

Estudo da InfoSys revela que 86% dos consumidores consideram que um atendimento diferenciado e exclusivo é fator preponderante para comprar de uma marca ou varejista. Na teoria, colocar o cliente no centro da estratégia parece simples, mas, na prática o desafio é enorme. Guilherme Stefanini, CMO global do Grupo Stefanini, observa que a tecnologia bancária foi construída com base no produto, e não em função do cliente. "Fazia sentido na época pela complexidade do negócio", diz. "Hoje, o que foi solução tornou-se uma barreira. Para entender o cliente numa visão única é preciso conduzir a transformação cultural das organizações e remodelar a arquitetura tecnológica e de negócios".

Segundo ele, o momento é de mudança, com erros e acertos. "Às vezes integram os dados, mais ninguém faz uso. Outras, enxergam o software como bala de prata", afirma. "Ainda tem muita coisa a ser testada, mas o importante é que tem projetos rodando e os resultados começam a aparecer. Um grande banco com adoção da tecnologia correta reduziu os envios aos clientes em 60% e aumentou a conversão dos produtos em 9%".

Segundo Carlos Benitez, CEO do BMP, provedora de banking as a service — com 1 milhão de pessoas e empresas atendidas por mês e cerca de R$ 50 bilhões transacionados mensalmente em contas bancárias —, a tecnologia permite que todos migrem do modelo tradicional para o segmentado. "O desafio está em captar os dados dos clientes, dividi-los em clusters e oferecer produtos diferenciados de acordo com o perfil, momento, e necessidade de cada grupo", diz.

Hoje, de acordo com Benitez, o banco constrói o produto, vende e o cliente consome. "A evolução está em transformar plataformas de relacionamento em pontos de direcionamento de produtos personalizados", avalia. Na visão do executivo, as estruturas passarão a dar poder de decisão ao cliente em ecossistemas mais integrados.

É com essa proposta que o Bradesco partiu de uma carteira de três perfis de clientes para um leque de 20 diferentes clusters. "Vivemos um ano de transformação, com avanço da tecnologia e migração do legado para a nuvem. Temos 35 milhões de clientes que precisam ser atendidos de maneira personalizada e relevante", revela Andressa Auge, superintendente executiva do Bradesco. O uso da inteligência artificial generativa auxilia nessa mudança. "Não é a área de dados e a de tecnologia trabalhando para o cliente. São todas as áreas trabalhando com a área de cliente com foco não mais no produto, mas no usuário", diz Auge.

Na visão de Analaura Morais, head da unidade CRM e indução digital do Banco do Brasil, o canal, seja on-line ou físico, tem de estar a serviço do cliente, o que não existe sem tecnologia e dados. "Quando colocamos o cliente no centro, todos os processos e recursos, no fim do dia, existem para interagir e convergir para o usuário". Centenário, com 84 milhões de clientes e 945 produtos no portfólio, o Banco do Brasil trabalha para ofertar um banco para cada um.

> "As informações capturadas dos clientes devem ser canalizadas para entregar valor agregado"
> *Pablo Lorenzo*

"Não basta disponibilizar todos os canais ao mesmo tempo", diz Morais. "É preciso ter governança, assimetria de experiências e treinamento para oferecer uma jornada única, transformando os canais em plataforma". Pablo Lorenzo, COO do Grupo Carrefour, vai além. "O digital não tem de ser uma área, tem de ser a companhia toda, pois no final do dia todas as informações capturadas dos clientes devem ser canalizadas para entregar valor agregado em toda a experiência de compra, independentemente do canal".

Transitar entre on-line, off-line, vídeo, áudio e chat é uma realidade sem volta. Não à toa, varejistas e instituições financeiras de pagamento e crédito se aproximam, afinal têm muito a trocar no ambiente omnichannel de valorização de dados dos consumidores. Um exemplo dessa aproximação é o Banco do Brasil, que reúne mais de 200 varejistas em sua plataforma. "Estamos trazendo a loja para dentro do banco, um movimento semelhante à bancarização do varejo", diz Analaura Morais. "Quando os dois agentes conseguem atuar em sinergia as coisas acontecem".

A opinião é endossada por Thaís Redondo, diretora de pagamentos do iFood Pago, banco digital do iFood, que transaciona R$ 70 bilhões de GMV (Gross Merchandise Value) por ano e atingiu R$ 1,5 bilhão de crédito concedido. "O iFood usa os dados transacionais dos mais de 340 mil restaurantes parceiros para modelar e entender qual a melhor linha de crédito para cada estabelecimento, com informações que outros players do mercado não têm acesso", afirma. "Por isso, consegue entregar uma solução específica".

ANA PAULA PAIVA/VALOR
Carlos Benitez: "O desafio está em captar dados dos clientes, dividi-los e oferecer produtos de acordo com o perfil"

Bancos criam seus próprios marketplaces

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

O sistema financeiro tem experimentado uma revolução na oferta de serviços. Operadoras de telecomunicações e varejistas, entre outras, embutem serviços financeiros em suas ofertas, enquanto bancos reagem oferecendo produtos que não faziam parte de seu cardápio ,aproveitando o potencial de distribuição de suas plataformas no movimento "beyond banking". Segundo a Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024, que 33% das instituições financeiras têm marketplaces.

"Chamamos esses processos de unbundling financial services, um movimento de transpor as cadeias de valor. As fronteiras entre as indústrias vão sendo eliminadas, e tudo vira uma visão de cadeia de valor mais unificada", analisa Sergio Biagini, sócio-líder da indústria de serviços financeiros da Deloitte. "Cada vez mais, a orientação dos modelos de negócio é o de plataformas", afirma.

Jorge Iglesias, CEO da Topaz, especializada em soluções financeiras digitais, reforça que, antes da chegada desses movimentos, os clientes precisavam se conectar com os bancos para terem acesso a serviços financeiros. O embeded finance vem cortando esse vínculo e aplicativos de delivery e transporte, como Rappi e 99, incorporaram contas e serviços financeiros digitais. "As interfaces desses aplicativos são mais fáceis. Esse é um grande passo para os serviços financeiros estarem disponíveis a mais pessoas", defende Iglesias.

No B2B, a Totvs se uniu à B3 para criar a Dimensa, que oferece softwares de core bancário e de soluções de analytic. "Além dos bancos, ofertamos soluções para outras empresas que estão atuando na desfragmentação dos serviços financeiros", explica Wagner Gramigna, CEO da Dimensa.

"Pedro Bramont, chief digital officer do Banco do Brasil, afirmou que não existe beyond banking sem parceria. E Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú, também sinalizou que o banco vai avançar para além de produtos bancários para fidelizar clientes", ressalta Caroline Capitani, vice-presidente de estratégia e inovação da ilegra, empresa de inovação. Ela explica que há dois modelos para o beyond bank. No bank-as-a-platform, ofertas cocriadas com parceiros (principalmente startups) são distribuídas via canais digitais e agências, com o banco atuando como plataforma. Já no modelo bank-as-a-service, as ofertas são distribuídas pelos canais digitais e físicos dos parceiros.

Com a estratégia, os bancos fogem da "comoditização" dos serviços financeiros, aumentam o engajamento, realizam vendas cruzadas e geram novas receitas, diz Capitani. "É uma estratégia essencial para fugir da comoditização dos serviços financeiros. "O objetivo é que virem superapps. Estamos no início, mas é um caminho sem volta", avalia.

O Nubank oferece o Shopping Nubank. O Itaú Unibanco, além do marketplace Itaú Shop, tem serviço de assinatura de smartphone. O Itaú BBA oferta a plataforma de gestão financeira da Accountfy. Em parceria com a Qualicorp, o Banco Inter tem opção de plano de saúde.

33%
das instituições financeiras têm marketplace

Há dois anos, o Banco do Brasil criou a estratégia beyond banking para investir em startups de fora do setor bancário, avaliando 300 empresas. Com apoio a instituição e da BB Seguros, a plataforma digital Broto oferece marketplace com máquinas e implementos agrícolas, além de simulações de financiamento. O número de clientes cadastrados saltou de 43 mil em 2022 para mais de 101 mil em julho de 2023. A meta é chegar a 1,5 milhão em até cinco anos.

O banco digital do iFood, o iFood pago, iniciou a operação com linhas de créditos para parceiros, evoluiu para pagamentos e conta digital e hoje transaciona R$ 70 bilhões de GMV (Gross Merchandise Value, valor bruto da mercadoria) por ano e já atingiu R$1,5 bilhão em crédito concedido, segundo o COO, Thomas Barth.

Já a Natura obteve, há um ano e meio, licença de SCD (Sociedade de Crédito Direto) e criou o emanapay, solução de adquirência e conta digital, para consultoras. A conta reduziu em 30% a inadimplência e aumentou a produtividade das consultoras em 15%.

"No Brasil, nossas dinâmicas de crédito ainda são perversas para o cliente final, com um modelo coercitivo e negativista, que gera 70 milhões de CPFs negativados. Empresas como a Natura e o iFood, que estão usando o embeded finance, estão ajudando o mercado a ser mais inclusivo", conclui José Manuel Silva, CEO Natura & Co Pay Latam.

DIVULGAÇÃO
Capitani: com beyond bank, bancos fogem da "comoditização" dos serviços

Desafio é gerar receita a partir da análise dos dados

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

O open finance vem ganhando escala no Brasil com a perspectiva, por parte dos clientes que permitiram aos bancos ter acesso e compartilhar seus dados, de terem benefícios como taxas de juros mais baratas. Agora os bancos se preparam para uma nova fase, que é a de utilizar os dados coletados para desenvolver novos produtos e gerar receita a partir dessas informações.

"O foco é evoluir para a monetização de dados. Nessa segunda onda, oferecer uma experiência mais completa com resultados mais plausíveis. Por exemplo, um seguro mais acessível, a mudança de uma data de vencimento, desconto no cinema, restaurante etc. É o caminho", afirma Rafael Rovani, head de IA e analytics do Banco do Brasil. Para isso, a instituição já utiliza 600 modelos analíticos no atendimento aos negócios, 30 ferramentas de inteligência artificial (IA) e uma de IA generativa.

Rafael Cavalcanti, chief data and analytics officer do Bradesco, explica que o que se busca é a hiper personalização, para gerar mais engajamento em longo prazo. A operação, entretanto, é complexa e vai além da coleta e análise dos dados compartilhados pelos consumidores. "Temos de aprender e amadurecer para obter essa inteligência a partir de dados internos, de maneira estrutural, sem depender das informações do open finance", diz.

Entretanto, hoje, são essas informações que possibilitam uma análise do consumidor, de modo a ofertar produtos mais direcionados a seu perfil. "Com o open finance, conseguimos obter uma visão 360º do cliente", afirma Alexandre Minato, CIO - data pricing, CRM, riscos, finanças e clientes do Santander, que recebe cerca de 4 bilhões de chamadas mensais — contatos cujas informações podem contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços mais eficazes e assertivos.

O Santander possui mais de 200 modelos analíticos apenas para lidar com as informações dos clientes. Essa cultura data-driven — ou seja, com processos baseados em análise de dados — já tem trazido resultados. "Somos o primeiro [banco] em redução de reclamações graças à atualização e monitoramento das operações no Downdetector", diz Minato, citando a plataforma que monitora interrupções de serviços.

Uma das áreas em que decisões baseadas em dados e estatísticas vêm ganhando mais relevância é no financiamento imobiliário, em função de sua complexidade. Na Caixa Econômica, dona de quase 70% desse mercado — e quase a totalidade na baixa renda —, possui um modelo de análise de risco avançado. "Se formos rígidos demais, não é possível atender as metas do Minha Casa, Minha Vida; mas se formos abertos, a inadimplência leva todo o spread", diz Marlon Machado, superintendente de habitação pessoa física.

O banco utiliza IA na análise documental dos cerca de 1 milhão de novos financiamentos por ano. Além de economizar dinheiro, busca melhorar o atendimento com o uso da tecnologia. "Queremos que a IA nos ajude a criar checklists personalizados", afirma o superintendente.

A B3 também faz uso das informações coletadas para seus negócios. Além das operações de dados tradicionais, de mercado de capitais, a empresa tem outros segmentos desenvolvidos a partir de suas usinas de dados. "O segmento é um dos focos da empresa na diversificação de negócios", afirma Ana Carla Abrão, vice-presidente de novos negócios da B3.

Cavalcanti, do Bradesco, lembra que a IA generativa não vai resolver tudo, mas permite novas experiências e entregas de forma rápida. "Sua aplicação vai mudar o panorama tecnológico, padrões e formas de trabalho", diz. É uma jornada disruptiva que gera cautela. "Ela vem para trazer dúvidas. Para onde os dados vão te direcionar? O futuro será mais cheio de dúvidas do que certezas. O grande desafio é a revolução na educação para que a sociedade saiba usar a IA generativa", observa Kelly Cristina Nascimento, diretora de analytics da NTT.

Inovação Mercado potencial é de cerca R$ 300 bilhões em um primeiro estágio, calcula setor

Tokenização permite uso da lavoura para crédito e garantias

DIVULGAÇÃO

Ketlin Sfair Antunes: "A tokenização de ativos vai transformar o formato que comercializamos grãos de uma forma que não conseguimos vislumbrar agora"

Mônica Magnavita
Para o Valor, de São Paulo

O mercado agrícola passa por um processo disruptivo de compra e venda de grãos — o da tokenização da comercialização de commodities — que vem transformando o modelo de negócios do setor. A conversão de ativos, como a produção de parte da safra em tokens, permite que o agricultor utilize sua lavoura para obter crédito, garantias ou negociar seus produtos por outros, prática conhecida como barter, palavra inglesa para escambo. Por exemplo, comprar equipamentos agrícolas e pagar com soja. Contratos e garantias digitalizados também podem virar lastros para se chegar ao token de uma commodity agrícola.

O mercado ainda ensaia os primeiros passos no Brasil, mas o potencial de expansão tem chamado a atenção das instituições financeiras. Hoje, um terço dos negócios do mercado de grãos do país ocorre por meio de barter. Em valores, são cerca de R$ 300 bilhões. Esse é o montante com potencial de tokenização no setor, pelo menos em um primeiro estágio. No mundo, o modelo de tokenização ultrapassa os US$ 200 bilhões (cerca de R$ 1,1 trilhão), em todos os segmentos, por se mostrar aplicação eficiente e real do blockchain, banco de dados que permite o compartilhamento de informações.

O tema, foco de painéis da Febraban Tech 2024, reuniu bancos, seguradoras e empresas de tecnologia e um público atento à digitalização em curso no agronegócio, setor responsável por 23,8% do PIB brasileiro. Os números, apresentados por expositores, também incluem os de créditos agrícolas disponíveis no mercado, de cerca de R$ 900 bilhões. O valor é inferior à necessidade de financiamento dos produtores, o que abre espaço para o crescimento da tokenização, ampliando o crédito no setor.

"Grandes bancos acessam o agronegócio, mas fundos de investimento têm dificuldade [para acessá-lo]. Há muito dinheiro de private equity represado, sem conseguir entrar. Com a tokenização, haverá mais players; com isso, mais crédito e barateamento do custo. O produtor começará a usar a moeda dele e terá risco menor", diz Anderson Nacaxe, diretor da Agrotoken, startup pioneira na tokenização de commodities agrícolas, que fechou parcerias com a Visa e com o Broto, plataforma digital do agronegócio do Banco do Brasil, criada em 2023. O potencial do mercado tem chamado a atenção de instituições financeiras.

O Broto começará a operar com a tokenização de grãos no segundo semestre deste ano. A partir daí, ao acessar a plataforma, o produtor poderá comprar equipamentos pagando em grãos. A Agrotoken converterá a quantidade de grãos em tokens equivalentes ao valor do produto adquirido, que serão transferidos como pagamento ao vendedor da máquina agrícola. "A tokenização de ativos é altamente inovadora e vai transformar o formato que comercializamos grãos de uma forma que não conseguimos vislumbrar agora", diz Ketlin Sfair Antunes, gerente-executiva de agronegócios do Banco do Brasil.

Segundo ela, tornar esse mercado ágil, fácil e transparente, com uso de blockchain, abre portas para novas receitas, novos agentes e prestadores de serviços. Hoje, a plataforma Broto conta com mais de 1,5 mil vendedores do agronegócio, tendo movimentado 6,5 bilhões em ativos com financiamentos de R$ 3 bilhões. "O mercado de tokenização precisa de confiança, que é a base de tudo. O Broto entra como agente, gerando consistência de processos para construção de ativos digitais. Os outros agentes financeiros conseguem dar autoridade para esse ativo ter valor, de modo a atrair novos agentes financiadores, como mercado de capital e fundos de investimentos", diz Marcos Santos, superintende-executivo do Broto.

1,5 mil
vendedores do agro na plataforma Broto

A Visa também se voltou para o setor nos dois últimos anos e, desde então, consolidou sua estratégia de expansão. Em conjunto com a Agrotoken, criou um cartão destinado aos agricultores interessados em tokenizar a produção de grãos, que passam a funcionar como moeda ou lastro para compra de maquinários, insumos, fertilizantes, por exemplo, nos mais de 80 mil estabelecimentos da Visa pelo mundo.

"De 2022 a 2023, triplicamos a quantidade de transações no agro", afirma Juliana Amoroso, gerente de produtos da Visa, que quer ampliar sua atuação para o que hoje é atendido pelo barter e pela indústria. "Cada vez mais precisamos falar a linguagem do produtor, trazer a tecnologia para ajudar na inclusão financeira e facilitar processos".

As perspectivas são promissoras, de acordo com os painelistas. "Em menos de um ano, o mercado vai explodir, porque vemos os grandes players entrando. Focamos muito no mercado de barter brasileiro", diz Nacaxe, da Agrotoken. Outra vantagem está relacionada ao uso do blockchain, capaz de criar registros digitais imutáveis. Cada transação ao longo da cadeia pode ser registrada como um token, gerando rastreabilidade integral das transações.

Companhias desenvolvem soluções em um mundo mais digitalizado

Carmen Nery
Para o Valor, de São Paulo

A transição de uma economia baseada no mundo físico para um mundo cada vez mais digital está em curso com a tokenização dos ativos. Carolina Capitani, vice-presidente de estratégia da empresa de inovação ilegra, diz que estimativas conservadoras projetam um mercado potencial de US$ 68 trilhões em 2030, o equivalente a 10% do PIB global. "A tokenização vai ampliar o acesso a investimentos, pois com menores frações, mais pessoas podem participar", afirma.

No Brasil, a Associação Brasileira das Empresas Tokenizadoras de Ativos e Blockchain (ABToken) já reúne mais de 30 associados entre empresas de blockchain, fintechs, gestoras de ativos financeiros e o Bradesco, como apoiador. "Temos caso de uso de tokenização de precatórios, créditos de carbono, obras de arte, cédulas de crédito bancário, duplicatas, debêntures e utilities tokens de benefícios para o mercado corporativo e clubes de futebol", elenca Regina Pedroso, diretora-executiva da ABToken.

Ailtom Nascimento, vice-presidente executivo do Grupo Stefanini, cita o potencial de revolução no mercado de crédito, que poderá aceitar como garantias frações (token) de ativos físicos, como uma casa. "A economia tokenizada requer uma infraestrutura especial de blockchain, o que dá segurança, pois é uma estrutura rastreável e tem um código que não pode ser quebrado", explica Nascimento.

Gustavo Concon, CTO da CI&T, diz que a economia tokenizada vai ampliar a participação da sociedade. Obras de arte e o agro têm benefícios com a tecnologia. "A CI&T participa com a Microsoft de um piloto no Bradesco sobre como se fazem a custódia e as transações" diz Concon.

A IBM estruturou um conjunto de hardware e software especialmente dedicado para a custódia de ativos digitais. Lívio Souza, especialista em modernização de sistemas da IBM, diz que no mundo corporativo, com milhares de ativos digitais, são necessários uma infraestrutura segura e um cofre digital para armazenamento dos tokens.

Marcelo Christianini, vice-presidente de tecnologia e cloud da Oracle América Latina, afirma que as dificuldades de segurança e escalabilidade dos sistemas de registro distribuídos podem ser sanadas com a nuvem. "Precisamos nos proteger porque a economia tokenizada também desperta o interesse dos hackers, que querem provisionar infraestrutura para mineração bitcoin", diz.

Leonardo Linares, vice-presidente sênior de soluções da Mastercard Brasil, informa que a empresa traz ao Brasil a experiência na criação moedas digitais de países como Inglaterra e Austrália. "Temos cartões atrelados a criptos tradicionais e uma solução de multitoken network, pois a interoperabilidade será fundamental", ressalta Linares.

A tokenização traz novos modelos de provedores de serviços. Lançada em 2022, a BEE4 é uma plataforma que dá acesso ao mercado de ações para empresas com faturamento entre R$ 10 milhões e R$ 300 milhões por ano. "Elas têm alto potencial, mas não podem arcar com os custos para ter ações na B3. Na BEE4, as ações são convertidas em tokens de cerca de R$ 10, alcançando mais investidores de varejo", explica a CEO, Patricia Stille.

Já a Infratoken oferece uma infraestrutura que conecta os sistemas legados (antigos) com sistemas em blockchain. Caroline Nunes, chefe de produto da Infratoken, diz que o desafio é que os legados são de tecnologia Web 2 (baseada em entidades centralizadas), enquanto a economia tokenizada é suportada na Web 3, cuja premissa é a descentralização da propriedade. "Há mudanças de conceito e de paradigma. A Web2 tem maior velocidade de transação, mas, em contrapartida, não tem a segurança e a transparência da Web3. A Infratoken pega o melhor dos dois mundos", explica.

A desmaterialização do dinheiro físico também é desafio para as transportadoras de valores. Roberto Martins, presidente da Brink's, diz que, após a pandemia e com o surgimento do Pix, o meio circulante no Brasil hoje é menor do que no período pré-pandemia. "Trata-se de uma preocupação diária. Estamos diversificando para logística e ativos financeiros tokenizáveis, como ouro e obras de arte", afirma.

"A redução do dinheiro ocorre, mas não de forma abrupta, porque há muita desigualdade no país. Estamos trazendo outras soluções, como um bunker cripto fora da rede para instituições financeiras", diz Gil Hipólito, diretor de inovação da Prosegur.

Em busca de mercado, seguro aposta na tecnologia

Denise Bueno
Para o Valor, de São Paulo

O mercado de seguros vê a adoção de tecnologias como fundamental para ampliar a sua presença do Brasil. Hoje, apenas 20% da população tem algum tipo de seguro. A meta estipulada no Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, publicado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), prevê passar dos atuais 6,4% de representação do Produto Interno Bruto (PIB) para 10%, alcançando R$ 1,13 trilhão em arrecadação e ampliando em 20% a parcela da população atendida, até 2030.

De acordo com executivos do setor, basicamente, cinco fatores impulsionam mudanças significativas das seguradoras: transformação digital, mudanças de hábito de consumo, novas regulamentações, riscos emergentes e concorrência. A adoção de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, aprendizado de máquina e big data, revoluciona a forma como as companhias operam, sejam elas ligadas a bancos ou independentes. Isso inclui desde a automação de processos até a personalização de produtos e serviços.

Mas apenas a adoção de novas tecnologias não basta. "Nossa pesquisa realizada no ano passado revela que 95% de executivos de seguros concordam que implementar tecnologia com um toque mais humano ajudará a expandir as oportunidades que se apresentam ao setor de seguros. Cerca de 31% dos consumidores globais afirmaram frustração porque a tecnologia não consegue entendê-los com precisão", afirma Rafael Motinelli, diretor da Accenture Brasil.

José Loureiro, diretor de inovação do grupo Bradesco Seguros, concorda: "Seguros são pensados por pessoas e para pessoas. É necessária uma combinação de inovação tecnológica, parcerias estratégicas e foco total nas relações com o consumidor e com o corretor de seguros".

O comportamento dos consumidores pressiona as seguradoras a priorizarem as necessidades dos clientes. Nesse sentido, a Mapfre simplificou a comunicação e oferta de produtos de acordo com o cenário de riscos. "Já temos 80% dos produtos com APIs, prontos para serem plugados em qualquer canal de distribuição, com ganhos para os consumidores que estiverem dispostos a compartilhar dados. E eles estão. Na tragédia do Rio Grande do Sul, por exemplo, boa parte das apólices tinha cobertura de alagamento", comenta o diretor geral de planejamento estratégico e transformação da companhia, Hugo Assis.

A entrada de novos competidores, incluindo fintechs e insurtechs, potencializou a competição no setor. Estar de mãos dadas com a simplicidade é a alma do negócio, segundo Dennis Portilho, COO da Chubb, que desenvolveu um portfólio de seguros em parceria com o Nubank para clientes do banco digital. "Todos [os seguros] podem ser contratados por meio do app, em fluxo 100% digital de forma personalizável e sem burocracia. Recentemente esse portfólio atingiu a marca de 2 milhões de apólices, resultado expressivo alcançado pouco mais de três anos após o lançamento do primeiro produto", conta Portilho.

Riscos emergentes, como ciberataques, mudanças climáticas e pandemias, também desafiam as seguradoras a desenvolverem estratégias de mitigação e produtos de seguro. O BTG Pactual, que tem o seguro garantia e a previdência privada como líderes de venda, busca a diversificação, conta o diretor executivo Luiz Rodrigues. "Não temos legado, o que nos ajuda a entregar experiências diferenciadas aos parceiros e clientes com agilidade", afirma.

Um dos produtos em destaque é o seguro rural disponibilizado em duas plataformas dedicadas ao agronegócio: a Lavoura, distribuidora de insumos agrícolas da América Latina com ações listadas na Nasdaq, e a e-campo, plataforma de capacitação da Embrapa.

O Itaú Unibanco vem aprimorando a oferta de produtos próprios e de terceiros e espera atingir um crescimento em vendas de 30% em 2024. Segundo o diretor de seguros do banco, Eduardo Domeque, houve avanços na agenda "beyond banking" — a oferta de serviços além dos financeiros — na análise de dados e nas plataformas tecnológicas. "Isso nos permite abordagens contextualizadas, tanto na oferta quanto no atendimento e uso dos produtos, garantindo escalabilidade e trazendo solidez para a nossa estratégia", diz.

Uma das parceiras do Itaú é a MetLife, que também vende seguros no BTG, C6 Bank, Safra e XP. A previsão é investir cerca de R$ 40 milhões no segmento até o fim do ano, diz Marcelo Tomei, vice-presidente comercial do Itaú Unibanco. "De 2022 para 2023, o volume de negócios gerados em players não tradicionais de seguros cresceu 50% em novos clientes", afirma.

Todo este avanço tem sido impulsionado pelas novas regulamentações, que incluem o open finance — junção do open insurance e do open banking — , que ainda desafiam o setor de seguros. Segundo executivos do setor, as seguradoras, que relutaram no início a ideia de compartilhamento de dados, correm para se adaptarem às normas, com prazo final em 2025. A expectativa é alcançar cerca de 10 milhões autorizações de acesso a informações pessoais de clientes até o fim deste ano, enquanto o número de consentimentos ativos do open banking chega a 43 milhões.

DIVULGAÇÃO

"Na tragédia do Rio Grande do Sul, boa parte das apólices tinha cobertura de alagamento"
Hugo Assis